

ORGANIZAÇÃO
Rosemeire Aparecida de Almeida
Sedeval Nardoque



**DINÂMICA
TERRITORIAL
EM TEMPOS
DE HEGEMONIA
DO CAPITAL
MONOPOLISTA:
SUBORDINAÇÃO
E RESISTÊNCIAS**



 editora
UFMS

ORGANIZAÇÃO
Rosemeire Aparecida de Almeida
Sedeval Nardoque



**DINÂMICA
TERRITORIAL
EM TEMPOS
DE HEGEMONIA
DO CAPITAL
MONOPOLISTA:
SUBORDINAÇÃO
E RESISTÊNCIAS**





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

RESOLUÇÃO Nº 173-COED/AGECOM/UFMS.

DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Andrés Batista Cheung

Alessandra Regina Borgo

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elizabete Aparecida Marques

Fabio Oliveira Roque

Maria Lúgia Rodrigues Macedo

William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista [recurso eletrônico] :
subordinação e resistências / organizadores: Rosemeire Aparecida de Almeida, Sedeval
Nardoque. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2023.
452 p. : il. (algumas color.).

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-86943-85-6

1. Territorialidade humana – Mato Grosso do Sul. 2. Geografia humana – Mato Grosso do Sul. 3.
Posse da terra – Mato Grosso do Sul. 4 Camponeses – Condições econômicas. I. Almeida, Rosemeire
Aparecida de. II. Nardoque, Sedeval.

CDD (23) 304.23098171

Bibliotecário responsável: Jaziel V. Dorneles – CRB 1/2.592

ORGANIZAÇÃO
Rosemeire Aparecida de Almeida
Sedeval Nardoque

**DINÂMICA TERRITORIAL
EM TEMPOS DE
HEGEMONIA DO
CAPITAL MONOPOLISTA:
SUBORDINAÇÃO E
RESISTÊNCIAS**

Campo Grande - MS
2023



© dos autores:

Rosemeire Aparecida de Almeida
Sedeval Nardoque

1ª edição: 2023

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica

TIS Publicidade e Propaganda

Revisão

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-85-6

Versão digital: fevereiro de 2023



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

APRESENTAÇÃO

O livro, que ora apresentamos à comunidade, é resultado de pesquisas realizadas e dissertações defendidas, nos últimos dois anos, vinculadas à Linha de Pesquisa “Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo”, do Programa do Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Sendo assim, é obra coletiva pensada e articulada no últimos anos como marca de novos tempos no Programa, pois é a primeira desde a criação do Curso de Doutorado e expressa novos ânimos entre docentes e pós-graduandos, demarcando a importância da Ciência, justamente na contramão daquilo que se preconiza em tempos de recrudescimento político e econômico no Brasil com fortes rebatimentos no social. Vivemos tempos de lampejos autoritários, de cortes de recursos públicos para a área social, de ataques aos conhecimentos científicos, aos pesquisadores(as) e à vida. Não bastassem, a Pandemia do novo Corona Vírus (Sars CoV 2) disseminou a COVID-19 ceifando a vida de mais de 600 mil brasileiros e sequelando outros e agudizando a crise social e econômica sobre milhões de brasileiros. O livro é a demonstração de resistência e esperança dos que sonham com a sociedade mais justa, no horizonte, no estradar da História e da Geografia presentes. Como nos ensinou Paulo Freire: “Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário”!

O título do livro – Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências – foi pensado para sintetizar o conjunto de capítulos e se aproximar dos princípios norteadores dos quais os textos têm da linha de pesquisa. Tal linha tem sua centralidade na análise do território compreendido como totalidade que se expressa como conflitualidade nas diversas frações do territó-

rio. É, portanto, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 1992) e a compreensão da lógica contemporânea de sua produção exige a análise das relações e contradições entre a cidade e o campo, entendidos como totalidade. Neste sentido, as análises das dinâmicas territoriais se apresentam como fundamentais, pois as tramas têm se mostrado como a face visível do movimento de territorialização do capital e dos espaços de resistência de camponeses e trabalhadores no campo e na cidade, contraditórios e articulados. Para tanto, pelo processo de produção capitalista do território, imperam-se as formações e as dinâmicas territoriais expressas pelas ações do capital, do Estado, dos camponeses e dos trabalhadores, no campo e na cidade. Sendo assim, os capítulos trazem a compreensão destas ações, como a territorialização de empresas, a espacialização e territorialização da agroecologia camponesa, as políticas de desenvolvimento territorial do Estado e a conflitualidade dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade.

A obra é composta por 15 capítulos, estabelecendo-se organização temática vinculada à linha de pesquisa. Nos três primeiros, os autores apontam aspectos histórico-geográficos de formação territorial, de luta e conflitos pela terra na Região do Bolsão e em Mato Grosso do Sul. Os capítulos 4, 5 e 6 trazem aspectos da expansão dos monocultivos de eucalipto por meio da territorialização dos monopólios, as consequências e as resistências no campo e na cidade em Três Lagoas (MS). Os sopros de luta e de resistência são demonstrados nos capítulos 7, 8, 9, 10 e 11, pois abordam as ações dos camponeses por meio da Agroecologia e a esperança e a contradição por Educação do Campo. Em análises centradas em Chapadão do Sul (MS) e Três Lagoas (MS), os debates na produção do território, no campo e na cidade, são debatidos e demonstrados nos capítulos 12 e 13. E, por fim, os capítulos 14 e 15 analisam, em diferentes escalas, a expansão geográfica e a reprodução ampliada do capital vinculadas às ações do Estado, de organismos internacionais e de empresas capitalistas.

Portanto, organizarmos a obra coletiva foi um desafio, pois coríamos o risco da produção de um mosaico disforme. De toda forma, ao final, podemos afirmar que o livro apresenta unidade, demonstrando a força da Linha de Pesquisa “Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo”, do Programa do Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, pela qualidade dos capítulos, pois os pressupostos teóricos que a alicerçam são demonstrados nos capítulos, mesmo que os métodos sejam mais diversos.

Apresentarmos a obra aos leitores coloca-nos diante de um desafio, pois é a síntese dos esforços de cada um dos autores e, ao mesmo tempo, é produto coletivo desenvolvido por meio de pesquisas e dissertações, trabalhos de fundo de fortalecimento da Linha de Pesquisa e do Programa de Pós-Graduação. Portanto, com esta apresentação pretendemos, a partir daqui, incitar os leitores à leitura, mergulhar nos textos do capítulos.

O primeiro capítulo, “Formação da propriedade capitalista da terra e a manutenção da concentração fundiária no Bolsão (MS)”, apresenta parte da gênese da apropriação da terra no Leste de Mato Grosso do Sul a partir do século XIX e faz a aproximação, do ponto de vista da escala temporal, com o tempo presente, justamente no esforço de demonstrar a territorialização dos monopólios do setor de celulose sobre terras com indício de grilagem na formação territorial do Bolsão. Para tanto, a autora vale-se de documentos de titulação primitiva das posses, inventários e testamentos de partilhas de bens, matrículas de imóveis e mapas, além de referencial teórico sobre a temática. Por fim, para comprovação da expansão do monocultivo de eucalipto ligada à ações de empresas monopolistas, usou-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em “A Comissão Pastoral da Terra de Três Lagoas (MS) e a Geografia da luta de classes no Bolsão Sul-Mato-Grossense a opção prefe-

rencial pelos pobres”, o autor debruçou-se sobre os arquivos digitalizados da CPT/MS, justamente para compreensão de suas ações pastorais em favor dos pobres do campo. A CPT, guiada pelos princípios da Teologia da Libertação, teve importância central nas insurgências populares ocorridas no Bolsão e o capítulo demonstra os inúmeros conflitos agrários com a participação e apoio ativos da Pastoral de Três Lagoas.

No texto “Os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul no período de 2014 a 2020”, a autora analisa o tempo recente da Questão Agrária no estado, justamente aquele que coincide com a deposição de Dilma Roussef da Presidência da República e ascensão de seu Vice, Michel Temer, além da eleição de Jair Bolsonaro. Assim, aborda-se no capítulo alguns dos projetos de leis que ferem os povos do campo e a intensificação de propostas legislativas de caráter conservador, além do aumento da violência no campo, sobretudo contra camponeses e indígenas. Para tanto, os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foram importantes na construção do texto.

O quarto capítulo, “Quando o eucalipto invade o Cerrado: resistência das populações rurais tradicionais do município de Três Lagoas (MS)”, resulta de Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação desenvolvido pela autora. O texto inicia-se abordando a expansão dos monocultivos de eucalipto no Brasil e, nos últimos tempos, pelo Cerrado. Como singularidade, o estudo desdobrou-se sobre as consequências do cercamento dos plantios de eucaliptos pelas empresas ligadas ao setor de celulose no Distrito de Arapuá, Três Lagoas, maiormente nas comunidades rurais camponesas. Por outro lado, por meio de trabalhos de campo e entrevistas, a autora apreendeu as diversas formas de resistência empreendidas pelos camponeses assentados de Reforma Agrária e sitiantes.

As ações do capital monopolista promovendo a instalação de indústrias de celulose no município de Três Lagoas, nos últimos 10 anos,

trouxeram impactos de várias ordens. Um deles relaciona-se ao aumento da preço da terra em decorrência da busca por áreas para plantio de eucalipto, matéria-prima para produção de celulose. Portanto, no quinto capítulo, a autora debruça-se sobre as análises do comportamento dos preços praticados na comercialização de terras rurais no município de Três Lagoas, sob a ótica do rentismo e da terra como “reserva de valor”. Por fim, conclui-se que o aumento do preço da terra contribuiu para a expulsão de trabalhadores de antigas fazendas de gado, arrendadas para plantio de eucalipto, e a barreira de acesso à terra por meio da compra por pequenos camponeses e pela desapropriação de terras para a instalação de novos projetos de Reforma Agrária.

Os rebatimentos das ações das grandes empresas ligadas ao setor de eucalipto-celulose-papel para os trabalhadores, mormente terceirizados, são tratados pelos autores do sexto capítulo, intitulado: “Aspectos da dinâmica do agronegócio de silvicultura em Três Lagoas (MS): breves considerações sobre os trabalhadores(as) terceirados(as) a partir da empresa Suzano Papel e Celulose”. Para tanto, os autores valem-se de importantes referenciais teóricos sobre a finaceirização e seus desdobramentos no mundo do trabalho, como a intensificação e extensão das jornadas, o alto risco de acidentes e mortes, as baixas e insuficientes remunerações e o desgaste acelerado da força de trabalho. Por fim, os autores analisam as diversas formas de resistência dos trabalhadores terceirizados e com relações precarizadas de trabalho no município de Três Lagoas, demonstrando as contradições entre capital e trabalho.

No sétimo capítulo – “A agroecologia da classe camponesa”, a autora aborda as principais fundamentações teóricas sobre Agroecologia em diversos teóricos, privilegiando suas convergências e singularidades, mas, por fim, defende sua opção teórica justamente para se pensar o lugar da classe camponesa na transição agroecológica. Para tanto, além das apresentações e reflexões teóricas baseadas numa gama de autores, sua opção de pesquisa foi colocada em movimento por meio de reflexões

a partir das ações desenvolvidas nos projetos vinculados ao Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão) realizados no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária 20 de Março, no município de Três Lagoas.

Com o título “Transição agroecológica e sustentabilidade no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas-MS: o grupo das hortas em questão”, o oitavo capítulo analisa os caminhos de sustentabilidade do Grupo das Hortas representado por famílias que lutam pela permanência na terra de vida e trabalho no assentamento de reforma agrária 20 de Março, em Três Lagoas-MS, por meio do resgate das práticas agroecológicas de produção e comercialização com apoio do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão-UFMS).

O capítulo nono apresenta abordagens de formas de resistência camponesa em meio à territorialização do capital em Três Lagoas. Para tanto, a autora estabeleceu como objetivo entender a contribuição da agroecologia na recriação camponesa no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas (MS). Intitulado “Geografias camponesas no PA 20 de Março, em Três Lagoas (MS): caminhos agroecológicos”, a autora baseia-se teoricamente em vários autores e na experimentação social do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão-UFMS), mas o central em suas análises é o aporte teórico de Pierre Bordieu, para o entendimento de *habitus* camponês como elemento de recriação do modo de vida e da agricultura agroecológica camponesa.

Em “Panorama das escolas localizadas no campo no Território Rural do Bolsão (MS)”, décimo capítulo, o autor analisou se o contexto escolar das escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão (MS) se aproxima ou não da concepção de Educação do Campo. Para tanto, além da discussão dos fundamentos teóricos sobre Educação do Campo, o autor analisou os elementos centrais da questão agrária e realizou diversos trabalhos de campo para conhecer, fotografar e

entrevistar professores e gestores escolares nas escolas do campo em diversos municípios do Território Rural do Bolsão. O texto é um convite para desnudar as contradições em meio ao território dominado e controlado pelos latifundiários e capitalistas e as situações postas para as escolas localizados no campo.

No décimo primeiro capítulo, os autores analisam as disputas territoriais e os conflitos no campo e seus desdobramentos na luta e na conquista de políticas públicas voltadas para as escolas do campo. Para tanto, no intitulado “Educação do Campo e movimentos socioterritoriais camponeses: a conquista das políticas do Pronera e Pronacampo”, os autores baseiam-se em diversos autores, abordando a questão agrária, os conflitos no campo e os princípios da Educação do Campo e na análise de documentos pertinentes a esta política pública, como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Manual de Operações do PRONERA e o PRONACAMPO.

Em “A formação de uma cidade do agronegócio: a territorialização da agricultura capitalista em Chapadão do Sul (MS)”, os autores debruçam-se sobre a formação territorial de Chapadão do Sul, desde a chegada dos primeiros migrantes até à expansão da agricultura moderna de produção de grãos (soja e milho). Para tanto, os autores valeram-se de referências bibliográficas e análises de dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, o texto baseia-se na análise territorial compreendendo campo e cidade de forma integrada, sobretudo neste município dominada pelas ações de latifundiários e capitalistas ligados à agricultura tecnificada e produtora e exportadora de *commodities*.

A produção da cidade e a segregação socioespacial em Três Lagoas (MS) são os temas tratados no décimo terceiro capítulo, sob o título “É muito perigoso, você mora lá nos predinhos?” Vida cotidiana e segregação socioespacial em Três Lagoas (MS)”. Nos últimos anos a cidade apresentou significativo aumento populacional e crescimento

de seu espaço urbano, sobretudo pela construção de conjuntos habitacionais populares periféricos. Para o desenvolvimento da pesquisa e a apresentação de seus resultados, a autora entrevistou e analisou as falas dos sujeitos sociais que protagonizam esse processo: moradoras dos conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho.

No penúltimo capítulo – “A expansão geográfica do capital e a política fundiária orientada pelo Banco Mundial: o Programa Nacional de Crédito”, a autora aborda como o processo de financeirização do capital atinge a política de Reforma Agrária, a partir da criação do programa de financiamento para compra de imóveis rurais destinado aos camponeses sem terra ou com pouca terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Para tanto, analisa-se a relação existente entre o capital e o Estado, sob o contexto de financeirização da economia e da expansão geográfica do capital, propiciando as contrarreformas operadas pelo Estado brasileiro sob orientação do Banco Mundial e reconfigurando as políticas públicas, sobretudo de acesso à terra.

Por fim, no último capítulo – “Território, agricultura e reprodução ampliada do capital na Microrregião de Jales (SP)”, os autores centram-se na análise do avanço das relações capitalistas de produção no campo nos últimos tempos e a resistência dos sítiantes camponeses. Para tanto, utilizou-se do recorte espacial da Microrregião Geográfica de Jales, marcada pela desconcentração fundiária, pelo predomínio da agricultura familiar e diversificada. Estes traços, segundo o autor, são relevantes na análise da dinâmica agrícola e agrária regional e nas contradições relacionais no processo de monopolização do território e das ações de empresas ligadas ao setor sucroenergético.

Convidamos à leitura do livro “Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências”, por meio do conjunto de capítulos, apresentando a potência da produção acadêmica derivada do Programa de Pós-Graduação em Geografia

da UFMS/CPTL, de sua Linha de Pesquisa “Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo”.

Rosemeire Aparecida de Almeida
Sedeval Nardoque

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Formação da propriedade capitalista da terra e a manutenção da concentração fundiária no Bolsão (MS) - Leticia Alves Leonardo.....17

CAPÍTULO 2

A Comissão Pastoral da Terra de Três Lagoas (MS) e a Geografia da luta de classes no Bolsão Sul-mato-grossense: a opção preferencial pelos pobres - Marcelo Ribeiro de Mendonça51

CAPÍTULO 3

Os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul no período de 2014 a 2020 - Gabriela Nogueira de Medeiros.....80

CAPÍTULO 4

Quando o eucalipto invade o Cerrado: resistência das populações rurais tradicionais do município de Três Lagoas (MS) - Marine Dubos-Raoul105

CAPÍTULO 5

Rentismo, processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas (MS) - Amanda Emiliana Santos Baratelli.....134

CAPÍTULO 6

Aspectos da dinâmica do agronegócio de silvicultura em Três Lagoas (MS): breves considerações sobre os trabalhadores(as) terceirados(as) a partir da empresa Suzano Papel e Celulose - André Luis Amorim de Oliveira e Marcelino Andrade Gonçalves.....165

CAPÍTULO 7

A agroecologia da classe camponesa - Rosemeire Aparecida de Almeida195

CAPÍTULO 8

Transição agroecológica e sustentabilidade no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas-MS: o grupo das hortas em questão - Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira224

CAPÍTULO 9

Geografias camponesas no PA 20 de Março, em Três Lagoas (MS): caminhos agroecológicos - Francielle Rodrigues de Macedo.....255

CAPÍTULO 10

Panorama das escolas localizadas no campo no Território Rural do Bolsão (MS) - Rodrigo Ferreira Costa284

CAPÍTULO 11

Educação do Campo e movimentos socioterritoriais camponeses: a conquista das políticas do Pronera e Pronacampo - William James Vendramini e Rodrigo Simão Camacho313

CAPÍTULO 12

**A formação de uma cidade do agronegócio:
a territorialização da agricultura capitalista
em Chapadão do Sul (MS) - Amanda Júlia de Freitas
Mariano e Jodenir Calixto Teixeira.....339**

CAPÍTULO 13

**“É muito perigoso, você mora lá nos predinhos?”
Vida cotidiana e segregação socioespacial
em Três Lagoas (MS) - Patrícia Helena Milani.....366**

CAPÍTULO 14

**A expansão geográfica do capital e a política fundiária
orientada pelo Banco Mundial: o Programa Nacional
de Crédito - Luana Fernanda Luiz.....393**

CAPÍTULO 15

**Território, agricultura e reprodução ampliada
do capital na Microrregião de Jales (SP)
- Widson Tainan Ros Martins e Sedeval Nardoque.....418**

FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE CAPITALISTA DA TERRA E A MANUTENÇÃO DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BOLSÃO (MS)

Letícia Alves Leonardo¹

Introdução

Este trabalho é desdobramento de reflexões iniciadas durante a pesquisa de mestrado, intitulada “Questão agrária e patrimônios religiosos na Diocese de Três Lagoas (MS)”, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas e as observações, ainda iniciais, da pesquisa de doutoramento em andamento na mesma universidade, intitulada “Apropriação capitalista da terra na região do Bolsão sul-mato-grossense (MS) e a gênese da concentração fundiária”², financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este texto tem como objetivo empreender reflexões no sentido de evidenciar a gênese da concentração fundiária na região, relacionando-a com o avanço da agricultura capitalista e a intensificação da concentração fundiária.

Elegeu-se como recorte de pesquisa o Território Rural do Bolsão (MS), criado em 2013, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT),

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: leh_al95@hotmail.com

² Pesquisa em nível de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Três Lagoas, sob orientação do Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

na competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É formado pelos municípios de: Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas, compreendendo uma extensão territorial de 45.929,9 km². O MDA e, conseqüentemente o PRONAT, foram extintos em 2016, no governo Michel Temer.

A análise aqui proposta se mostra importante, pois entende-se que os problemas que conformam a questão agrária, envolvendo a posse, o uso, e a propriedade da terra, são decorrentes das formas históricas de apropriação das terras, ou seja, que há relação entre o processo-gênese da formação territorial e a concentração fundiária na região do Bolsão, resultando na transformação da terra em negócio e no avanço da agricultura capitalista. Logo, é elementar demonstrar que a grande propriedade foi, historicamente, reproduzindo-se no Bolsão (MS), dificultando a democratização do acesso à terra.

Para o entendimento de tal questão, parte-se do pressuposto teórico de que o desenvolvimento capitalista ocorre de modo desigual, contraditório e combinado, assumindo no Brasil características rentistas, fundamentadas no monopólio fundiário. Segundo Martins (1994, p. 129), a terra transformara-se no centro de acumulação, pois:

[...] Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra.

A terra então assume centralidade nas análises para compreensão do desenvolvimento capitalista brasileiro, pois se transformou em elemento fundamental do processo de produção e acumulação de

capital. (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2007). O desenvolvimento capitalista baseado na renda fundiária “[...] se consolidou em uma forma de desenvolvimento capitalista que reproduz o latifúndio, econômica, social e politicamente”. (PRIETO, 2020, p. 149). A grande propriedade tem sido hegemônica desde o período colonial, se solidificando ao longo dos anos e modernizando-se a partir da aliança entre os proprietários fundiários e os capitalistas, com o apoio do Estado que, por meio das políticas de desenvolvimento, incentivou a ocupação de áreas à Oeste do país, abrindo novas fronteiras agrícolas para a expansão e acumulação do capital. (PRIETO, 2020).

Para Almeida (2015), a retomada da acumulação do capital, recentemente, é marcada pelas formas de extração de renda e exploração da natureza. A autora pontua que o reencontro dessa acumulação de capital no Brasil ocorreu via reprimarização, por meio do mercado de *commodities*, o que explica a intensa territorialização dos cultivos voltados para a exportação nos últimos anos, como ocorreu no Bolsão (MS) e será demonstrado neste texto.

Nesse sentido, “[...] o caminho de apropriação de bens primários, e das rendas deles provenientes, como parte do eixo de acumulação do sistema capitalista, recoloca no debate do campo e da questão agrária no processo de reprodução ampliada do capital”. (ALMEIDA, 2015, p. 26).

A análise e o conjunto de dados apresentados no presente texto buscam endossar, empírico e teoricamente, a presença hegemônica da grande propriedade e a manutenção da concentração fundiária desde outros tempos. A expansão dos monocultivos na região foi viabilizada pelo processo-gênese de sua formação territorial e está assentada sobre terras apropriadas na burla da lei, com indício de grilagem.

Para compreender a gênese da formação territorial da Bolsão (MS) e sua consolidação a partir da grande propriedade, serão ana-

lisados documentos de titulação primitiva das posses, inventários e testamentos de partilhas de bens. A partir destes documentos, tem-se a pretensão de desvendar as estratégias de cercamento de imensas posses, a apropriação se constituiu por meio da violência e do conflito, na expropriação e extermínio indígena e na sujeição de pequenos posseiros. Os documentos relativos à posse e apropriação de terra encontram-se nos acervos dos arquivos da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER, e do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul – TJ(MS).

Em relação à estrutura fundiária, foram analisados dados do Censo Agropecuário, relativos ao ano de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovando a permanência do latifúndio intocado, protegido pelo capital, que o vestiu com a roupagem moderna do agronegócio. No que se refere a expansão da agricultura capitalista, com a produção de *commodities* para exportação, especialmente a cana-de-açúcar, o eucalipto e também a pecuária bovina, foram analisados dados da produção agropecuária, disponíveis na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), na Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e ainda na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), publicados pelo IBGE.

A leitura dos dados permitiu verificar a expansão da agricultura capitalista no Bolsão, promovendo a modernização da base técnica da agricultura, alimentando a imagem moderna do latifúndio, intensificando o uso capitalista do solo e, conseqüentemente, reforçando a concentração de terra e renda.

O presente texto surgiu da necessidade imposta, frente a territorialização dos monopólios como a pecuária, a cana-de-açúcar e, nos anos recentes, do setor de celulose, em evidenciar, para além do discurso da modernização do latifúndio, a hegemonia histórica da grande propriedade desde a formação/consolidação do Bolsão, des-

velando o pacto de classe estabelecido na região, fundamentado na apropriação privada da terra pública, em grandes dimensões, sustentada e respaldada pelo Estado, que promoveu a legitimação das grandes posses com indícios de grilagem e à revelia da lei. Em outras palavras, destacar o pacto territorial, patrimonialista e rentista, que se formou a longo da história, como condição da reprodução da classe dos capitalistas proprietários fundiários do Bolsão.

Portanto, a discussão aqui proposta se torna oportuna e necessária ao desnudar os problemas fundiários da região, bem como sua gênese, e evidenciar os interesses de classe envolvidos no bloqueio no acesso à terra, reafirmando assim a propriedade privada capitalista da terra e a permanência da questão agrária como problema nacional, político e de classe. (ALMEIDA, 2011).

A gênese do latifúndio e o “Sertão dos Garcia”

De acordo com Oliveira (2015, p. 5), “[...] o Brasil tem em pleno início do século XXI, os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. A estrutura fundiária concentrada se mostra como permanência de outros tempos, herança de práticas concentradoras de terra e consequência das formas de apropriação ocorridas desde a colonização. As monoculturas de cana, de cacau, de café, foram ao longo dos anos conformando o modelo de exploração do território.

A região do Bolsão (MS) foi ocupada no período das posses livres, no interstício jurídico entre a revogação do sistema sesmarial, em 1822, e a instituição da Lei de Terras, em 1850. O regime de posse ocorria concomitante à distribuição de sesmarias, mas aumentou significativamente após 1822. Assim:

Nos primeiros séculos da colonização, a posse representou também a forma de ocupação do pequeno

lavrador sem condições de solicitar uma sesmaria. 'A sesmaria', diz Cirne Lima, 'é o latifúndio inacessível ao lavrador sem recursos'. Desenvolveu-se essa prática, às margens dos grandes latifúndios, em atividades de subsistência ou fornecimento de gêneros alimentícios para os solarengos.

Sem deixar de existir nessa forma, entretanto, a posse também assumiu na área da agricultura a feição dos grandes latifúndios. As mesmas condições que levaram à falta de controle no tamanho das sesmarias fizeram com que o limite da posse fosse dado pelo próprio posseiro. (SILVA, 2008, p. 66-67).

As posses estabelecidas na região do Bolsão se constituíam, na verdade, verdadeiros latifúndios e algumas fazendas chegaram a ter mais de 800 mil hectares, como foi o caso da fazenda Campo Triste, apontada no trabalho de Camargo e Batista (2017).

A partir da instituição da Lei de Terras (601/1850), o acesso à terra passou a ser permitido somente por meio da compra, proibindo os apossamentos nas terras devolutas. Segundo Martins (2010), o objetivo da criação da Lei de Terras era manter os privilégios da elite, uma vez que, com o fim da escravidão, era preciso garantir a subordinação dos ex-escravizados e dos imigrantes como mão-de-obra na lavoura. Ao tornar a terra cativa, precificando-a, restringia-se o acesso da população pobre à terra.

Mas as posses continuaram a ocorrer à revelia da lei, diante da enorme extensão territorial no Brasil, não havia controle eficiente sobre a apropriação das terras devolutas, como ainda não há, vede o caos fundiário contemporâneo, principalmente em áreas de expansão da fronteira agrícola, como o MATOPIBA³, por exemplo.

³ Região que abrange parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Com a instituição da República e a promulgação do texto constitucional de 1891, houve a transferência aos estados federativos a responsabilidade sobre a regularização fundiária das terras devolutas localizadas no interior de suas áreas jurisdicionais. (SILVA, 2008). Esta transferência da gestão das terras beneficiou as oligarquias regionais, pois os estados passaram a ter ampla autonomia, fortalecendo assim os poderes locais, visto que poderiam influir diretamente na distribuição de terras de acordo com seus interesses. (MORENO, 1994).

Assim:

Os dados revelam que o domínio das terras com extensões exorbitantes, ainda eram resultantes das ocupações ou posses, que já deveriam ter caído em comisso, caso não houvesse a constante dilatação de prazos. Os vários governantes preferiam não se indispor politicamente com os latifundiários e, por outro lado, mantinham em alta a arrecadação da receita para o tesouro do estado. (MORENO, 1994, p. 111).

A ocupação da região do Bolsão (MS) aconteceu nesse cenário de apropriação de enormes extensões de terras devolutas e dos povos indígenas que foram, posteriormente, legitimadas pelo Estado, muitas delas na base do clientelismo e na burla da lei. Migrantes mineiros e paulistas se estabeleceram, no decorrer do século XIX, em Sant'Anna do Paranahyba (atual Paranaíba), localizada no extremo Leste da província (assim denominada até 1889) de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul. As fazendas eram demarcadas a "olho", na marcha de cavalos e burros e os limites estabelecidos por meio de estacas, de aguada à aguada (nos cursos d'água), onde o gado era criado solto e, à medida em que avançavam para novas pastagens, essas eram incorporadas ao patrimônio do grande posseiro. (TRUBILIANO, 2014). Para Camargo e Batista (2017), não era de interesse dos afazendados demarcarem precisamente os limites de suas posses, demarcadas levando em consideração os elementos naturais, como córregos e rios.

Todavia, antes da chegada dos colonizadores e dos “pioneiros”, havia população indígena na região, os Cayapó (BORGES, 2017) e os Ofaié, que atualmente habitam a Terra Indígena Anodhi, em Brasilândia (MS) (SIQUEIRA, 2018). Naquela época, sobressaía a concepção de “vazio”, “sertão desocupado”, à espera da civilização, pois os dominadores não reconheciam os indígenas como habitantes locais. (CAMARGO; BATISTA, 2017).

Os primeiros habitantes não indígenas de Sant’Anna do Parahyba chegaram à região no final da década de 1820, foram as famílias Garcia Leal, Lopes, Barbosa e Pereira (LUCIDIO, 1993). Consta da historiografia regional que a família Garcia Leal migrou de Minas Gerais devido a disputas de terra com a família Silva, em São João do Abade, no sul de Minas Gerais. De Minas Gerais, Campestrini (2002) aponta que a família se deslocou para São Paulo e só depois estabeleceram-se em Sant’Anna, ocupando grande parte das terras devolutas.

A entrada destes migrantes ficou registrada no livro de expedições de conhecimento e exploração empreendidas por Joaquim Francisco Lopes, patrocinadas pelo Barão de Antonina. Os relatórios foram organizados e publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul na Série Relatos Históricos – volume II. (CAMPESTRINI, 2002; CAMARGO; BATISTA, 2017).

Lucidio (1993, p. 93), sobre a ocupação da região, apontou:

Geograficamente, em relação ao sul da Província, a família Garcia Leal instalou-se: a leste, na área compreendida pelas águas do rio Aporé ou do Peixe; ao norte, em demanda das cabeceiras do mesmo Aporé e em direção ao Taquari; a sudeste, sul e sudoeste, os rios Paranaíba, Paraná e Sucuriú, respectivamente. Acompanhado pelos irmãos Januário, Pedro e Joaquim e do sogro José C. de Souza fundaram posses, a partir de 1830, na faixa de terras acima delimita-

da. [...] Vivendo inicialmente em comum, dentro de uma mesma área, eles, pouco a pouco, foram se separando, mas ocupando terras contínuas. Ao se espalharem, uns seguiram e estabeleceram-se no rio do Peixe; outros atingiram as cabeceiras do Santana; e um terceiro grupo, misturando-se com os Souza e Lopes, fixou-se no Sucuriú.

As posses ocupadas por eles possuíam dimensões exorbitantes e a região ficou conhecida como “Sertão dos Garcia”. Com o monopólio da terra, ganharam status de “pioneiros”, “heróis desbravadores do sertão”, conforme pode ser observado no texto escrito pelo ex-Senador Ramez Tebet, na abertura da segunda edição do livro Santana de Paranaíba (2002), do historiador Hildebrando Campestrini (2002).

Nascido em Três Lagoas, criei-me entre os descendentes dos Garcia Leal, ouvindo atento suas histórias (exemplo de coragem, honestidade e trabalho) aprendendo com ela a amar este rincão, tornando-me companheiro, irmão e cúmplice na realização de seu destino. Como é grandiosa a nossa história. São os Garcia Leal (José, o maior deles), que chegam a este sertão e o desbravam. São os Lopes; Joaquim Francisco, para nós o mais importante; José Francisco (o Guia Lopes da Laguna), glória para os sul mato-grossenses – que marcam e implantam fazendas, vasculham todos os rios, reconhecem a terra dadivosa do vácuo. São os Barbosa, que daqui emigram para iniciar o povoamento da Vacaria. Ainda os Lima, os Pereira, os Sousa. E tantos, tantos outros. Não é demais afirmar que o povoamento de nosso estado começou aqui, daqui se espalhou para a Vacaria e, em parte, para o Campo Grande, permitindo proclamar que Paranaíba é o berço de Mato Grosso do Sul. (TEBET, 2002, p. 9).

José Garcia Leal, o patriarca da família, apossou-se de significativas sesmarias e conquistou espaço político na região. Foi nomeado

diretor da povoação, ficando responsável pela construção da estrada do Piquiri, angariando amplos poderes para administrar a localidade de Sant'Anna. (CAMARGO, 2010).

A família Garcia Leal, ao se apropriar das terras, distribuiu-as entre seus familiares e amigos por meio da venda ou doação. Consta que José Garcia Leal e família abriram as posses: Coqueiros, Serra, Irara, Barreiro, Formoso, Bonito, Árvore Grande, Velhacaria, Bebedouro, Córrego Fundo, Morangas, Divisa, Água Limpa e São Domingos. (IHGMT, 1924).

Em relação aos Lopes, mais especificamente Joaquim Francisco Lopes, consta que chegou à região juntamente aos Garcia Leal, para realizar incursões no interior da Província de Mato Grosso. A família dos Lopes mudou-se para a região em 1832 e meses depois fundaram a fazenda Monte Alegre. Em 1834, nas proximidades do rio Sucuriú, Joaquim Francisco Lopes fundou a posse Paraíso para seu irmão Gabriel. (LUCIDIO, 1993; CAMPESTRINI, 2002).

Lopes percorreu grandes extensões de terras, a pedido do Barão de Antonina, fundando posses pelos rios Santana, Sucuriú, Taquarusú, Verde, Pardo, Vacaria, Anhanduí, Brilhante, Nioaque, Miranda e Ápa. (CAMPESTRINI, 2009).

Lucidio (1993, p. 61) aponta que outras famílias vieram a ocupar a região:

[...] vale destacar a participação dos Gonçalves Barbosa, representados por Antônio e Ignácio procedentes de Franca – São Paulo. O primeiro, junto com a mulher, filhos, genros e noras, criações e bens móveis chega à região do rio Pardo em 1835, fixando-se nas proximidades da sua margem direita em local denominado Santa Rita, dando a sua posse o nome de Sucuriú. Dali saíria, com alguns dos seus, a convite do genro Gabriel Francisco Lopes para se

estabelecerem nos campos da Vacaria onde, [...] fundaram, a partir de 1836, as posses Boa Vista e Caçada Grande. Com a chegada, em 1842, de Ignácio e demais irmãos com as respectivas famílias espalharam-se iniciando o desbravamento da zona da Vacaria e de vários pontos da serra de Maracaju e planalto de Amambaí. (LUCÍDIO, 1993, p. 61).

Em relação aos documentos comprobatórios da posse da terra, a maior parte dos processos de titulação primitiva compõe o arquivo do extinto Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso do Sul (TERRASUL), hoje sob cuidados da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Entre os documentos pesquisados na AGRAER, foram encontrados mapas em papel vegetal, elaborados entre 1984 e 1994, que indicam a localização aproximada das fazendas e os nomes dos afazendados. As informações disponíveis nos mapas, associadas às descrições das posses e delimitação dos marcos naturais nos processos de titulação primitiva, permitiram organizar a tabela 1 com as 20 maiores posses, das quais foram possíveis identificar suas dimensões. Esses dados organizados permitiram apreender o quadro geral sobre a incorporação de terras e a formação da grande propriedade no “Sertão dos Garcia”, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: Bolsão (MS): as posses fundadas no "Sertão dos Garcia"

POSSE	ÁREA (HA)	LOCALIZAÇÃO
Taquarussú	604.037	Brasilândia, Água Clara e Três Lagoas
Campo Triste	586.958	Água Clara e Três Lagoas
Bananal da Boa Vista	325.471	Água Clara e Três Lagoas
Brioso	325.149	Três Lagoas
Córrego Fundo	298.096	Inocência, Três Lagoas e Água Clara
Prata	177.000	Três Lagoas
Pedra Branca	157.600	Paranaíba
Rios Pombo e Verde	150.000	Água Clara e Três Lagoas

Araguaya	148.353	Brasilândia
Cachoeira	132.345	Paranaíba, Selvíria e Água Clara
Barreiro	125.764	Paranaíba, Inocência e Água Clara
Morangas	120.277	Paranaíba e Inocência
Pântano	98.220	Selvíria
Rio Grande	86.400	Aparecida do Taboado
Boa Vista	85.181	Paranaíba e Inocência
Formigas	70.187	Paranaíba e Inocência
Morro Vermelho	63.160	Selvíria
Piaba	60.754	Três Lagoas
Bela Vista	57.600	Selvíria
São Pedro	57.080	Inocência
Total	3.729.632	

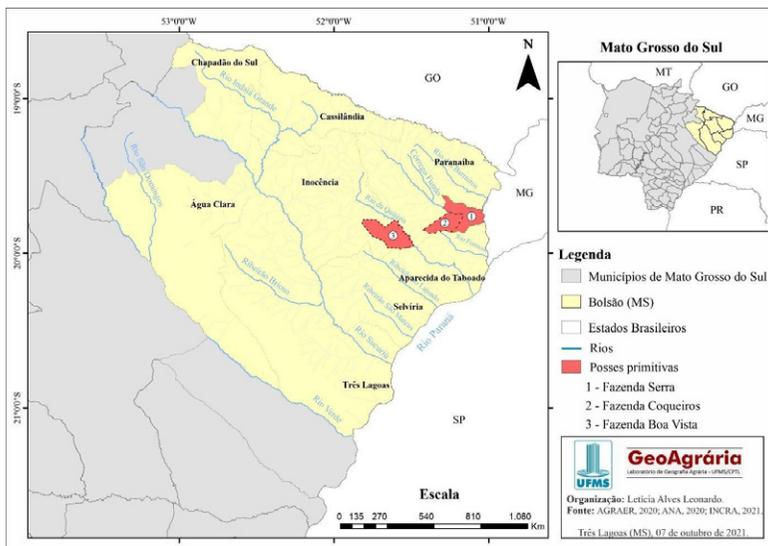
Fonte: AGRAER. Org: a autora.

Estas informações dão indicativos da imensidão que se constituía o “Sertão dos Garcia”, contudo, grande parte das posses primitivas passaram por processos de partilha antes da sua regularização, o que permite supor que suas dimensões eram muito mais extensas na época de sua fundação. As posses foram fundadas na primeira metade do século XIX, sendo a maioria entre as décadas de 1830 e 1850, ou seja, foram apossadas antes da vigência da Lei de Terras nº 601 de 1850. Essas posses deveriam ter sido regularizadas, mas os prazos para regularização foram constantemente prorrogados pelo governo provincial e, posteriormente, estadual, conforme apontou, em outros estudos, Moreno (1994). Na maior parte dos processos de titulação definitiva das fazendas analisadas, a regularização foi requerida somente no final do século XIX, após quase 50 anos de vigência da Lei de Terras. No momento da regularização, muitas fazendas não se encontravam sob domínio dos afazendados primitivos.

Segundo testamento aberto de José Garcia Leal, registrado em 1850, no Cartório do 1º Ofício de Paranaíba, transcrito por Campes-trini (2002), o patriarca teria fundado uma fazenda para cada filho, no total de 13 posses. Em busca dos processos das posses pertencentes à

família Garcia Leal, foram encontrados documentos relativos a duas delas: a fazenda Serra e a fazenda Coqueiros. Estas posses, conforme descrição dos limites naturais nos autos de medição e demarcação, eram contíguas, conforme demonstrado no mapa 1.

Mapa 1: Bolsão (MS): posses primitivas



Fonte: Autora (2021).

Os pedidos de concessão dos títulos definitivos de ambas as posses não foram requeridos por José Garcia Leal, quando da regularização, pois haviam sido repartidas entre os herdeiros e/ou transferidas por meio da venda a terceiros.

A fazenda Serra⁴ foi titulada somente em 18 de abril de 1898, em nome de Carlos Ferreira de Castro, Eliezer da Silva Latta e Angelo

⁴ Documento nº 00042 1898 (Paranaíba). Disponível do acervo documental da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Consultado em: 21 set. 2020.

Ventura de Paula, com área de 26.728 hectares. No decorrer do processo, consta que os requerentes haviam adquirido as partes por compra de Wladislau José Garcia, filho de José Garcia Leal, no ano de 1885 (AGRAER, 1898).

A fazenda Coqueiros⁵ foi titulada em 15 de setembro de 1900 em nome de José Rodrigues Anacleto, Coronel Carlos Ferreira de Castro, Francisco Garcia da Silveira, João José de Castro, José Martins dos Reis, Evaristo José Dias, Anna Bernardina de Paula, Florência José Ferreira e outros condôminos, com área de 20.206 hectares. José Rodrigues Anacleto, um dos requerentes, era genro de José Garcia Leal, casado com sua filha Felisbina Garcia Leal (AGRAER, 1900).

No testamento aberto de José Garcia Leal, registrado em 1850, o patriarca deixou registrado que seus herdeiros estavam de posse das fazendas de culturas que o mesmo havia dado a cada um e destinava a fazenda Serra, na qual ele morava, para seu genro José Rodrigues Anacleto. Mas, conforme pode ser observado no processo de titulação primitiva, os requerentes alegaram ter comprado as partes de terra da referida fazenda de Wladislau José Garcia, fato que suscita dúvidas se houve a realização de alguma permuta entre os herdeiros, ou se a fazenda Serra era originalmente maior do que a área a qual Carlos Ferreira de Castro, Eliezer da Silva Latta e Angelo Ventura de Paula pediam a regularização, em 1898.

José Garcia Leal deixou, segundo seu testamento, uma parte de terras, localizadas além do rio Paranaíba, avaliada em seiscentos e setenta e cinco mil réis, de esmola para seus escravizados. Segundo Campestrini (2002), José Garcia Leal vinha aos poucos alforriando seus escravizados

⁵ Documento nº 00119 1900 (Paranaíba). Disponível do acervo documental da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Consultado em 21 de set. 2020.

e, com sua morte e de sua esposa, ficariam todos livres. Além da doação aos escravizados, José Garcia Leal fez concessão de parte das terras da fazenda Serra à pobreza da vila, permitindo a algumas famílias pobres construírem suas casas em parte de suas terras, em local estabelecido por ele, nas proximidades do terreno da vila de Sant'Anna.

De acordo com os documentos, a família Garcia Leal tinha relação complexa com os índios Cayapó, pois o patriarca doou aos indígenas parte de terras no valor de quatrocentos mil réis, localizadas na barra do ribeirão Barreiro. O documento de doação foi registrado, segundo Campestrini (2002), no Cartório do 1º Ofício de Paranaíba, em 1 de junho de 1860.

Todavia, de acordo com Rodrigues (2017), os Cayapó faziam resistências frente a ocupação dos migrantes em terras da região. A autora aponta que os indígenas eram entendidos como problema de ordem pública.

Borges (2017) traz importantes informações sobre o aldeamento dos indígenas Cayapó em Sant'Anna do Paranahyba. A autora, analisando as correspondências oficiais do Governo de Mato Grosso com o interior da Província, enviadas ao diretor da povoação de Sant'Anna, na época José Garcia Leal, encontradas no Arquivo Público de Mato Grosso, aponta o ano de 1837 como o marco para o estabelecimento do aldeamento dos Cayapó. Os documentos analisados indicam a existência de disputas territoriais, envolvendo a família Garcia Leal:

Em correspondência à mesma autoridade, o presidente na semana seguinte chamava a atenção para a contenda entre o Diretor dos Índios Cayapó, Felisberto Rodrigues da Costa, e Januário Garcia Leal. A contenda se dava: '[...] acerca de um terreno onde hoje se acha fundado o aldeamento dos mesmos índios como tudo fez constar ao Presidente da Província, o então Delegado do mesmo, em vários ofícios

do cidadão José Garcia Leal, pedindo providências a respeito'. Dessa correspondência depreende-se o papel da administração provincial tentando coibir as ações de apossamento ilegal de terrenos na região, realizadas por Januário Garcia Leal, em querela com o protegido de José Garcia Leal, seu irmão, já que foi Felisberto quem substituíra Manoel Silvério de Oliveira no cargo de Diretor do aldeamento dos Cayapó, no início de 1840. (BORGES, 2017, p. 120).

Segundo o relatório do novo presidente da povoação, José da Silva Guimarães, datado de 1841, a área em disputa, localizava-se a uma légua do rio Barreiros, não teria sido, de fato, ocupada e cultivada por Januário Garcia Leal, afirmando José da Silva Guimarães que o dito Leal não possuía título legítimo, somente uma hipotética prioridade de posse, que se achava caduca, diante da ausência de morada e cultivo na referida parte de terra. (BORGES, 2017).

A fazenda Barreiro foi registrada tempos depois como posse de Januário, figurando no Livro de Coletoria desde 1857, constando inclusive em seu inventário. Em 1851, José Garcia Leal aparece nos documentos sendo citado como Diretor da aldeia dos índios. (BORGES, 2017).

Nos arquivos da AGRAER encontrou-se o processo de titulação definitiva da fazenda Barreiro⁶, requerida por Joaquim Leal Garcia e outros, de área medindo 54.126 hectares, cujo título definitivo foi concedido pelo governo de Mato Grosso em 24 de novembro de 1903. Todavia, os mapas antigos disponíveis no mesmo arquivo indicam que a referida fazenda tinha área de 125.764 hectares, ou seja, a época da regularização já teria a fazenda sido desmembrada entre os herdeiros dos Garcia Leal (AGRAER, 1903).

⁶ Documento nº 00100A 1903 (Paranaíba). Disponível do acervo documental da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Consultado em 21 de set. 2020.

A respeito da apropriação de terras pelos Garcia Leal, Borges (2017, p. 125) afirma:

Apossar-se com o ‘olhar a perder de vista’ era prática comum dos Garcia, dos Lopes, entre outros sobrenomes dos intitulados ‘pioneiros’ em Sant’Anna do Paranahyba. Nelas, trabalhar e viver o modo possível de cada dia, resistindo e/ou se acomodando às condições adversas, era ação comum dos pobres da terra... como ainda hoje. Isto nos leva a pensar nos impasses para a demarcação e a definição de limites do aldeamento em Sant’Anna, pois não seria conveniente aos grandes posseiros o reconhecimento dos aldeamentos como terra indígena.

De acordo com Martin (2010), o coronelismo e o banditismo foram muito fortes na região do Bolsão e as famílias reconhecidas como “pioneiras” usaram dos meios mais violentos para bloquear o acesso à terra pela população pobre, subjugando pequenos posseiros, camponeses e indígenas.

Na formação territorial do Bolsão, os documentos de titulação primitiva e os recentes estudos sobre a propriedade privada capitalista da terra têm revelado indícios de que o cercamento e incorporação das terras da região foram realizados, em alguns casos, à revelia da lei, burlando as regras de regulamentação fundiária, usando estratégias de apropriação indevida de terras devolutas, resultando na grilagem da terra pública. Prieto (2020, p. 132) bem pontuou que “a grilagem de terra é fundamento da formação territorial brasileira e atravessa espaço-temporalmente todos os níveis e dimensões de análise do país”.

A fazenda Boa Vista⁷, representada no mapa 1, junto às fazendas Coqueiros e Serra, é um dos exemplos de incorporação da terra pública

⁷ Documento nº 00041 1895 (Paranaíba). Disponível do acervo documental da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Consultado em 21 de set. 2020.

na burla da lei. No processo de titulação da referida fazenda, consta um documento de parecer, oriundo da Diretoria de Terras de Mato Grosso, datado de 20 de maio de 1896, relatando que a posse apresentava excesso de área de 49.371 hectares em relação ao limite permitido para a regularização, de acordo com o regulamento 1.318 de 1854. Todavia, o parecer conclui que, por não ter manifestação de reclamantes, não apresentava “irregularidade grave”. A medição foi requerida por Carlos Ferreira de Castro e o título definitivo foi concedido em 1896, com área de 62.340 hectares. Na análise dos documentos e mapas relativos ao Bolsão, observou-se que Carlos Ferreira de Castro, referido como coronel nos documentos, possuía além da fazenda Boa Vista, outras posses (Serra, Cupins e parte de terras na fazenda Coqueiros), e que estas eram contíguas, monopolizando significativa área territorial da região (AGRAER, 1895).

A fazenda Morro Vermelho, objeto de análise de Melo (2021), também possui indícios de grilagem. De acordo com o levantamento realizado pelo autor:

A história da fazenda, atualmente destinada ao cultivo de eucalipto e que, desde 1978, foi administrada pela Cisalpina Agropecuária LTDA, apresenta diversas incongruências sobre sua origem, tamanho e transferência de domínio. A cadeia dominial [...] indica que os registros oficiais da Morro Vermelho surgiram em 1914 em decorrência do inventário de Olivia Garcia Dias, mencionado na publicação do Juiz Honorato de Barros Paim. No inventário, acessado no acervo do Tribunal de Justiça de Campo Grande (TJMS), Olivia Garcia Dias herdou de seu marido, Silvério Garcia Dias, a chamada Fazenda Morro Vermelho, entretanto, sem apresentar qualquer matrícula ou registro oficial das terras. Em nome de Silvério há, ainda, no acervo do TJMS, outro inventário com data de 24 de abril de 1894, cujo

teor indica a transição de parte da Fazenda Moran-
gas via partilha dos bens de sua mãe Lucinda Garcia
Leal. (MELO, 2021, p. 169).

A respeito da incorporação do patrimônio público por grileiros, Prieto (2017) compreende que no período das posses livres (1822 a 1850), quando se iniciou a ocupação do “Sertão dos Garcia”, houve a constituição de um “império da grilagem”, relacionado às formas de proteção na aquisição de terras no período colonial somado às leis instituídas posteriormente, assegurando aos “proprietários” de terra o reconhecimento da apropriação privada do patrimônio público.

Os mineiros e paulistas, ao se deslocarem para a região, se apropriaram de imensos latifúndios, dando o tom da ocupação territorial e a destinação e uso das terras do Bolsão (MS), representando a gênese da estrutura fundiária calcada na grande propriedade.

A hegemonia da grande propriedade no Bolsão (MS)

A estrutura fundiária do Bolsão (MS) sofreu poucas mudanças ao longo dos anos, mantendo a hegemonia da grande propriedade, concentrando terra e poder nas mãos de alguns poucos sujeitos. Os dados publicados pelo IBGE confirmam a reprodução da grande propriedade no Bolsão (MS), demonstrando que, em 2017, os estabelecimentos rurais acima de mil hectares representavam 13,95% do total e detinham 71,57% da área total, ocupando 2.822.213 hectares; por outro lado, os pequenos estabelecimentos, de até 200 hectares, representavam, aproximadamente, 50% do total de estabelecimentos, mas ocupavam apenas 4,57% do total da área, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - Bolsão (MS): estrutura fundiária – 2017

Classe de Área total (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
0 a menos 50	2.101	33,61%	40.681	1,03%	19,36
50 a menos de 100	670	10,72%	39.219	0,99%	58,54
100 a menos de 200	683	10,92%	100.407	2,55%	147,01
200 a menos de 500	1.128	18,04%	369.075	9,36%	327,19
500 a menos de 1000	798	12,76%	571.960	14,50%	716,74
Acima de 1000	872	13,95%	2.822.213	71,57%	3.236,48
Total	6.252	100,00%	3.943.555	100,00%	

Fonte: IBGE - Censo agropecuário, 2017. Org. pela autora.

Melo (2021) fez importante análise da reprodução do latifúndio no Bolsão, compilando dados sobre a concentração de terras, identificando os atuais cinco maiores proprietários fundiários, organizados na tabela 3. A análise dos dados mostra que os maiores proprietários são grupos empresariais ligados ao agronegócio, as empresas Mahal Empreendimentos e Novo Oeste foram destacadas por Melo (2021) como subsidiárias da Arauco Indústria de Painéis Ltda. A Arauco é uma empresa chilena, atuando na produção de painéis de madeira, com plantio de eucalipto nas terras da região.

A Agropecuária Oriente Ltda. também se destaca por possuir 54.267,90 ha em imóveis rurais no município de Água Clara (MS). A empresa possui como principal sócio o grupo Gerdau do setor siderúrgico e com sede em São Paulo (SP), exemplificando mais uma vez a busca de outros setores em deter o monopólio sobre a propriedade fundiária e se apropriar também da renda da terra. (MELO, 2021, p. 147).

Tabela 3 - Bolsão (MS): Maiores proprietários fundiários (2020)

Proprietário	Nº de propriedades	Área total (ha)	Municípios
Mahal Empreendimentos e Participações S.A.	38	60.869,29	Água Clara, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul, Paranaíba, Inocência e Três Lagoas
Colpar Participações S/A	13	56.682,67	Água Clara
Agropecuária Oriente LTDA	2	54.267,90	Água Clara
FIBRIA/MS Celulose Sul Mato -Grossense LTDA	10	43.005,20	Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas
Novo Oeste Gestão De Ativos Florestais S/A	8	33.710,75	Água Clara, Chapadão do Sul, Inocência e Três Lagoas
Total	72	248.562,80	

Fonte: Melo (2021).

Em relação à compra e concentração de terra por empresas, Oliveira (2001) afirma que esses grupos econômicos incorporam imóveis rurais ao seu patrimônio, pois além da possibilidade de auferir renda fundiária, funcionam como reserva de valor e/ou reserva patrimonial, sendo utilizados como instrumentos de garantia no acesso a financiamentos bancários e aos incentivos governamentais das políticas públicas.

A aliança entre proprietários fundiários e capitalistas, com apoio do Estado, se intensificou a partir da década de 1970, com as mudanças da base técnica na agricultura (GRAZIANO SILVA, 1982). A agricultura passou a receber novas tecnologias, impulsionando a produção de *commodities* para a exportação, se interligando, dessa forma, com o mercado mundial, associando as empresas nacionais a grandes empresas internacionais. A permanência da grande propriedade propiciou o avanço da fronteira e a territorialização do capital. No Bolsão, a territorialização ocorreu com a instalação de empresas capitalistas no campo vinculadas, principalmente, aos cultivos de soja, cana-de-açúcar e eucalipto.

Historicamente, a região do Bolsão foi alicerçada na pecuária bovina, introduzida à época da ocupação pelos migrantes mineiros e paulistas, mas foi aos poucos abrindo espaço para a agricultura capita-

lista de *commodities*, destacando, inicialmente, a cana-de-açúcar, com a produção de agrocombustíveis e, nos últimos anos, o plantio de eucalipto para a produção de celulose.

Na tabela 4 são evidenciados os dados de efetivo bovino na região, demonstrando a pecuária de corte como prevalente no Bolsão. O ano de maior efetivo bovino ocorreu em 2005, com 3.881.990 cabeças e, contudo, o número do efetivo apresentou queda, atingindo, em 2020, 2.598.406 cabeças.

Tabela 4 – Bolsão (MS): efetivo de rebanho bovino (1980-2020)

Ano	Efetivo do rebanho
1980	1.541.739
1985	2.309.035
1990	2.953.770
1995	3.727.302
2000	3.678.412
2005	3.881.990
2010	3.332.252
2015	2.907.956
2020	2.598.406

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal. Org. pela autora.

O relativo declínio da pecuária corresponde à instalação, no município de Três Lagoas, do complexo fabril (Projeto Horizonte), em 2006, originando a FIBRIA, em 2009. Em 2010, a empresa Eldorado Brasil lançou a pedra fundamental de sua fábrica de celulose no município, (KUDLAVICZ, 2011), sendo inaugurada em 2012.

A cana-de-açúcar também representa importante cultivo da agricultura capitalista no Bolsão. A produção iniciou-se na região em 1990, registrando, em 2015, a maior área plantada, com 55.719 hectares. Aparecida do Taboado é o município da região com maior área plantada, registrando, em 2020, 23.974 hectares e 1.122.004 milhão de

toneladas. O município de Chapadão do Sul também se destaca no cultivo de cana-de-açúcar, registrando, em 2020, 18.197 hectares, produzindo 1.492.137 milhão de toneladas do cultivo (tabela 5).

A expansão da cana-de-açúcar, em meados da década de 2000, foi favorecida, segundo Teixeira (2015), pela ocorrência de focos de aftosa encontradas no rebanho bovino, culminando com o fechamento das exportações de carne, juntamente com a queda nos preços da soja.

A soja também é importante *commodity*, com números de produção e área destacados no município de Chapadão do Sul, que registrou, em 2020, área plantada de 91.000 hectares, produzindo 327.600 mil toneladas. Os cultivos de grãos se expandiram pelo estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1970, devido, principalmente às “[...] facilidades criadas pelo Estado através da concessão de recursos financeiros e as condições favoráveis da região para a produção de grãos em larga escala, converteram as zonas de cerrado do Brasil Central na principal zona de fronteira agrícola do país a partir dos anos 1970”. (HESPA-NHOL, 2000, p. 18). Todavia, o cultivo da leguminosa no Bolsão intensificou-se a partir da década de 1990, atingindo, em 2005, 145.970 hectares plantados, apresentando relativa queda a partir desse ano.

Tabela 5 – Bolsão (MS): Área plantada com os cultivos de cana-de-açúcar e soja (1990-2020)

Ano	Eucalipto	Pinus
2013	326.700	3.350
2014	484.450	700
2015	486.398	500
2016	516.400	276
2017	581.847	265
2018	571.800	340
2019	572.974	334

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal. Org. pela autora.

Em anos recentes, territorializaram-se duas grandes plantas industriais para a fabricação de celulose e papel, a Suzano e a Eldorado Brasil, propiciando nova reconcentração fundiária na região. Todavia, Kudlavicz (2011) aponta que nas décadas de 1970 e 1980 já havia plantio de eucalipto no Bolsão, devido aos sistemas de créditos oferecidos pelos programas governamentais, com destaque para o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Essa política de desenvolvimento facilitou a expansão da pecuária e do plantio de eucalipto e pinus. (ABREU, 2001). Portanto:

Fazer referência a esta política de incentivos fiscais é fundamental porque é ela que vai dar origem aos primeiros plantios de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, situados na Microrregião de Três Lagoas. Ainda que nessa época os plantios tenham sido feitos em pequena escala, eles foram determinantes como sinalizador dessa Microrregião como área reservada para o monocultivo de eucalipto e pinus. E essa função de 'vocação florestal' fica esboçada, em 1974, com a criação do 'Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul' (SILVA, p. 65, 2002), compreendendo 'uma área contígua de 63.000 km² nos municípios de  gua Clara, Brasilândia, Camapuã, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas' [...]. (KUDLAVICZ, 2011, p. 59).

A leitura dos dados mais recentes de área plantada com eucalipto e pinus (tabela 6) permite observar a expansão consecutiva do plantio nos municípios do Bolsão (MS).

Tabela 6 - Bolsão (MS): Área plantada com eucalipto/pinus (2013-2019)

Ano	Eucalipto	Pinus
2013	326.700	3.350
2014	484.450	700
2015	486.398	500
2016	516.400	276
2017	581.847	265
2018	571.800	340
2019	572.974	334

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org. pela autora.

O plantio de eucalipto da Eldorado Brasil se estende, segundo o Plano de Manejo, pelos municípios de Água Clara, Anastácio, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Dois Irmãos do Buriti, Inocência, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. De acordo com o documento, a empresa possui aproximadamente 384 mil hectares de área total e 244.910 mil hectares de área produtiva, mas não especifica o plantio por imóveis próprios e arrendados. Contudo, o site da empresa aponta que adotam um sistema “inovador de plantio”, sendo que apenas 4% do plantio é feito em terras próprias e 96% das áreas plantadas são arrendadas de “parceiros” locais.

No Relatório Anual, de 2020, a Suzano (antiga Fibria) não discriminou a área territorial sob seu controle em cada unidade, pois o relatório apenas informa que a área mantida para plantio pela empresa é de 1.346.153 hectares, sendo 754.465 hectares em terras próprias e 591.688 em terras arrendadas. Em 2019, o Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, informou que a área de atuação na unidade de Três Lagoas compreendia a 466.366 hectares, sendo 314.253 hectares ocupados pelo plantio, 52.676 hectares em terras próprias; 204.109 hectares em terras

arrendadas e 57.468 hectares na modalidade de parceria. A territorialização acontecia de forma mais intensa no município de Três Lagoas, com 18.090 hectares de plantio em terras próprias, 78.756 hectares sob arrendamento e 27.054 hectares na modalidade de parceria.

Portanto:

A implantação das empresas de celulose e papel marcou a intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado – uma tríplice aliança materializada nos municípios por meio da expansão da agricultura empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território que perpassa a articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto. (SILVA; ALMEIDA, 2017, p. 80).

A agricultura capitalista tem se territorializado no campo do Bolsão (MS), expandindo cultivos como a soja, a cana-de-açúcar e o eucalipto, mas ainda há presença significativa das pastagens, em decorrência da histórica pecuária extensiva. A grande propriedade tem sido hegemônica no Bolsão em decorrência da “aliança terra-capital” (MARTINS, 1994). A territorialização do capital e a modernização da base técnica do campo não romperam com a estrutura fundiária baseada na grande propriedade, outrora conquistada na burla da lei. Tal processo reforçou a concentração fundiária, sedimentando a hegemonia e a reprodução das classes dominantes.

Considerações finais

Pode-se observar no Brasil e, obviamente no Bolsão (MS), que o território tem sido apropriado de acordo com os interesses econômicos da classe hegemônica durante toda sua história e, atualmente, tem sobressaído os interesses das empresas nacionais e transnacionais.

As regiões de territorialização dessas empresas vinculadas ao agronegócio são comumente áreas caracterizadas pelo latifúndio, justamente por conta da aliança de classe estabelecida para garantir a apropriação da renda da terra e do lucro e a reprodução de classe dos capitalistas/proprietários fundiários. Uma vez que:

O capitalismo rentista brasileiro é operado pela aliança entre terra e capital, a qual encontrou na manutenção da concentração fundiária e de sua expansão a partir da grilagem o sedimento de reprodução das classes dominantes, produzindo uma natureza específica do capitalismo brasileiro. Constata-se, então, que a propriedade fundiária não pode ser entendida como um empecilho [...] mas sim a contradição fundante da via brasileira de desenvolvimento do modo capitalista de produção e de suas formas de poder e controle da economia, da sociedade e da política. (PRIETO, 2020, p. 133).

O monopólio fundiário e a hegemonia do modelo agroexportador de *commodities* no Bolsão têm lastros de origem na forma de ocupação da região. A apropriação de terras na fronteira, como ocorreu na região, a partir do século XIX, inseria-se na lógica capitalista de expansão das relações capitalistas de produção, relacionando-se com a produção de capital. A transformação das terras devolutas em domínio privado e sua concentração possibilita a acumulação capitalista a partir da renda fundiária, que se caracteriza pela apropriação de parte da mais-valia da sociedade.

Dessa forma, a grande propriedade capitalista se faz hegemônica no campo brasileiro e no Bolsão, em decorrência do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, constituindo-se na “[...] possibilidade, por meio da especulação, de se produzir capital fora dos circuitos produtivos, o que nos revela a face rentista desse capitalismo”. (ALMEIDA, 2011, p. 108).

As recentes transformações no campo do Bolsão (MS), a partir da territorialização da agricultura capitalista, não promoveram a ruptura com a estrutura fundiária concentrada, mas solidificaram a aliança das classes que atuam no controle da terra e na extração da renda fundiária. Martins (1981) já apontara esse processo, elegendo o grande capital nacional e internacional como o novo “Barão da Terra”, afirmando que não é possível mais separar terra e capital, e, portanto, a luta pela terra é a luta contra o capital.

Referências

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AGRAER, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Processo de titulação primitiva da Fazenda Serra - **Documento 00042 1898** (Paranaíba). Campo Grande, 1898.

AGRAER, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Processo de titulação primitiva da Fazenda Coqueiros - **Documento 00119 1900** (Paranaíba). Campo Grande, 1900.

AGRAER, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Processo de titulação primitiva da Fazenda Barreiro - **Documento 00100A 1903** (Paranaíba). Campo Grande, 1903.

AGRAER, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul. Processo de titulação primitiva da Fazenda Boa Vista - **Documento 00041 1895** (Paranaíba). Campo Grande, 1895.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 21-40.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O Desenvolvimento Capitalista Desigual-Combinado e Contraditório nos Campos Mato-Gros-

senses. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tânia Paula da (Org.). **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado contraditório em Mato Grosso**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015, v. 01, p. 63-81.

BORGES, Maria Celma. Os Cayapó e a propriedade da terra em Sant'Anna do Paranahyba, Sul de Mato Grosso. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**. São Luís, v. 14, n. 23, p. 105-128, 2017. DOI: 10.18817/ot.v14i23.571. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/571. Acesso em: 21 set. 2021.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O Sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do antigo Mato Grosso (1830 - 1888)**. 2010. 232f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

CAMARGO, Isabel Camilo de; BATISTA, Ricardo Lopes. A ocupação do espaço e a transformação do território: um estudo sobre a posse de terras em Sant'Ana de Paranaíba (MT) no século XIX. **Revista História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 353-366, jul./dez. 2017.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana de Paranaíba (de 1700 a 2002)**. 3 ed. Campo Grande/MS: IHGB/MS: 2002.

CAMPESTRINI, Hildebrando. As derrotas do Sertanejo. **Albuquerque: Revista de História**. Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 207-226, jan./jun. 2009.

ELDORADO BRASIL. **Plano de Manejo Florestal**. Três Lagoas. Disponível em: <<https://eldoradobrasil.com.br/img/plano-de-manejo-2021-base-2020-aprovado.pdf>>. Acesso em 06 out. 2021.

ELDORADO BRASIL. **Planejamento florestal eficiente**. Três Lagoas. Disponível em: < <https://eldoradobrasil.com.br/Tecnologia->

-e-Inovacao/Producao-Florestal/Area-de-plantio-e-preservacao>. Acesso em 06 out. 2021.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acesso em: Acesso em 06 out. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**, 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em 06 out. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**, 2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5930>>. Acesso em 06 out. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal**, 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em 06 out. 2021.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. **Nos confins do império um deserto de homens povoado por bois**: a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870. 1993. 201f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

MARTIN, Andrey Minin. **Práticas, experiências e os (des) cami-**

nhos da luta pela terra em Três Lagoas-MS. 2010. 205f. Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO, Danilo Souza. **As contradições da reprodução do latifúndio e (re)criação do campesinato nos Territórios Rurais Parque das Emas (GO) e Bolsão (MS).** 2021. 309f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2021.

MORENO, Gislaene. **Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** Tese (Doutorado em Geografia). 1994. 633f. - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001. 164 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007, 184 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. In: XV Encontro de Geógrafos de América Latina. 15, 2015, Havana. **Atas...** Havana. Cuba, 2015. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://observatoriogeograficoamericatinalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Sob o império da grilagem. Os

fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. [S. l.], nº 8, 2017, p. 01-18.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 131-178.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, Ano VI, Tomo XI e XII, 1924.

RODRIGUES, Rejane Trindade. **Escravidão e liberdade em Sant'anna do Paranahyba, Sul de Mato Grosso (1828-1888)**. 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Os contornos da resistência: agricultura camponesa familiar no limite da expansão do monocultivo de eucalipto no Território Rural do Bolasão/MS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 12, n. 26, p. 171-188, abr., 2017.

SIQUEIRA, Simoni Santos. A trajetória do povo Ofaié: territoriali-

dade e reconhecimento de direitos territoriais. IN: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH/MS, 14., 2018, Dourados. **Anais...**Dourados, MS. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018, p. 1-14.

SUZANO. **Relatório Anual**. Três Lagoas. Disponível em: < <https://r2020.suzano.com.br/wp-content/uploads/2021/05/RelatorioSuzano2020>>. Acesso em: 06 out. 2021.

SUZANO. **Resumo Público do Plano de Manejo Florestal**. Três Lagoas. Disponível em: < https://storage.googleapis.com/stateless-site-suzano-com-br/2020/08/e972ee61-resumo2019-ms_final.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

TEBET, R. Apresentação. In: CAMPESTRINI, H., **Santana de Paranaíba**, 3 ed. Campo Grande/MS: IHGB/MS: 2002.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2015. 226f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. No rastro da boiada: pecuária e ocupação do Sul de Mato Grosso (1870-1920). **Revista Crítica História**. Maceió, ano 5, n. 9. 2014, p. 174-196.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE TRÊS LAGOAS (MS) E A GEOGRAFIA DA LUTA DE CLASSES NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE: A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

Marcelo Ribeiro de Mendonça⁸

Introdução

Este texto é síntese de Dissertação de Mestrado, intitulada “A Geografia das Lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Três Lagoas (MS): a opção preferencial pelos pobres”⁹, na qual demonstra a participação de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas sociais do campo no Bolsão Sul-Mato-Grossense. O processo de apropriação do território engendrou um quadro social agrário muito complexo no Bolsão Sul-Mato-Grossense, com constantes tensões e conflitos sociais envolvendo posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais assalariados que lutavam pelos seus direitos garantidos por Lei no Estatuto da Terra (1964). Foram milhares de camponeses sem terra e bóias-frias (assalariados rurais), na sua maioria, migrantes que vieram em busca de trabalho ou terra para plantar, impulsionando a luta pela terra no estado.

Foi no turbulento contexto da época de criação da Diocese de Três Lagoas (MS), nos anos 1980, a Teologia da Libertação – doutrina

⁸ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: mrmendonca33@gmail.com

⁹ Dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, sob orientação do Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

religiosa que busca a emancipação social dos pobres à luz do verdadeiro Evangelho de Cristo –, encontrara adesão por parte de bispos e clérigos em todo Brasil e, no caso da Diocese de Três Lagoas, do Bispo D. Izidoro Kosinki. Foi com a chegada do Bispo (Fevereiro de 1981 a Maio de 2009), que se iniciou o trabalho da Igreja junto aos camponeses e trabalhadores do campo. A partir de seu bispado, começou a formação de equipes com agentes interessados em participar das ações pastorais e, no dia 15 de dezembro de 1981, fundou-se a CPT de Três Lagoas.

Tendo em vista a relevância da participação da CPT nas insurgências populares ocorridas no Bolsão, o objetivo geral do presente trabalho é demonstrar os inúmeros conflitos agrários nos quais a CPT de Três Lagoas teve ativa participação.

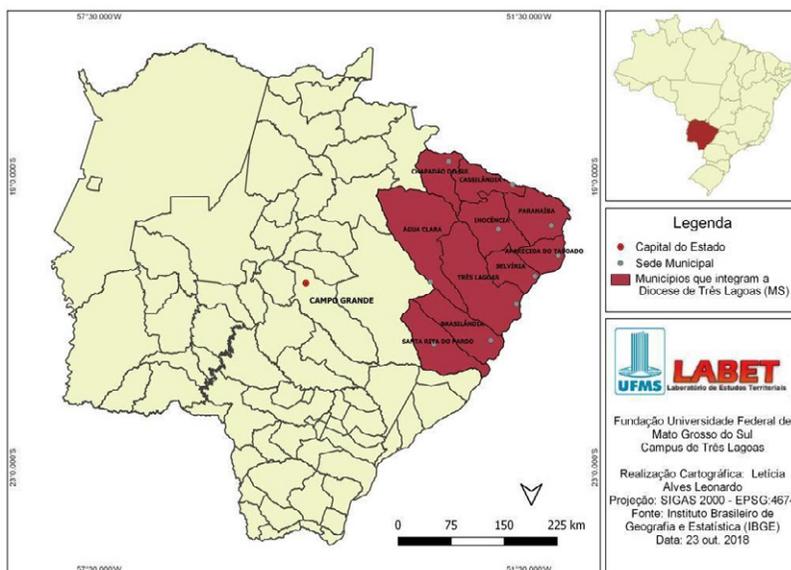
Apropriação do território e formação regional do Bolsão

A Diocese de Três Lagoas foi criada em 1978, integrando os municípios da chamada região do Bolsão, conforme o mapa 1: Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul, Água Clara, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Com a emancipação de Paraíso das Águas, em 2003, e sua instalação, em 1 de janeiro de 2013, sua área foi destacada da Diocese de Três Lagoas e integrada à Diocese de Coxim.

Portanto, a região tem relação com a implantação das propriedades e a fixação dos marcos de posse, às margens dos rios da região, os bandeirantes paulistas e mineiros demarcaram extensas áreas de tal forma que logo se formaram grandes latifúndios, dando início a formação do Bolsão sul-mato-grossense (MENDONÇA, 2021). Uma das explicações para o surgimento da denominação se dá em razão da forte tradição pecuarista dominante nos municípios que compõem

a região e que, no passado, determinava o preço de comercialização dos bovinos na região (ALMEIDA, 2017).

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: Diocese de Três Lagoas.



Fonte: Leonardo (2018).

A pecuária tornou-se a principal atividade na região do Bolsão desde a chegada dos bandeirantes paulistas e mineiros no século XVIII, quando seus habitantes originais – os Ofayé e os Caiapó – passaram a receber em seus territórios as investidas de invasores em excursões para reconhecimento e rapina e, assim, após a tomada desses espaços, as pastagens se tornaram a forma predominante de uso e ocupação do território. A atividade agropastoril se desenvolveu na região por se constituir importante rota de passagem, pois ligava as províncias de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, além da vegetação de gramíneas naturais entremeadas à vegetação arbustiva do Cerrado. Assim, ocuparam extensas

áreas na região no período de posses livres, entre a revogação da lei de Sesmarias, em 1822, e a aprovação da Lei de Terras, em 1850. A ocupação do território teve início no ano de 1820, em Santana do Paranaíba, pelas famílias Garcia Leal, Lopes, Barbosa e Pereira, direcionando-se, posteriormente, para áreas mais ao Sul e a Oeste, onde foram se apropriando de terras devolutas e, sobretudo, territórios indígenas, promovendo a formação de latifúndios (LEONARDO, 2020).

Entre o século XVIII e XIX, os caminhos das monções em busca de metais preciosos nas jazidas de ouro de Cuiabá e Mato Grosso, resultaram em intenso fluxo de migrantes. O sonho do eldorado impulsionava os viajantes a enfrentar os perigos da aventura. Entre inúmeros riscos, um dos grandes temores – senão o maior – era o encontro com povos indígenas. Esses povos estavam vendo seus territórios serem invadidos e tomados, principalmente, pelos bandeirantes paulistas e mineiros e, na defesa contra as invasões, reagiam, quase sempre, pelas ações de enfrentamento, porém, sem que deixassem de existir redes de negociação e acordos (BORGES, 2017).

No contexto do século XIX, a Freguesia de Sant'Anna do Paranaíba compreendia uma área extensa no que hoje, de forma genérica, se denomina politicamente de Bolsão sul-mato-grossense. Antes da chegada dos colonizadores, dos bandeirantes e pioneiros, haviam populações indígenas na região, como os Caiapó e Ofayé. A territorialização dos não-índios e introdução das relações capitalistas acarretaram em genocídio destes povos que, atualmente, resistem e lutam pela sobrevivência de suas vidas e cultura (MENDONÇA, 2021).

Em 1830, após a tomada dos territórios indígenas, fundou-se o arraial de Sete Fogos, hoje Paranaíba, por José Garcia Leal, acompanhado de seus 13 irmãos, suas respectivas famílias, empregados e escravizados. Esses pecuaristas se estabeleceram de Paranaíba até o Rio Sucuriú, em Três Lagoas. De meados do século XIX em diante, atravessaram o rio

e se estabeleceram nas proximidades do atual município de Três Lagoas, perseguindo e escravizando o povo Ofayé, que, para sua defesa, refugiaram-se mais ao Sul, entre o rio Verde, onde hoje se encontra a cidade de Brasilândia, e na Serra de Maracaju (FRANCISCO, 2013).

As invasões do território Caiapó geraram intensos conflitos. Havia um significado muito forte das práticas guerreiras para os Caiapó, que além de serem fonte de obtenção de riquezas por meio do botim conseguido nos ataques, também exerciam papel importante na própria definição de sua identidade. Talvez pelo constante embate com os colonizadores, esses povos tenham sido considerados erroneamente extintos. A abertura da estrada do Piquiri, que nasceu como um projeto que visava estabelecer um traçado entre Cuiabá e São Paulo, a fim de encurtar o caminho de Goiás e interligar a capital mato-grossense às Províncias de São Paulo e de Minas, passando pelas terras de Sant'Anna do Paranahyba, onde se dividiria em dois ramos, um para São Paulo e outro para Minas Gerais, visava estabelecer redes de comércio; favorecer o povoamento por não índios e manter sua segurança por meio da submissão, expulsão e genocídio indígena (BORGES, 2017).

No decurso dos séculos XVIII e XIX, esses povos viveriam o peso das doenças trazidas pelos colonos; a violência das expedições oficiais; a invasão e tomada de seus territórios pelos pioneiros vindos de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, e demais invasores. No tempo presente, parecem perdidos na memória dos habitantes do lugar, na história oficial, assim como na geografia do Estado que introduz uma ideia de progresso no processo na formação territorial capitalista do Bósão no intuito de ocultar suas contradições de classe (BORGES, 2017).

A invasão do território pelos pioneiros dera início à formação de latifúndios na região que, atualmente, correspondem relativamente à Diocese de Três Lagoas. O mandonismo das oligarquias rurais estabeleceu-se em meio ao processo de apropriação das terras integrando-se

ao coronelismo. Assim, os sujeitos sociais subordinados ao poder dos senhores, como índios, escravizados, agregados, camaradas, vaqueiros e todos que estavam sujeitos ao poder de mando dos coronéis, foram impossibilitados do direito à terra, justamente aqueles que abriram estradas, construíram casas, plantaram e colheram. Portanto, a questão agrária na região do Bolsão está intrinsecamente ligada ao domínio territorial capitalista (LEONARDO, 2020).

A chegada da família Garcia Leal e da família Lopes possibilitou uma onda migratória de colonização para a região devido às condições ambientais, do solo, pastagens e água, sobretudo pelo posicionamento geográfico de fronteiras privilegiadas. Posteriormente, outros migrantes foram se instalando na região. Muitos descendentes dessas famílias – que são homenageadas com seus nomes estampados nas placas de ruas e avenidas como se fossem grandes heróis – ocuparam e ocupam até hoje posições de poder na esfera social e política dos municípios da região do Bolsão. Juntamente com a formação do latifúndio, o mandonismo local exercido pelas oligarquias rurais constituiu o coronelismo regional. Usavam dos meios mais violentos para impor seu poder sobre o território, fazendo o uso de pistoleiros para resolver suas desavenças, utilizando-se do banditismo como forma de repressão social e manutenção do poder, impedindo os camponeses do acesso à terra e, assim, garantindo a reserva de mão de obra para os latifúndios. As terras, recentemente, na maioria dos municípios, foram utilizadas para especulação, como reserva de valor, terras de negócio ou como área de expansão de atividades criatórias de grandes proprietários do Oeste paulista. Dessa forma, no processo de apropriação do território, a classe camponesa e povos indígenas foram impedidos pelo poder do latifúndio de se estabelecerem na terra e lutarem contra as oligarquias rurais, como sentença de morte (LEONARDO, 2020).

A chegada da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), nas primeiras décadas do século XX, foi determinante para

impulsionar a economia na região, intensificando a criação e o comércio de gado, transportado para o Sudeste brasileiro pela ferrovia, assim como reverberou na precificação elevada das terras e na contínua concentração fundiária. O trecho Bauru-Corumbá, entre os municípios de Três Lagoas e Água Clara, entregue, em 1914, para construção da ferrovia, foi totalmente concluído em 1926, quando então fora finalizada a ponte Francisco de Sá sobre o rio Paraná, o que possibilitou o transporte das composições sem interrupções e dispensando os serviços dos *Ferry Boat* (FRANCISCO, 2013).

Nos anos 1930, no Governo de Getúlio Vargas, foi promovida a Marcha para o Oeste, incentivando o povoamento da região Centro-Oeste e acarretando na expansão da fronteira agrícola por intermédio de forte investimento estatal em infraestrutura, construção de rodovias, ferrovias e eliminação de barreiras alfandegárias, facilitando, dessa maneira, o comércio de gado com o resto do país, principalmente, com a região Sudeste.

A partir dos anos 1960, principalmente após o golpe de 1964, com a implantação da Revolução Verde – política de modernização conservadora do campo –, a vida dos camponeses que trabalhavam nas fazendas da região foi fortemente impactada pela expulsão, aumento do preço dos arrendamentos e diminuição dos pagamentos feitos a diaristas. O processo de integração regional ocorreu em função do desenvolvimento industrial no Sudeste durante a Ditadura Civil-Militar-Empresarial, reconfigurando a divisão territorial do trabalho atribuindo ao Centro-Oeste a produção de matérias-primas para as indústrias que se estabeleciam na região Sudeste e, ao mesmo tempo, o mercado consumidor de produtos industrializados. A construção do complexo de Usinas Hidrelétricas ao longo do rio Paraná também foi essencial para o desenvolvimento da Indústria e povoamento da região do Bolsão (MENDONÇA, 2021).

Após a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, para dar materialidade ao POLOCENTRO, foram selecionadas áreas específicas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso para modernizar a agricultura, a chamada política dos Polos. Em Mato Grosso, foram selecionadas quatro áreas: Xavantina e Parecis (MT) e Bodoquena e Campo Grande-Três Lagoas (atualmente, Mato Grosso do Sul). Com a aplicação da estratégia dos Polos, as áreas programa receberam volumosos recursos financeiros para investimentos na modernização da agricultura, para a infraestrutura urbana e ampliação da malha de transportes. Consequentemente, a modernização da agricultura excluiu os camponeses e indígenas de seu projeto capitalista (KUDLAVICZ, 2011).

No projeto técnico do POLOCENTRO, a área que se estende de Campo Grande a Três Lagoas representa uma parte dos municípios que compõem a região do Bolsão (Três Lagoas, Água Clara, Santa Rita do Pardo). As oligarquias rurais associadas ao capital monopolista configuraram a classe dominante na região, exercendo o seu poder sobre o domínio e uso do território. Assim como na Amazônia, a expansão do capital no Centro-Oeste se deu via incentivos fiscais, pela compra de terras, muitas vezes produto de grilagem, recebendo sob forma de incentivo fiscal o capital de que necessitava para produzir (KUDLAVICZ, 2011).

Esta política foi importante para expandir a produção pecuária e, de modo particular, o plantio de eucaliptos e pinus e, dessa forma, os sistemas de créditos oferecidos pelos programas privilegiaram os médios e grandes proprietários, principalmente em propriedades ocupadas pela pecuária. Para efetivar a modernização da agricultura, o Estado incumbiu-se de garantir os serviços de assistência técnica, criando, em 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e os estados federativos ficaram responsáveis pela criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (KUDLAVICZ, 2011).

Naquele período, os pequenos arrendamentos em grandes propriedades rurais, com contratos periódicos entre três e quatro anos, colocaram as famílias arrendatárias em situação muito instável, muitas acabaram sendo expulsas do campo, não tendo como sobreviver. Devido à mecanização do campo, os arrendamentos foram se tornando mais precários, curtos e pouco remunerados, durando apenas o tempo necessário para que se desmatassem, cercassem e formassem as fazendas para a pecuária ou agricultura. Muitas vezes, a plantação do capim era o encerramento do contrato. Depois desse período, os arrendatários eram obrigados a sair de mãos abanando e procurar outra área na mesma propriedade ou em outra para iniciarem o mesmo trabalho (FALCHI, 2007).

Os camponeses também sofriam com a falta de políticas de crédito e assistência técnica, destinadas quase exclusivamente à elite agrária, e, além disso, muitas vezes, eram expulsos de suas terras por grileiros, prática comum na formação do latifúndio na região do Bolsão. Essa situação de instabilidade levou os trabalhadores rurais a buscarem, na luta pela terra, novas alternativas de sobrevivência. A existência de uma questão agrária no Bolsão criou as condições objetivas que culminaram na luta dos camponeses e trabalhadores do campo, com forte apoio da CPT (FALCHI, 2007).

Das contradições do campo à luta pela terra: a ação da CPT nos conflitos agrários na Diocese de Três Lagoas

Embora houvesse conflitos agrários no estado de Mato Grosso do Sul, foi a partir dos anos 1980 que a luta pela ganhou maior expressão. Ainda se vivia nos tempos de chumbo da Ditadura, a repressão era muito forte e lutar pelas causas sociais era perigoso. No entanto, as lutas foram travadas contra o Regime e a resistência eclodia por todos os lados, inclusive armada. Na vanguarda nacional da resistência, setores

da Igreja adeptos da Teologia da Libertação ganharam destaque. No Bolsão, em função da inexistência ou pouca atuação de movimentos socioterritoriais e socioespaciais – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – e sindicatos, a participação da Igreja nas lutas foi ainda mais ativa junto aos que lutavam pela terra. Conforme documento da CPT (s.d.), intitulado “História da Luta Pela Terra”¹⁰:

Antes da CPT, temos relatos de já ter [sic] existido resistência e ocupação, por parte de vários grupos de pessoas que viviam na terra a muito tempo, de onde tiravam seu sustento, e que organizados enfrentaram os que queriam expulsá-los ou os que já haviam sido expulsos pelo latifúndio.

Tendo vista as contradições sociais no Bolsão, principalmente na questão agrária, a Diocese de Três Lagoas criou um Projeto de Pastoral Rural, iniciado em outubro de 1980, para prestar apoio aos camponeses e, em 15 de dezembro de 1981, foi criada, oficialmente, a CPT de Três Lagoas. A vinda do bispo D. Izidoro Kosinski, adepto da Teologia da Libertação, foi de suma importância para a ação social das pastorais. O bispo foi nomeado papa João Paulo II, em 1981, onde atuou até o dia 3 de maio de 2009, quando, aos 77 anos, retornou para sua terra natal, Araucária/PR. Foi a partir de sua nomeação que se iniciou a formação de equipes pastorais com agentes interessados em participar das lutas sociais (MENDONÇA, 2021).

Para o desenvolvimento da ação pastoral, criou-se, junto com outras instituições, o projeto de auxílio para o programa de desenvolvimento agrícola na Diocese. A principal instituição financiadora do projeto era a *Misereor*, da Alemanha Ocidental, pertencente à Conferência dos Bispos da Alemanha e comprometida com a luta contra a

¹⁰ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

pobreza na África, Ásia e América Latina. O projeto de desenvolvimento agrícola era executado na região por agentes da CPT de Três Lagoas, prestando-se contas regularmente por meio de relatórios. Durante os três primeiros anos de projeto, em parceria com a *Misereor*, mais de 300 famílias receberam terras, além de formação de inúmeras organizações populares, como associações de ribeirinhos, fundação de sindicatos de trabalhadores, Comitê de Direitos Humanos, associações de domésticas e empregadas e outras atividades. As verbas destinadas a esse projeto eram provenientes de campanha quaresmal e de convênios com o governo da Alemanha (MENDONÇA, 2021).

No conjunto do trabalho desenvolvido pela CPT, a preocupação com alternativas à agricultura capitalista sempre esteve presente. Sempre deram importância à preservação do meio ambiente e utilização de técnicas alternativas de produção e preparo do solo, manejo de pragas, cultivos alternativos, além do trabalho coletivo como forma de resistência dos pequenos camponeses diante da política agrícola e agrária imposta pelo Estado (MENDONÇA, 2021).

No dia 22 de fevereiro de 2009, Dom Izidoro concedeu entrevista ao jornal “JP News”¹¹, de Três Lagoas, e relatou sobre a sua trajetória desde sua vinda para a Diocese e os desafios encontrados. Ao ser indagado sobre a situação do município quando assumiu, o bispo respondeu que o maior problema era a falta de sacerdotes e a pouca participação de leigos na Igreja. Além desses problemas de falta de participação ativa dos leigos na Igreja, existiam graves problemas sociais que precisavam ser resolvidos pela Igreja. A má distribuição da terra, em poder de grandes latifundiários e a questão indígena eram as grandes questões que exigiram o trabalho dedicado da Igreja naquela época.

¹¹ Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/dom-izidoro-fala-dos-27-anos-em-tres-lagoas/1860/>>. Acesso em: 4 out.2021.

A ação promovida pelo bispo e agentes pastorais desafiou o poder das oligarquias rurais, a luta de classes se acirrou com o levante dos oprimidos apoiados pela CPT, com isso, muitas foram as dificuldades e conflitos, inclusive, dentro da própria Igreja. A CPT foi quase abortada e quase morta logo nos primeiros meses de vida, pois não agradava à maioria da Hierarquia da Igreja, que vivia de conchavos e favores com as oligarquias rurais e seus lacaios (MENDONÇA, 2021).

A opção do Bispo em prestar auxílio aos mais pobres e oprimidos lhe rendeu muitos inimigos, principalmente as oligarquias rurais e, desde então, passou a ter que conviver com sérias ameaças anônimas. O Sindicato Rural, ligado à FETAGRI, e o Movimento de Cursilho de Cristandade de Três Lagoas lideravam uma campanha contra o bispo e agentes pastorais. Uma sequência de ameaças começou, em março de 1986, após o envio de carta destinada aos “srs. agentes de pastoral da Diocese de Três Lagoas”. A carta dizia:

‘Só que agora vamos começar também o nosso campeonato; ou esta confusão acaba, ou os que a provocam desaparecem. Como? Veremos... O jeito a gente arruma. Chico Malta deu umas dicas’. A carta conclui: ‘Isso tem que acabar. O nosso grupo está resolvido mesmo. Ou isso muda, ou os da pastoral mudam; para onde, isso é não sabemos. Não fiquem pensando que nós estamos amedrontados [sic]; não, nós estamos é avisando mesmo; quem avisa amigo é. Vamos dar um tempinho’. (MENDONÇA, 2021).

Ao se referir a Chico Malta, a carta remete ao personagem da Novela “Roque Santeiro”, também conhecido como “Sinhozinho Malta”, fazendeiro rico, chefe político, corrupto, sem caráter, cruel e sanguinário – personagem que é expressão das oligarquias rurais brasileiras. No mês seguinte às ameaças, em abril, no dia do aniversário de D. Izidoro, invadiram o escritório da pastoral e espalharam todos os papéis e alguns foram queimados. Para os coordenadores da pastoral, a invasão significou um novo aviso em ameaça ao trabalho pastoral

desenvolvido em território inimigo. A luta de classes se acirrou e as oligarquias cometeram um atentado contra D. Izidoro. Na época, o Bispo não soube dizer ao certo se esse ataque tinha ligações políticas, mas fato é que lhe foram feitas muitas ameaças (MENDONÇA, 2021).

O atentado ocorreu no mês de julho de 1992, quando três homens encapuzados invadiram a residência do Bispo à noite, o espancaram e o forçaram a ingerir grande quantidade de bebida alcoólica. Somente no outro dia, às 7 horas da manhã, o Bispo foi encontrado. Estava amarrado, inconsciente e com fratura na bacia. Depois do atentado, a casa do Bispo passou a ser rondada por jagunços e houve vários telefonemas anônimos com ameaças. Seu enfrentamento ao latifúndio contrariou os interesses das oligarquias rurais que possuíam o domínio local no território. O atentado criminoso não representou apenas o ataque individual ao Bispo, mas o ataque a todos os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos agrários. Ao atacar o Bispo, estava-se atacando todos movimentos e sujeitos envolvidos na luta, coagindo e inibindo novas iniciativas de camponeses e agentes pastorais (MENDONÇA, 2021).

Outra questão apontada por Dom Izidoro, em entrevista, eram as falácias da mídia local, as acusações partiam, geralmente, de fazendeiros incomodados com a atuação da CPT. Nas publicações, utilizavam termos para se referir a Dom Izidoro e aos agentes pastorais como “bispo safado”, “elemento pernicioso”, “pária”, “mafioso” e “corja de safados”. O bispo sempre que possível rebatia as calúnias publicadas em outros jornais, justificando o trabalho da Igreja e dos agentes pastorais apontando para a verdadeira motivação das injúrias, fruto da imprensa vendida que falava em nome de alguns grupos econômicos poderosos insatisfeitos com o trabalho pastoral. Em reportagem do Jornal “Gazeta Popular”¹², Dom Izidoro afirmou: “[...] se acusaram Cristo de subversivo, hoje o acusariam de comunista, apenas mudando de termo”.

¹² Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Nos anos 1990, a situação interna da Igreja foi se tornando mais complexa, pois o clero local passou a oferecer resistência contra as pastorais, inclusive, pressionando o Bispo D. Izidoro para tomar providência contra os agentes da CPT. No dia 27 de agosto de 1993, o Bispo convidou os padres da Diocese para uma reunião com as pastorais para abrir diálogo. No entanto, a maioria dos padres desobedeceu à convocação e se reuniram em outra cidade, Aparecida do Taboado, e de lá enviaram uma carta pedindo a exclusão dos agentes das pastorais da Diocese. Dom Izidoro acabou cedendo e, no dia 31 de agosto de 1993, cancelou o projeto de ajuda que sustentaria a Pastoral Social e a CPT (MENDONÇA, 2021).

Após o cancelamento, a CPT de Três Lagoas foi integrada à CPT Regional MS. Entre 1993 e 2000, houve certo distanciamento da CPT em relação às lutas, sendo retomado o trabalho no início do século XXI, quando a CPT começou a direcionar mais seu trabalho para a luta na terra, na produção e na organização de cooperativas, associações, organização de grupos informais, feiras, etc. A luta na terra tinha como objetivo melhorar a renda das famílias assentadas, implementando o sistema agroecológico, respeitando mais o ambiente, desenvolvendo trabalhos com a recuperação de nascentes, a proteção das margens de córregos, riachos e nascentes, cultivando sementes crioulas, não só pensando na conquista da terra, mas na conquista de uma produção socialmente justa e ecologicamente sustentável (MENDONÇA, 2021).

Os principais conflitos agrários envolvendo a Igreja Libertadora no Bolsão

A questão dos ilhéus e ribeirinhos da barranca do rio Paraná pode ser considerada o marco inicial das ações envolvendo a CPT. A partir de 1977, devido uma série de enchentes – com destaque para as enchentes de 1977, 1982/83 e 1992/93, pois foram as maiores e pro-

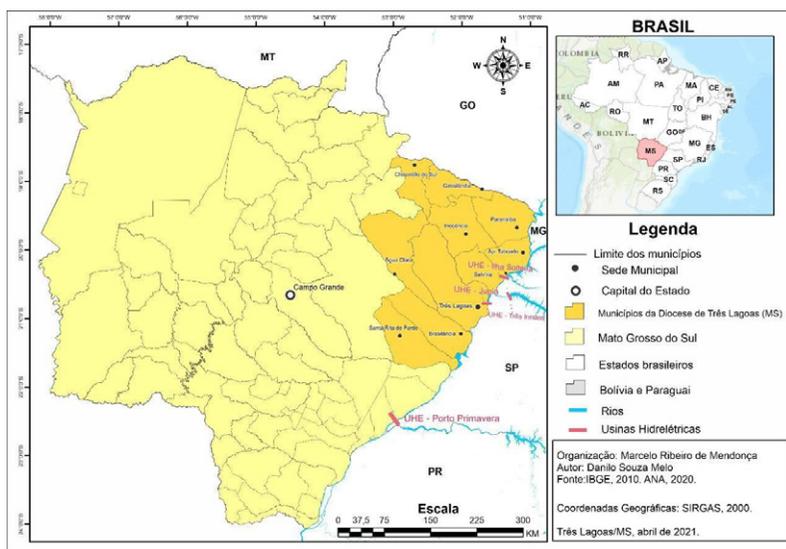
vocaram grandes estragos, pelo desequilíbrio hidrológico decorrente da construção do complexo hidrelétrico Urubupungá na bacia do rio Paraná. As enchentes afetaram a vida de milhares de ribeirinhos às margens do rio Paraná e seus afluentes, principalmente, os moradores das localidades de Ilha Comprida e Prainha, em Três Lagoas, e Porto João André, em Brasilândia (MENDONÇA, 2021).

O início deu-se por volta dos anos 1950, quando a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU) elaborou o projeto de construção do Complexo de Urubupungá na bacia do rio Paraná, culminando com a construção de três usinas: a de Jupiá, denominada Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias; a de Ilha Solteira, no rio Paraná, cujas obras iniciaram-se na década de 1960; e a Usina de Três Irmãos, no rio Tietê, cuja obra iniciou na década de 1980. As construções dessas obras acarretaram inúmeras enchentes rio abaixo das comportas da Usina de Jupiá, atingindo os moradores da barranca do rio Paraná. Milhares de ribeirinhos foram expulsos de suas terras e casas, ficando sem destino, amparo e informação. Além da construção do Complexo de Urubupungá, a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, conhecida como Usina de Porto Primavera, localizada entre os municípios de Rosana (SP) e Baytaporã (MS), iniciada em 1980 e concluída em 2003, também acarretou na expulsão de inúmeras famílias, justamente pela formação de seu lago atingir ilhéus e ribeirinhos na região do Bolsão, na área da Diocese de Três Lagoas.

A construção do complexo de barragens ao longo do rio Paraná (mapa 2) teve como principal objetivo atender às necessidades do capital que se expandia em território nacional, trazendo consigo a ampliação da produção de mercadorias, da geração de energia, das redes de comunicação e transporte. No entanto, o progresso capitalista exclui os ribeirinhos de seus projetos, os quais tiveram que arcar inevitavelmente com as consequências dos empreendimentos estatais e privados, como a diminuição do pescado, a poluição das águas e, principalmente, as en-

chentes que, por vezes, alagaram extensas áreas de plantio e moradia. Muitos dos ribeirinhos perderam suas terras e passaram a integrar o numeroso grupo de trabalhadores sem-terra da região; alguns abandonaram a luta e se proletarizaram para sobreviver, outros não abriram mão do modo de vida ribeirinho e se organizaram para lutar pelo direito devido (MENDONÇA, 2021).

Mapa 2 - Mato Grosso do Sul: Complexo de Barragens no rio Paraná



Fonte: Belon (2012).

Na luta, a CPT se tornou a principal interlocutora e mediadora dos ribeirinhos atingidos, coordenando reuniões, na maioria das vezes, e elaborando relatórios. Seus agentes auxiliaram na organização e na realização do primeiro Seminário Regional sobre Atividades Pesqueiras em Três Lagoas, em parceria com a Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER), a Prefeitura de Três Lagoas e a Colônia dos Pescadores, com 200 participantes. Assessora-

ram na preparação, organização e fundação da Associação da mão de obra atingida de Brasilândia (MS). Os agentes também foram mediadores dos ribeirinhos em audiência pública com o Secretário Estadual do Meio Ambiente (MS) e pescadores, a fim de entregar o documento reivindicatório contra a Lei da Pesca e denúncias contra a matança de peixes nas proximidades da barragem de Jupuíá, entre outras ações (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Em 29 de abril de 1983, a CPT coordenou uma reunião, presidida por Dom Izidoro, o representante da CESP, Dr. Miguel Kosma e prefeitos dos municípios atingidos, buscando alternativas para a questão dos ribeirinhos. As articulações e reivindicações mediadas pela CPT ajudaram a evitar o despejo de muitos atingidos, no reassentamento de muitas famílias, conquistas de cestas básicas e no aumento de poder de negociação dos ribeirinhos, triplicando os valores indenizatórios em relação às propostas iniciais devido a maior organização e persistência dos atingidos. Conforme a entrevista do agente pastoral Mieczslau Kudlavicz (2018):

[...] a luta dos ribeirinhos que era uma outra luta muito forte aqui na nossa região que eram os ribeirinhos que estavam sendo ameaçados de despejo por conta da construção da barragem de Porto Primavera e ali envolvia uma área muito grande. Porto Primavera que fica perto de Rosana, até Três Lagoas são 350 quilômetros de extensão e toda essa área de alguma forma seria impactada e atingia municípios que pertenciam à Diocese de Três Lagoas, no caso Brasilândia e Três Lagoas, só que era impossível você fazer esse trabalho de organização só com esses ribeirinhos, era necessário fazer uma articulação com os demais municípios, que pertenciam aqui à Diocese de Dourados, os municípios que estavam envolvidos do lado de São Paulo, mas, principalmente, com esses municípios aqui do estado de Mato Grosso do Sul. E aí foram vários anos contribuindo na organização desses ribeirinhos pra

reivindicar minimamente um atendimento mais justo e adequado às condições que eles viviam na barranca do rio, e nem sempre conseguimos fazer. (KUDLAVICZ, 2018. Entrevista disponibilizada em sua página no *Facebook*).

A luta dos ribeirinhos e ilhéus possuía relação muito próxima com a luta dos trabalhadores sem terra, principalmente na década de 1980, pois ribeirinhos e ilhéus, ao serem expulsos de suas terras, passaram a integrar a massa de trabalhadores sem terra. Alguns projetos criados no estado de Mato Grosso do Sul pelo governo Civil-Militar-*Empresarial* eram, justamente, para transferir ribeirinhos de áreas de conflito, sobretudo, devido à construção da Usina de Itaipu (no Paraná, fronteira com o Paraguai) e afetou mais de 42.000 pessoas. Assim,

[...] somente no território brasileiro, mais de quarenta e duas mil pessoas foram afetadas pela chegada das águas do reservatório, sem contar do lado paraguaio. É um grande deslocamento migratório para o período. (RIBEIRO; CASSULI; FRASSÃO, 2012).

Com a iminência do fim da Ditadura Civil-Militar-*Empresarial*, a Reforma Agrária passou a ser a grande esperança por parte daqueles que almejavam a conquista da terra, acarretando no crescimento dos acampamentos em Mato Grosso do Sul, muitos com trabalhadores de outros estados. Havia significativo número de camponeses sem terra na Diocese dispostos a lutar, porém, desorientados e precisando de apoio, tornando-se um grande desafio para a CPT que passou a trabalhar na formação de lideranças, comissões e apoio na organização dos camponeses e trabalhadores. Na compreensão de Farias (2006, p. 69-70):

Esses movimentos populares ganharão maior espaço no processo de 'abertura político-social', observado já na década de 1980 quando percebemos grandes mobilizações através de greves, manifestações, assembleias, buscando encontrar novos caminhos rumo à consolidação de práticas democráticas

para a ampliação da participação na sociedade civil na expectativa de conquistas de igualdades sociais, políticas e econômicas. Visavam à constituição de uma sociedade mais participativa e com menor concentração de renda. Com esses objetivos ganhavam, cada vez mais, adesão e apoio de grupos da Igreja, partidos políticos e associações diversas.

Lutar pela Reforma Agrária, na década de 1980, era muito perigoso, pois consistia num conflito contra os poderosos proprietários de terras e seus jagunços, além da repressão estatal. Aqueles sujeitos ou entidades envolvidos, naquele período, com práticas colaborativas aos movimentos de luta pela terra, eram acusados como forças subversivas atuantes contra os interesses nacionais. O “fantasma do comunismo” foi, assim como no Golpe de 1964, novamente evocado como elemento simbólico/ideológico para legitimar perseguições, prisões e assassinatos (MENDONÇA, 2021).

Em sua trajetória, o agente pastoral Mieceslau Kudlavicz relata sobre as perseguições e violência desse período:

[...] Então havia muita perseguição, e, a reforma agrária era vista muito como uma coisa dos comunistas! Então tinha muito isso, o pessoal aqui quer introduzir o socialismo no Brasil, não estão interessados na terra, mas é em trazer o comunismo, o socialismo pro Brasil, então você tinha, uma das barreiras era essa. A violência e a turbulência do latifúndio eram muito grande, mas também é a violência e turbulência do latifúndio hoje no mundo. Também é violento aqui no estado, o tal do estado latifundiário. (KUDLAVICZ, 2018. Entrevista disponibilizada em sua página no *Facebook*).¹³

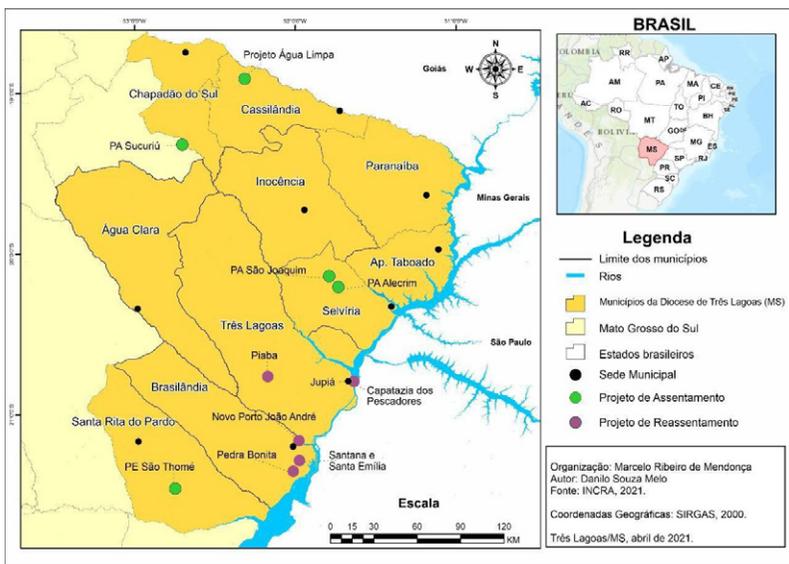
¹³ Disponível em: <www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Devido às agitações ocasionadas pela luta, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por determinação do então governador Ramez Tebet (1983-1986), proibiu-se a formação de novos acampamentos no estado, alegando que provocavam situação de tensão para os proprietários rurais e as populações dos municípios onde os se instalavam, o que deu de certa forma carta branca para a ação violenta da polícia no combate aos acampados, dificultando mais a luta pela terra na Diocese de Três Lagoas. O diretor do TERRASUL – órgão executor da política fundiária de Mato Grosso do Sul – Aparício Rodrigues de Almeida Júnior, se tornou o comandante das ações policiais contra os acampamentos no estado, promovendo-as sem respaldo judicial e com atribuições que não lhe competiam (MENDONÇA, 2021).

Dentre as principais ações repressivas contra acampados, destacam-se os embates contra o Acampamento Jatobá, na rodovia BR 262, próximo ao distrito de Arapuá, quando acampados foram expulsos e ameaçados de morte pelo proprietário da fazenda, além da queima de barracos. Outro destaque foram as ações contra o Acampamento América Rodrigues, na Praça da Igreja Matriz de Três lagoas, no qual houve várias ações repressivas da polícia culminando, inclusive, na morte da camponesa América Rodrigues da Silva, em função de infarto sofrido durante intimidação policial (MENDONÇA, 2021).

Conforme demonstrado no mapa 3, mesmo com toda repressão e difamação, a CPT teve participação direta, desde o acampamento, na formação de cinco assentamentos, cinco reassentamentos de ribeirinhos e uma colônia de pescadores.

Mapa 3 - Diocese de Três Lagoas (MS): assentamentos e reassentamentos criados com participação da CPT



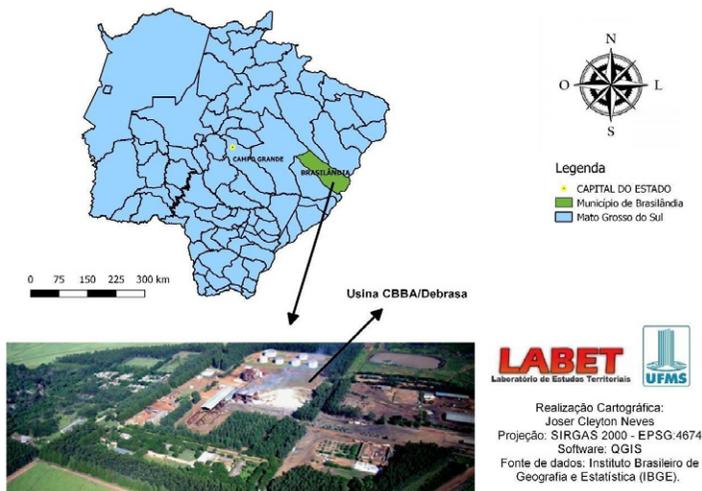
Fonte: Mendonça (2021).

Além das ações junto aos ribeirinhos, ilhéus e camponeses sem terra, a CPT atuou em outras frentes, como será demonstrado na sequência, ampliando suas ações pastorais na opção preferencial pelos pobres.

A CPT também direcionou seu trabalho à formação de sindicatos comprometidos com a luta dos trabalhadores, realizando reuniões nas bases, demonstrando papel do sindicato, quais os direitos dos trabalhadores, realizando cursos e elaborando materiais. Muitos não sabiam ler e escrever, tampouco tinham experiência sindical, então, a CPT realizou cursos de formação e buscou lideranças entre os trabalhadores. Antes do trabalho de agitação e propaganda da CPT, não existiam sindicatos de trabalhadores rurais na Diocese de Três Lagoas, todos foram fundados a partir de suas ações, de reuniões e rodas de conversa com trabalhadores.

Também foram desenvolvidas ações de combate ao trabalho escravo nas carvoarias e destilarias da região. Nas Usinas de álcool o combate era contra a exploração do trabalho escravo indígena. Conforme o estudo “A Realidade Sócio-Política e Econômica do Mato Grosso do Sul – Um Desafio Pastoral”¹⁴, a Usina Debrasa (mapa 4), distrito de Brasilândia, na entressaíra, havia um total de 150 trabalhadores, sendo que este número, na safra, se elevava para 1.530 trabalhadores. Todos eram homens e, dos 1.530 trabalhadores, 1.280 eram indígenas. Um grupo Terena vindo de Aquidauana e do território indígena Taunay, outro Guarani de Amambai e do tekoha Sororó, e um terceiro grupo, Caingang, do estado do Paraná. Os grupos ficavam acampados em dois alojamentos da empresa, exclusivo para os indígenas, distante de 8 a 10 quilômetros do alojamento dos trabalhadores não indígenas cujas condições de vida, trabalho, segurança, higiene, moradia, saúde, educação e lazer não eram compatíveis com a dignidade humana.

Mapa 4 - Brasilândia (MS): Usina Debrasa



Fonte: Mendonça (2021).

¹⁴ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

O combate também realizou-se nas carvoarias, principalmente em Três Lagoas e Água Clara, municípios integrantes do maciço florestal, projeto executado no decorrer da Ditadura Civil-Militar-Empresarial, nos anos 1980. Vários camponeses e trabalhadores migrantes, despossuídos dos meios de produção, principalmente, da terra, eram atraídos à região para trabalhos nas carvoarias em condições insalubres, com extensas jornadas de trabalho, desprovidos de direitos trabalhistas, submetidos à mediação dos patrões para aquisição de mercadorias básicas, sem transporte, sem saúde, sem segurança e pouco remunerados. Muitas vezes era utilizada exploração de trabalho infantil para complementar a renda. Os carvoeiros, na sua maioria, eram analfabetos, desorganizados enquanto classe, o trabalho os exigia enorme dispêndio de força física, que, aliado às péssimas condições de trabalho, causavam-lhes frequentes acidentes de trabalho e doenças ocupacionais que não eram registradas.

Nesta luta, a CPT contou com vários parceiros, como: Repórter Brasil, Contag, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em conjunto, realizaram ações coordenadas e planejadas, acolhendo e amparando as vítimas, proporcionando seu resgate, suporte social e denunciando empresas e mercadorias que se utilizam do trabalho escravo¹⁵.

A CPT também realizou importante trabalho na defesa do direito à terra dos posseiros do Cinturão Verde de Três Lagoas (MS). O Cinturão Verde é uma área anexa e bem próxima à cidade, especialmente, do conjunto habitacional Vila Piloto, cedida via contratos de comodato, por tempo determinado, com 184 lotes de um hectare cada. Sua origem se

¹⁵ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/campanhas-e-articulacoes/campanhas/campanha-de-prevencao-e-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

deu em 1975, quando ocorreu a desapropriação da fazenda Santa Helena para a implantação de um distrito industrial e parte da fazenda foi cedida aos pequenos agricultores para o cultivo de hortaliças. Contudo, foi somente em dezembro de 2002 que os moradores conquistaram, por meio de ampla mobilização, a lei que oficialmente criou o Cinturão Verde, a partir de muitas ações de luta dos camponeses do Cinturão Verde e de trabalhos de assessoria de instituições, como a UFMS e de organizações sociais, como a CPT (BORGES; OLIVEIRA, 2018).

A CPT acompanha os moradores do Cinturão Verde desde a década de 1980. Com a ameaça de despejo dos moradores, em 2001, começou a parceria entre CPT e UFMS/CPTL, retomando a luta junto aos moradores, realizando várias reuniões, assembleias e manifestações. Apesar da conquista, o Cinturão Verde é constantemente alvo de intensas disputas, provocando insegurança dos camponeses devido à possibilidade da não renovação dos contratos de comodato, por serem constantemente ameaçados de despejo e pela falta de programas voltados para o Cinturão, de políticas públicas para assegurar a permanência das famílias na terra, como infraestrutura necessária para a produção alimentar, o escoamento da produção e a comercialização (BORGES; OLIVEIRA, 2018).

Nacionalmente, a CPT foi criada com inspiração do CIMI, e essa parceria sempre existiu na Diocese de Três Lagoas, seja em apoio, em manifesto, em posicionamento, favoráveis aos indígenas, como e-mails, mobilizações e notas públicas assinadas por D. Izidoro Kosinski. A CPT teve participação muito decisiva na conquista da terra para a recente conquista do território Ofayé. Embora a coordenação dos trabalhos fosse sempre do CIMI, pertencente à Comissão Pastoral Indígena, a CPT sempre manifestou apoio divulgando a dura realidade dos Ofayé (MENDONÇA, 2021).

No século XXI, a CPT passou a apoiar não somente a luta pela conquista da terra, mas de melhor produção. A CPT acompanhou

os trabalhadores, apoiando na organização da produção nos assentamentos, cooperativas, associações, organização de grupos informais, promovendo cursos e palestras de maneira a melhorar e aumentar a produção e, também, a renda das famílias, desenvolvendo a produção pautada no sistema agroecológico, respeitando o meio ambiente, gerando produção de mais qualidade, buscando a recuperação e proteção de nascentes, margens de córregos e riachos.

Foram travadas várias lutas junto a ribeirinhos, trabalhadores sem terra, camponeses posseiros e proletários rurais. Nesse enfrentamento, a CPT prestou seu apoio à formação e organização de movimentos sociais, acampamentos, sindicatos rurais, associações e manifestações populares e ecumênicas, resultando, como fruto desse embate, a formação de assentamentos, reassentamentos, legalização de terras de posseiros, conquista de indenizações, direitos trabalhistas, fundações de sindicatos de trabalhadores rurais, formação política e humana. Tratar da luta de classes no Bolsão é, portanto, remeter à ação dos agentes pastorais que, durante esses mais de 40 anos de vida da CPT, foram religiosamente comprometidos com o verdadeiro cristianismo, ou seja, com o Cristo Libertador.

Considerações finais

Na falta de movimentos sociais organizados na Diocese de Três Lagoas, como o MST ou MAB, exigiu-se mais da presença da CPT na luta de camponeses, ribeirinhos e assalariados rurais. Fato que, por sua vez, é uma particularidade dos conflitos agrários no Bolsão sul-mato-grossense, o que atribui à CPT enorme relevância aos seus mais de 40 anos de luta na região. Essa relevância, percebida pela classe dominante, reverberou em intenso grau de violência e conflitos. Durante sua trajetória, os agentes da CPT defrontaram-se contra a violência

praticada por jagunços e policiais que, covardemente, os reprimiam, tornando a luta pela terra muito perigosa.

Entre as diversas frentes de lutas encampadas pela CPT junto aos trabalhadores, muitas obtiveram conquistas, principalmente, no que diz respeito ao acesso à terra, indenizações e conquistas trabalhistas. As vitórias demonstraram o poder da classe camponesa e trabalhadora quando se coloca em ação de forma organizada, deixando em evidência a possibilidade de transformação social que se abre perante as contradições do modo de produção capitalista. Nesse contexto, por que não se falar de uma revolução na própria Igreja, uma vez que, a proposição da Teologia da Libertação é buscar uma “Nova Forma de Ser Igreja”? Para tanto, a construção de uma nova Igreja perpassa pela construção de nova forma de organização social que dê as condições objetivas de desenvolvimento pleno do ser humano.

Nesse sentido, o ingresso da CPT nas lutas reforçou a organização dos sujeitos do campo desenvolverem, em conjunto, estratégias e táticas para o enfrentamento ao poder hegemônico e a conquista do direito à terra. A CPT, assumindo-se como serviço evangélico aos pobres do campo, empenhada, sobretudo, na relação com camponeses e trabalhadores rurais, estimulou manifestações e fortaleceu formas de organização e mobilização de camponeses, ribeirinhos e trabalhadores rurais, reforçando a emergência como sujeitos da própria história, a autonomia de classe e a capacidade de transformações sociais e políticas necessárias à sua emancipação em plenitude.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Recriação camponesa no bolsão/MS em tempos de Impérios de papel: ambiguidade e resistência. **Anais**, VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 13 – Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos. UFPR: Curitiba, 2017.

BELON, Vinícius Paschoal. **Comunidades tradicionais da bacia hidrográfica do rio Paraná**: reassentamento Piaba. 2012. Dissertação 84f. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMS, Três Lagoas (MS): 2012.

BORGES, Maria Celma. História e memória dos ribeirinhos de Ilha Cumprida: a luta contra o desenraizamento.

BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (Orgs.). **Cultura, trabalho e memória**: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2006.

BORGES, Maria Celma. Os Cayapó e a propriedade da terra em Sant'Anna do Paranayba, sul de Mato Grosso. Outros **Tempos**: Pesquisa em Foco-História, v. 14, n. 23, p. 105-128, 2017.

ESTATUTO, DA TERRA. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Publicada no DOU de 30.11, 1964.

KUDLAVICZ, Mieceslau. Depoimento de Mieceslau Kudlavicz sobre a sua atuação como agente da Pastoral da Terra de Três Lagoas. 14 de outubro de 2018. Disponível em: www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/. Acesso em: 11 nov. 2018.

FALCHI, Edna. **Na luta por um pedaço de chão**: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues**: Esperanças e desilusões dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS: Dinâmica, 2006.

FRANCISCO, André. **Ciclos econômicos aportados na cidade de Três Lagoas** – da pecuária às indústrias de Transformação. 2013. Dissertação 145f. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMS, Três Lagoas - MS, 2013.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Três Lagoas, 2011.

LEONARDO, Letícia Alves. **Questão Agrária e Patrimônios Religiosos na Diocese de Três Lagoas (MS)**. 2020. Dissertação 268f. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2020.

MENDONÇA, Marcelo Ribeiro de. A Geografia das Lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Três Lagoas (MS): a opção preferencial pelos pobres. 2021. 266f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2021.

REGINA, Jesus Eurico Miranda; KUDLAVICZ, Mieceslau; JESUS, Sebastiana Almeida de. **Lutas dos Trabalhadores Rurais em MS (1978-1992)**. A Participação da Comissão Pastoral da Terra. [Mimeografado]. (Revisado em 17 de Maio de 2000, com notas completas).

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSON, Adair José. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu binacional e seus reflexos na produção do espaço. FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente/SP. **Anais**, XIII Jornada do Trabalho, A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho, 09–12 out 2012.

OS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO EM MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO DE 2014 A 2020¹⁶

Gabriela Nogueira de Medeiros¹⁷

Introdução

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, e tem por objetivo, principalmente, identificar e compreender os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul a partir do ano de 2014, período que compreende o fim do primeiro mandato da Presidenta eleita Dilma, o início do seu segundo mandato até a efetivação do golpe de 2016, o Governo Temer e os primeiros anos do Governo Bolsonaro.

O estudo se justifica tendo em vista a ausência de perspectivas no que tange à Reforma Agrária. Sobre o assunto, para Paulino (2018), o golpe culminou na impostura de Michel Temer à Presidência da República em um contexto de oportunidade de classe para os grandes invasores das terras públicas no Brasil. Nesse contexto, tramitam hoje inúmeros projetos de leis que ferem os povos do campo. Os anos de 2015 a 2019 ficaram marcados pela intensificação de propostas legislativas de caráter conservador, período que coincide justamente com o Golpe à democracia (CPT, 2019).

¹⁶ O texto é parte da Dissertação intitulada “Os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul no período de 2014 a 2020”, defendida em agosto de 2021, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e sob orientação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida.

¹⁷ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: gabinm13@gmail.com

Nesse sentido, como forma de pressionar pela redistribuição de terras e demarcação de terras indígenas, observa-se a tendência de aumento dos conflitos com grileiros, latifundiários e agentes ou órgãos do Estado, causados pelos agressores ou consequência da ação de movimentos sociais, o que resulta em diversas formas de violência.

A escolha da área de estudo se deu considerando que o estado de Mato Grosso do Sul possui uma das estruturas fundiárias mais concentradas do Brasil, segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que 9,4% dos estabelecimentos possuem mais de 1.000 ha e detêm 76,4% da área ocupada pelo total de estabelecimentos no estado.

Soma-se a isso o fato de que o índice de Gini obtido no estado foi de 0,816 em 2019, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – o terceiro mais alto do país, perdendo apenas para o Amazonas (0,891) e a Bahia (0,823).

Essa concentração da terra é a principal responsável pela intensa disputa pelo território que se dá, na região, entre os povos do campo e o agronegócio, destacando-se o frequente clima de tensão no Centro-sul do estado, tendo em vista o cercamento das terras indígenas pela agricultura capitalista/agronegócio (NARDOQUE *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, importa mencionar que, conforme o último relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil” do Conselho Indigenista e Missionário (CIMI, 2019), Mato Grosso do Sul ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos de indígenas. No ano de 2019, foram 113 indígenas assassinados no país, sendo 40 deles no estado.

Ainda segundo o documento, constatou-se que em 2019 a população indígena do Mato Grosso do Sul, a segunda maior do país, continuou sendo alvo de constantes e violentos ataques, inclusive com o registro de práticas de tortura (CIMI, 2019).

Sendo assim, é evidente a necessidade de identificar, compreender e expor os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul, bem como os casos de violência contra os povos do campo no estado, partindo das origens e determinantes desses conflitos.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa possui duas abordagens: a primeira privilegia a construção do referencial teórico-metodológico por meio de levantamento de artigos, livros, teses e dissertações relacionados à temática em estudo. A segunda refere-se ao levantamento de dados secundários acerca dos conflitos por terra e território na área em estudo.

Considerando que as conformações territoriais têm um peso atuante na emergência do conflito social (CALABI; INDOVINA, 1973), para compreensão desses arranjos é necessário considerar as relações sociais que os constituem. É nesse contexto que o território ganha importância na Geografia brasileira como categoria e dimensão basilar da realidade espacial – o território é espaço em disputa no qual uma classe se mostra hegemônica (FABRINI, 2011).

Como a terra em disputa se transforma em território, não basta analisar o mesmo enquanto sinônimo de Estado-Nação, limitando-se à divisão geográfica dos Estados Nacionais, pois essa concepção oculta os conflitos e as relações de poder existentes dentro de suas delimitações (PAULINO; ALMEIDA, 2010). É necessária a interpretação do território sob a perspectiva classista, que implica em disputa de poder e controle do espaço pelas diferentes classes sociais (FABRINI, 2011).

Portanto, entende-se, neste trabalho, o território como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O ter-

ritório é, assim, efeito material da luta de classes travadas pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Para Oliveira (*apud* FABRINI, 2011, p. 102), “[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território”. Nessa perspectiva, a lógica contraditória do desenvolvimento territorial, que ocorre de forma desigual e combinada, faz com que frações de um território sofram processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital.

Todavia, essa é uma concepção que se refere ao território capitalista. Quando a discussão se volta para o território indígena, cabe revelar as suas diferenças e especificidades. Apesar de longa, a citação de Fernandes é elucidativa:

Território indígena é, portanto, um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. Para que o povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particu-

laridade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta'. (FERNANDES, 1993, p. 81 *apud* OLIVEIRA, 2016. p. 183-184).

Sendo assim, a expansão territorial inerente à dinâmica capitalista avança sobre terras que não estão vazias, mas ocupadas por diferentes grupos sociais cada qual com sua própria dinâmica socio-geográfica, sua territorialidade. Essas territorialidades se confrontam, originando conflitos territoriais em razão da existência de diferentes formas de lidar com as mesmas condições de produção/reprodução de vida (PORTO-GONÇALVES; LEÃO, 2020).

Portanto, pensou-se, neste trabalho, a articulação da base teórica com a empiria com vistas a entender a Geografia dos conflitos e da violência no Mato Grosso do Sul, registrando a história da luta dos povos do campo no estado, que foram e são explorados e excluídos, denunciando o quadro de injustiça e violência a que estão submetidos, e de alguma forma contribuir na luta pelos seus direitos.

A Geografia da violência: os conflitos por terra e território no Mato Grosso do Sul no período de 2014-2020

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sul-mato-grossense e a violência, sua principal característica, são atributos do desenvolvimento

e do processo de ocupação do país. Dessa forma, sua origem remete ao passado colonial, ao genocídio indígena, à escravidão e à Lei de Terras.

Para entender os conflitos por terra e território que ocorreram no estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos, bem como suas dinâmicas e características, é necessário compreender a relação entre os conflitos por terra e território e a violência como resultado, visto que os indicadores de conflitos e violência no campo pós-golpe apontam aumento expressivo em decorrência das políticas e ações realizadas pelo governo.

Assim, o conflito é o confronto entre forças opostas, entre relações sociais distintas em condições políticas adversas, que buscam por meio da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação (FERNANDES, 2005). Nessa perspectiva, o conflito por terra é uma disputa entre classes sociais pelo território. O conflito é característico da sociedade de classes e do Estado Democrático de Direito, enquanto a violência é uma forma de dominação entre as classes sociais no campo.

Para Porto-Gonçalves e Leão (2020), a formação territorial brasileira foi forjada na concentração fundiária e na violência que permeia as relações sociais e de poder, assumindo formas históricas e se estabelecendo inclusive nas instituições ditas civilizadas, como o Estado, capturado e instrumentalizado pelas oligarquias.

Não há como negar que a violência constitui a sociedade capitalista. O capitalismo surgiu a partir da expropriação e da violência, que precisam ser reproduzidas continuamente de forma a permitir a expansão desse sistema econômico: o capital exerce violência sobre o homem e sobre a natureza o tempo todo.

A separação da massa da população dos meios que a permitem sobreviver (a terra), só é possível recorrendo-se à violência centralizada do Estado. O processo de acumulação sempre se utiliza do poder es-

tatal para impulsionar a produção e a reprodução das forças produtivas e das relações de produção.

A partir da interpretação de Marx e Engels (2008), o Estado capitalista organiza o poder e a dominação de classe, e, para isso, recorre tanto à repressão, à ação repressiva, quanto à ideologia, criando, por intermédio do direito, uma ideologia jurídica que é essencial para a reprodução das relações de dominação.

Estado, matrizes discursivas da violência e a criminalização dos movimentos sociais

O Estado é concebido como aparelho repressivo e ideológico que permite às classes dominantes, no caso os capitalistas e latifundiários, assegurarem sua hegemonia. O aparelho de Estado está relacionado tanto às práticas jurídicas, quanto à força repressiva, e o exercício do poder depende da repressão tal qual da produção ideológica. Para Althusser (1985):

Todos os aparelhos do Estado funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia, com a diferença, de que o Aparelho (repressivo) do Estado funciona principalmente através da repressão enquanto que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia. (p. 72).

Portanto, o papel do aparelho repressivo do estado é garantir, predominantemente, pelo uso da força (física ou não – podendo ser também proibições administrativas, censuras, etc.) a reprodução das relações de exploração. Por outro lado, o aparelho ideológico tem a função de legitimar as ações da classe dominante, cujo propósito final também é preservar as relações de poder, por meio, por exemplo, dos discursos ideológicos (ALTHUSSER, 1985).

Conforme Rodrigues (2011), existem diferentes discursos sobre o exercício do monopólio da violência. Aqueles referenciados por matrizes discursivas que reafirmam a ideologia dominante, estão enraizados no sistema de valores capitalistas, predominando neles as formas simbólicas de violência que ocultam as contradições e os conflitos típicos da sociedade de classes.

Em defesa da ordem capitalista, os discursos dominantes criminalizam todas as formas de organização daqueles que lutam por melhores condições de vida. Há uma verdadeira inversão de valores: os despejos, a violação aos direitos sociais, o trabalho escravo, a falta de moradia, saúde e educação adequadas não são considerados violência, enquanto manifestações como greves e ocupações são tidas como violentas e radicais, merecedoras de repressão.

Por isso, os discursos dominantes distorcem a realidade para encobrir o fato de que, ao mesmo tempo em que gera riqueza para alguns poucos, o desenvolvimento do capitalismo provoca a miséria de muitos. Como consequência, impedem também o conhecimento dos motivos das reivindicações e as razões pelas quais as lutas sociais são consideradas violentas (RODRIGUES, 2011).

Diante disso, os movimentos sociais, enquanto manifestações de conflitos de classe, são educativos. É no processo de luta que os sujeitos aprendem a identificar o seu opressor e enxergar sua condição de oprimido e excluído do processo de apropriação dos meios de produção. É a partir dos movimentos sociais que os povos do campo se emancipam (FABRINI, 2011).

Nesse contexto, há de se mencionar que nem todos os movimentos sociais são revolucionários e buscam a quebra da hegemonia da classe capitalista. Alguns possuem natureza reivindicativa, buscando apenas a consolidação de direitos previstos em leis, e outros, segundo Rodrigues (2011), reafirmam o *status quo*.

Os movimentos sociais que contestam a ordem, buscam mudanças na concentração de poder e de riqueza. No caso dos movimentos sociais de luta pela terra, a maioria luta pela democratização da terra, pelo fim da apropriação concentrada, sendo que a estrutura fundiária concentrada é “[...] considerada a base da estrutura capitalista no campo e responsável pela miséria, violência, pobreza e barbáries diversas” (FABRINI, 2011, p. 8).

Assim, a propriedade capitalista da terra e dos meios de produção é defendida pelo discurso dominante sustentando a ideia de que é a propriedade privada que promove o desenvolvimento, e os conflitos por terra são mediados com base nas determinações legais sobre propriedade improdutiva, que não esclarece o poder da propriedade em si, mas sim a função que a terra deveria exercer. Como resultado, não se questiona o agronegócio, uma vez que este se fundamenta na exploração em larga escala, na mecanização e na exportação (RODRIGUES, 2011).

Ao invés disso, são questionados os camponeses, os indígenas, os sem terra, enfim, os povos do campo que, politicamente articulados e organizados, contestam as formas de propriedade e de apropriação privada colocando em risco as estruturas de poder. Para barrar esse processo, as classes dominantes passam a propagar campanhas ideológicas cujo objetivo é marginalizar esses sujeitos e criminalizar as ações do movimento, a exemplo das ocupações.

A mídia, enquanto aparelho ideológico do estado, cumpre então o seu papel omitindo a violência objetiva (como a fome e miséria, necessárias para manter a ordem capitalista) sofrida pelos trabalhadores ao mesmo tempo em que destaca a violência subjetiva e os eventos trágicos (enchentes, etc.), visto que esses não perturbam os parâmetros da vida social (RODRIGUES, 2011).

As matrizes discursivas dominantes se utilizam da mídia tradicional brasileira para mascarar a exploração e a injustiça manipulando

informações. Em geral, os movimentos sociais são vistos como organização de criminosos, “anarquistas”, estabelecendo uma série de estereótipos que, inclusive, legitimam as ações do aparelho repressivo do estado.

Os conflitos e a violência direta no campo sul mato-grossense

Delineadas as reflexões teóricas, o propósito final da pesquisa subsiste no desafio da união entre a teoria e a empiria – mediante análise de dados secundários, para compor a totalidade do real. Para além da aparência dos números, compreender os conflitos sociais, expressão da realidade dialética, implica em considerar o espaço e a natureza, as relações sociais e de poder, aspectos que nem sempre transparecem na estatística.

Todavia, não se pode ignorar os números como uma parte da realidade. Considerando o plano de fundo das contradições do campo brasileiro e sul-mato-grossense, é visível a necessidade de divulgar as lutas sociais e suas motivações, bem como denunciar os diferentes traços da violência na problemática agrária-agrícola brasileira, sobretudo pensando as políticas e ações realizadas pelo atual governo juntamente com os discursos ideológicos que invisibilizam os processos violentos.

Para atingir os objetivos propostos, foram levantados dados do Centro de Documentação D. Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e também do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – fontes cujos registros priorizam as vivências dos grupos atingidos pela ação repressiva, a saber: os trabalhadores rurais, os povos originários, os camponeses, os sem terra, entre outros.

A CPT, desde o ano de 1985, publica anualmente o Boletim Conflitos no Campo Brasil com os registros de ocorrências de conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores da terra, tonando-se um dos mais importantes acervos documentais sobre o tema. O Centro de

Documentação (Cedoc) Dom Tomás Balduino foi criado, então, com a finalidade de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos (CPT, 2020).

Entre as categorias de análise da CPT, optou-se por investigar as ocorrências de: 1) violência contra a ocupação e a posse; 2) conflitos por terra, ocupações e acampamentos; 3) manifestações; e 4) violência contra a pessoa. Os dados foram sistematizados em tabelas para melhor visualização do conteúdo.

Ademais, as pesquisas acerca da situação no estado de Mato Grosso do Sul apontam para um cenário de extrema violência, um verdadeiro genocídio que afeta os povos indígenas que ali vivem. Por essa razão, também foram incluídos no estudo os dados do CIMI a respeito da violência contra os povos indígenas, separados em: 1) violência contra a pessoa; e 2) violência contra o patrimônio.

Assim como a CPT, o CIMI publica anualmente o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas, denunciando os diversos tipos de violência a que estão submetidos os povos indígenas no Brasil, desde a omissão e morosidade na regularização de terras até as chacinas e assassinatos que se impõem à revelia do Estado.

O recorte temporal selecionado (2014-2020) se refere ao período que compreende o fim do primeiro mandato da Presidenta eleita Dilma, o início do seu segundo mandato até a efetivação do golpe político/parlamentar/jurídico/midiático de 2016, o Governo Temer e os primeiros anos do Governo Bolsonaro. A opção se fez considerando que outros estudos, como os de Mitidiero Jr. (2017), Porto-Gonçalves e Leão (2020), e Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), apontam para um acirramento dos conflitos e da violência no campo em decorrência da pauta conservadora do atual governo.

Nesse sentido, o que se constata é que, no intervalo de tempo considerado, os anos em que se registraram mais ocorrências de conflitos por terra no Brasil foram os dois anos de governo de Jair Bolsonaro (2019-2020). Logo atrás, em terceiro lugar, está o ano de 2016, o ano do golpe. Conforme se observa na tabela 1, em 2020 registraram-se 1.576 conflitos por terra, o maior número de ocorrências desde que a CPT passou a documentar os conflitos (CPT, 2020).

Tabela 1 – Brasil: Conflitos por terra (2014 – 2020)

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ocorrências	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576
Ocupações/ Retomadas	223	234	224	193	157	46	29
Acampamentos	22	30	25	13	20	5	3
Assassinatos	37	49	61	70	27	27	14
Pessoas Envolvidas	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872
Hectares	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT.
Elaborada pela autora (2021).

Esse aumento que salta aos olhos se deu, principalmente, em virtude da situação de pandemia da COVID-19 que trouxe novos elementos para a análise dos conflitos. Para conter o avanço do vírus, indígenas e quilombolas instalaram barreiras sanitárias autônomas que, sem apoio do Estado, ficaram sujeitas à ação de invasores, como grileiros e garimpeiros, potencializando, inclusive, a contaminação.

Também como efeito da pandemia, o número de ocupações/retomadas e acampamentos, dados que refletem a luta dos povos do campo, diminuiu drasticamente: foram 29 ações de ocupação e somente 3 acampamentos em 2020 (tabela 1). A partir de 2014, foram realizadas, no total, 1.106 ocupações/retomadas e 118 acampamentos.

Em contrapartida, no ano de 2020, o número de pessoas envolvidas em conflitos por terra no país cresceu, chegando a 687.872

pessoas, segundo maior registro desde 2014 atrás somente de 2016, o ano do golpe, no qual 736.590 estiveram envolvidas.

Da mesma forma, as áreas em conflitos estão cada vez mais volumosas. Em 2014, aferiu-se 8.134.241 hectares em conflito, sendo que em 2020 já são 77.442.957 ha. Esse dado demonstra que continua o avanço dos agentes de conflitos (fazendeiros, empresários, garimpeiros, etc.) sobre as terras de camponeses e territórios indígenas e quilombolas.

No caso de Mato Grosso do Sul, também se verificou um número crescente de ocorrências em razão da COVID-19. Tendo em vista que o estado concentra um número considerável de territórios indígenas, em 2020, vide tabela 2, foram 96 conflitos com o envolvimento de 16.321 famílias. Das 96 ocorrências, 66 foram reportadas em áreas de barreira sanitária instaladas por indígenas.

Com relação às ocupações/retomadas e acampamentos no estado, registrou-se a ausência de dados sobre essas manifestações no ano de 2020, seguindo a tendência nacional. Já em 2019, não houve ocorrências de realização de acampamentos, segundo nota-se na tabela 2.

Tabela 2 – Mato Grosso do Sul: Conflitos por terra – (2014-2020)

Ano	Conflitos por Terra ¹⁸		Ocupações		Acampamentos		Total	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
2014	43	1.450	9	451	3	267	55	2.168
2015	40	1.869	16	2.110	1	1.500	57	5.479
2016	32	1.555	22	1.750	2	9	56	3.314
2017	28	2.692	9	1.980	3	760	40	4.182
2018	26	2.075	7	625	3	480	36	2.755
2019	35	6.037	2	350	-	-	37	6.187
2020	96	16.321	-	-	-	-	96	16.321

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborada pela autora (2021).

¹⁸ Os dados da primeira coluna (Conflitos por Terra), referem-se à soma das ocorrências e famílias que foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou sofreram ações de pistolagem

A tabela 3 especifica a violência contra a ocupação e a posse no Mato Grosso do Sul nos últimos sete anos. Em 96 conflitos registrados em 2020, 45 famílias foram expulsas da terra, 20 famílias foram despejadas, 157 foram ameaçadas de despejo, 441 sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, 57 casas foram destruídas, outros 273 bens foram destruídos, 405 famílias estão sob ameaça de pistoleiros e 420 sofreram algum tipo de invasão.

Ao todo, entre 2014 e 2020, foram documentadas 377 ocorrências no estado, nas quais 357 famílias foram expulsas, 2.499 famílias foram despejadas, e 6.606 famílias sofreram ameaças por pistoleiros, além de 735 famílias que tiveram suas terras ou posses invadidas.

Tabela 3 - Mato Grosso do Sul: Violência contra a ocupação e a posse (2014-2020)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº de ocorrências	55	57	56	40	36	37	96
Famílias	2.168	5.479	3.314	4.182	2.755	6.187	16.321
Área	20.378	47.880	32.098	27.102	19.955	49.716	237.141
Famílias expulsas	-	40	50	-	24	200	45
Famílias despejadas	-	1.100	249	1.130	-	-	20
Ameaçadas de despejo	745	1.543	1.370	405	1.276	1.520	157
Tentativa ou ameaça de expulsão	1.409	2.245	600	1.040	575	640	441
Casas destruídas	55	90	239	990	61	1	57
Roças destruídas	5	-	-	250	-	-	-
Bens destruídos	-	140	209	740	31	-	273
Pistolagem	1.741	2.235	570	1.015	325	315	405
Invasão	-	-	-	-	-	315	420

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado pela autora (2021).

Com relação aos casos de violência contra a pessoa, tabela 4, em 2020 ocorreram em Mato Grosso do Sul 106 conflitos, o maior registro de ocorrências nesse contexto desde 1985, quando a CPT lançou o primeiro relatório de conflitos no campo. Em sete anos, foram 410 casos, 6 assassinatos, 21 tentativas, 36 ameaças de morte, 16 prisões e 148 agressões.

Apesar do número de assassinatos ter se mantido baixo ou inexistente no estado, não há o que se comemorar – os dados coletados a partir dos relatórios do CIMI apontam para outras circunstâncias, conforme se mostrará posteriormente. Por hora, cabe investigar a natureza dessas violências reveladas, o que se fará a partir do número de famílias expulsas, despejadas, pelo número de prisões realizadas e ameaças por pistoleiros.

Nesse sentido, para Porto-Gonçalves (2006), o número de pessoas presas e de famílias despejadas se configura como um bom indicador do grau de violência do poder público, uma vez que, nessas situações, o Estado age tanto por meio do poder judiciário, quanto do poder executivo por meio das polícias militar e civil.

Por outro lado, o grau de violência do poder privado está apoiado nos dados sobre o número de pessoas assassinadas e de famílias expulsas (PORTO-GONÇALVES, 2006). Aqui, também serão ponderadas as ocorrências de ameaças por pistoleiros, provando que, no Mato Grosso do Sul, há um poder privado que atua de forma violenta, rejeitando a mediação pública.

Se considerados apenas os dados de famílias despejadas/prisões e famílias expulsas/assassinatos, verifica-se que haveria um decréscimo das ocorrências vinculadas à violência privada, enquanto haveria intensificação das ações do poder judiciário em conjunto com o poder executivo – o número prisões efetivadas (16) e famílias despejadas (2.499) foi superior ao de assassinatos (6) e famílias expulsas (357).

Entretanto, não se pode ignorar que, no período em estudo, 6.606 famílias sofreram algum tipo de ameaça por pistoleiros no estado, além de 735 famílias que tiveram suas terras ou posses invadidas. Da mesma forma, ainda se registrou 6.950 tentativas ou ameaças de expulsão, o que reafirma a forte presença da violência do poder privado no campo sul mato-grossense.

Tabela 4 - Mato Grosso do Sul: Violência contra a pessoa (2014-2020)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº de conflitos	57	58	60	45	36	48	106
Pessoas envolvidas	10.84	27.40	16.65	20.94	13.77	25.59	66.56
	6	4	2	0	5	2	7
Assassinatos	3	1	1	-	-	1	-
Tentativas de assassinatos	2	5	10	-	2	2	-
Mortos em consequência	2	-	1	1	-	-	-
Ameaçados de morte	10	16	5	1	-	4	-
Torturados	1	1	-	-	-	2	-
Presos	-	-	-	1	10	3	2
Agredidos	5	40	4	8	73	9	9

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado pela autora (2021).

Sendo assim, os números indicam ampliação da ação do poder judiciário em defesa da propriedade e dos grandes proprietários – o Estado a serviço dos particulares, de acordo com as ocorrências de despejos e prisões, mas, também, do poder privado, por meio da ação de pistoleiros, milícias e jagunços com aumento expressivo de ameaças e invasões.

Nota-se, então, que existe uma correlação entre o aumento do número de conflitos no campo e o avanço da violência do poder priva-

do, demonstrando que subsiste uma das tendências históricas de resolução de conflitos no Brasil, a da violência direta sem mediação pública, por intermédio da ação de grupos privados. Esse é o entendimento de Porto-Gonçalves (2006).

Nessa perspectiva, o autor ainda aponta o perigo de uma conjuntura de violência e arbítrio que se configura com o aumento de mobilização em busca da ampliação de direitos, fato que atenta contra a democracia e a justiça. Assim se manifesta o autoritarismo histórico que atravessa as relações sociais e de poder no Brasil.

Pode-se concluir, então, que se reproduz historicamente, não só no estado de Mato Grosso do Sul, mas no Brasil como um todo, uma estrutura de relações sociais e de poder assentada em diferentes tipos de violência, característica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro.

Os dados apresentados demonstram que os grandes proprietários lançaram mão da prerrogativa do que seria o monopólio da violência por meio do Estado, mas, ainda assim, as relações sociais e de poder continuaram se constituindo com e pela violência privada (PORTO-GONÇALVES, 2006). Assim, grande parte dos conflitos foi gerada não pela ação dos movimentos sociais, mas pela investida do latifúndio, da grilagem, do agronegócio e do próprio Estado.

Portanto, a ideia de que o conflito pode ser o caminho da conquista dos direitos sociais por parte dos movimentos sociais não reflete a realidade atual no campo sul-matogrossense, uma vez que o conflito e a violência não são respostas diretas às ações de ocupação e acampamento/retomada, mas, sim, investida do agronegócio na tentativa de barrar ou retirar direitos dos povos do campo.

A título de exemplo, cita-se o recente registro de uma estância luxuosa em terra indígena, entre os municípios de Aquidauana e Mi-

randa – terras reclamadas por quase 8 mil indígenas. O pedido de regularização dos 7,6 mil hectares partiu da empresa Caiman Agropecuária, ligada à família Klabin – fundadora de uma das maiores fabricantes de papel do continente, sendo resultado da Instrução Normativa nº 9, de 2020 que mudou as regras para o reconhecimento dos territórios indígenas nos mapas do governo (PAES, 2021).

Ademais, um fato significativo a ser refletivo é que os conflitos e a violência no campo crescem concomitantemente à expansão da fronteira agrícola e do agronegócio, das suas inovações tecnológicas e roupagem da modernidade, a exemplo do Mato Grosso do Sul cujos dados foram apresentados.

Portanto, mesmo onde se dizem ocorrer os avanços considerados mais modernos no campo brasileiro, convive-se com a violência arcaica do mandonismo coronelístico, realidade cruel que, conforme já sinalizado, é a face da barbárie que a modernidade gera no país (OLIVEIRA, 2003).

A partir dos dados, fica provado que a violência não é apenas um resquício associado ao velho latifúndio – até porque o agronegócio se conforma como uma atualização do mesmo, mas está intimamente relacionado à modernização do campo brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No Mato Grosso do Sul, estado que possui a segunda maior população indígena do país, na grande maioria das ocorrências de conflitos no campo observou-se o envolvimento de indígenas, apesar de também serem registradas ocorrências entre os ribeirinhos e sem terras. Desse fato, conclui-se que são esses os protagonistas na luta pela terra no estado.

Essa violência contra a demarcação das terras indígenas sinaliza que a defesa do capitalismo rentista é o elo que funde os interesses do latifúndio moderno (terra produtiva) e do arcaico (terra improdutiva), portanto o questionamento da propriedade capitalista da terra frente ao direito dos povos tradicionais traz à tona a essência antidemocrática do latifúndio.

Por essa razão, é particularmente relevante o estudo dos dados a respeito dos conflitos e da violência contra os povos indígenas. Para isso, foram selecionadas duas categorias de violência presentes nos relatórios do CIMI, a saber: 1) violência contra a pessoa; e 2) violência contra o patrimônio. As ocorrências divulgadas são ainda mais impactantes.

No ano de 2019, Mato Grosso do Sul foi o estado com maior número de assassinatos registrados (40), seguido de Roraima (26). A população indígena do estado segue sendo assassinada, atacada, conforme se verifica na tabela 5, com ocorrência, inclusive de práticas de tortura de crianças.

Tabela 5 – Mato Grosso do Sul: Violência Contra a Pessoa Indígena (2014-2020)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Abuso de poder	-	1	-	1	2	-
Ameaça de morte	7	1	-	5	-	2
Ameaças várias	3	1	1	-	-	3
Assassinatos	25	20	15	17	38	40
Homicídio culposo	9	5	4	3	3	4
Lesões corporais dolosas	5	5	4	2	1	5
Racismo e discriminação étnico culturais	-	3	1	2	1	-
Tentativa de assassinato	12	12	16	7	8	10
Violência sexual	6	3	4	5	7	4
Total de casos	67	51	45	25	22	68

Fonte: CIMI. Elaborado pela autora (2021).

De 2014 a 2020, foram registradas 278 ocorrências de violência contra a pessoa indígena, 168 delas reportadas como assassinatos, 65 como tentativas de assassinato, 22 casos de lesões corporais dolosas (in-

tencionais), e 15 ameaças de morte. Houve ainda 7 denúncias de racismo e discriminação étnico culturais e 4 casos de abuso de poder.

O relatório do CIMI (2019) declara, ainda, que o estado registrou em 2019 um aumento de 452% nos focos de incêndio em terras indígenas, entre as quais a mais afetada foi a Kadiwéu com 1.268 focos de incêndio – área que vem sofrendo com a apropriação privada do território por fazendeiros, conforme denunciado pelos indígenas.

Além disso, Mato Grosso do Sul ainda obteve uma das maiores taxas de encarceramento de indígenas, a segunda maior do país, ocupando Rio Grande do Sul o primeiro lugar, além de ser também o estado com os maiores índices de suicídio nos últimos vinte anos, destacando-se o caso do povo Guarani Kaiowá. Segundo o relatório, entre 2014 e 2020, 232 indígenas cometeram suicídio.

No geral, os dados apontam para um cenário de genocídio dos povos que vivem na região, sobretudo os Guarani Kaiowá que estão confinados, com posse de apenas 29,04% do território que lhes é reconhecido pelo Estado. O resultado disso é o acirramento dos conflitos internos, desavenças familiares, comportamentos violentos devido ao alto consumo de bebidas alcoólicas, envolvimento com drogas, estupro, roubos, etc. (CIMI, 2019).

Atualmente, 115 terras indígenas estão com pendências administrativas: são 15 a serem identificadas, 9 declaradas, 4 homologadas, 6 identificadas, e um total de 81 terras indígenas sem providências. É nítido que a paralisação dos processos de demarcação das terras reivindicadas e da revisão de procedimentos demarcatórios de terras já demarcadas fomenta a ocorrência de conflitos territoriais (CIMI, 2019).

De acordo com a tabela 6, ocorreram 35 casos de conflitos relativos a direitos territoriais no ano de 2019 no Brasil, 10 deles no Mato

Grosso do Sul. Durante todo o período em estudo, foram 33 conflitos registrados no total, além de 22 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.

Tabela 6 - Mato Grosso do Sul: Violência contra o Patrimônio Indígena (2014-2020)

Ano	Omissão e morosidade na regularização de terras	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Total de casos
2014	24	5	1	30
2015	96	10	2	108
2016	102	7	4	113
2017	102	1	5	108
2018	115	-	3	118
2019	115	10	7	132

Fonte: CIMI. Elaborado pela autora (2021).

Enfim, as informações narradas anunciam a tragédia social e ambiental que percorre toda a história e a geografia brasileiras, caracterizadas pelo domínio do latifúndio. Recentemente, o processo de financeirização, que inclui a terra como um ativo financeiro, acelera a corrida por terras de proporções globais visando a captura da renda fundiária.

Considerações finais

A violência, característica dos conflitos por terra e território no Brasil, se apresenta durante toda a formação territorial brasileira, atravessando estruturalmente as relações sociais e de poder e revelando-se, sobretudo, no controle da terra por oligarquias, o que resulta numa das mais injustas estruturas sociais – origem dos conflitos no campo.

Os dados apresentados indicam que a terra se torna cada vez mais disputada. O aumento da especulação e da comercialização de ter-

ras provoca alteração no uso do território, resultando em expropriação dos povos do campo, aumento de conflitos e no aprofundamento da concentração fundiária.

Isso porque em tempos de crise, nos quais o capital encontra limites ao seu processo de reprodução ampliada, a acumulação de capital é alcançada por métodos violentos. A violência está presente principalmente em momentos de crise de hegemonia.

Assim, o golpe político de 2016 incorporou novos elementos à análise da questão agrária brasileira. São visíveis as consequências da adoção deste programa de governo para o campo, pois se traduziram em números crescentes de violência e de conflitos.

Nesse sentido, Mato Grosso do Sul apresenta altos índices de violência nos últimos anos, tanto privada quanto mediada pelo Estado por meio do poder judiciário, principalmente contra os povos indígenas que sofrem com o abandono e os ataques dos latifundiários e das grandes empresas ligadas ao agronegócio.

Dessa forma, a violência contra os povos indígenas escancara a essência antidemocrática do latifúndio, uma vez que a defesa do capitalismo rentista é o que une os interesses do latifúndio moderno (terra produtiva) e do arcaico (terra improdutiva).

Apesar dos números serem indicativos de que os povos do campo não estão inertes diante das investidas, mas resistindo na luta em defesa dos seus direitos, é preciso apontar também que essa correlação de forças tão desigual, que une poder de repressão do Estado e privado a favor do latifúndio, implica em poucas conquistas sociais e muita violência.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. **Sobre o uso capitalista do território**. Trad. Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. São Paulo: USP, 1973.

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

Conselho Indigenista Missionário – CIMI. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - dados de 2019**. Brasília: [S.d.]. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 7, n. 07, p. 97–112, 2017. DOI: 10.5418/RA2011.0707.0007. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6542>>. Acesso em: 12 set. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 114, jun. de 2017.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieczslau. Questão Agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, PB: DGEOC/CCEN/UFPB, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. São Paulo: Ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez de 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 530 p.

PAES, Caio de Freitas. FUNAI ABRE A PORTEIRA E EMPRESA DA FAMÍLIA KLABIN REGISTRA ESTÂNCIA LUXUOSA EM TERRA INDÍGENA NO MS. The Intercept Brasil, 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/06/28/funai-abre-a-porteira-e-empresa-ligada-a-klabin-registra-estancia-luxuosa-em-terra-indigena-no-ms/?utm_campaign=later-linkinbio-theinterceptbrasil&utm_content=later-18425665&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio>. Acesso em: 2 jul. 2021.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Para não dizer que não falei do crime de lesa pátria de Temer: os Decretos 9.309, 9.310 e 9.311/2018. **Revista OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, PB: DGEOC/CCEN/UFPB, v.12, n.2, p. 275-292, 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], 75, p. 139-169, out. 2006. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.908>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/908>>. Acesso em: 11 set. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 712-767, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12500. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12500>>. Acesso em: 11 set. 2022.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Violência contra movimentos populares e resistências. **Geografia em questão**. Marechal Cândido Rondon, v.04, n. 01, p. 09-17, 2011.

QUANDO O EUCALIPTO INVADE O CERRADO: RESISTÊNCIA DAS POPULAÇÕES RURAIS TRADICIONAIS NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS (MS)¹⁹

Marine Dubos-Raoul²⁰

Introdução

Há mais de dez anos o plantio de eucalipto cresceu expressivamente na região Leste do estado de Mato Grosso do Sul, e mais especificamente no município de Três Lagoas, sob a iniciativa de grandes empresas de agronegócio e com o incentivo das administrações públicas federais, estaduais e locais. O eucalipto iniciou sua trajetória no Sul do país, no Pampa, no final do século XIX. No entanto, no período mais recente, no início do século XXI, observamos um interesse marcado pelo Cerrado.

Isso se explica pela combinação de dois processos que serão tratados na primeira parte do trabalho: o primeiro é a trajetória do eucalipto no Brasil e as formas que levaram as empresas a expandir e desconcentrar o plantio, resultado da busca por condições econômicas e sociais mais vantajosas para o complexo eucalipto-celulose. O segundo fator que explica o recente interesse nas terras do Cerrado é o processo mais amplo de apropriação e expansão do agronegócio, região emblemática dos investimentos agrícolas a partir dos anos 2000 e principalmente das *commodities*. A combinação desses dois processos

¹⁹ Este texto é parte do desenvolvimento de estágio de Pós-Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil, sob supervisão da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Almeida.

²⁰ É doutora em Geografia pela Universidade de Paris 8 (Saint-Denis/França). Email:marine.raoul@gmail.com

socioespaciais permite entender a territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel no Leste do Estado de Mato Grosso do Sul. O estudo é organizado a partir de leituras bibliográficas sobre o tema e de um levantamento de dados censitários e de uso e ocupação do solo.

Na segunda parte, trataremos das mudanças territoriais ocorrendo a luz da percepção dos moradores de duas comunidades rurais tradicionais do município de Três Lagoas, Arapuá e Garcias, e mais especificamente seus olhares a respeito da destruição da biodiversidade dos seus territórios, representativa do avanço do eucalipto no Cerrado. A partir de um trabalho qualitativo, baseado em entrevistas semi-dirigidas, mostramos como a formulação e a evocação dos danos ambientais pelos atores territoriais constitui uma resistência com a produção de uma narrativa a contramão de um modelo devastador do Cerrado, realçando uma certa identidade territorial.

O processo de apropriação das terras do Cerrado pelo eucalipto na Microrregião de Três Lagoas (MS)

Nessa primeira parte, tratamos do movimento duplo que conduziu o eucalipto na sua última fronteira agrícola: a evolução e os problemas encontrados no próprio complexo eucalipto-celulose que levaram à territorialização do setor em Mato Grosso do Sul e as dinâmicas agrícolas, principalmente os grandes investimentos nas *commodities*, que, nesses últimos anos, se acentuaram no Cerrado.

A trajetória do eucalipto no Brasil

O eucalipto inicia sua trajetória no Brasil no final do século XIX no Pampa, no Estado do Rio Grande do Sul, numa altura em que a in-

dústria papelreira se concentrava nos estados do Centro-Sul até o final da década de 1990. A partir dos anos 1960, medidas são implementadas por governos militares para desenvolver o complexo do eucalipto-celulose-papel²¹. Na época, os programas visam a subsidiar o desenvolvimento e a modernização da agricultura no Cerrado graças ao Programa de cooperação nipo-brasileiro do Cerrado (PRODECER) em 1973 e o Programa de desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) em 1975, ambos os programas eram captados pelo setor do eucalipto. Na década de 1970, o eucalipto começou a sua trajetória no Leste do Mato Grosso do Sul, no âmbito de planos dos governos militares: Essa política desenvolvimentista adotada pelos militares para a ocupação racional dos cerrados na Microrregião de Três Lagoas será importante para expandir a produção pecuária e, de modo particular, o plantio de eucaliptos e *pinus*. Assim, o Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul iniciou-se em 1974 com a delimitação de uma ampla área de Campo Grande a Três Lagoas (PERPETUA, 2016). A Chamflora (antiga Champion Papel e Celulose) lidera a “eucaliptização” da microrregião de Três Lagoas, mas sofreu com a crise econômica na década de 1980. Sua maior repercussão foi a queda da área plantada em eucalipto na região.

De maneira geral, até os anos 1990 as regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte da produção nacional. No período recente, existe uma tendência à periferação, devido às mudanças importantes em termos de reestruturação produtiva da indústria papelreira trazidas pela mundialização e pela fragmentação espacial e periferação das etapas de produção. De fato, as instalações recentes ou previstas são quase todas localizadas na região Centro-Oeste, Norte ou Nordeste. Isso se deve à busca pelas terras baratas, à maior flexibilidade na legislação ambiental e trabalhista, à procura de melhores condições edafoclimáti-

²¹ II Código Florestal Brasileiro, o Plano Nacional de Papel e Celulose, II Plano Nacional de Desenvolvimento.

cas, à menor presença e ação sindical e à organização da sociedade civil e aos incentivos oferecidos pelos estados e localidades (PERPETUA e THOMAZ JUNIOR, 2019).

Ainda segundo Perpetua e Thomaz Junior (2019), a partir da década de 2000, os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff lançam uma vasta política em favor da produção de *commodities* para exportação. No âmbito do eucalipto, isso se repercute pelo período 2004-2007 pelo Programa Nacional de Florestas (PNF), da secretaria de biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente, para expansão das áreas plantadas em árvores.

Na medida em que o eucalipto e o setor ganham espaço, a conflituabilidade cresce em torno das desigualdades produzidas pelo modo de produção e de apropriação da terra. Os conflitos ocorrem principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, onde o complexo eucalipto-celulose é mais presente, e confrontam as comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e de pequenos produtores.

As empresas que lideram o setor como Aracruz, atual Suzano e antes Fibria, a Suzano e a Veracel Celulose (KUDLAVICZ, 2011) são as que mais se confrontam e estão envolvidas nesses conflitos que se tornam cada vez mais violentos. Em 2005 é criado o “diálogo florestal” para identificar as questões e os atores envolvidos nos conflitos e propor opções para solucionar e principalmente “quais as possíveis soluções para que o setor possa realizar seus investimentos de forma segura” (KUDLAVICZ, 2011, p. 117). A luta contra a devastação causada pelo eucalipto culmina em 2006 com o ato realizado por 2 000 mulheres da Via Campesina que organizam a ocupação e destruição dos viveiros de eucalipto da empresa Aracruz no RS “por ocasião da comemoração do dia 8 de março de 2006 – Dia Internacional da Mulher. A ação teve como objetivo chamar a atenção do povo brasileiro para os impactos dos monocultivos de eucalipto” (KUDLAVICZ, 2011, p. 120).

A estratégia usada pelo setor para apaziguar essa grande contestação contra sua atuação foi buscar outras localidades onde ele não será tão contestado, com custo de terras baixo, disponibilidades em água, condições políticas favoráveis (isenção e auxílio instalação) e por fim: um lugar com baixa organização sindical e da sociedade civil (KUDLAVICZ, 2011; PERPETUA e THOMAZ JUNIOR, 2019). Assim, num estado como Mato Grosso do Sul, que é marcado pela aliança terra-capital (ALMEIDA, 2009) com abundância de recursos (terras baratas e água) o setor do eucalipto-celulose, na microrregião de Três Lagoas, foi recebido num contexto muito favorável (político e social) por estar gerando uma expectativa muito grande em termos de emprego e de desenvolvimento industrial. Quando a primeira usina de tratamento de eucalipto se instalou, a microrregião de Três Lagoas encontrava-se numa situação de economia estagnante.

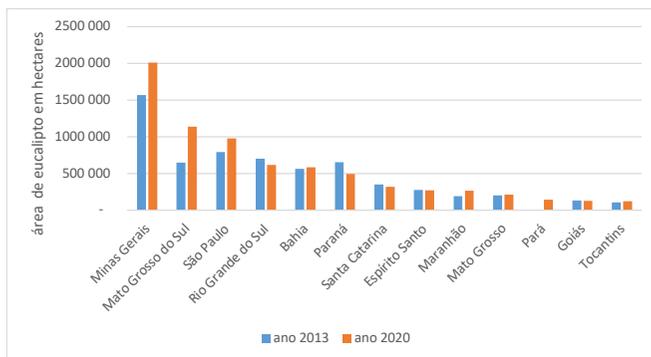
No início do século XX, a construção da Estação Ferroviária do trecho da Ferrovia Noroeste Brasil (NOB) marca a constituição do sítio urbano e o início do povoamento de Três Lagoas e região (NEVES e SANTOS, 2018). De 1965 a 1974, ocorreu a construção da usina hidrelétrica Souza Dias, a “Usina Jupιά”, que foi um marco para o desenvolvimento da cidade. A Usina Jupιά é um novo ciclo econômico (PERPETUA, 2016) que deu origem a fluxos migratórios de trabalhadores para a construção da usina. No final da construção, aparecem contingentes de trabalhadores desempregados, o que gerou a volta da pecuária na década de 1970. Coincide com os planos governamentais desenvolvimentistas (POLOCENTRO, PRODECER) que terminam de concretizar o que os governos militares haviam empreendido: a desconcentração industrial. Foi nessa época que foi criado o Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul. Em 1974, o plantio de eucalipto começou na região de Três Lagoas. Mas, a crise econômica da década de 1980 coloca em pausa os planos. A partir de 1994 até 2006, várias indústrias alimentícias, têxtil, etc., são instaladas. (NEVES e SANTOS, 2018). Em 2006, a Champflora é adquirida

pela International Paper que procede a troca de ativos com a Votorantim Celulose Papel, projeta a construção da primeira fábrica na região com incentivos fiscais e participação do BNDES, e inicia a fase expansionista do plantio de eucalipto na região de Três Lagoas.

A industrialização recente da região de Três Lagoas é fortemente associada à territorialização do agronegócio (NEVES e SANTOS, 2018) e vem se consolidando com a territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel vinculada a um forte discurso desenvolvimentista que acaba dando legitimidade às mudanças de uso de terras. Assim, o eucalipto “chegou no momento certo”, quando os custos para renovar os pastos se encontravam muito altos. As pastagens degradadas se tornavam um argumento central para a mudança do uso das terras e o plantio do eucalipto. Inclusive, é o discurso sobre as terras arenosas e a opção do “reflorestamento” pelo eucalipto como solução para remediar à correção e o manejo das terras que vem se juntando a uma narrativa forte da sustentabilidade como estratégia desenvolvimentista apropriada pelo complexo eucalipto-celulose para a construção de uma imagem sustentável, (KUDLAVICZ, 2011; LEMES, 2016) mesmo conhecendo os problemas gerados pelo monocultivo de eucalipto para recuperação de terras arenosas (SUERTEGARAY; GUASSELLI; VERDUM, 2001).

Em menos de dez anos o Estado de Mato Grosso do Sul quase dobrou sua superfície em eucalipto, passando de 651 821 hectares em 2013 a 1 135 543 hectares em 2020. É o Estado que mais progrediu em termos de áreas ocupadas pelo eucalipto, como o ilustra o gráfico 1.

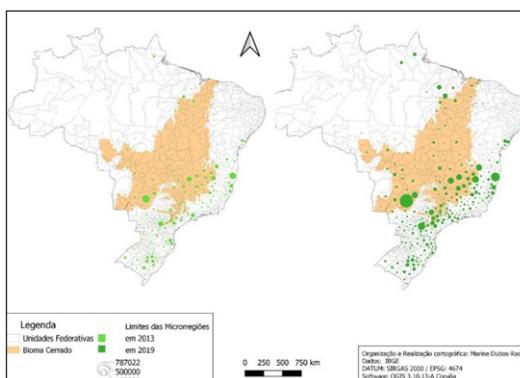
Gráfico 1 – Brasil: áreas de plantio de eucalipto nas maiores unidades da federação produtoras – 2013 e 2020



Fonte: IBGE/SIDRA/ Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2020.

Na escala do Estado de Mato Grosso do Sul, houve uma intensificação do plantio de eucalipto no leste do estado e mais expressivamente na microrregião de Três Lagoas, que se encontra nas áreas do Cerrado, como é possível constatar no mapa 1.

Mapa 1 – Brasil: localização do bioma Cerrado e áreas de eucalipto em hectares por microrregiões – 2013 e 2019



Organizado pela autora (2021).

A implantação do eucalipto se dá pela entrega das terras pelos proprietários via o arrendamento e o desmancho de toda ou parte da estrutura das fazendas de pecuária extensiva de corte e leite (cercas, bebedouros, curral, sede da fazenda e alojamento das famílias trabalhadoras das fazendas, etc.). Esse processo, como já mencionado acima, foi construído e assentado na opção do eucalipto como única solução para a renovação das pastagens degradadas e, conseqüentemente, se traduziu por um importante êxodo rural das famílias trabalhadoras das fazendas e sítios da região.

Em 2006, a Votorantim Celulose Papel (VCP) e a Internacional Paper (IP) inauguram a primeira usina em Três Lagoas e em 2009 ela se torna a Fibria, resultado da fusão da VCP e da Aracruz e é finalmente comprada pela Suzano em 2018. Em 2010, a Eldorado Brasil edifica a segunda planta industrial transformando o eucalipto num dos seus subprodutos.

A trajetória do eucalipto no Brasil é marcada por uma série de incentivos de múltiplas escalas (governamental, estadual, municipal) em favor da implementação do eucalipto e mais amplamente coincidindo com o projeto de territorialização do agronegócio, muito marcado no Cerrado no final do século XX e no início do século XXI.

Apropriação do Cerrado pelo agronegócio

Uma parte importante dos principais produtos agrícolas, as *commodities*, hoje se encontram produzidas no Cerrado. Esse processo se inicia nos anos 1970 quando o advento dos progressos das técnicas e tecnologias permitiram tornar essa região – considerada imprópria para a agricultura por conta de seus solos ácidos — o lugar da expansão da agricultura moderna. A partir daí, aparecem políticas públicas a fim de organizar a ocupação do Cerrado e a difusão de novas tecnologias como o Programa de coope-

ração nipo-brasileiro do Cerrado (PRODECER) em 1973 e o Programa de desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) em 1975, visando a subsidiar e orientar a modernização agrícola no Cerrado.

O Cerrado chama atenção por conta das suas vastas extensões de terras, com fertilidade pobre, mas com meios para remediar e desenvolver uma agricultura de grande escala, convertendo assim solos considerados pobres no ponto de vista agronômicos em terras de qualidade, uma verdadeira “construção de solo” (THERY, 2006). As características de savana, da vegetação dispersa e do relevo pouco acidentado facilitam os grandes projetos agrícolas, a produção voltada a grande escala com o uso de mecanização nas diferentes etapas da produção. Pelos investimentos importantes que requerem esse tipo de agricultura, a expansão agrícola no Cerrado é principalmente obra de empresas com alto potencial capitalista e uma produção principalmente voltada para o comércio exterior. O processo é tão significativo que, nos anos 1980, o Cerrado é conhecido como ‘o celeiro de soja’.

A ocupação agrícola do Cerrado se justifica pela preservação da Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2014; AUBERTIN e PINTON, 2013), ou seja: a agricultura tinha que tomar espaço sem que seja o da Amazônia que se encontra num processo cada vez mais forte de reconhecimento como fonte ambiental a ser preservada na escala mundial. Um elemento notório é o fato que, na Constituição de 1988, no capítulo que diz respeito à questão ambiental são reconhecidos os biomas da Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e fica ausente o Cerrado. Isso demonstra a desconsideração pelas autoridades das características em biodiversidade do bioma Cerrado. Hoje, o nível de antropização e destruição do Cerrado é avaliado em cerca de de 50% da sua superfície original (PORTO-GONÇALVES, 2014).

No começo dos anos 2000, se iniciou aquilo que Frederico (2013) chama de “novo tempo do Cerrado”. Com a expansão e conso-

lidação do agronegócio produtor de *commodities*, a região é hoje uma das mais produtivas do país. Isso se verifica com os dados de produção agrícola por grandes regiões, visto que 80% do Cerrado é localizado na região Centro-Oeste.

Tabela 1 – Brasil/Mesorregiões: principais áreas agrícolas (hectares) - 2020

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Algodão	5.725	365.011	51.768	141	1.210.593
Cana	59.487	888.948	6.617.599	590.645	1.869.435
Milho	931.908	2.581.935	1.964.490	3.785.711	9.087.031
Soja	2.074.388	3.343.027	2.828.667	12.196.009	16.759.901
Trigo	-	3.005	237.524	2.131.540	63.149

Fonte: IBGE/SIDRA/Produção Agrícola Municipal. Organizada pela autora, 2021.

Além das características físicas do meio natural do Cerrado, a presença de poucas rugosidades explica a relativa fácil territorialização do agronegócio. As rugosidades simbolizam as características do território que persistem no meio físico e social ao longo do tempo, mesmo frente a processos muito invasivos e que rende difícil a territorialização de outros usos. Milton Santos (1984) faz uso desse termo, em referência às estruturas naturais, sociais e políticas construídas num espaço cuja propensão e intensidade tendem a dificultar a realização de novos projetos territoriais. São espaços mais flexíveis, menos resistentes às mudanças e onde o capital e as grandes empresas podem se expandir rapidamente (ELIAS, 2012). A presença de menores rugosidades e de heranças (sucessão de atividades e atores) no Cerrado pode explicar por que a expansão do agronegócio não encontra muitos obstáculos/impedimentos, o que se faz em detrimento da vegetação original, suas populações e outros usos da terra, muitas vezes por produção de mais rendimento capitalista.

Assim como vimos no capítulo anterior a respeito da degradação avançada dos pastos que deu legitimidade para a implementação dos plantios de eucalipto, as características dos solos do Cerrado foram usadas para justificar a expansão da agricultura moderna. De maneira

geral, os solos do Cerrado são caracterizados por terem um teor importante em ferro e argila, não serem muito férteis, e por serem bastante profundos e bem drenados em um relevo propício à mecanização.

Na região leste do Estado de Mato Grosso do Sul, os solos são considerados de baixa fertilidade e por isso, entre outros fatores, desenvolveu-se a vocação para pecuária extensiva e para a produção de gado de corte estruturada em latifúndios com uma alta concentração fundiária (NARDOQUE e ALMEIDA, 2015). Devido ao mau uso do solo e à falta de manutenção e organização da pecuária, as pastagens começaram a ser muito degradadas, o que pode culminar no processo de arenização, o que Suertegaray denomina de degradação do solo, sem vegetação, de areias dando origem ao processo de arenização, tendo como consequência a difícil fixação da vegetação devido à constante movimentação de sedimentos (SCOPEL et al., 2013). Solos arenosos vêm dando justificativa para o plantio de eucalipto como já foi o caso no Sul do país quando o eucalipto se implantou.

Ribeiro (2015), ao tratar do processo de degradação das terras no Rio Grande do Sul explica que:

As primeiras propostas de ‘recuperação dos areias’ no Rio Grande do Sul datam da década de 1970, no contexto já descrito, e tiveram início através da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, com o Plano de Alegrete, que consiste na instalação de quebra-ventos e plantio de espécies arbóreas e arbustivas, leguminosas e gramíneas. Deste plano piloto resultou a conclusão de que a espécie que melhor se desenvolvia sobre os areias era **o eucalipto**. (SUERTEGARAY, 1996 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 24).

Pesquisadores mostraram a necessidade de compreender o processo de arenização de origem natural, devido à presença antiga de areias, e os processos de arenização de origem antrópicas, que precisam ser compreendidas à luz dos processos de territorialização da agricultura

ra no sistema de monocultivo, como é o caso da soja no Rio Grande do Sul por exemplo (SUERTEGARAY; GUASSELLI; VERDUM, 2001). Assim, nesse caso, entre outros, é preciso entender a combinação dos fatores naturais e antrópicos antes mesmo de deter os processos. Scopel et al. (2013) apontam que, no caso do sudoeste de Goiás, os areais ocorrem em áreas de alta ocupação pelos canaviais e de pastagem “por uso indevido, sem reposição de nutrientes e com manejo primitivo do gado” (SCOPEL *et al.*, 2013, p. 13).

Os discursos em favor do eucalipto para limitar/restringir os processos erosivos e a recuperação de áreas já antigas de ocupação pelos eucaliptais predominam para justificar a implementação do complexo eucalipto-celulose, a mudança do uso e ocupação da terra e a eliminação do que restava do Cerrado depois da passagem da pecuária, em termos de sócio-biodiversidade.

Com esse primeiro capítulo, é possível mostrar que a territorialização do complexo eucalipto-celulose é o resultado de políticas públicas em favor da expansão do agronegócio e mais especificamente no Cerrado, num vasto projeto de incorporação nacional ao sistema capitalista de produção. Esse processo é permitido pela busca de uma narrativa, construído sobre um determinismo natural para justificar mudança de uso e ocupação do solo e assim pela imposição de um modelo único, excluindo a diversidade sócio-territorial existente no Cerrado. Desta maneira podemos compreender o processo de resistência que existe.

A resistência das populações rurais tradicionais ao avanço do monocultivo de eucalipto

Como foi dito anteriormente, a combinação dos planos de governos e das empresas do agronegócio convergem em áreas de Cerrado. No Leste do Mato Grosso do Sul, o eucalipto ocupa o espaço das

pastagens degradadas da pecuária extensiva de corte e leite. Mas, atrás dessa mudança do uso da terra existe a questão de uma mudança profunda que sofre um território. Esse segundo capítulo tem o objetivo de entender o território que está passando por essas mudanças devido à territorialização do complexo eucalipto-celulose. Para entender esse território, vamos primeiramente definir o que entendemos por território e assim como essa categoria de análise em geografia nos permite compreender em termos de relações sociais de poder quais são as ferramentas metodológicas escolhidas para chegar aos significados do território e os seus caminhos. Em seguida, entraremos justamente na descrição dessas mudanças territoriais demonstrando o quanto o eucalipto vem trazendo profundas mudanças do Cerrado, a partir da percepção dos moradores de duas comunidades rurais do município de Três Lagoas. Veremos como a alteração do meio ambiente e assim as mudanças das práticas sociais dos entrevistados são constitutivas da construção de uma narrativa forte de identidade territorial que ressalta as características e a biodiversidade do Cerrado sul-mato-grossense.

Metodologia para entender as mudanças territoriais

Escolhemos uma abordagem pelos sujeitos e a resistência que eles operam frente à territorialização do eucalipto, pois consideramos que não há território sem sujeito social e que para entender as mudanças que vive num território é preciso compreender os jogos de poderes e as relações sociais que o constrói (RAFFESTIN, 1980). Isso significa que não há território sem sujeito, pois o território é uma construção social. Assim, o território começa a fazer sentido quando ouvimos os seus moradores, os que vivem no território cotidianamente. E assim, começamos a enxergar as suas especificidades, entender as suas características, principalmente quando elas estão ameaçadas. Daí a importância de compreender o ponto de vista dos sujeitos, o que, no caso do

Cerrado, é ainda mais relevante. Durante muito tempo, as características naturais do Cerrado foram desconsideradas, assim como a importância em preservá-lo. No início do século XXI, com a globalização das problemáticas ambientais e dos serviços ecossistêmicos, o Cerrado virou objeto de investimentos na perspectiva da compensação ambiental liderada pelos mercados financeiros, um *hotspot* de biodiversidade (AUBERTIN e PINTON, 2013). O Cerrado, vítima de duas estratégias de investimentos (mecanização produtiva e de recursos ambientais), continua favorecendo uma visão que exclui os seus povos, na qual prevalece um Cerrado visto por vezes como um espaço vazio a modernizar e a integrar ao mercado nacional e internacional, ou como um ambiente dotado de uma grande biodiversidade e que foi propulsado na cena internacional. No entanto, a valorização da biodiversidade do Cerrado é possível e visível pelos seus sujeitos. Pela e Castilho (2010), no prefácio do livro coordenado por eles dedicado aos Cerrados do Goiás, apontam também esse aspecto essencial:

Cerrado não é apenas vegetação. Além de ser um ambiente natural formado por um conjunto de fatores como clima, solo, água, relevo, fauna, flora etc., ele também é um produto histórico – um território apropriado e disputado por atores sociais que o fazem a partir de suas escalas de poder, bem como de suas dinâmicas socioespaciais. Camponeses, povos indígenas, quilombolas, empresários agrícolas, pecuaristas, trabalhadores informais de variadas estirpes, pesquisadores e outra soma igualmente grande de identidades constroem a sua vida em ambientes de Cerrado, utilizam-no, geram pressões e estabelecem conflitos em sua apropriação. (PELA e CASTILHO, 2010).

É nessa perspectiva que devemos entender o Cerrado Sul-matogrossense, pelos seus atores sociais, pelos seus sujeitos. Assim, escolhemos uma abordagem que visa entender a produção territorial no seu duplo sentido: material e simbólico, indissociável (HAESBAERT,

2007) e relevando desta forma a importância dos diferentes elementos apresentados pelos sujeitos, que aparecem como centrais e constitutivos da construção do Cerrado. Para ilustrar essa imagem, retomamos uma citação do Carlos Walter Porto-Gonçalves: “não há defesa do cerrado sem os povos do cerrado” (Porto-Gonçalves, 2014, p. 95), que ele mesmo emprestou à tese de Chico Mendes “não há defesa da floresta sem os povos da floresta”. É nessa perspectiva de pesquisa qualitativa, fundamentada em entrevistas semi-dirigidas que procuramos mostrar os processos históricos e as representações sociais dos atores que são geralmente silenciados pelo movimento da história dominante (TURRA NETO, 2011). Além disso, quisemos enfatizar e questionar quais territorialidades existem e resistem ao processo de territorialização e à homogeneização do capital da celulose.

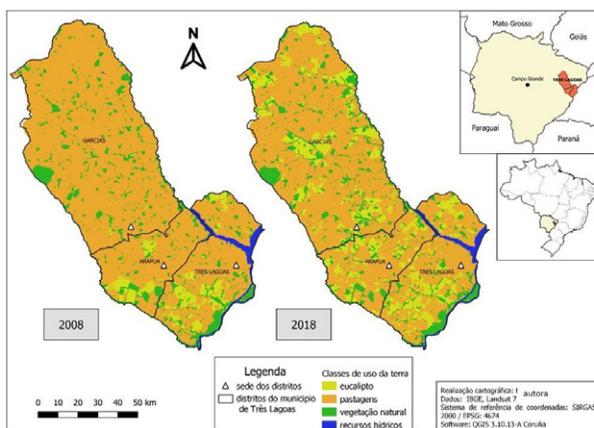
Do invisível Cerrado aos danos manifestos

É recente o reconhecimento do Cerrado como santuário da biodiversidade a preservar no discurso internacional, apesar deste último ser bastante inscrito numa perspectiva mercantil no horizonte das conferências sobre o clima. A construção social da riqueza do Cerrado é muito perceptível no olhar dos moradores, habitantes de áreas rurais que vivem no e graças ao Cerrado. Mesmo na época da pecuária extensiva, isso aparece ao decorrer das entrevistas quando os moradores contam a respeito das mudanças das suas práticas territoriais cotidianas. As fazendas de gado, apesar de serem responsáveis pela destruição de uma parte significativa da diversidade faunística e florística do Cerrado, devido aos seus modelos produtivos, ainda deixavam e mantinham espécies vivas e possibilitavam práticas sociais em sinergia com a biodiversidade existente.

Por que falar de resistência ao abordar os danos percebidos pela população? Primeiro, veremos que as comunidades rurais em questão,

apesar dos danos provocados pelo eucalipto, continuam se mantendo e, pela reprodução dos seus modos de vida, exercem uma resistência territorial que pode ser constatada via imagens de satélites. Existe uma certa “teimosia camponesa”, para retomar a expressão usada pelo Kudlavicz (2011) para ilustrar a resistência dos camponeses à pecuária extensiva e a luta pela terra. O mapa 02 evidencia o avanço do eucalipto no município de Três Lagoas e principalmente em relação às sedes dos distritos de Arapuá e de Garcias. No distrito de Arapuá, fica nítido a “barreira” que vem exercendo a comunidade local pela sua permanência no espaço, como resistência ao modelo do eucalipto, pois o eucalipto não consegue entrar na área restrita da sede do distrito.

Mapa 1 – Três Lagoas (MS): cercamento pelo eucalipto e resistência das comunidades rurais – 2008 e 2018



Fonte: imagens Lansat7 de agosto de 2008 e de 2018 processadas no software Qgis. Org. A autora (2021).

Em segundo ponto, é possível falar em resistência na medida em que ainda predomina um discurso unânime e consensual afirmando que eucalipto não é responsável por danos ambientais. Esse discurso,

articulado numa retórica desenvolvimentista, argumenta que seria um mal necessário por um bem, por causa da geração de renda. É por isso que o simples fato de afirmar a existência de danos, e responsabilizar o eucalipto, constitui um ato de resistência forte quando ainda era difícil ouvir um discurso contra ou apontando os problemas gerados pelo eucalipto alguns anos atrás. A formalização de um pensamento, de uma visão e de uma representação sobre o mundo encontra-se na origem da construção territorial. Isso é constitutivo de uma narrativa forte que, no processo de produção territorial, é central e faz parte da construção do território imaterial, de toda a carga simbólica, da retórica que acompanha e levanta um conjunto de conhecimentos e valores em favor da apropriação e dominação de uma porção do espaço para a materialização de um projeto de vida e de reprodução de um modelo que tende a produção do território (FERNANDES, 2008). A construção dessa narrativa reforça a afirmação de um projeto territorial que vem se consolidando, e se posiciona contra o modelo vinculado ao eucalipto. De fato, o território constrói-se com projetos e opiniões diversas, às vezes opostas. A conflitualidade, os desacordos, as visões antagonistas de projetos territoriais são uma manifestação do processo de territorialização-deterritorialização-reterritorialização das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2005). A conflitualidade, na sua grande diversidade, é inerente ao território e uma testemunha de um processo de disputa territorial no qual um grupo afirma-se em oposição ao outro, e desta forma constitui uma resistência a um modelo dominante.

Três aspectos levantados pelos moradores das comunidades rurais de Arapuá e de Garcias que responsabilizam o eucalipto chamaram a nossa atenção por estar sintomáticos das mudanças provocadas pelo avanço do agronegócio no Cerrado: assoreamento, perda da biodiversidade florística típica e desequilíbrio faunístico notável. Esses três elementos foram levantados porque levaram os habitantes a mudar suas práticas socioespaciais, não apenas observando, mas sofrendo de fato as mudanças. As vilas de Arapuá e de Garcias são compostas de poucas

habitações cercadas por sítios onde se encontram hortas e quintais com árvores frutíferas. Todos relatam não estar conseguindo mais colher as frutas dos próprios quintais para o consumo, como expressa o entrevistado 1, sitiante criador de vaca leiteira:

Fruto aqui no quintal que você planta, difícil de você colher, laranja, limão mesmo, tangerina, difícil colher, quando começa a querer madurar o papagaio vem, periquito [...] foi depois da chegada do eucalipto, no caso de milho já tinha papagaio, mas não estava sendo igual está aqui agora, maritaquinha. Milho se você planta aqui se fosse pra fazer silagem porque pra colher e esperar secar, não seca não. É que nem as firmas, elas deram sementes de milho pra nos plantar, pros papagaios não pra gente não [risadas] e tem tamanduá que vem comer ovo aqui, você sabia que tamanduá come ovo? Risadas. (Entrevistado 1, entrevista concedida à autora no dia 14 de janeiro de 2019).

A moradora da vila explica também que os bichos começaram a aparecer cada vez mais nos quintais das casas do núcleo urbano:

Os bichos estão vindos aqui dentro de casa, o tamanduá entrava aqui. Papagaios, hoje você não pega mamão, só se tiver cuidando, papagaio, tucano, esses bichos todos estão vindo pro centro porque não tem onde comer, eles estão vindo comer em casa. O rapaz do assentamento não consegue colher milho porque os bichos não deixam. (Entrevistado 4, entrevista concedida à autora no dia 15 de janeiro de 2019).

Essa outra moradora fala também sobre o grande número de bichos, principalmente aves como araras, tucanos ou maritacas que procuram a comida que não conseguem mais encontrar nos seus ambientes naturais:

Nós sempre tivemos muitos bichos aqui, mas hoje está demais, tem muito e vem por nossos pomares,

porque acho que eles não têm comida. Outro dia nós estávamos com 10 araras aqui, não sei quantos tucanos. Sabe, papagaios, aqueles maritaquinhas, tudo eles vêm pra casa da gente. Tinha antes, mas não tinha tanto igual agora. (Entrevistada 4, entrevista concedida à autora no dia 15 de janeiro de 2019).

Esse outro entrevistado percebeu o desaparecimento de algumas aves com a chegada do eucalipto e o desespero no comportamento de outras aves interessadas com a comida na vila, até frutas que eles não costumam comer como o limão:

O plantio trouxe transtornos para o meio ambiente, a flora totalmente destruída e a fauna em desequilíbrio com muitas mortes de várias espécies. Caso de muitas aves que sumiram: perdizes, hano branco, hano preto, jaho. Outros que a gente percebe que a fome existe nos animais, principalmente os macacos que vem comer dentro da vila, arara, tucanos, não deixam mais nada, nada. Até os limões eles experimentam comer. Isso é ligado com o desmatamento, com o eucalipto. (Entrevistado 7, entrevista concedida à autora no dia 22 de janeiro de 2019).

Outro entrevistado revela também que os bichos não têm outra opção a não ser de se alimentar nos quintais devido ao vasto mar de eucalipto que eles enfrentam e que os privam de alimentos: “Você tem uma plantação aqui, está cheia de frutas, os animais vêm de manhã, acabam com tudo porque eles não têm o que comer, não tendo mais floresta pra eles, é um mar de eucalipto” (entrevistado 09, entrevista concedida à autora no dia 28 de janeiro de 2019). Um sitiante nos explicou que ele passou a plantar árvores frutíferas para alimentar os bichos, ressaltando que ele iria plantar mais frutíferas pela frente visto que falta alimentos para muitas aves. Essa consciência da retirada do habitat natural de espécies endêmicas da região é presente em todas as entrevistas: “Os animais são desabrigados, então vêm pra cidade,

não têm aquele habitat natural que tinham” (entrevistada 11, entrevista concedida à autora no dia 28 de janeiro de 2019). Uma revolta sobre o processo de implementação dos eucaliptais na região está em andamento. Além disso, nota-se uma falta de planejamento enquanto às necessidades das espécies do Cerrado: “existiam muitas frutíferas nas fazendas e do próprio Cerrado que tiraram para pôr eucalipto... eles poderiam ter deixado para os bichinhos comer”. (Entrevistada 14, entrevista concedida à autora no dia 14 de março de 2020).

Os moradores relatam também a presença cada vez mais frequente de onças na proximidade das habitações, principalmente nos sítios e fazendas ao redor do núcleo urbano das duas comunidades rurais. A perda de bezerros em consequência de um ataque de onça é um evento recorrente: “Aqui a onça mesmo está aparecendo bastante” (entrevistada 1, entrevista concedida à autora no dia 14 de janeiro de 2019), “Onça aparece e come os bezerros” (entrevistada 12, entrevista concedida à autora no dia 14 de março de 2020). “Os animais também estão vindo pra cidade” (entrevistada 9, entrevista concedida à autora no dia 28 de janeiro de 2019) se referindo à anta, ao tamanduá ou aos macacos.

A população percebe que houve um grande desequilíbrio gerado pelo eucalipto, que acaba atingindo a biodiversidade e as práticas que eles mesmos faziam desse ambiente.

Os animais vivem do que dentro do eucalipto? Eles comem o quê? Antigamente a nossa região era rica em frutas: goiabeira do mato, marola, é frutas selvagem né, hoje não tem mais, ah não, dentro dessas reservas ainda existe. E que tem que lutar muito porque muitas vezes está sendo degradado. (Entrevistada 13, entrevista concedida à autora no dia 14 de março de 2020).

As espécies florísticas selvagens, nativas do Cerrado, começaram a ficar cada vez mais difíceis de achar. Frutas que as populações

catavam perto das suas casas estão cada vez mais difíceis de encontrar, como o explica a entrevistada 9 ao falar do marola, também conhecido em outras regiões de Cerrado como “araticum”.

Pegar marola, pequi, guavira: está acabando, não está tendo mais essas frutas não tem mais, por conta do eucalipto. Tem ainda mas é bem raro. Nossas matas estão acabando. A pecuária diminui um pouco, mas ainda deixava um pouco. (Entrevistada 9, entrevista concedida à autora no dia 28 de janeiro de 2019).

A guavira é também uma fruta nativa do Cerrado. Em 2019, a prefeitura de Bonito organizou a décima sexta edição do festival da guavira, que ocorreu em dezembro, na época da fruta. É um evento cultural e gastronômico importante da região. Lá, o monocultivo ainda não atingiu tanto o meio ambiente. Porém, na região de Três Lagoas a guavira se tornou cada vez mais rara. Na época da guavira era muito comum comprar na rua guavira de moradores rurais. Nesses últimos anos, a guavira vendida em Três Lagoas provém de outras localidades e muitas vezes do estado de Goiás. E é unânime: “Pequi está acabando, marola, guavira deu pouco esse ano” (entrevistado 01, entrevista concedida à autora no dia 14 de janeiro de 2019), “Guavira nós tínhamos na porta de casa, hoje...nem sei onde tem. Marola, a gente tinha no quintal mesmo. São essas frutas nativas que ninguém sabe pra onde...” (Entrevistada 4, entrevista concedida à autora no dia 15 de janeiro de 2019). A diminuição dessas espécies, que faziam parte do cotidiano dos habitantes das áreas rurais, mas também das cidades próximas, é percebida por todos os entrevistados porque impacta diretamente suas práticas sociais e denota o processo de destruição do Cerrado.

O terceiro ponto que chamou nossa atenção, sendo revelador das mudanças do uso e ocupação da terra por estar contribuindo para a degradação do bioma Cerrado, é a percepção dos moradores sobre a diminuição dos recursos hídricos depois do plantio de eucalipto. Os próprios

moradores sabem que as empresas do setor do eucalipto afirmam que o eucalipto não interfere, porém observam e constataam essa diminuição: “eles falam que não, mas o eucalipto chupa [...] os açudes aqui secaram tudo, acabou, o povo ia pescar, secou tudo, os peixes morreram tudo” (Entrevistada 2, entrevista concedida à autora no dia 14 de janeiro de 2019).

Os moradores responsabilizam diretamente o eucalipto pela diminuição das águas e por secar os córregos e açudes como explica a entrevistada:

A nossa região era rica em água, nós tínhamos uma cachoeira aqui que funcionava, o córrego que desce, tem outro que cruza em baixo, tinha lugar que a gente tomava banho. Hoje não existe mais. O eucalipto ajudou em uma coisa? Logico que não. Os açudes dentro das fazendas onde plantaram eucalipto secam. Então como que é uma coisa boa? Porque se fosse uma coisa boa a água teria que manter aí. Então fica uma situação muito difícil. Infelizmente é isso. (Entrevistada 13, entrevista concedida à autora no dia 14 de março de 2020).

Essa mudança foi muito visível e marcante pela população que usava os recursos hídricos para tomar banho nos finais de semana ou ainda para pescar: “Todo mundo reclama que as nascentes não estão sendo preservadas e estão secando, inclusive aqui tem um açude grande, tinha um córrego, secou. O córrego da ponte também está bem diferente, as pessoas iam lá fazia tipo um balneário” (entrevistada 4, entrevista concedida à autora no dia 15 de janeiro de 2019). “Os rios eram bem amplos, bem cheios, transbordavam, hoje você vai lá mal cobre seu pé, vai secando as fontes” (entrevistada 11, entrevista concedida à autora no dia 28 de janeiro de 2019). E esse ponto de vista é expresso tanto pelos moradores das vilas quanto pelos moradores mais afastados, de sítios e das fazendas, como explica a entrevistada 5:

Uma das mudanças. As mudanças a gente percebe quando os alunos falam, comentam: secar a água, aqui nós tínhamos muito açude [...] os alunos falam pra gente que secou, não tem mais aquelas lagoas. [...] o córrego Arapuá ele vem sofrendo erosão há muitos anos, não somente por conta do eucalipto né...está secando porque a nascente dele não está preservada. (Entrevistada 5, entrevista concedida à autora no dia 15 de janeiro de 2019).

Em relação ao balanço hídrico, ouvimos muitos dos entrevistados evocar o abafamento da região e a sensação do clima cada vez mais seco: “Nossa região parece que está mais quente” (entrevistada 12, entrevista concedida à autora no dia 14 de março de 2020...), “Também tem que registrar a influência do clima, com pouca chuva, e o desaparecimento de muitas nascentes (entrevistada 07, entrevista concedida à autora no dia 22 de janeiro de 2019). A população tem plena consciência das incoerências discursivas do setor da celulose:

Eles falam em reflorestamento, mas não tem nada a ver com reflorestamento. Eu não tenho estudo, mas eu sei disso. O eucalipto não dá oxigênio para ninguém, ele suga. Entra no meio de um eucaliptal quando ele está pequeno, quando está bem fechado, tenta respirar no meio pra você ver, ele suga o oxigênio e acaba com a terra. (Entrevistada 14, entrevista concedida à autora no dia 14 de março de 2020).

A questão da água é central no Cerrado. É no Cerrado que nasce uma multidão de rios que alimenta as principais bacias hidrográficas, por isso que ele é chamado de ‘caixa d’água do Brasil’. Ser no mesmo tempo um ‘celeiro a grãos’ e uma ‘caixa de água’ constitui um grande paradoxo na medida em que se sabe que a agricultura é a atividade que consome mais água.

O desequilíbrio socioambiental provocado pelo plantio de eucalipto e a perda de biodiversidade formalizada pelos moradores das áreas

as diretamente afetadas constitui um ponto importante da construção da narrativa em defesa dos seus territórios, baseada na sociobiodiversidade do Cerrado que vem se posicionando em contraponto do discurso dominante. Isso é constitutivo da construção de um projeto territorial físico e material (pela simples existência das comunidades rurais e a barreira que ela representa pela não penetração do eucalipto dentro do perímetro acerca do núcleo urbano) acompanhado de uma justificativa, um argumentário, para impor uma legitimidade, um conjunto de elementos imateriais, simbólicos e culturais que é a afirmação de uma identidade territorial de uma população, de formas de pertencimento, que é constitutivo da dinâmica da construção territorial, e consequentemente de resistência, para a imposição de um projeto territorial que vem se confrontar a um outro em expansão, se apropriando dos seus espaços de reprodução.

Considerações finais

O Cerrado brasileiro é o teatro de grandes investimentos para a produção de *commodities* que vêm alterar o equilíbrio ambiental, podendo ocasionar consequências irreversíveis para o meio ambiente e até para a própria agropecuária (infertilidade dos solos, esgotamento dos recursos hídricos). “O Cerrado brasileiro depende dessa equação para que possa usufruir da riqueza de sua biodiversidade e inclusive dela se apropriar economicamente de forma sustentável sabendo o que é possível ser recuperado” (CAMPOS FILHO, 2010, p. 110).

À luz dos danos ambientais relevados aqui, o argumento do reflorestamento para remediar a degradação dos pastos e melhorar as terras perde da sua consistência, como já afirmava Kudlavicz (2011): “Por isso é questionável a afirmação de que a melhor forma de recuperar as terras degradadas (devido às formas de uso inadequado e destru-

tivo) do Cerrado brasileiro é plantando matas homogêneas de eucalipto como querem os defensores do setor florestal (PLANO ESTADUAL DE FLORESTAS, 2009).” (p. 149).

O desequilíbrio socioambiental já foi observado e demonstrado por pesquisadores da região (KUDLAVICZ, 2011; ALMEIDA, 2012; PERPETUA, 2016; SILVA, 2014), mas também pelos pesquisadores de outras localidades de expansão mais antiga do eucalipto como no Rio Grande do Sul (SUERTEGARAY; GUASSELLI; VERDUM, 2001) ou ainda em regiões de expansão do agronegócio, constatando uma degradação ambiental devido à interação e à implementação do sistema de produção de monocultivos (JESUS et al., 2019; CAMPOS FILHO, 2019).

Nosso trabalho, na continuidade dos mencionados acima, propôs destacar a resistência dos povos das comunidades rurais do município de Três Lagoas, através das suas vivências e percepções. Assim, nossa proposta foi revelar a notável construção de uma narrativa que ressalta as características de um território, contribuindo para a incorporação de uma identidade territorial na contramão do modelo dominante de apropriação e destruição do Cerrado sul-mato-grossense.

Referências

ALMEIDA, R. A. de. Aliança Terra-Capital Em Mato Grosso Do Sul. **Simpósio Internacional de Geografia Agrária** (ANAIS), Niterói – RJ, 2009.

ALMEIDA, R. A. de. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul: sobreposição do uso da terra em relação a outros modos de vida. In: MENEGAT, A. S.; PEREIRA V. A. **Movimentos sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2012.

AUBERTIN C.; PINTON F. L'invention du biome Cerrado. **Confins**. Revista franco-brasileira de geografia [On-line]. 16 mar 2013. N°17. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8218>. Acesso em: 16 out. 2021.

CAMPOS FILHO, R. P. Um olhar geopolítico sobre a água no cerrado: apontamentos estratégicos. In: PELA, M e CASTILHO, D. **Cerrados perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

ELIAS D. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins**. Revista franco-brasileira de Geografia [On-line]. 25 jun 2012. n°15. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.7569>. Acesso em: 16 out. 2021.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A, M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FREDERICO, S. **O novo tempo do Cerrado. Expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos.** São Paulo: Annablume, 2010.

HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F. G. B. de. **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

JESUS, S.E.O ; OLIVEIRA, M. M. ; COVER, MACIEL ; MELO, N. L. Luta e resistência: uma análise sobre a produção sustentável na região do Bico do Papagaio. **Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena da Universidade Federal do Tocantins, 11 a 12 de setembro de 2018:** Os impactos dos grandes empreendimentos nas fontes de água dos Povos do Cerrado. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2019.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS.** 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LEMES, M. S. **Transformação territorial e educação do campo: estudos da escola Elma Garcia Lata Batista no Distrito de Garcias em Três Lagoas-MS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) 2016. 41 f. – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 41 p, 2016.

NARDOQUE, S.; ALMEIDA, R. A. de. Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n.85, p. 2-8, jan. 2015.

NEVES, J. C.; SANTOS, T. A. A produção capitalista do espaço em três lagoas (ms): ideologias e representações. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho** 19(3):255-78, Presidente Prudente (SP), 2019.

PELÁ, Márcia; CASTILHO, D. **Cerrados**: perspectivas e olhares. – Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: reflexões a partir da produção de celulose no Brasil. **Geosp** – Espaço e Tempo [Online], v. 23, n. 1, p. 124-143, abr. 2019.

PERPETUA G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Geografia) 2016. 370 f. – Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP Presidente Prudente, 2016.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas riquezas. In: **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2014.

RAFFESTIN C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Librairies Techniques, 1980.

SCOPEL, I., SOUSA, M. S., PEIXINHO, D. M., MARTINS, A. P. Levantamento de áreas sob arenização e relações com o uso da terra no sudoeste de Goiás e no sudoeste do Rio Grande do Sul-Brasil. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v.5, n.15, p. 24-47, dez. Uberlândia, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. & VERDUM, R. (Org.) **Atlas da Arenização**: sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1. V. Mapas, p, 2001.

THÉRY H. Franges pionnières d'hier et d'aujourd'hui. In: **Amérique Latine 2006**. p. 113-129, 2006.

TURRA NETO, N. Geografia cultural, juventudes e ensino de geografia: articulações possíveis. **Revista Formação** (Online), v. 1, n. 20, Presidente Prudente, 2013.

RENTISMO, PROCESSO DE EXPANSÃO DO EUCALIPTO E A MAJORAÇÃO DO PREÇO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS²²

Amanda Emiliana Santos Baratelli²³

Introdução

O modo de produção capitalista se baseia na produção de mercadorias, e possui a cidade como lócus de sua realização. Todavia, além desta centralidade, o capitalismo também explorou e ainda explorará a natureza, objetivando transformá-la em mercadoria.

No Brasil, segundo Martins (1989), a terra é o centro das relações sociais e econômicas, haja vista a essência da reprodução do capital ocorrer alicerçada na exploração e realização da renda fundiária. Soma-se a isso, o processo de transformação da natureza em mercadoria se intensificou, sobretudo pela consolidação da modernização conservadora no campo, que ampliou a base técnica da produção e reprodução do capital por meio da extração da renda e do lucro (MARTINS, 1989).

Não se trata aqui, como é fácil perceber, de pré-capitalismo ou, simplesmente, de um capitalismo de fase atrasada que depende do que, forçando, se possa

²² Este texto é parte da Monografia intitulada “A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas/MS” desenvolvida junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), sob orientação da Profª. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

²³ Licenciada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), Doutoranda no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, campus Presidente Prudente (FCT/UNESP). E-mail: baratelli46@gmail.com.

chamar de acumulação primitiva. Pois não se trata só de *expropriação* territorial, mas, também, de *tributação* através da renda fundiária. (...) Trata-se, portanto, de **um modelo de capitalismo diverso do modelo clássico europeu ou americano**: aqui, a reprodução ampliada do capital passa pela extração e realização da renda fundiária. Basta ver que os balanços das empresas agropecuárias da Amazônia Legal apontam, quase sempre, prejuízos contábeis ou lucros ínfimos. Esses prejuízos são compensados pelos incentivos fiscais, isto é, pelos subsídios, e pela elevação especulativa da renda fundiária em que essas empresas se apóiam. O que é possibilitado por serem segmentos secundários de aglomerados econômicos mais amplos, cuja lucratividade principal está em outras atividades. Ou seja, a racionalidade das empresas agropecuárias da Amazônia *não está na produção*". (MARTINS, 1989, p. 80. Grifo do autor/nosso).

Nesse sentido, no Brasil (diferente de outras realidades), a burguesia industrial se confunde com a burguesia agrária, formando a aliança terra-capital. A aliança permite renda aos proprietários fundiários e lucro aos capitalistas industriais, possibilitando também a fusão dessas classes sociais (ALMEIDA, 2011). A possibilidade de extração da renda e do lucro da terra ocorre devido a monopolização do território e a territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, objetivou-se neste artigo compreender a dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas (MS). Para consolidar o objetivo proposto, levou-se em consideração o histórico da formação do estado de Mato Grosso do Sul – que surge concentrado -, e as relações desempenhadas pelo crescimento da agricultura capitalista via exportação de *commodities* (como no caso da celulose, extraída do eucalipto), na dinâmica da reprimarização da economia.

Por fim, para possibilitar a realização teórica do movimento do pensamento, o artigo foi dividido em quatro momentos, sendo eles: 1) Renda da terra e o papel da terra/agricultura no capitalismo contemporâneo; 2) Questão agrária e reprimarização da economia em Mato Grosso do Sul; 3) A expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas/MS; 4) Territorialização do eucalipto e realidade multifatorial à crise da Reforma agrária: breves considerações.

Do ponto de vista metodológico, foram realizadas entrevistas com o Coordenador regional da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), e com um proprietário de imobiliária do município. Além disso, foram levantados dados relativos à expansão do eucalipto no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, via Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE-Sidra), com uso da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura – 2019, e dados sobre o preço médio da terra da FNP Consultoria & Negócios.

Renda da terra e o papel da terra/agricultura no capitalismo contemporâneo

O sistema capitalista é essencialmente contraditório, e sua dinâmica de manutenção e desenvolvimento está centrada em duas relações: a produção e a reprodução do capital. Evidente que, ambas as dinâmicas, possuem fundamento na acumulação por meio da extração de mais-valia, seja ela absoluta, relativa, ou a mais-valia social. Nesse sentido, cabe-nos iniciar o debate a partir da diferenciação entre reprodução do capital e produção do capital.

A reprodução do capital pertence as relações tipicamente capitalistas, sendo elas a simbiose entre produção, distribuição e consumo, centrado na extração da mais-valia a partir da exploração do trabalhador, para que o trabalho socialmente necessário estabeleça o valor da mercadoria. O preço, então, só é determinado quando a mercadoria

entra no ciclo do mercado – junção de capitalistas e capitais – em que o preço é superfaturado. Assim, a realização do lucro do capitalista só ocorre quando a mercadoria é comprada, conforme evidenciado por Harvey (2005): “O capital - Marx nunca cansa de enfatizar - não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização” (p. 73).

Diferente do processo de acumulação clássico – via reprodução do capital –, outras formas de acumular são possíveis, dentre elas, a produção do capital. A produção do capital é a retomada dos processos da acumulação primitiva do capital, e surge quando o capitalismo se encontra em crise e precisa retomar sua essência da acumulação. Desta forma, suas ações são mais bárbaras e violentas no capitalismo, com a exploração, saqueio e pilhagem dos recursos naturais e humanos (HARVEY, 2014).

Diante das formas de acumulação possíveis, fora do sistema clássico da reprodução do capital, destacar-se-á o rentismo, denominado por Marx de “capitalismo parasita”, que é a expressão da forma de produção do capital por meio das relações de produção não capitalistas, possibilitada pela propriedade privada da terra e a concentração fundiária. O rentismo é a dinâmica de concentração da terra como “reserva de valor” (OLIVEIRA, 2001). Assim, à terra não é atribuída nenhuma função social, a não ser a da especulação.

A terra, nas determinações do sistema capitalista, tornou-se mercadoria. Todavia, a ela não se pode atribuir valor, uma vez que o valor é o trabalho socialmente necessário para a produção de algo. À terra, como não pode ser produzida por trabalho humano (porque faz parte de um processo produtivo geológico), lhe é atribuído o preço.

Nesse sentido, sem que se possa atribuir valor à terra, ela é uma mercadoria demarcada pela contradição nas relações tipicamente capitalistas de produção. A terra, na verdade, representa um empecilho para a expansão do capitalismo, considerando que há a necessidade do

capital em territorializar-se para sua reprodução. É preciso empregar trabalhadores para a operação das máquinas, fabricação de produtos, distribuição e realização da mais-valia a partir do consumo. Assim, o capitalista precisa destinar parte do seu capital para a compra e/ou arrendamento da terra, e este capital não retoma como lucro, tornando-se capital imobilizado (MARTINS, 1981).

No entanto, embora o capital esteja imobilizado na compra e/ou arrendamento da terra, existe uma possibilidade de extrair tributos da terra. Nesta perspectiva, aquele que detém a propriedade privada da terra possui o direito de auferir a renda, sendo ela um tributo, pago por toda sociedade e extraído a partir da mais-valia social, que é centrada numa relação de desigualdade entre aqueles que possuem e os que não possuem a propriedade da terra (MARTINS, 1981).

Desta forma, algumas determinações são importantes e demarcam a capacidade do proprietário fundiário em atribuir preço e auferir a renda da terra. Para Oliveira (2007), a renda da terra se divide entre renda absoluta, renda diferencial I, renda diferencial II e renda de monopólio.

A renda absoluta da terra relaciona-se com o objetivo do proprietário em auferir a renda de uma única vez, por meio da venda e a cobrança do preço da terra somado à capacidade de renda que a terra poderia vir a dar. Assim:

Concluindo, pode-se afirmar que a renda da terra absoluta advém dos interesses contraditórios entre as classes ou frações de classe na sociedade capitalista e o poder de monopólio de uma delas, exercido no processo produtivo da agricultura sobre o solo. Ela pode ser auferida, como já visto, através da colocação da terra para produzir, ou então, pode ser auferida de uma só vez, com a sua venda. Isto acontece porque no modo capitalista de produção a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário

o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra. (OLIVEIRA, 2007. p. 57).

A renda diferencial I envolve fatores que determinam o seu preço mais alto, principalmente para a produção agrícola. Logo, o nível de fertilidade do solo e a localização agregam esta forma de renda. Assim, os terrenos mais férteis e com melhores localizações possuem preços mais elevados, e o que determina esses preços são as relações desiguais com os terrenos de solos menos férteis e com localizações inferiores (OLIVEIRA, 2007).

A renda diferencial II está relacionada com a quantidade que os proprietários fundiários investem em suas terras, algo que determina o percentual de extração da renda da terra em diferentes ocasiões. O proprietário que necessita de investir em insumos agrícolas para melhorar a produtividade, correção de solo e melhoramento de manejo, reduz o percentual de renda. Enquanto o proprietário que possui terra, sem necessidades de grandes investimentos, reduz gastos e aumenta o percentual de renda auferida (OLIVEIRA, 2007).

Por fim, a renda da terra de monopólio possui características ímpares para a sua compreensão. Para que se obtenha a renda de monopólio precisa-se que haja na terra qualidades excepcionais, difíceis de serem encontradas em outros lugares, considerando-a uma “mercadoria” especial. Essas características aumentam em demasia o preço desta terra, bem como os produtos produzidos por ela. Como exemplo, Oliveira (2007) materializa a renda de monopólio por meio da análise do Vinho do Porto, que é produzido somente na Região do Porto de Portugal, em condições edafoclimáticas específicas. Ou seja, o fator especial determina o preço de monopólio da terra e do produto (de um lado), e de quem pode pagar por ele (de outro) (OLIVEIRA, 2007).

Para Oliveira (2007), cabe ressaltar que a renda da terra é sempre baseada em relações desiguais. Nas diferentes formas de auferir a renda da terra (seja na renda absoluta, renda de monopólio, renda diferencial I e renda diferencial II), a centralidade está na desigualdade, tal como o sistema capitalista. Para que uma porção de terra valha mais, necessita-se que outros proprietários ganhem menos e que parte da sociedade não detenha a propriedade privada da terra.

Diante disto, a renda exerce uma relação especial no processo de “valorização” da terra, uma vez que ela é a condição determinante para que os preços das propriedades fundiárias subam, mesmo que a elas não seja empregada nenhuma benfeitoria. Isto porque a renda da terra é, para o sistema capitalista, um tributo social demarcado pela desigualdade ao acesso à terra.

Além disso, o Estado também privilegia o acesso à terra por meio de seus investimentos no processo de reprodução do capitalismo, quando torna-se o produtor de capital por meio da utilização de dinheiro público. Como, por exemplo, nos investimentos desde 1970, na Aracruz celulose, com 55,2% financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (KUDLAVICZ, 2011).

Por fim, o Estado também corrobora com a barbárie do capitalismo em seu processo de produção do capital. Para Harvey (2014), a “acumulação por espoliação” advém da tradicional “acumulação primitiva” conceituada por Marx. Todavia, a acumulação por espoliação surge como alternativa para as crises sistêmicas, em que o capitalismo revela sua face mais violenta na produção de capital, como, por exemplo, na utilização de trabalho análogo a escravidão, destruições da natureza, privatizações etc. Todas essas ações mantêm aliança com o Estado, uma vez que o Estado é a chave fundamental para o desenvolvimento e reprodução ampliada do capitalismo (HARVEY, 2005).

Alguns exemplos são referências das alianças entre Estado e capital, como no caso do rompimento das barragens de mineração, da empresa Vale S.A. O primeiro crime ambiental e social aconteceu no ano de 2015, em Mariana/MG, com cerca de 20 mortos. A ausência de punição e fiscalizações à empresa resultou em outro rompimento, no ano de 2019, contabilizando cerca de 245 mortos, em Brumadinho/MG.

Questão agrária e reprimarização da economia em Mato Grosso do Sul

Para que haja a reprodução ampliada do capital em seu pleno desenvolvimento da acumulação, são necessárias as escalas geográficas desiguais (HARVEY, 2012). As escalas geográficas desiguais produzidas na dimensão mundializada do capitalismo determinam as ações de cada país nas engrenagens do sistema capitalista, e, sendo assim, alguns países (tal como os Estados Unidos da América), exercem o papel imperialista, enquanto países da América Latina exercem o papel da dependência e exploração.

Desta forma, de acordo com Quijano (2005), a consolidação do capitalismo só ocorre a partir da colonização da América, uma vez que o continente em questão serviria como “bomba de sucção” de matéria-prima e mão de obra barata, peças fundamentais para o giro da engrenagem capitalista (centrada, até então, na Europa). Ainda na perspectiva de Quijano (2001), desde a colonização, aos países latino-americanos fora imposto o capitalismo extrativo, pautado na exploração dos recursos naturais e na superexploração do proletariado, nos termos de Marini (2011).

Assim, as formas iniciais de exploração da América Latina ocorreram por meio da destruição dos recursos naturais e dos povos tradicionais. No Brasil, por exemplo, iniciou-se com a exaustão no desmatamento do pau-brasil, seguido das *plantations* de cana-de-açúcar, café, algodão, borracha e o esgotamento das jazidas de minérios etc., em consonância com a escravização dos povos indígenas e negros - que perdurou por mais de 300 anos.

Nesse sentido, a centralidade da economia brasileira foi e ainda é demarcada pela expansão de monocultivos, isto porque, apesar da industrialização e a instalação de fábricas de multinacionais, o Brasil se mantém como exportador de matéria-prima, sobretudo, exercendo papel de celeiro do mundo, conforme Missio e Rivas (2019). Todavia, a dinâmica de exportação de matéria-prima transvestiu-se da roupagem neoliberal, denominando-a de reprimarização da economia e exportação de *commodities* – preço determinado pelas bolsas de valores a partir da oferta e demanda internacional.

Os moldes da reprimarização da economia consistem na presença do Estado como parceiro do capital internacional, por meio de distribuição de isenções, financiamentos dos Bancos públicos e acordos com as multinacionais. Além disso, utiliza-se os recursos naturais para ascensão da economia, objetivando o aumento no Produto Interno Bruto (PIB) em uma média de 3% a 8%, o que, em países latino-americanos, significa alavanque econômico, valorização e estabilidade de crescimento a longo prazo (VELTMEYER; PETRAS, 2014).

No Brasil, a reprimarização da economia intensificou a expansão de monocultivos para a exportação em *commodities*, como soja, milho, cana-de-açúcar, celulose etc. Todavia, perde-se de vista que neste processo são exportados também parte do solo, água, trabalho - ou seja, o prejuízo é socializado, enquanto o lucro é individual. Assim, a terra e a renda da terra são fatores centrais deste modelo econômico, pois é o recurso precípua para a reprodução do capital extrativo.

Para Bartra (2015b), essa realidade faz com que a análise da renda proveniente da terra, da água, do petróleo, dos minérios, por exemplo, seja até mais importante do que no tempo em que Marx escreveu – ou seja, a renda capitalista tem importância em proporção direta a sua escassez. Para o autor, a disputa pela renda da terra e outros recursos terri-

toriais, enfim, pelos ganhos de acumulação com base em bens naturais, está na base da crise agroambiental – e civilizatória atual. Para Martins (1981), este comportamento revela a face rentista do capital, expressão do modelo brasileiro de acumulação capitalista cujo centro é a terra. Posteriormente, Petras e Veltmeyer (2014) denominaram de capitalismo extrativista. (ALMEIDA, 2017, p. 5).

A centralidade da terra, enquanto base material para a reprodução e essência da produção do capital, sempre se fez presente na história do Brasil, seja pelas invasões violentas no roubo de terras indígenas, ou na utilização da “grilagem” como técnica para expansão de propriedades. No caso do Centro-Oeste, a pecuária extensiva e o cultivo da erva mate serviram (e servem) por muitas décadas como forma de manter o latifúndio improdutivo, o que ocasionou o retardo populacional e de desenvolvimento na região, dentre outros problemas sociais.

Neste caso, cabe resgatar na história do sul de Mato Grosso em que a Companhia Mate Laranjeira manteve predomínio do cultivo da erva mate desde o período de 1872, com significativa expansão em 1882, por meio do Decreto de Lei nº 8799, de 09 de dezembro de 1882. Tal decreto permitiu a concessão do governo para a exploração dos ervais em terras devolutas²⁴, até 1916, em que a concessão é findada.

Com isso, as terras retomam para a posse e controle do Estado que, com mudanças políticas advindas da Proclamação da República (1889), transferiu a responsabilidade de geri-las para o poder estatal – ainda do Mato Grosso -, em doar, vender e/ou ceder posse. Logo, a fusão político-econômica influenciou nas concessões, uma vez que os

²⁴ Terras devolutas - São as que não estão aplicadas ao uso da União, dos Estados, dos municípios ou ainda não foram incorporadas a particulares através de título legítimo (ALMEIDA, 2004).

responsáveis pela administração do estado eram parte das oligarquias agrárias do Sul do Mato Grosso (FABRINI, 2008).

A diminuição da influência do Império Mate Laranjeira e os oligarcas regionais munidos de mais terras trouxe à tona o crescimento da pecuária. A atividade em questão possibilitou maior enriquecimento ao estado e aos donos de terras, estreitando relações com o estado de São Paulo, ampliando a luta dos fazendeiros do sul de Mato Grosso pela separação do estado, enquanto os fazendeiros centrados em Cuiabá eram contra.

O conflito seguiu por anos - a verdade é que o sul de Mato Grosso mantinha relações aproximadas com o estado de São Paulo e, também, com a imigração, as identidades culturais eram diferentes do restante do estado. Enquanto Cuiabá mantinha-se inacessível à grande parte do estado, em Campo Grande crescia uma elite intelectual que se aproximara cada vez mais do Sudeste e com a bandeira separatista (BITTAR, 1999).

Em 1934, os conflitos pela separação eram grandes, e esperava-se de Vargas tomar alguma atitude. Todavia, sua alternativa foi a tentativa da integração regional, por meio da estratégica “Marcha para o Oeste”, e a instalação das Colônias Agrícolas Nacionais. Foi em 1977, período da Ditadura Militar, a oficialização da separação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O centro da disputa foi entre as elites dos donos de terras do sul de Mato Grosso, e daqueles que se concentravam em Cuiabá. Desta forma, nasce um estado que de novo não havia nada, a herança oligárquica da terra concentrada se manteve (BITTAR, 1999).

Assim, a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão das relações capitalistas de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o Estado promoveu a transferências/venda de grandes áreas de terras públicas para

proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul [sic] “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008, p. 35).

Com parte da região Centro-Oeste e o Mato Grosso do Sul voltados, majoritariamente, à criação de bovinos para o corte e exportação, demandou-se, em meados da década de 1970, a utilização de técnicas modernizadas para o tratamento dos bovinos para corte. Os incentivos governamentais para a modernização agrícola provocaram o expresso crescimento do cultivo da soja para a exportação também no Mato Grosso do Sul, sobretudo na região da Grande Dourados (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006).

A dinâmica do crescente binômio gado-soja demandou a criação das Superintendências de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), para a setorização das regiões, criando os pólos de desenvolvimento, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN).

No entanto, a criação dos pólos de desenvolvimento não tratava de uma ação do Governo Federal para desconcentrar a região e punir os invasores e grileiros - muito pelo contrário, elas surgiram como forma de beneficiá-los financeiramente e incentivar a exportação de *commodities*. O POLOCENTRO objetivava o aumento do cultivo de grãos em 60%, bem como uma redução da pecuária para 40% e reflorestamento com espécies exóticas, como eucalipto (TEIXEIRA 2005; HESPANHOL 2000). O PRODEGRAN aproveitou o potencial da região da Grande Dourados para o cultivo de oleaginosas (como a soja) para a exportação. O PRODEPAN inseriu o Pantanal no mercado internacional, e o responsabilizaria para o abastecimento de carne bovina para o país (ABREU, 2005).

Todavia, parte dos proprietários fundiários utilizaram os recursos disponibilizados pelo POLOCENTRO como estratégia para expandir

seus latifúndios, além de fomentar, ainda mais, a pecuária extensiva, como ocorreu no município de Três Lagoas, onde os recursos foram usados para desmatar as áreas de cerrado e plantar braquiária para alimentação do gado (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2001).

Além disso, dentre os objetivos do POLOCENTRO, consistia na expansão das áreas de plantio de eucalipto, os “maciços florestais”, com uma faixa de 1,4 milhões de hectares disponíveis ao longo da Estrada de Ferro Noroeste Brasil (NOB), e da BR-262, de Campo Grande a Três Lagoas. Na década de 1970, nos municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Água Clara, o plantio de eucalipto e pinus somava 416 mil hectares (KUDLAVICZ, 2011).

Desta forma, mesmo com a introdução do plantio de eucalipto e pinus na economia agropecuária da Região Leste de Mato Grosso do Sul, a pecuária extensiva seguiu como atividade predominante e crescente. Todavia, a década perdida de 1980 e a opção brasileira, a partir da década de 1990, pela reprimarização da economia via exportação de *commodities*, modificou o cenário em questão (DELGADO, 2012).

Por fim, cabe o destaque que o processo de ocupação da região Centro-Oeste, via “Marcha para o Oeste” e a instalação das Colônias Agrícolas, não foi um projeto econômico para terras sem donos. As terras tinham donos; os povos indígenas, que no período de expansão da fronteira agrícola foram dizimados de maneira brutal. Portanto, a ocupação do Centro-Oeste e a consolidação de parte de alguns latifúndios possui a essência na violência.

A expansão dos plantios de eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas (MS)

O Estado brasileiro apresenta-se como um dos principais incentivadores e investidores para o avanço da agricultura capitalista. Os apoios

ocorrem em dimensão financeira, política, jurídica, e ideológica, uma vez que, para o Estado, o “agronegócio” corresponde ao seu principal competidor no mercado internacional (PERPETUA, 2012). Todavia, cabe ressaltar que o proposital protagonismo do setor agroexportador tem relação com os massivos investimentos públicos, como evidenciado:

Foram estes os argumentos que justificaram um gasto público com o agronegócio da ordem de R\$ 2,3 bilhões somente com securitização de dívidas agrícolas pela União entre 2007 e 2009, com estimativa de gasto anual de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios a partir de então, e de mais R\$ 37,8 bilhões em renúncias fiscais e isenções de impostos, sem contar os R\$ 65 bilhões colocados a disposição do setor como recurso para custeio e investimento na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior. (PERPETUA, 2012, p. 139).

Dentre os setores da agricultura capitalista, a produção e exportação de celulose (via plantio do eucalipto), é uma das atividades que mais cresce no país, isto porque os plantios em território brasileiro foram sempre acompanhados dos créditos públicos, como no caso de Mato Grosso do Sul, em que o plantio de eucalipto e pinus tiveram seu rápido percurso via recursos do POLOCENTRO, entre as décadas de 1970 e 1980. Contudo, com a crise de 1980 e o fim dos incentivos financeiros, o plantio foi drasticamente reduzido, e só foi retomado nos anos 2000, com incentivos e créditos para produção de celulose e papel, no Governo Lula (KUDLAVICZ, 2011).

Além dos financiamentos públicos, o expressivo crescimento da monocultura do eucalipto no Brasil faz parte do enredo mundial do protecionismo ambiental, pautado pelo *slogan* da “economia verde”.

Há a tendência à adoção da “economia verde” como pauta política-ideológica de proteção ao meio ambiente, porém o “capital natural”

é a estratégia para um plano ambicioso e nada conservacionista. Trata-se, na verdade, de utilizar dos créditos internacionais, como os de sequestro de carbono, e das infraestruturas naturais (rios, solos, bosques etc.) para o barateamento da produção e aumento no percentual de lucro (MORENO, 2016).

A materialização dos esforços para o crescimento político-ideológico da “economia verde” pode ser evidenciada pela rápida expansão do plantio de eucalipto no Brasil nos últimos anos. Atualmente, a monocultura do eucalipto já é uma das principais culturas do país, com 7.616.184 hectares plantados, e é destaque nos estados de Minas Gerais, com 1.981.558 hectares, e Mato Grosso do Sul com 1.124.969 hectares. No entanto, o estado de Mato Grosso do Sul representa ainda uma característica ímpar comparado a Minas Gerais, que é a expressiva concentração da monocultura na região Leste, sobretudo na Microrregião de Três Lagoas, conforme os dados da tabela 1.

Tabela 1 – Plantio de eucalipto por hectares em MS – 2019

Localização	Hectares
Brasil	7.616.184
Mato Grosso do Sul	1.124.969
Leste de Mato Grosso do Sul	992.578
Microrregião de Três Lagoas	787.022

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019).

A centralidade do plantio de eucalipto está na Microrregião de Três Lagoas devido ao fato de que os municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Brasilândia serem as principais áreas plantadas de Mato Grosso do Sul. Ademais, num *ranking* dos cinco municípios com a maior área plantada em hectares do Brasil, os quatro principais são os de Mato Grosso do Sul, com somente um de Minas Gerais, o de João Pinheiro, conforme os dados da tabela 2.

Tabela 2 – Ranking dos cinco municípios com maiores áreas plantadas de eucalipto, em hectare, no Brasil – 2019

Posição	Municípios	Hectares
1 ^a	Três Lagoas (MS)	263.690
2 ^a	Ribas do Rio Pardo (MS)	213.931
3 ^a	Água Clara (MS)	131.942
4 ^o	Brasilândia (MS)	128.600
5 ^a	João Pinheiro (MG)	105.500

Fonte: Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

A ênfase do plantio na Microrregião de Três Lagoas está centrada em razões ambientais e sociais. O conjunto de fatores ambientais proporcionam facilidade para o cultivo do eucalipto, como, por exemplo, as condições edafoclimáticas tropicais que possibilitam o crescimento mais rápido das árvores; o relevo predominantemente plano, esculpido por rochas da Bacia sedimentar do Rio Paraná, facilitando a utilização de máquinas para o corte; os tipos de solos predominantes adequados para florestas plantadas; abundância de água superficial e subterrânea, com a presença do Rio Paraná e proximidade com Aquífero Guarani (PERPETUA, 2012).

Do ponto de vista dos fatores sociais, há a preexistência de uma base do monocultivo de eucalipto já constituída, ou seja, diagnósticos históricos sobre a adaptação das árvores na Microrregião; o baixo preço da terra e sua ampla disponibilidade. A infraestrutura de transporte multimodal (ferrovia, rodovia e hidrovias); a variedade de disponibilidade de fonte de energia – a usina hidrelétrica “Engenheiro Souza Dias”, conhecida como usina “do Jupia”, sediada no município de Três Lagoas e parceria com o Estado em níveis estaduais e municipais também contribuíram (PERPETUA, 2012).

No que diz respeito à concentração do plantio, destaca-se o município de Três Lagoas. O município possui cerca de um milhão de hectares e mantém divisa com cidades do estado de São Paulo, haja vista o município

de Castilho, a cerca de 31,5 km. Além disso, a hidrografia do município é composta por três rios, sendo eles o rio Paraná, Pombo Sucuriú e Verde.

Além disso, no município de Três Lagoas – principal área de plantio do Brasil –, estão territorializadas duas das principais agroindústrias do país na produção de celulose de fibra curta branqueada. O primeiro complexo de eucalipto-celulose-papel a territorializar-se foi a Fibria, em 2009 (resultado da fusão entre Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel), junto a International Papel/IP. O projeto custou R\$ 3,8 bilhões, grande parte financiado pelo BNDES e FCO (Fundo de Financiamento do Centro-Oeste). Em 2009, 34,9% da Fibria era de ações do BNDES (ALMEIDA, 2010).

O segundo complexo eucalipto-celulose-papel, territorializado no município de Três Lagoas, foi a Eldorado Brasil, em 2012. O projeto luxuoso do grupo JBS e MCL Empreendimentos foi orçado em 5,1 bilhões, sendo que R\$ 2,7 foram financiados pelo BNDES e FIP Florestal (PERPETUA, 2012). A empresa é considerada uma das maiores produtoras de celulose do mundo, com a capacidade inicial de produção é de 1,5 milhão de toneladas por ano.

Em 2019, houve a fusão entre a Fibria e a Suzano Papel e Celulose, criando a Suzano S/A, que nasceu como a maior produtora de celulose do mundo, com capacidade para produção de 10,9 toneladas por ano, sendo que 3,25 milhões de toneladas podem ser produzidas na unidade de Três Lagoas (BARATELLI; LUIZ; MEDEIROS, 2020).

Diante dos apoios do Governo federal, via créditos públicos para a instalação dos complexos eucalipto-celulose-papel, outras esferas do Estado uniram-se a esse processo. No Mato Grosso do Sul foi promulgada a Lei nº 093/2001, denominada de “MS Empreendedor”, que previa isenção de até 67% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em até 5 anos (PERPETUA, 2012). Além

desse percentual previsto nas isenções, foram adicionados mais 23% nas operações de saídas interestaduais e estendendo-se também o prazo para 15 anos (KUDLAVICZ, 2011).

Ainda sobre as resoluções do estado para facilitar a expansão do eucalipto e suprir a demanda fabril das agroindústrias de celulose, o Mato Grosso do Sul, por meio da Resolução SEMAC/MS nº 17 de 20 de setembro de 2007, em seu Artigo 1º dispensa o licenciamento ambiental para atividades de plantio de espécies exóticas. No ano seguinte, foi promulgado Decreto nº 12.528, de 27 de março de 2008, vinculado ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) do estado, que em seu Artigo 12º permite que a cobertura vegetal seja recomposta por meio da utilização de espécies exóticas (a “cereja do bolo”) (KUDLAVICZ, 2011).

Somada a esfera federal e estadual, o município também utilizou seu aparato jurídico para concessão dos benefícios fiscais. Dessa forma:

[...] em Três Lagoas os benefícios da legislação estadual são acrescidos da isenção do IPTU e do ISS, além da doação de terrenos, terraplanagem e infraestrutura básica da área para instalação de unidade industrial. A Lei municipal nº 1955/2005 estabelece a concessão de isenção de impostos por 5 anos para investimento de até R\$ 50 milhões; 10 anos para investimentos entre R\$ 50 e R\$ 100 milhões e 15 anos para investimentos de mais de R\$ 100 milhões. Com base em tal legislação, segundo Kudlavicz (2011), o Governo municipal acordou a renúncia de aproximadamente 50 milhões em arrecadação ao longo de 10 anos, nas negociações com a VCP e a IP e suas contratadas e subcontratadas. (PERPETUA, 2012, p. 168).

O acelerado processo da expansão do eucalipto na Microrregião de Três Lagoas, sobretudo no município de Três Lagoas (conforme tabela 3), representou um significativo aquecimento nos mercados de terras, uma vez que a demanda das empresas (Suzano S/A e Eldorado

Brasil) pela compra e/ou arrendamento cresceu em um curto período - pouco mais de uma década.

Tabela 3 – Expansão do plantio de eucalipto no município de Três Lagoas (2005-2019)

Município	Ano	Hectares plantados
Três Lagoas	2005-2009	100.000 mil hectares
Três Lagoas	2019	263.690 mil hectares

Fonte: IBGE; Nardoque e Almeida (2015)

Nesse sentido, a terra, novamente, é a centralidade do processo de expansão do monocultivo de eucalipto e da resolução da crise do capital, que opta pela reprimarização da economia como alternativa. A demanda por terra cresce, bem como sua renda, sobretudo quando considerado o fator fertilidade e localização (renda diferencial I e II).

Esse é o motivo pelo qual quando o capitalista compra a terra não é porque esteja, como um senhor feudal, interessado na terra em si: o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de se asenhorar de uma parte da mais-valia social. (MARTINS, 1981, p. 166).

Desta forma, a crescente busca por compra e/ou arrendamento das terras transferiu terras dos latifúndios improdutivos para o latifúndio produtivo, ou seja, a agricultura capitalista ocasionando, de acordo com Kudlavicz e Almeida (2015), a (re)concentração fundiária. Todavia, o preço deste processo foi alto, uma vez que, de acordo com a FNP Consultoria & Negócios, no intervalo de 11 anos, houve o aumento de cerca de 96% do preço médio do hectare, sendo ele, em 2007, R\$ 5.723 e, em 2018, R\$ 11.250, além de outras variações de preço/produktividade representados na tabela 4.

Tabela 4 – Preços de terras em hectare no município de Três Lagoas – MS

Município	Grupo de Atividade	Nível	2007	2015	2016	% 16/15	% 16/07
Três Lagoas	Cerrado	Média	R\$ 1.557	R\$ 4.400	R\$ 4.533	3,0%	191,1%
Três Lagoas	Pastagem	Alta	R\$ 5.723	R\$ 11.317	R\$ 11.250	-0,6%	96,6%
Três Lagoas	Pastagem	Baixa	R\$ 3.694	R\$ 7.250	R\$ 7.500	3,4%	103,0%

Fonte: FNP Consultoria & Negócios, 2016

Ainda sobre o preço de mercado da terra no município de Três Lagoas, de acordo com o Coordenador regional da AGRAER, as áreas próximas às agroindústrias matrizes de processamento de celulose chegam a custar cerca de 22 mil o hectare, quase 100% a mais dos dados da tabela 4.

A dinâmica da majoração do preço da terra agrava outros problemas, tal como a expulsão dos trabalhadores do campo, que, quando exerciam funções como a de “caseiros”, foram expropriados devido ao arrendamento pelo proprietário fundiário. Além disso, para os assentados e pequenos sítiantes que lutavam pela manutenção da terra sem investimentos públicos, o arrendamento apareceu como uma alternativa financeira. Desta forma, a pecuária e as práticas de produção de alimentos estão perdendo espaço, conforme destacado pelo Coordenador regional da AGRAER²⁵:

Nossa maior dificuldade – a gente fez o convênio e presta serviço de assistência técnica gratuita, o produtor não tem nenhum custo. A gente faz visitas quinzenas na propriedade, deixa recomendação, trabalha limite de crédito, libera crédito via instituição financeira e mesmo assim o fazendeiro ainda acha que é melhor arrendar para o eucalipto. Que a receita é maior. E uma das grandes desculpas que eu ouço é "Eu vou receber em torno de R\$ 12.000 a R\$ 15.000

²⁵ Entrevista realizada com o Coordenador Regional da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) de Três Lagoas.

mil reais por mês, eu não vou ter problema com mão de obra, eu não vou ter possíveis problemas com legislação trabalhista. (Entrevistado B - 11/11/2019)

O processo de aumento no preço da terra (devido a majoração) desdobra-se com um distanciamento ainda maior para aqueles que não têm terra, considerando que, com a subida nos preços, torna-se cada vez mais inacessível. Trata-se de um pacto entre os poderosos, uma aliança terra-capital²⁶, que configura a terra como mercadoria, base geradora de renda aos proprietários fundiários, e lucro ao capital industrial (ALMEIDA, 2011).

Os proprietários fundiários não detêm somente o espaço agrário, também são proprietários do espaço urbano, auferindo a renda da terra por meio da majoração e da especulação imobiliária, seja ela em lotes parcelados para vendas, ou na especulação em “glebas” – que são grandes porções de terra (RODRIGUES, 1988).

No município de Três Lagoas, as famílias dos proprietários das terras rurais são donas também do espaço urbano, e tal poder oligárquico faz parte da administração pública, o que facilita a compra de suas terras para projetos da Prefeitura Municipal, como ocorreu para a construção dos Conjuntos Habitacionais Orestinho e Novo Oeste (BARATELLI; MILANI, 2019), conforme enfatizado também pelo proprietário de imobiliária entrevistado:

As grandes terras de Três Lagoas estão nas mãos de poucas pessoas. Então existe um fator político de abertura de novos loteamentos, ou de especulação de terra por conta disso. Então, essa parte de baixo [leste] na mão dos Thomé, a parte de cima [oeste]

²⁶ Martins (1994) considera que a aliança entre capital e propriedade da terra constituiu um capitalismo tributário, operando de forma distinta as relações tipicamente capitalistas. Utiliza-se de lógica violenta, para extração de tributos a alimentá-lo. Para isso, sua ideologia precisa ser liberal e sua prática repressiva.

na mão dos Orestes, e outra na mão dos Salomão. Se você pegar Três Lagoas, está dividida em cinco ou seis famílias. (Entrevistado A - 14/11/2019).

Neste sentido, a estratégia utilizada é a expansão da malha urbana para a incorporação de terras rurais - seja por compra da Prefeitura Municipal, ou por projetos privados - para a construção de novos loteamentos por meio da especulação em “glebas”, que mantém uma grande porção de terra em processo de “valorização” entre dois loteamentos, e a tradicional especulação com o parcelamento dos lotes, nos termos de Rodrigues (1988).

Além disso, utiliza-se a funcionalidade do “vazio” urbano, que, a olho nu, representa um espaço ocioso, sem função social. Todavia, o “vazio” urbano tem função estratégica, que é a da especulação imobiliária (RODRIGUES, 1988), conforme evidenciado pelo proprietário de imobiliária:

[Então especulam para eles mesmos né?]

Valoriza para eles mesmos. É altamente rentável lotear a terra. Se você for comprar um hectare é R\$ 15.000,00, se você comprar um terreno é R\$ 80.000,00. É altamente rentável fazer o parcelamento. (Entrevistado A - 14/22/2019)²⁷.

Outro processo decorrente da utilização dos “vazios” urbanos como estratégia para especulação imobiliária é o afastamento da população para as periferias da cidade, desabastecidos de serviços urbanos básicos e negligenciados ao seu Direito à Cidade, nos termos de Lefebvre (1981). Isto porque, de acordo com o proprietário de imobiliária, há uma abrupta diferença entre preços do m² em diferentes regiões da cidade, sobretudo a alta nos preços do centro em que a maior parte da população não pode pagar.

²⁷ Entrevista realizada em 14 de novembro de 2019 com proprietário de imobiliária de Três Lagoas.

No Centro eu vendo a R\$ 1.000,00 m². É a questão do “vazio” urbano, no centro você não tem tanto terreno mais. É escasso, por isso que é caro. (grifo nosso)

[E nas áreas periféricas?]

A gente pode falar que hoje tá valendo de R\$ 200,00 m² a R\$ 500,00 m², esse é o custo de uma área periférica para uma área mais valorizada. Mais de 100% de diferença. (Entrevistado A - 14/11/2019).

Nesse sentido, a dinâmica da majoração do preço da terra no município de Três Lagoas, de forma geral, é consequência da territorialização dos complexos eucalipto-celulose-papel, uma vez que a demanda por terra cresceu e a capacidade de auferir renda também, como destaca o proprietário da imobiliária:

[Você considera que é possível relacionar a valorização do município, de forma geral, urbano e agrário, com a vinda das agroindústrias e a expansão do eucalipto?]

Não tenho dúvidas. Só vale o que vale hoje por conta disso. Se continuasse uma cidade de pecuária, como era a 15 anos atrás, continuaria valendo nada a cidade. (Entrevistado A - 14/11/2019).

Territorialização do eucalipto e realidade multifactorial à crise da Reforma Agrária: breves considerações

No que diz respeito às consequências sociais causadas pela expansão do monocultivo de eucalipto para a produção de celulose, ressaltar-se-á a crise da reforma agrária. A respeito dos passos para a consolidação de um assentamento de reforma agrária, sabe-se que a compra da terra é uma das partes principais do processo, todavia, no

município de Três Lagoas, esse é mais um empecilho, conforme evidenciam Kudlavicz e Almeida (2015), baseados no relatório do INCRA de 2010.

Historicamente, os preços das terras em Mato Grosso do Sul acompanham as tendências da economia mundial, sobretudo, aquelas envolvidas com os produtos agropecuários tradicionais no Estado, como o boi gordo, soja, milho e recentemente açúcar e etanol.

Sucessivamente as cotações destes produtos veem superando seus valores históricos no mercado internacional e naturalmente **pressionam os valores das terras elevando-os a um patamar que torna a obtenção de imóveis pelo Incra/MS, via decreto 433 (aquisição), quase que insustentável.** A consequência deste fato é a baixa oferta de terras ao Incra para obtenção pela via da compra e venda e, quando existem as ofertas, muitas vezes são imóveis de pouca ou nenhuma aptidão para a reforma agrária.

Nesse sentido, de todos os processos deflagrados para aquisição direta, cerca de 70% dos mesmos têm sua sequência prejudicada, ou pela discordância dos proprietários quanto aos valores apurados ou pela inaptidão dos imóveis para incorporação ao PNRA. (INCRA 2011, p. 30. Grifo nosso).

Desta forma, a tendência da expansão do eucalipto se consolidou como mais um empecilho para a realização da reforma agrária, somando-se a outros, como, por exemplo, a alta concentração fundiária no município e a tímida presença (em relação à quantidade) de assentamentos de reforma agrária - o município possui apenas dois.

O alto preço da terra é um problema também para as políticas de créditos para o financiamento da compra de terras, via Programa

Nacional de Crédito Fundiário, regulamentado pelo INCRA, com apoio do BNDES. A política em questão não cresce no município de Três Lagoas devido ao preço do hectare que, com crédito de 140 mil, compra-se pouca terra, representando um empecilho para aqueles que pretendem utilizá-la para a produção de alimentos. Conforme evidenciado pelo entrevistado:

O governo do estado, através do governo federal ele tem um programa que chama Crédito Fundiário. Esse programa de crédito fundiário ele é diferente, porque o proprietário ele paga sua terra. Então o INCRA vem, olha aquela terra, conversa com o proprietário. Por que aqui em Três Lagoas não deslança esse programa? A terra é muito cara. O teto era muito pequeno, era 80 mil, aí houve um reajuste no último governo federal, foi para 140 mil e mesmo assim a terra ainda é muito cara em Três Lagoas, isso dificulta muito.

Aqui hoje, falando em 20 mil, 30 mil o alqueiro, aqui você compraria uma propriedade de 10 hectares. Então você tem que trabalhar muito bem, uma propriedade de 10 hectares, para você sobreviver. (Entrevistado B - 11/11/2019)²⁸.

Por fim, a tradicional concentração fundiária no município de Três Lagoas, feita pelos proprietários fundiários via pecuária extensiva, ganhou um novo agente, que é a expansão da monocultura do eucalipto, provocando a (re)concentração fundiária e majoração no preço da terra.

²⁸ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2019 com o Coordenador Regional de Três Lagoas da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER).

Considerações finais

O presente artigo objetivou compreender a dinâmica do processo de majoração do preço da terra no município de Três Lagoas, possibilitado por meio da compreensão da centralidade da terra como forma de auferir renda, sobretudo quando a terra torna-se o elemento crucial para o desenvolvimento do capitalismo extrativo, haja vista a reprimarização da economia via exportação de *commodities* agrícolas.

Além disso, os dados adquiridos e analisados representam um intenso processo de majoração do preço da terra no município de Três Lagoas. O espaço agrário evidenciou que o significativo aumento no preço da terra trouxe à tona a (re)concentração fundiária, que agora ocorre não só pelo latifúndio improdutivo, mas também pelo latifúndio produtivo, com as monoculturas do plantio de eucalipto. Ademais, a alta nos preços da terra representa também mais um empecilho para a realização da reforma agrária.

Do ponto de vista do espaço urbano, a supervalorização do município, devido a expansão do eucalipto e a territorialização dos complexos de eucalipto-celulose-papel, intensificou o processo de especulação imobiliária. As consequências são inúmeras, dentre elas, os preços inacessíveis nos terrenos do centro e o afastamento da população para as margens da cidade, negando-as o Direito à Cidade.

Por fim, diante da análise sobre o processo histórico, as contemporâneas relações do sistema capitalista e os movimentos que ocorrem em território três-lagoense, evidencia-se um agente fundamental: o Estado. O Estado, com seu aparato político, jurídico, econômico e ideológico, age em constantes situações em benefícios do capitalismo e das classes dominantes, revelando sua face e essência de Estado burguês capitalista.

Portanto, considerando a perspectiva analítica da monopolização da propriedade fundiária, Três Lagoas é exemplo das implicações espaciais que a questão agrária produz na cidade. O latifúndio, produtivo e improdutivo, ao manter a terra cativa permite a permanência das desigualdades sociais no campo e na cidade, mesmo em situações ditas de modernização da agricultura, como na agroindústria da celulose. Isto ocorre porque a produção da cidade é cativa dessa lógica privada da monopolização da renda fundiária e do lucro. Logo, o que se esconde por trás das ditas “cidades do agronegócio” é uma cidade dos negócios fundiários.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **Pequeno glossário da questão agrária**. Três Lagoas, 2004. Mimeografado.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)/**Anais do XVI ENG**/Porto Alegre, 2010.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinição no campo e na cidade. In: ARANHA-SILVA, Edima e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de, (Orgs). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo, Editora Expressões, 2011.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Contradições da reforma agrária o bolsão/MS em tempo de impérios de papel. In: CAMACHO, Rodrigo Simão e COELHO, Fabiano, (Orgs.). **O Campo nos Governos FHC e Lula**: contribuições para um debate multidisciplinar, Dourados, Editora UFGD, 2017, Prelo.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; LUIZ, Luana Fernanda; DE MEDEIROS, Gabriela Nogueira. A EXPANSÃO DO EUCALIPTO E A DINÂMICA DA PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS. Presidente Prudente - SP. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 161-182, 2020.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; MILANI, Patrícia Patrícia Helana. A especulação imobiliária versus o acesso a habitação: temos que fazer a luta pela terra, a luta pela moradia. Três Lagoas - MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, p. 72-96, 2019.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas**, Campo Grande, (15): 93- 124, out. 1999.

ABREU, Silvana de. Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des) construção de uma região. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo: São Paulo – SP, 2005.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Capítulo: Da ‘modernização conservadora’ à economia do agronegócio.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

HARVEY, David. **Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. Presidente Prudente - SP. **Caderno Prudentino de geografia**, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária sitiada: incremento del precio del suelo en Mato Grosso do Sul, Brazil. Zacatecas, México: Universidade Autônoma de Zacatecas, 2015 (Artigo)**.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2011. ?f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência [1973]. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs.) **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MISSIO, Fabricio José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard, LANG, Miriam e PEREIRA FILHO, Jorge, (Org.) **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 256-293, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo - SP. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: Coloquio Internacional de Geocrítica. 12, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Geocrítica, 2012. p. 1-15.

PERPETUA, Guilherme Marini. A **mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados - MS.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. Barcelona - ES. **Utopías, nuestra bandera**: revista de debate político, n. 188, p. 97-123, 2001

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em livro: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. set 2005. pp.227-278.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A estrutura produtiva do campo e a evolução da pecuária no município de Três Lagoas-MS. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005. **Anais...** Presidente Prudente - SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. Três Lagoas - MS. **Revista Eletrônica AGB TL**, v. 1, n. 3, p. 52-66, 2006.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As alterações na agropecuária de Três Lagoas no contexto de Mato Grosso do Sul. Presidente Prudente - SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 23, p. 246- 264, 2001.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. **Observatorio del Desarrollo**, México, v. 3, n. 9, p. 19-26, 2014.

ASPECTOS DA DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO DE SILVICULTURA EM TRÊS LAGOAS (MS): BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES(AS) TERCEIRIZADOS(AS) A PARTIR DA EMPRESA SUZANO PAPEL E CELULOSE²⁹

André Luis Amorim de Oliveira³⁰

Marcelino Andrade Gonçalves³¹

Introdução

No final dos anos 2000, o município de Três Lagoas, localizado no leste do estado de Mato Grosso do Sul, entrou numa fase de seu (contraditório) desenvolvimento econômico, ou, para sermos mais precisos, em um novo momento de sua processualidade sócio-histórica, tendo como motor a ação dos capitais voltados ao agronegócio, nesse caso a silvicultura.

A territorialização do agronegócio de silvicultura impôs um conjunto de transformações, sobretudo no espaço agrícola/agrário, reestruturado em função da dinâmica da produção capitalista com base no monocultivo de eucalipto e, por conseguinte, na exportação de ce-

²⁹ Este texto é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, Campus de Três Lagoas, sob o título Aspectos da dinâmica socio territorial do trabalho terceirizado: em busca dos “territórios terceirizados”, em 2014, defendida pelo primeiro autor e orientada pelo segundo.

³⁰ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas e Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: andre13tl@gmail.com

³¹ Doutor em Geografia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: mandradepte@hotmail.com

lulose e papel. Desde então, o município se transformou, no Mato Grosso do Sul, em uma das principais áreas de expansão de empresas gigantescas do ramo da produção de celulose e papel no país, dentre elas, a Fibria Celulose S.A., a Eldorado Brasil Celulose e Papel e, mais recentemente, em 2019, a Suzano Papel e Celulose.

Tais alterações, portanto, dizem respeito às atividades produtivas do setor do agronegócio da silvicultura atrelado à indústria de papel e celulose, incluindo as práticas e estratégias que tendem a aprofundar a concentração e centralização de capital e renda que vem à reboque da atual fase de predomínio da financeirização e especulação fundiária, assim como o controle – via apropriação privada – do território no município e, portanto, do controle tanto da força de trabalho explorada, bem como daquilo que do ponto de vista do capital seriam “ativos ambientais”. O impacto das transformações foi significativo e a cidade de Três Lagoas foi alçada ao patamar de “Capital Mundial da Celulose”, em 2015 e, posteriormente, em 2021, recebeu o título de “Capital Nacional da Celulose”.³²

Seguindo em paralelo ao avanço do setor, estavam (e estão) formas de trabalho chamadas precárias e flexíveis, incluindo a terceirização. Fruto de mudanças na própria dinâmica do capital, as quais repercutiram na organização das empresas e do trabalho de maneira mais acentuada no Brasil a partir da década de 1990, o impacto no mundo do trabalho resultou na intensificação e expansão das formas de trabalho

³² Em 16 de abril de 2015, conforme consta em publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, então conhecida como “Cidade das Águas”, passou a ter oficialmente o cognome de “Capital Mundial da Celulose”. A nova denominação originou-se de Projeto de Lei, apresentado à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, sendo aprovado por unanimidade. Em 2021, então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sancionou a Lei 14.142 que confere à cidade de Três Lagoas o novo título de “Capital Nacional da Celulose”.

terceirizado e, junto à estas, de uma série de consequências negativas para esta fração da classe trabalhadora, afetada de maneira ainda mais grave nas economias dependentes.

A intensificação e extensão das jornadas, o alto risco de acidentes e mortes, as baixas e insuficientes remunerações, o desgaste acelerado da força de trabalho, etc., são só alguns dos problemas atrelados às novas configurações organizacionais e produtivas empresariais e indústrias cada vez mais vinculadas, ainda que de modo mediado, à lógica de reprodução do capital sob a hegemonia das finanças no mercado mundial. Para Alves (2011, p. 409), o processo de terceirização passa a ser um traço compositivo da nova configuração do “capitalismo flexível”.

Não por acaso, seguindo de perto essa tendência de crescimento contraditório da terceirização, há um número considerável de pesquisas, as mais diversas e, por vezes discrepantes, sobre o tema, especialmente no campo da sociologia do trabalho e das ciências sociais que procuram lançar luz sobre a dinâmica da terceirização, sua incorporação pelas empresas e, notadamente, as consequências desta modalidade de trabalho para os trabalhadores(as) (ANTUNES; DRUCK, 2013, DRUCK, 1999, 2011, OLIVEIRA, 2014).

Para certos interlocutores que tratam do processo de terceirização, por exemplo, este tipo de atividade seria benéfico, tanto para os chamados “colaboradores” terceirizados, quanto para as empresas e, portanto, tal abordagem defende que bastaria, no máximo, a regulamentação jurídica das atividades terceirizadas, deixando assim, um espaço mais maleável para o empresariado utilizar (explorar) a força de trabalho terceirizada, seguindo atuais as condições impostas pelo livre mercado.

Existem também aqueles estudiosos que procuram analisar o

processo criticamente, ou seja, entendendo-o como parte constitutiva da dinâmica contraditória do capitalismo. Nesse caso, a utilização da terceirização seria mais uma das estratégias do empresariado que, em conformidade com os imperativos do capital monopolista na atualidade, busca a redução de custos ao mesmo tempo em que reafirma o ataque aos trabalhadores (que ainda conseguem algum emprego).

Tal momento histórico parece vigorar aquilo que Harvey (2011) chamou de “novo padrão de acumulação flexível”, processo que seria consubstanciado pela reestruturação produtiva e pelo Toyotismo, ambos aspectos relacionados às transformações do modo de produção capitalista a partir da década de 1970 (e no Brasil a partir da década de 1990) com forte impacto na organização socioterritorial da força de trabalho e do próprio formato industrial, fabril e empresarial, as quais passariam a ser regidas pelo *just in time* da produção e da circulação, fruto de mediações sociais contemporâneas que expressam “interesses e necessidades particulares das atuais classes hegemônicas” (FERRARI, 2012, p. 23).

Esse novo padrão de acumulação estaria fundamentado, portanto, num padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa no pós-guerra e associado ao avanço tecnológico, “resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.” (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 14). Estaria se desenvolvendo, assim, em uma estrutura produtiva mais flexível, por meio da “desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das ‘células de produção’, dos ‘times de trabalho’, dos grupos ‘semiautônomos’” (Ibidem).

A incorporação de um conjunto de mecanismos, normas e procedimentos técnicos denominados “flexíveis” por parte da burguesia

em busca de “eficácia” e “eficiência” seria um processo contraditório e não homogêneo e, portanto, em conformidade com as diferenças e particularidades de cada formação socioespacial e de cada região, de modo a responder às demandas e o impulso permanente da acumulação e reprodução do capital. Tais transformações dariam ainda um novo impulso ao desenvolvimento (desigual) do capital em sua marcha destrutiva.

A produção e organização industrial seriam cada vez mais regidas e dependentes “das capacidades de sincronia com fluxos de produção, convertendo os operários em apêndices desses fluxos” (FERRARI, 2012, p. 29), isto é, determinado por um conjunto de “estratégias de produção e investimento em que a fração hegemônica do capital estaria concentrada na produção de um bem de maior valor – especializando-se nele” (Ibidem). Tudo isso demandaria não só a “sincronia de tempos entre trabalhadores diretos no interior das unidades produtivas” (Ibidem), mas também uma configuração produtiva e circulatório pautada por “uma sincronia de tempos entre todas as unidades fornecedoras de meios de produção e unidades produtivas finais” (Ibidem), reafirmando assim, o papel do trabalho coletivo, ainda que fragmentado (ALVES, 2011).

Nossa tarefa neste capítulo é demonstrar como o avanço da dita produção moderna do agronegócio de silvicultura é acompanhado pela exploração e precarização de um significativo contingente de trabalhadores(as) terceirizados, que se veem forçados a resistirem e a lutarem contra o agronegócio enquanto empresas como a Fibria e a Suzano (por meio do trabalho explorado) alcançam altos índices de produção de *commodities* exportadas, o que demonstra mais uma faceta da dinâmica contraditória do setor na “Capital Nacional da Celulose”. Para tanto, tomamos como ponto de partida a empresa Fibria, atual Suzano, tendo em visto que esta empresa terceiriza grande parte de sua produção, o

que aponta para as estratégias e mecanismos “flexíveis” envolvendo um contingente de força de trabalho terceirizada, precarizada e adequada à “pragmática da empresa flexível” marcada pela *hiofilização organizativa* (“empresa enxuta”) e à “estrutura horizontalizada” (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 14-15).

Aspectos e impactos da dinâmica contraditória do agronegócio de silvicultura em Três Lagoas: empresa Suzano e trabalho terceirizado

O ano de 2018 marcou os preparativos para a fusão da Suzano³³ à outra gigante do setor, a Fibria, que tem algumas de suas principais plantas fabris localizadas em Três Lagoas³⁴, no Mato Grosso do Sul. Nesse intuito, a Suzano organizou o chamado *Clean team*, grupo de representantes de ambas empresas selecionados para coordenar a operação de “fusão”, que de fato ocorreu em 2019. No mesmo ano (2018) a empresa controlava 1,3 milhões de hectares de terra, possuía 7 fábricas de celulose e 3 de papel, exportava R\$ 22 bilhões, abastecendo 86 países, conseguindo um crescimento de 42% em relação à 2017. Tais processos de fusão, também conhecidos como trustes, são relativamente comuns em grandes corporações capitalistas sob o predomínio do capitalismo monopolista.

³³ A Suzano Papel e Celulose é uma empresa transnacional que ocupa a posição de maior produtora mundial de celulose de eucalipto, sendo uma das 10 maiores de celulose de mercado, além de ser líder mundial no mercado de papel. Atua no Brasil desde 1924, data de sua fundação

³⁴ Situado na região Centro-Oeste, o município de Três Lagoas é o centro do chamado bolsão-sul-mato-grossense. Possui atualmente uma população aproximada de 113 mil habitantes e sua economia, que até meados do início dos anos 2000 era baseada na pecuária, passou a ser regida pela agroindústria de eucalipto, celulose e papel, notadamente a partir de 2008/2009, quando os projetos de construção das fábricas de celulose e papel foram viabilizados pela administração local em consonância com as políticas econômicas do então governo petista e também as mudanças no mercado mundial, notadamente no que diz respeito à demanda por papel e celulose.

Essa característica permite ao capital se expandir através de algumas empresas que tendem a controlar enormes fatias do mercado, além da produção de determinadas mercadorias. Também exemplifica a capacidade de expansão do agronegócio de silvicultura que, no caso do município e do estado de Mato Grosso do Sul, ganhou expressividade a partir de 2008/2009. Administrada pela Suzano *Holding S. A.*, grupo que controla todos os negócios da empresa (produtos gráficos, seguros, mercado imobiliário, serviços ambientais, energia renovável), na *holding* estão situados os membros da dinastia familiar da Suzano, além de outros executivos. Sua tarefa é conceber as estratégias do grupo, avaliar a compra de empresas e armar parcerias.

Do ponto de vista da organizacional, trata-se, a nosso ver, de uma empresa horizontalizada, isto é, realiza somente uma parcela da produção dentro da unidade fabril, mas demanda um conjunto de empresas e (sub)empresas terceirizadas/subcontratadas espreiadas praticamente por todas as etapas do processo produtivo, passando pela âmbito da pesquisa e experimentação de espécies e variedades mais produtivas, viveiros, plantio e manejo do eucalipto, colheita e o transporte, alimentação, segurança, limpeza, dentre outros.

Com base nestas e em outras características e estratégias, a Fibria/Suzano conseguiu em pouco mais de 10 anos atingir uma produção de cerca de 15 milhões de toneladas de celulose, com um quadro de trabalhadores de aproximadamente 6.000 pessoas. Além disso, nos 10 anos de atividade da Unidade Três Lagoas houve a exploração de cerca de 50 milhões de m³ de madeira; sendo plantados 412 mil hectares de eucaliptos, o que equivale a 2,7 vezes a área da cidade de São Paulo e 3,5 vezes a do Rio de Janeiro.

Segundo matéria divulgada pelo portal Celulose Online (01-04-2019), no período de atuação da empresa no município o “investimento social se aproxima de R\$ 100 milhões, beneficiando cerca de 600 mil pes-

soas em nove cidades de Mato Grosso do Sul”. Essa expansão da Suzano no território brasileiro e mais recentemente em Três Lagoas, reflete no volume de mão de obra empregada, que alcança 36.5471 trabalhadores próprios e terceiros, denominados pelo rótulo ideológico de “colaboradores” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SUZANO, 2019).

Neste sentido, o uso da força de trabalho terceirizado é um aspecto importante garantidor da produção de *commodities* aos moldes da reestruturação produtiva, visto o reduzido contingente de trabalho intra-fábrica, mas, ao mesmo tempo, uma ampla cifra de terceirizados estrategicamente especializados capaz de abastecer e assegurar a manutenção permanente das unidades do complexo de eucalipto, celulose e papel da Suzano, além de ser um aspecto importante na expansão territorial da empresa pelo Brasil e, em particular, no Mato Grosso do Sul, o que aponta para articulação entre terra, trabalho (terceirizado) e capital, ainda que numa formatação específica, cujo objetivo é a produção para exportação, notadamente o mercado da China.

Cabe ressaltar, como frisou Marques (2015), que quanto mais a produção de celulose da Suzano ganha espaço no mercado internacional, tanto mais a Suzano amplia a sua territorialização na economia brasileira, “controlando imensas áreas de monocultura de árvores, impactando – em extensão e profundidade – a economia, a política, o meio ambiente, cultura, enfim, a vida em um grande número de municípios nas regiões em que atua” (MARQUES, 2015, p. 140). Não sem motivos, a Suzano, depois de passar ao controle da Fibria e, portanto, de uma fração do território sul-mato-grossense, rapidamente avançou dentro do MS anunciando em 2019, a construção da maior fábrica de celulose e papel do mundo no município de Ribas do Rio Pardo.

Tal expansão decorre de uma série de elementos, e aqui sinalizamos para um deles, que é a terceirização, visto que a participação dos terceirizados(as) no processo produtivo assegura não só a territoriali-

zação da empresa, mas a sua operação e posterior expansão. Ao mesmo tempo, tem-se toda uma série de problemas envolvendo os terceirizados: baixos salários, jornadas extensas e/ou intensas, condições de trabalho precárias, etc. Assim, se em Três Lagoas, esse avanço remete ainda à questão agrária e, particularmente, à concentração fundiária; o que sinaliza para outras questões de fundo (políticas, econômicas, históricas, etc.), no caso do trabalho e dos trabalhadores(as), é preciso destacar o papel da exploração da força de trabalho terceirizada e de suas consequências para os trabalhadores(as).

Desse modo, se por um lado o avanço do agronegócio de eucalipto celulose e papel demanda um conjunto de ações e estratégias territoriais por parte de uma fração da Burguesia Agrária atrelada aos interesses do capital monopolista, representada, nesse caso, pelo agronegócio de silvicultura na figura de uma empresa como a Suzano que busca ampliar seu poder econômico e político; por outro, é notável um conjunto de medidas que remetem ao aparato “flexível”, com destaque para a organização produtiva e do trabalho terceirizado. Desse modo, porque a terceirização acarreta precarização e outros problemas, cabe analisá-la mais de perto no setor em tela.

Terceirização, precarização e resistência no território da moderna produção de eucalipto, celulose e papel em Três Lagoas

A terceirização no agronegócio tem sido cada vez mais tratada como um elemento de suma importância nas estratégias do dito mercado altamente competitivo. Na realidade essa atenção não é fruto do mercado em si, mas das próprias contradições do capital, suas crises constantes e sua capacidade adaptativa que se transmuta em novas formas de organização da produção e do trabalho, como assinalado anteriormente.

No caso de empresa como a Suzano, apropriação ou arrendamento terras para a fabricação da madeira necessária ao seu processo produtivo industrial, e também para a comercialização direta ou indireta dos produtos florestais (celulose e papel), tem-se, como já assinalado, um movimento estratégico e horizontalizado de organização do trabalho calcado na terceirização/subcontratação de contingente mão de obra terceirizada mais acentuado do que o de trabalhadores próprios. Em termos de comparação, os dados revelam que, em 2009, a Fibria possuía 4.749 empregados próprios e 9.518 terceirizados (que ela denominava de “terceirizados permanentes” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2009, 2010). Já a Suzano, no mesmo ano, empregava 10.789 trabalhadores, sendo 6.855 deles de trabalhadores (“colaboradores”) terceirizados (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SUZANO, 2010).

Observando de modo mais discriminado os dados referentes ao número de empregados somente da Suzano entre 2010 e 2018 (Tabela 1), tem-se o seguinte quadro comparativo entre o número de trabalhadores terceirizados e o de trabalhadores próprios na Suzano:

Tabela 1 – Brasil: força de trabalho empregada pela Suzano (2010 a 2018)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Empregados próprios	4.352	6.199	6.263	6.783	7.227	-	7.762	8.078	8.444
Empregados terceirizados	8.084	11.217	10.330	10.902	11.311	-	12.207	12.221	11.253
Total	12.436	17.416	16.593	17.685	18.538		19.969	20.299	19.697

Fonte: Suzano, 2018. Org: autores.

Esses dados dão um panorama aproximado do processo de terceirização nesta empresa. No entanto, chama a atenção o fato de que a terceirização é muito mais complexa do que o aspecto quantitativo revela (ou oculta). Ou seja, o conteúdo deste trabalho em termos qualitativos é também um traço importante dessa incorporação estratégica,

tendo em vista as características, digamos, imanentes, desta modalidade de trabalho assalariada, conteúdo este que diz respeito à precariedade/precarização dos terceirizados(as) mais acentuada entre este contingente do que entre os trabalhadores próprios. Isso pode ser verificado, ainda que dentro de certos limites, a partir de certos exemplos no setor em tela.

Nesse sentido, cabe destacar que, já em 2011, quando ainda era somente a Fibria que detinha fábricas de celulose e papel em Três Lagoas, 400 funcionários de uma empresa terceirizada que prestava serviços ao grupo Votorantim, Celulose e Papel (VCP), de onde surgiu a Fibria em 2009, entraram em greve. O grupo reivindicava o cumprimento de um acordo firmado em 2010, que previa uma série de melhorias trabalhistas e que até então não havia ocorrido.

Uma das reivindicações dos terceirizados era sobre a qualidade da alimentação. “É servida moela, salsicha cozida e bucho de boi. Isso quando se tem sorte”, relatou uma das lideranças do movimento, o então presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário do e Montagem Industrial do Estado do MS. Grande parte dos funcionários da empresa era de outros estados do país, como Maranhão, Bahia e Tocantins. Foi relatado ainda que, a cada 90 dias de trabalho, os funcionários tinham direito a 3 dias de descanso, mas, conforme acordo, a folga subiria para 5 dias, o que também não era respeitado pela empresa (MS HOJE, 05-11-2011).

No mesmo ano de 2011, cerca de 400 trabalhadores das empresas Conther, Fortes Engenharia, Serpal e Metap, terceirizadas de outra empresa do setor que se territorializou em Três Lagoas, a Eldorado Brasil, paralisaram as obras da construção civil da fábrica de celulose. Os trabalhadores realizaram uma manifestação em frente aos alojamentos do canteiro de obras, localizado na BR-158. Os manifestantes terceirizados acusavam as empresas empregadoras de não cumprirem com o que havia sido acordado em contrato.

Eles reclamavam que estavam recebendo salários menores do que era pago no Estado de São Paulo, reivindicavam ainda assistência médica e denunciavam más condições de trabalho, incluindo a qualidade da alimentação. Os terceirizados ameaçaram entrar definitivamente em greve, alegando que as empresas contratantes haviam prometido um salário mensal de R\$ 1.200,0, mais benefício (direito), convênio médico, vale alimentação, cesta básica e o reembolso do dinheiro gasto em passagens de ônibus, mas os empregadores não haviam cumprindo o que estava em contrato. Boa parte desses trabalhadores era de estados como São Paulo, Sergipe, Alagoas, Piauí, Maranhão e Paraná (JP NEWS, 28-04-2011).

Em janeiro de 2012, no entanto, não tendo atendidos os seus pedidos, outro grupo de terceirizados anuncia mais uma vez outra greve geral, depois de paralisarem as atividades por quatro vezes. Dessa vez, cerca de oito mil trabalhadores, das empresas Parana, Serpal e Montcalm, terceirizadas da Eldorado Brasil, paralisaram 100% as obras do canteiro. Novamente, a luta (de classes) era por melhores salários e melhores condições de trabalho. Segundo os terceirizados, o transporte que os levava até o canteiro de obras era inadequado, o alojamento onde viviam era muito distante da cidade e sem conforto (PERFIL NEWS, 27-01-2012).

No mesmo movimento de 2012, cerca de 65 funcionários (75% do total) da empresa terceirizada Manserv, que prestava serviço de manutenção à Fibria, resolveram parar por motivos de reajuste salarial. Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil (SINTRICON) Aguiar Luiz de Souza, a paralisação (estado de greve) foi decretada depois que a terceirizada se recusou a atender às reivindicações da classe. Entre elas, o reajuste salarial de 12% e o aumento do vale-alimentação para o valor de R\$ 250,00, o que era de R\$ 70,00. Em contrapartida, a empresa teria oferecido reajuste

de 6%, vale-alimentação de R\$ 120 e folga de campo a cada 60 dias, já que esta era concedida somente a cada 120 dias (JPNEWS, 26-06-2012).

Em outubro de 2014, os funcionários da Fibria e da International Paper (Figura 1) também resolveram protestar pedindo reajuste salarial de 8,33%, o que resultaria em aumento real de 2%. Na ocasião, depois das empresas negarem a reivindicação inicial de aumento salarial como queriam os trabalhadores, oferecendo um acréscimo de 7%, que representava 0,63% de ganho real, 150 mil funcionários resolveram se manifestar. Dentre eles, a maioria era de terceirizados.

Figura 1 – Três Lagoas (MS): manifestação dos trabalhadores da Fibria (2014)



Fonte: Perfil News (15-09-2014).

Figura 2 – Três Lagoas: adesão dos trabalhadores terceirizados da empresa de Transporte Lotrans à manifestação (2014)



Fonte: Perfil News (15-09-2014).

Segundo um dos líderes sindicais da manifestação, um dos objetivos do movimento era a unificação dos salários nas unidades das indústrias em todo o país. Desse modo, relatou ele:

O setor de papel e celulose tem tido um desempenho excelente na economia do país, garantindo ganhos muito bons para as empresas. Não tem sentido os patrões alegarem que não podem dar um expressivo aumento real para nossa categoria; não podemos aceitar o achatamento dos salários de nossa base se nas unidades de outras bases os trabalhadores estão conquistando aumento real, diferentemente dos companheiros de Três Lagoas, observou o sindicalista (PERFIL NEWS, 15-09-2014).

Ainda conforme essa liderança, o piso salarial da fábrica de celulose era R\$ 1.100 e da IP R\$ 900 (em 2014). Por isso, argumentava ele:

Nenhum argumento patronal irá nos acuar, nem nos impedir de buscarmos ganho real, porque defende-

mos que quando o trabalhador tem dinheiro no bolso ele vai às compras e faz a economia girar. Depois de várias rodadas de negociação, os patrões ofereceram apenas 0,63% de aumento real; um absurdo, por isto estamos intensificando nossa mobilização, com apoio da Força Sindical, CUT e outros companheiros para pressionar e exigir que eles melhorem a proposta.

Esse exemplo demonstra o conflito de classes em torno da remuneração incapaz de satisfazer as necessidades dos trabalhadores enquanto que, por outro lado, a Fibria e a International Papel, a cada ano, conquistavam novos patamares produtivos e, conseqüentemente, lucros vultosos. Cabe lembrar, contudo, como apontam Perpetua e Thomaz Jr. (2012, p. 136), que mesmo “à margem da representação política convencional, os antagonismos e contradições do metabolismo do capital não deixam de explodir convulsivamente”. Por isso, conforme “segue e se intensifica a marcha exploratória da acumulação capitalista em Três Lagoas aumenta, em paralelo, o número de manifestações espontâneas de resistência e indignação por parte dos trabalhadores” (Ibidem).

Em 2019, outro problema relacionado à questão salarial resultou na manifestação de terceirizados no centro da cidade. Os trabalhadores de uma das terceirizadas da Suzano, a empresa MultiPavi (Figura 3), realizaram mais uma entre tantas outras manifestações, paralisações e greves feitas por trabalhadores que atuavam e/ou atuam no setor e que não são terceirizados). No caso desta manifestação, o intuito foi reivindicar o pagamento dos acertos trabalhistas e salários que os terceirizados não tinham recebido (RADIOCACULA, 01-10-2019).

Figura 3 - Três Lagoas: manifestação de terceirizados da empresa terceirizada Multipav (2019)



Fonte: Radio Caçula (01-10-2019)

Ao entrevistarmos um dos terceirizados sobre a questão salarial, ele nos relatou o seguinte:

Trabalhei alguns anos como terceirizado da Fibria, que agora acho que é Suzano ou parte dela. Aquilo é um mundo de fantasia. É bom pra alguns trabalhadores, mas para a maioria que é terceirizado é complicado [...] E passei por muita dificuldade porque meu salário só dava pro básico. E o trampo era de lascar. Terceirizado não tem descanso. Ninguém controla direito [a jornada de trabalho], nunca trabalhei tanto e não via a cor do dinheiro. (Informação verbal, 2 jan. 2021. Transcrição literal).

Estes rápidos exemplos guiam a questão novamente para um caminho que subjaz a análise, ou seja, a luta de classes em meio às contradições do agronegócio de silvicultura. Nota-se que apesar de todas as dificuldades os terceirizados não cessam de lutar e resistir, o que é mais um sinal de problemas na produção de eucalipto, celulose e papel. Na

verdade, a resistência e a luta dos trabalhadores terceirizados têm sua gênese com a própria territorialização do agronegócio de silvicultura em Três Lagoas e segue a dinâmica desta. A luta dos terceirizados caminha *pari passu* ao avanço do agronegócio no município e traduz, em certa medida, a trajetória de uma empresa que busca as formas mais modernas de explorar os trabalhadores(as).

Contudo, há resistência e luta no território tomado pelo agronegócio de silvicultura. Os terceirizados, a maioria no setor, mesmo fragmentados e pulverizados pelo território, porque fazem parte do trabalho coletivo, reivindicam a solução para os problemas ligados às suas condições de trabalho e de vida. Se colocam, portanto, contra a intensificação dos impactos destrutivos da produção com base na monocultura de eucalipto, cujos impactos socioambientais, por mais que se procure ocultá-los, os terceirizados evidenciam e denunciam.

Destarte, quando se observa o uso do trabalho terceirizado nas condições até aqui descritas, evidencia-se a “simbiose” entre precarização e terceirização, ou seja, o conteúdo *sine qua non* da terceirização no bojo da dinâmica do agronegócio de silvicultura, seja na territorialização da empresa, seja nas suas operações posteriores. O relato de um dos terceirizados da Suzano permite esclarecer melhor o problema da precarização:

Sou terceirizado da empresa, vivo sozinho, sou da Bahia, mas pretendo voltar logo. Meu trabalho aqui é cansativo e quase não tenho tempo pra descanso. O que é bom, mas cansa. O que ganho dá pra sobreviver, mas aqui as coisas são tudo caro, aluguel, então, quase não saio. O salário é até bom, dá pra sobreviver, né. Mando um dinheiro pra a minha família lá. Gasto no essencial aqui. Às vezes não compro umas coisas. A gente sobrevive, né. (Informação verbal, 3 fev, 2021. Transcrição literal).

Outra trabalhadora que presta serviço à Suzano através da mediação de uma empresa terceira, expôs: “O problema pra mim é ter que ter dois empregos, sou faxineira aqui [na terceirizada] e na casa dos outros. E tem que fazer as coisas de casa, né. É muita coisa! A gente só trabalha” (Informação verbal, 6 fev. 2021. Transcrição literal). No caso da terceirização entre mulheres, o problema é mais grave, já que, por vezes, estas exercem mais de uma jornada de trabalho em decorrência dos afazeres domésticos ou de outras atividades para “complementar” a renda.

Outra trabalhadora, aposentada, mas que continua tendo que atuar como terceirizada devido a renda insuficiente, relatou:

Trabalho com limpeza, sempre trabalhei antes de vim morar aqui em Três Lagoas. Minha aposentadoria é pouca. Aqui o serviço é bom, mas é de risco agora com a pandemia, na limpeza. O salário não é muito, mas a gente tem que se virar, né, meu filho. Não pode ficar parado. (Informação verbal, 3 fev. 2021. Transcrição literal).

O relato de uma outra terceirizada que presta serviço de limpeza para a Suzano foi ainda mais dramático, justamente porque nos permite visualizar claramente a dilapidação da força de trabalho que praticamente impede a manutenção e reprodução de vida da trabalhadora, sem contar o dispêndio de trabalho na jornada que, segundo ela, “é muito pra pouco retorno [salário]”. A terceirizada expôs assim o problema:

Quase todo mês meu salário não dá pra comprar as coisas que preciso. Tô falando do básico mesmo, porque tem outras contas pra pagar. Isso deixo acumular, pego dinheiro emprestado. Minha sorte é que tenho um filho que me ajuda. Meu serviço é igual de todo mundo, mas fiquei sabendo que uns lá ganham mais. Trabalho do mesmo jeito, se bobear até mais

porque chego exausta e sempre pedem pra fazer uma outra coisa depois do horário. Às vezes dá vontade de desistir, mas vou fazer o que dá vida? Tenho depressão. (Informação verbal, 8 abr. 2021. Transcrição literal).

Os problemas, portanto, não se restringem e nem se limitam à uma questão quantitativa (número maior de terceirizados), ainda que este seja um dado importante, mas também às condições precárias de trabalho e de vida dos terceirizados(as). Baixas remunerações, inviabilidade da reprodução da força de trabalho e da família, aumento da jornada, dilapidação da vida e da saúde do trabalhador, etc. são alguns dos exemplos desta dimensão qualitativa.

Se observamos ainda as questões de saúde e acidentes, os terceirizados do setor estão entre os mais suscetíveis, visto que, além da fiscalização em relação aos equipamentos de proteção (EPIs) ser falha, nem sempre os equipamentos são disponibilizados pelas empresas subcontratadas. E mesmo quando o são, o uso de EPIs não são um impeditivo para a ocorrência de acidentes.

Para se ter uma ideia deste problema, o registro dos acidentes, segundo os dados divulgados no Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho da Previdência Social dos anos de 2012 e 2013, mostra que Três Lagoas era a segunda cidade do Estado (MS) com maior número em registros de ocorrências que eram identificadas. A pesquisa apontou que em 2012 ocorreram 1.214 acidentes no ambiente de trabalho, ou seja, três acidentes por dia. Em 2013 foram, em média, três acidentes por dia somente na cidade. Nesse mesmo ano, acumularam-se 1.112 acidentes.

O crescimento dos números de acidente era tão exorbitante no Mato Grosso do Sul que em 2013, quando já em funcionamento a fábrica de celulose e papel da Fibria, Três Lagoas foi escolhida para a

realização do segundo “Ato pelo Trabalho Seguro” que integra o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, criado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), com a participação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 24ª Região. O evento, realizado em parceria com a Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS), por meio do Serviço Social da Indústria (SESI), contou também com o apoio da Prefeitura de Três Lagoas e reuniu centenas de trabalhadores numa espécie de show (TRÊS LAGOAS, 06-12-2013). Dadas as características do processo de terceirização, dificilmente se pode negar que grande parte destes acidentes ocorreu e continua ocorrendo entre terceirizados.

Em 2016 foram 682 acidentes registrados. Já em 2017, segundo o Concat, (Sistema para Consulta Online de Dados da Comunicação de Acidente de Trabalho), Três Lagoas registrou 748 acidentes. E em 2019, 485 acidentes. A queda dos números é utilizada pelas empresas como propaganda de seus programas de “gestão de segurança na redução de acidentes”. No entanto, esses números não refletem o que ocorre na realidade, visto que há subnotificação, além de inúmeros casos que sequer são identificados e computados (TRT, 12-08-2020, COFFITO, 27-07-2007).

Quanto aos casos de acidentes especificamente entre os terceirizados alguns foram descritos nos próprios relatórios de sustentabilidade das empresas. Em 17 de agosto de 2011, por exemplo, ocorreu um acidente fatal envolvendo um terceirizado, dessa vez um trabalhador rural de uma empresa terceirizada. Durante a operação de plantio de mudas de eucalipto no campo, um trator agrícola acoplado a uma carreta retirou-se do talhão onde o serviço era executado para buscar mais mudas. Nesse ínterim, um dos terceirizados afastou-se da equipe, deitou-se debaixo de uma pequena vegetação nativa e adormeceu, provavelmente exausto do trabalho. O local onde o trabalhador se deitou

estava no trajeto do trator, que ao retornar com novo carregamento de mudas o atropelou, atingindo-o na região lateral da cabeça e no tórax, visto que o condutor não tinha campo visual adequado. Apesar de ter sido socorrido, o terceirizado morreu no interior da ambulância no caminho entre a fazenda e o hospital (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 120).

Observando a seção “Taxas de Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e óbitos relacionados ao trabalho” do Relatório da Fibria, do ano de 2013, apesar da empresa não discriminar de modo pormenorizado quem são os trabalhadores mais impactados pelos acidentes, há indicação de dois óbitos, ambos de terceirizados, sem que, no entanto, haja alguma explicação detalhada das ocorrências.

Em 2016, em outro relatório, a Fibria, apesar de expor acreditar que a “terceirização é uma realidade mundial”, “uma boa alternativa quando não há precarização e a legislação do país é consistente” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2016, p. 45), admite outra “fatalidade” com a morte de mais um terceirizado. Em 2017, quando trabalhavam na Fibria 13 mil terceirizados atuando principalmente na operação florestal, mais um acidente ocorreu, dessa vez em uma operação de logística emergencial de transporte de celulose da unidade em Três Lagoas. Em 2020, numa das paradas que a Suzano faz para manutenção, uma série de terceirizados passou mal. O número exato de trabalhadores impactados não foi divulgado (JPNEWS, 10-12-2020).

Há que se sinalizar para o fato de que muitos desses acidentes decorrem das jornadas de trabalho excessivas ou intensas, o que não significa necessariamente ultrapassar as 8h/dia que geralmente vigora (mas nem sempre é cumprido) nos contratos ou subcontratos. Em certos casos, como verificamos ao observar o setor de transportes de madeira feito entre as fazendas onde se encontram as plantações de

eucalipto até as fábricas, que ocorre de modo ininterrupto, os motoristas terceirizados entrevistados relataram que é comum avançarem as 8h/dia contratuais, o que, evidentemente, os coloca em risco, assim como também a população que trafega pelas rotas que os treminhões utilizam.

Em outros casos, apesar da jornada de trabalho ficar dentro das 8h/dia, a intensidade do trabalho, movida pelo *just in time* e a produção diuturna, sobrecarrega os terceirizados, como dá a entender um terceirizado que trabalha operando uma das máquinas da empresa: “Trabalho 8h por dia, mas parece que é o dobro, saio de lá “moído” (Informação verbal, 08-02-2021. Transcrição literal).

Ademais, a produção da Suzano é ininterrupta, e os trabalhadores, em turnos, exercem as atividades em conformidade com as metas empresariais e os altos índices de produção impostos pela empresa. As empresas terceirizadas precisam estar também “cronometradas” às imposições de construção e posterior operação empresarial, o que implica picos de subcontratação, principalmente de trabalhadores migrantes e “volantes” e a redução desse contingente a posterior nos processos de operação, de modo que a tão propalada “geração de empregos” é contestável, sendo que o trabalho gerado é precário e, no geral, temporário.

Arelados a esses problemas estão outros. No relatório de 2010, por exemplo, um auto de Infração indica que a Fibria foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul, com fundamento em suposta ilegalidade de terceirização das atividades de silvicultura na região.

No ano 2011, a empresa indica ter contratado dois especialistas para fazerem uma “leitura crítica” do seu Relatório de Sustentabilidade para aquele ano. Referindo-se aos terceirizados, os especialistas

relatam: “Observa-se o amplo emprego de mão de obra terceirizada, principalmente nas áreas operacionais, sendo que o Relatório não esclarece quais as orientações e os controles que a Fibria exerce para que as empresas fornecedoras desse capital humano obedeçam a princípios de responsabilidade social e sustentabilidade” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011). No mesmo relatório, encontra-se, no tema que versa sobre multas e ações, a seguinte passagem:

A empresa é parte em 54 processos administrativos em andamento, sendo que 14 foram instaurados em 2011, promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, e avaliados em R\$ 1.137.484,67. Em sua maioria, o objeto consiste na investigação do cumprimento e da adoção dos procedimentos de saúde e segurança no trabalho, meio ambiente do trabalho e fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), regularidade da jornada de trabalho legal e concessão de intervalo para repouso e alimentação, cumprimento da cota de contratação de aprendizes e profissionais portadores de deficiência ou reabilitados e terceirização. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 46).

Em 2011, dentre os processos administrativos, três versavam contra a empresa e tinham sido ajuizados em Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas Gerais, nos quais pleiteava-se a regularização da terceirização na forma de contratação de mão de obra necessária para plantio, adubação, manejo florestal, corte e transporte de madeira (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 46). Não sem motivos, como se lê no mesmo relatório, dentre as críticas mais severas à empresa, estava a política adotada no que se refere à terceirização.

Segundo o relato crítico do sociólogo Carlos Alberto dos Santos Dutra, de Brasilândia (MS), entrevistado pela empresa naquele mesmo período, o estudioso nota: “Eu acho essa questão [da terceirização] no

momento da crise econômica problemática. Por exemplo, a empresa terceiriza um serviço para o plantio. Termina o plantio, ela desemprega trinta, quarenta motoristas [...]” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 98).

Já Érico Carlos dos Santos Miranda, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Taquari, em Alcobaça (BA), foi mais veemente na crítica: “[...] A Fibria não ajudou a reformar uma escola, a Fibria não ajudou a reformar um posto. A Fibria não gerou empregos, talvez por culpa de um processo de contratos entre empresas terceirizadas”. Miranda ainda questiona: “Porque os terceirizados querem lucrar até o final e tirar do povo. A culpa é da Fibria. Então a Fibria tem de chamar seu terceirizado e cobrar: ‘Nós estamos tendo problemas por causa de vocês. Vamos dividir isso por igual, vocês recebem para isso’”. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 99).

Ainda no mesmo relatório, Pedro Batista Silves, morador da comunidade de Angelim 1, Itaúnas – Conceição da Barra (ES), observa que a territorialização da celulose e papel impôs mudanças nos padrões de empregabilidade e lamenta a terceirização dos serviços prestados às empresas locais que, segundo ele, “proporcionaram a queda no nível de renda e dos benefícios antes proporcionados por elas” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 100). Ao relatar a terceirização na empresa Aracruz onde este trabalhou, o morador trabalhador expôs: “Ela [a Aracruz] foi se terceirizando e o lado social deixou a desejar, isso que eu falo... Houve esse desequilíbrio na sociedade e na economia mesmo da família porque caiu. Para mim foi um desastre sinceramente” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2011, p. 100).

Em 2014, já eram 201 processos administrativos em andamento, sendo que seis instaurados somente em 2014. Entre os principais

assuntos, novamente aparece a terceirização (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2014, p. 52). Em 2015, onde no relatório lê-se: “Terceirização: uma realidade no Brasil e Na Fibria” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE FIBRIA, 2015, p. 72), a própria empresa admite a precarização, expondo que a terceirização “pode ser uma boa alternativa se a precarização for combatida e se houver uma legislação mais consistente em nosso país” (Ibidem).

Em suma, estes rápidos exemplos demonstram uma parte do processo de precarização ligados à exploração dos terceirizados no setor de celulose e papel em Três Lagoas. Distinto, portanto, do que as empresas tentam disseminar ideologicamente sobre seus feitos produtivos e de desenvolvimento traduzidos em benefícios para a população local (o que é contestável, visto a disparidade entre o que é concentrado pelo setor, o que é exportado e o que realmente fica em termos de riqueza que sobra e é distribuída), o que se tem é o uso de trabalho precário de um contingente significativo de terceirizados cujas consequências negativas tentamos demonstrar, ainda que de forma resumida, ao longo deste capítulo.

Considerações finais

As tendências do processo de terceirização (pós-1970), que se expandem e/ou se retraem conforme as flutuações e exigências do capital, em seu processo de acumulação, na medida em que se relacionam a diversos aspectos organizacionais, administrativos e sazonais das empresas, estão intrínseca e “organicamente” ligadas ao desenvolvimento contraditório (desigual e combinado) do capital e, portanto, de suas forças produtivas, o que implica em novas estratégias da classe burguesa no sentido de manter o processo de acumulação, centralização e concentração de capital e renda.

Desse modo, empresas, fábricas e indústrias têm reformulado seus padrões produtivos, em conformidade com as demandas do capital monopolista. Nesse diapasão, o “mundo do trabalho” é também “reestruturado” e reorganizado em função dos processos acumulação e expansão do capital, ainda que este processo demande a mediação política e Estatal, o que no Brasil, desde a década de 1990, implique a incorporação de reestruturação produtiva e do Toyotismo como mecanismos estratégicos para expandir e intensificar a produção com redução de custos e de trabalho vivo. A terceirização começa a ganhar mais força no Brasil justamente nesse momento, embora como modalidade de trabalho precária “funcional” e forçosamente adaptada às exigências de empresas que procuram reduzir ao máximo o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, ampliar seu poder territorial, político e econômico.

Seguindo os passos de Antunes (2009), Alves (2011), Druck (1999) e outros, que indicam que as tendências de intensificação e expansão do trabalho terceirizado no mundo e, particularmente, no Brasil, quando da introdução das chamadas medidas flexíveis no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva do capital, acreditamos que o processo de terceirização é um dos elementos-chave que o capital, na figura do agronegócio, encontrou para, estrategicamente, avançar territorialmente em Mato Grosso do Sul.

O controle de terras e do território por si só de nada adiantam, assim como a instalação de maquinário de última geração também não resolve por completo o problema da produção e da geração de valor e renda. O valor precisa ser produzido não só em algum lugar, mas por alguém, ou melhor, pelos trabalhadores(as). Daí que o capital não pode prescindir do trabalho na sua forma assalariada e, no caso de uma empresa como a Suzano, do trabalho terceirizado barato e precário.

Ao analisarmos certos aspectos da dinâmica da terceirização no

setor em tela, podemos observar que a necessidade estratégica da incorporação de tais práticas está voltada, por suposto, para a redução de custos, prática, aliás, relativamente comum entre as fábricas e empresas “enxutas”. Assim, a redução do trabalho como parte da reestruturação produtiva não significa simplesmente a eliminação completa do trabalho numa empresa como a Suzano, mas a exploração e precarização de um contingente de terceirizados(as).

Pode-se dizer, portanto, que a própria conformação entre o baixo contingente de trabalhadores intra-fábrica e o número relativamente expressivo de trabalhadores terceirizados é um forte indício de que a Suzano adota tais práticas ligadas à reestruturação amoldadas no espírito do Toyotismo, o que pode ser notado ainda na estratégia de externalização das atividades e, por conseguinte, no apelo à mão de obra terceirizada, temporária, flexível, volátil e precária expressa não só em termos quantitativos, mas também qualitativos, ou seja, no uso extensivo e intensivo da força de trabalho terceirizada precarizada.

Mediante a atuação das “empresas-parceiras” territorializadas em prol da “empresa-mãe”, criam-se ramificações em “rede” de empresas terceirizadas que possibilitam, em tempo relativamente hábil para o agronegócio, dar vazão à produção de acordo com as demandas dos mercados externos, tendo em vista que a exportação da *commodity* aparece como um dos objetivos da Suzano, que utiliza deste e outros motes (“geração de empregos”, “riqueza” “desenvolvimento econômico” para o MS e Três Lagoas) para angariar mais investimentos, apoio estatal e público, ampliando assim, seu poder econômico, político e territorial.

Quanto ao trabalho terceirizado e aos trabalhadores(as) terceirizados nas “empresas-satélites” da Suzano, estes possibilitam à empresa focalizar na atividade “*core business*”, ampliar a produção e o (mais)valor gerado pelos próprios trabalhadores(as). Nesse processo, o controle da força de trabalho se dá mediante a racionalização do processo produti-

vo e do tempo de trabalho aos moldes do *just in time*, da empresa liofilizada e horizontalizada. Nessas condições, é essencial o uso de terceirizados flexíveis e dispostos territorialmente, porque assim a empresa consegue dar vazão ao que foi produzido seguindo o “cronômetro” das demandas externas.

Não sem motivos, à época em que finalizamos nossa dissertação de mestrado em 2014, a qual serve como guia para este capítulo, nos referíamos aos territórios de atuação do agronegócio e celulose e papel em Três Lagoas como “territórios terceirizados”, porque estes, a nosso ver, sintetizavam (e ainda parecem sintetizar) justamente os tempos e espaços modernos das atuais condições do capitalismo, aqui representando em sua versão *agrobusiness* cuja reprodução e expansão territorial coaduna, por um lado, a moderna produção (destrutiva) da monocultura de eucalipto e, por outro, um expressivo contingente de trabalhadores(as) terceirizados explorados e precarizados.

Referências

ALVES, G. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.16, n.31, p.409-420, 2011.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização como regra? **Revista TST**, Brasília, Vol. 19, n° 4, Out/Dez, 2013.

DRUCK, G. **Terceirização**: (Des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico de Camaçari. SP: Boitempo; Salvador: Ed Edufba, 1999.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Cad CRH 2011; 24 (n.spe.1), p. 37-57.

DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho**. v. III. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 13-24.

FERRARI, T. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo-SP. Loyola, 2011.

MARQUES, M. I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do estudo do caso da Suzano Papel e Celulose. **Geographia**, São Paulo, v. 35, n. 17, dez. 2015.

OLIVEIRA, A. L. A de. **Aspectos da dinâmica socio territorial do trabalho terceirizado**: em busca dos “territórios terceirizados”. 2014. 288f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, CPTL/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

PERPETUA, G.M; THOMAZ, Jr. A. O trabalho vivo no deserto verde: mobilidade espacial da força de trabalho na produção de celulose e papel em Três Lagoas. In: THOMAZ JUNIOR, A.; PONTE, K. F. da; ALVES, J. (Orgs.). **Geografia do trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2012.

Relatórios consultados:

RELATÓRIO de sustentabilidade Fibria, 2009 a 2016

RELATÓRIO de sustentabilidade Suzano, 2019

Sites consultados:

NÚMERO de acidentes de trabalho no Brasil. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/305976>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=258> Acesso em: 10 fev. 2021.

TRABALHADORES na construção da Eldorado paralisam obras. Disponível em: <https://www.jpnews.com.br/brasil/trabalhadores-na-construcao-da-eldorado-paralisam-obras/34682/>. Acesso em: 8 set. 2020.

TRABALHADORES de empresa terceirizada pela Suzano realizam manifestação por falta de salários. Disponível em: <https://www.radiocacula.com.br/noticias/trabalhadores-de-empresa-terceirizada-pela-suzano-realizam-manifestacao-por-falta-de-salarios>. Acesso em: 3 abr. 2021.

TRABALHADORES passam mal. Disponível em: <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/trabalhadores-passam-mal-durante-manutencao-em-fabricas-de-c/145066/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

TERCEIRIZADOS da Fibria cruzam os braços. Disponível em: <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/terceirizados-da-fibria-cruzam-os-bracos/49163/>. Acesso em: 8 set. 2020.

TERCEIRIZADOS da Eldorado decretam greve, mais uma vez. Disponível em: <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/terceirizados-da-eldorado-decretam-greve-mais-uma-vez/45191/>. Acesso em: 8 set. 2020.

A AGROECOLOGIA DA CLASSE CAMPONESA

Rosemeire Aparecida de Almeida³⁵

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação de fecundar o chão.
(Cio da Terra: Milton Nascimento e Chico Buarque de Hollanda)

Advertência inicial

A motivação para escrever esse artigo tem relação com o momento vivido pela crise do capital e pela pandemia de Covid-19 causada por um novo coronavírus, expondo, sem precedentes, a fragilidade do humano em tempos de exacerbação do meio técnico-científico-informacional³⁶. No caso brasileiro, essas crises se desenrolam num quadro de instabilidade política e ameaças à democracia, colocando o conjunto da sociedade numa espécie de tempo das incertezas. Logo,

³⁵ Professora Doutora do curso de Graduação e Pós em Geografia na UFMS/Campus de Três Lagoas. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Bolsão-MS (NEA-Bolsão). E-mail: rosemeire.almeida@ufms.br

³⁶ Um dos principais legados teóricos de Milton Santos corresponde a interpretação das transformações do espaço geográfico correspondente a sua apropriação pelas atividades humanas, que vão desde o meio natural, passando pelo meio técnico, até chegar ao período atual – o meio técnico-científico-informacional. Estas periodizações caracterizam as relações entre natureza e sociedade ao longo do tempo. (SANTOS, 1996).

escrever acerca desta realidade “nublada” é um risco, todavia, considerando seus ditames, é, também, um exercício de liberdade na busca de chaves explicativas capazes de resgatar/abrir o horizonte das resistências em curso. Nesse caso, o entendimento histórico tem como mote a estruturação do poder e do capitalismo rentista no país, em que a terra concentrada representa a possibilidade de acumulação capitalista par a passo com o modelo predatório de exploração da natureza, comprometendo a base da existência humana. Portanto, se, por um lado, estes são os alicerces analíticos de entendimento da manutenção e revitalização dos velhos dilemas agrários, por outro, há também bases para um projeto civilizatório como caminho de futuro: a Agroecologia Camponesa.

Este texto reflete discussões realizadas no âmbito da disciplina “Agroecologia e Sustentabilidade Agroambiental”, ministrada junto ao PPGGeografia/UFMS, no tocante às principais fundamentações teóricas da questão agroecológica materializadas no pensamento de autores de relevo num olhar que privilegiou convergências e singularidades destes estudos, sendo a principal delas a de pensar o lugar da classe camponesa na transição agroecológica. É, também, fruto das experimentações sociais realizadas pelo Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão), em particular nas unidades de referência agroecológica localizadas no assentamento de reforma agrária “20 de Março”, em Três Lagoas/MS.

A Agroecologia da classe camponesa se constitui em caminho porque possui um conteúdo/sentido ambiental, social e econômico contrapondo-se à lógica do capital, sendo necessária para garantir condições de existência social, especificamente no Território Rural do Bolsão/MS. Assim, o entendimento é que a sociedade precisa da Agroecologia Camponesa para garantir a sua existência. Portanto,

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento vol-

tado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. Eu acredito que podemos aprender com o campesinato e que ainda sabemos muito pouco a seu respeito. (SHANIN, 1998, p. 29).

Fundamentos teóricos da Agroecologia: breves considerações

Este artigo busca refletir sobre a Agroecologia na perspectiva da classe camponesa partindo da sua estruturação no campo científico, de forma particular no Brasil. Entende-se que este desafio exige diálogo com o processo de construção teórica na direção de evidenciar autores e conceitos.

Neste sentido, destacam-se algumas contribuições em razão da relevância que possuem entre os estudiosos da questão agroecológica, com evidência para as convergências e singularidades apresentadas em seus estudos. De forma geral, as convergências se relacionam com a compreensão da existência de uma falsa dicotomia na Agroecologia, cujo centro seria a separação entre o debate técnico e o político. Como apontam os autores a seguir, a transição agroecológica é uma questão técnica e política porque impõem o questionamento da hegemonia de um modelo de agricultura conhecido como “revolução verde” construído para atender interesses do capital e que, para tanto, precisou envolver o campo científico na busca das condições para sua sistematização/normatização.

Apesar das contradições engendradas pela moderni-

zação agrícola, sua permanência e aprofundamento não podem ser compreendidos sem a consideração das poderosas bases ideológicas que lhe dá sustentação no plano das mentalidades. De fato, sem a difusão de um sistema de valores positivos que caucionou ideologicamente a Revolução Verde, provavelmente todo o investimento político e financeiro – e, em alguns casos, militar – realizado pelos Estados nacionais nessa direção teria sido insuficiente. Noções como *modernização*, *progresso técnico-científico*, *eficiência produtiva* e mesmo *crecimento econômico*, foram utilizadas como alavancas ideológicas poderosas e indispensáveis para que as rápidas e profundas transformações promovidas na agricultura fossem reforçadas perante o conjunto da sociedade e adotadas acriticamente como algo desejável *per se*. No jogo de legitimação da agricultura industrial, a Ciência foi convocada a exercer um papel essencial, mesmo que para isso alguns de seus agentes eventualmente se valessem de análises tendenciosas – portanto não-científicas – da realidade. (PETERSEN, DAL SOGLIO, CAPORAL, 2009, p. 88. Grifo dos autores).

As singularidades ficam por conta do debate em torno do sujeito da agroecologia e do projeto de transformação social tratado com maior ênfase no decorrer do texto.

Buscando dar sentido a essas reflexões, inicia-se com o pensamento dos autores Stephen R. Gliessman e Miguel A. Altieri. São autores que se destacam por estudos voltados a entender a biodiversidade e sustentabilidade do Agroecossistema enquanto totalidade. Assim,

La conversión a un agroecosistema manejado ecológicamente, genera un conjunto de cambios ecológicos en el sistema (Gliessman 1986). A medida que se elimina o reduce el uso de agroquímicos sintéticos, y se recicla la biomasa y los nutrimentos, la estructura y función del agroecosistema también cambian. Un

cúmulo de relaciones y procesos se transforman, comenzando con aspectos como la estructura básica del suelo, el contenido de materia orgánica y la diversidad y actividad de la biota del suelo. Eventualmente, también ocurren cambios mayores en la actividad y las relaciones entre arvenses, insectos y enfermedades, y en el balance entre organismos benéficos y perjudiciales. Finalmente, se influye en el reciclaje y dinámica de los nutrimentos, la eficiencia en el uso de energía y la productividad total del sistema. Medir y monitorear estos cambios durante el período de conversión, ayuda al productor a evaluar el éxito de este proceso y proporciona un marco para determinar los requerimientos e indicadores de la sostenibilidad. (GLIESSMAN, 2002, p. 307).

Para Altieri (2004), a Agroecologia é um campo de conhecimento com princípios amalgamados à prática produtiva em ação. A agroecologia é produto e condição da visão de totalidade do agroecossistema e a agricultura sustentável que, por sua vez, é aquela ecologicamente equilibrada porque promotora de sinergias, economicamente viável como geradora de renda e socialmente justa, por ser agente de relações livres de opressão e desigualdades, já que profundamente preocupada com as futuras gerações. Nesse sentido, a Agroecologia deixa de ser uma “alternativa” para ser um caminho, quiçá, o único caminho da agricultura de futuro possível pela via da proteção das bases da nossa existência.

Há, portanto, nesta conceituação um desafio colossal, pois colocar em movimento este tripé (ecológico/econômico/social) significa questionar a “ruptura metabólica” que está no âmago da crise agroambiental vivida, uma vez que essa ruptura é resultado de modelo de produção orientando para valores de troca e busca incessante de lucro. Dito de outra forma, o capitalismo monopolista assentado na sociedade do desperdício tem sua lógica consumista regida por necessidades

artificiais, possíveis de serem criadas pelo alargamento da dicotomia sociedade e natureza. Um sistema cujo processo de “produção de bens cria as necessidades que esses bens se presumem querer satisfazer” (MARX *apud* FOSTER, 2011, p. 3). Isto é, a sociedade de consumo se materializa na mercadoria (valor de troca) que contém a produção artificial de necessidades (valores de uso). Esse sistema com o valor de troca orientado para busca incessante de lucro gerou um modelo de “produção em rotação perpétua”.

A contribuição ecológica mais notável de Marx, no entanto, está em sua teoria da ruptura metabólica. Com base no trabalho do grande químico alemão Justus von Liebig, Marx argumentou que, ao enviar alimentos e fibras a centenas e milhares de quilômetros de distância, para os novos centros urbanos de produção industrial, nos quais a população estava cada vez mais concentrada, o capital acabou roubando a terra de seus nutrientes, tais como o azoto, o fósforo e o potássio, que em vez de ser devolvidos para a terra foram criar poluição nas cidades. (FOSTER, 2011, p. 3).

Neste sentido, a crise agroambiental é também a crise do ideário da “produtividade” da Revolução Verde e o caminho da Agroecologia, e do projeto de sustentabilidade que a alimenta, é a solução – pela restauração da soberania alimentar que se materializa no valor de uso, no direito de escolha que ele anuncia como contraponto à sociedade do consumo, leia-se do valor de troca. A crise agroambiental é expressão, sobretudo, da crença que o capital humanamente construído é substituto para o capital natural, capital este em processo galopante de degradação. (ALTIERI, 2004).

A “fé na tecnologia” para solucionar as crises, oriundas da mercantilização da natureza, se junta à “religião do progresso”, permitindo a repetição de modelo econômico amplamente testado no país, cujo

eixo de sustentação é a ideologia do desenvolvimento (científico e tecnológico) como fonte de prosperidade universal: “o bolo cresce” e todos se fartam.

No tocante às pretensões deste texto, é importante observar que o protagonismo camponês está presente nas preocupações deste primeiro coletivo de autores, pois entendem que a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural nutrindo as agriculturas locais.

As influências destes autores foram marcantes no Brasil³⁷ para um coletivo de pesquisadores preocupados com a construção científica da Agroecologia como área transdisciplinar. Neste coletivo, Francisco R. Caporal e José A. Costabeber são, talvez, os representantes exponenciais da luta epistemológica marcada pela análise da Agroecologia no caminho da sua distinção paradigmática ou, em outras palavras, a partir do entendimento daquilo que não é Agroecologia.

Entretanto, se mostra cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

³⁷ Embora não caiba no espaço deste artigo porque extrapola seus objetivos, é fundamental destacar que a promoção da Agroecologia no Brasil não está restrita aos autores citados, uma vez que ela é também tributária de um conjunto de experiências que envolvem Estado e sociedade rural, pesquisadores e movimentos sociais populares materializadas, desde a segunda metade da década de 1970, via realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), da formação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e, mais recentemente, Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Um conjunto articulado de iniciativas de experimentação e organização de base voltadas à disseminação de práticas agrícolas de base ecológica e a mobilização coletiva. Para saber mais do assunto, ver Schmitt (2015).

Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos ‘limpos’ ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: “existe mercado para a Agroecologia”; ‘a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional’; ‘a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional’; ‘a Agroecologia é um novo modelo tecnológico’. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, ‘agora, a Agroecologia é uma política pública’ ou ‘vamos fazer uma feira de Agroecologia’. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável. (CAPO-RAL, COSTABEBER, 2004, p. 06-07).

Para além da produção autoral, a influência destes autores aparece de forma metódica no marco referencial de Agroecologia da EMBRAPA, de 2016 – uma espécie de divisor de águas no Brasil na direção da “normatização” da Agroecologia a partir da sistematização de suas principais definições e tendências.

A Agroecologia toma como unidade de estudo os agroecossistemas, e estes como o resultado da co-evolução da natureza e dos grupos sociais que nela intervêm, com suas distintas formas de conhecimento, organização, tecnologias e valores. Estes, portanto, são sistemas onde os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas devem ser investigados e analisados como um todo. (ALTIERI, 1992 Apud EMBRAPA, 2006, p. 39).

Encontra-se, também, no documento “Marco Referencial em Agroecologia”, da Embrapa, o posicionamento em relação aos sujeitos preferenciais da Agroecologia:

Na transição interna ao sistema produtivo, três passos são fundamentais (*Redução e Racionalização do Uso de Insumos Químicos; Substituição de Insumos; Manejo da Biodiversidade e Redesenho dos Sistemas Produtivos*), com a agricultura de grande escala adaptada para os dois primeiros passos e a agricultura familiar aos três passos propostos. Ao encontro desse conceito, a Embrapa trabalhará a transição agroecológica em todos os setores produtivos, tendo os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, as populações tradicionais, as comunidades indígenas e as comunidades afro-descendentes, além dos consumidores rurais e urbanos, como público preferencial para a Agroecologia. (EMBRAPA, 2016, p. 59. Grifo do autor).

Todavia, embora neste recorrido de reflexões compareça o saber-fazer camponês, ele não possui caráter de centralidade no movimento de transformação/transição pela ausência da articulação do modo de vida camponês com a dimensão de classe do campesinato. Situação essencial para diferenciar sua reprodução social no âmbito da lógica da unidade econômica camponesa em relação às demais classes da sociedade capitalista, a saber: classe trabalhadora e burguesia.

[...] é o significado da terra que faz deles camponeses, é o sentido conservador e radical de sua consciência que, justamente porque é radical, os orienta na luta contra o concentracionismo desenfreado do capital que, ao arrancá-los da terra, impede o trabalho camponês e se ergue como oposição à continuidade do modo de vida desta classe *sui generis*. Situação, por sua vez, que indica a luta pela terra como um conflito que transcende a conquista de um pedaço de chão. Certamente – hoje estamos mais seguros disso – é a batalha contra o perecimento desta classe peculiar,

contra a finitude dos camponeses que insistindo em perpassar diferentes sociedades vão mantendo sua situação econômico social dúplice: são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores. (ALMEIDA, 2006, p. 20-21).

Certamente, é Shanin (2018) quem melhor dá relevo à necessidade de se pensar essa articulação entre modo de vida e classe – uma condição camponesa ambígua que amálgama, na mesma situação, a recriação social do seu modo de vida e de sujeito político com interesses específicos:

Apesar do passar do tempo desde quando eu o li pela primeira vez, ainda considero particularmente útil essa definição de Fei Hsiao-Tung: ‘campesinato é um modo de vida’. Daí, o quanto este ‘modo de vida’ pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição. (p. 38).

Outro conjunto de contribuições de relevo neste texto tem seu núcleo no debate da “Agroecologia como conflitualidade”. Isto é, a Agroecologia feita pela classe trabalhadora – do campo e da cidade. Este pensamento compõem as intervenções dos movimentos sociais representados pela rede coletiva da Via Campesina. Neste sentido, um importante “porta voz” deste debate tem sido Peter M. Rosset. Suas publicações, em co-autoria, também apontam para um tripé basilar de entendimento de Agroecologia, a saber: prática, movimento e ciência.

Para muchos, la agroecología es una ciencia: la ciencia que estudia e intenta explicar el funcionamiento de

los agroecosistemas. Para otros, la palabra agroecología refiere a los principios – y no recetas – que guían las prácticas agronómicas y productivas que permiten producir alimentos y fibras sin agrotóxicos... Para los movimientos sociales que componen La Vía Campesina, el concepto de agroecología va más allá de los principios ecológicos-productivos. Además de ellos, incorpora a su visión agroecológica otros principios y metas sociales, culturales y políticas. (MACHÍN SOSA *et al* apud ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2013, p. 03).

Todavía, para Rosset e outros, o motor que produz a articulação e, portanto, o avanço do tripé agroecológico “prática, movimento e ciência” são os movimentos sociais. Não por menos, apontam o ganho de escala da Agroecologia como dependente da mobilização dos movimentos sociais.

Los marcos teóricos de territorio en disputa y recampesinización nos ayudan a entender el fenómeno empírico de creciente interés, práctica y discurso sobre la agroecología entre los movimientos sociales rurales, especialmente LVC, dentro del contexto del aumento del acaparamiento empresarial de tierras y de los costos de insumos. Para los campesinos y familias de agricultores, y sus movimientos, la agroecología ayuda a construir autonomía de los mercados desfavorables y recuperar los suelos degradados; y los procesos y movimientos sociales ayudan a llevar a escala estas alternativas. Finalmente, esta (re)invención de las prácticas campesinas es parte de la (re)configuración de los espacios materiales e inmateriales intensamente disputados, como territorios campesinos en el proceso de recampesinización. (ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2013, p. 13).

Neste *front* da Agroecologia política da Via Campesina (Agroecologia como conflitualidade), marcada pela disputa “La Agroecología

no está a la venta”, Giraldo, Rosset (2016) alertam acerca do presente risco de cooptação da Agroecologia empreendida por duas vias: institucional e de mercado – espaços ordenadores do discurso do capitalismo verde e suas falsas soluções.

Ha quedado claro se ha abierto la lucha entre dos bandos, y el resultado final dependerá de la correlación de fuerzas en los escenarios donde se libra la disputa, pero también de la capacidad de los movimientos sociales de mantenerse distanciados de los postulados del desarrollo. Opinamos que es un momento ideal para incrementar el sentido crítico de la agroecología hacia la racionalidad económica y los imaginarios del progreso, y defenderla como un componente sustancial de las alternativas para enfrentar la crisis civilizatoria. El cuestionamiento a los nuevos modelos de simulación y cooptación agroecológica, solo podrá ser completo si las visiones y estrategias están en la vía de lo que en Latinoamérica se denomina como el buen vivir, lo que significa resistir al control de las instituciones externas, y ejercer una agroecología autónoma, en donde se asuma la responsabilidad de hacerse cargo de los problemas por los mismos involucrados. (GIRALDO, ROSSET, 2016, p. 29).

Embora a contribuição dos autores esteja fortemente comprometida com as demandas da luta pela terra e para nela permanecer, a opção pelo caminho da Agroecologia como movimento social deu relevo ao sujeito coletivo (a classe trabalhadora) como responsável por criar a “demanda” agroecológica. Consequentemente, nessa busca pela identidade de lutas no campo, o lugar da classe camponesa não é de distinção.

O terceiro e último conjunto de reflexões é representado, sobretudo, por Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina (1991) e pode ser sintetizado como sendo a via camponista da Agroecologia.

ciologia. Ao identificar esta como sendo a via camponista, não se trata de querer apontar essas contribuições como opostas em relação às reflexões anteriores, pois, o que se busca evidenciar é a tese central destes autores e os novos aportes para o debate.

Neste sentido de evidenciar a tese central, destaca-se a aproximação do debate agroecológico com a classe camponesa como sendo o centro das preocupações desses autores. Outra consideração importante é que não se trata apenas da aproximação da Agroecologia com autores camponistas, como Chayanov, mas também da leitura da realidade a partir do método marxista como caminho da transformação social. Assim, merece destaque a importância do debate sobre transição agroecológica como processo social e, portanto, como negação da visão etapista centrada no agroecossistema e nas estratégias sistêmicas de sintropia – talvez, essa seja a divergência de raiz com desdobramento na abordagem de método que diferencia o terceiro coletivo de autores (dialética marxista) em relação aos demais (teoria sistêmica), mas que não cabe neste momento aprofundar.

Logo, a contribuição que parece mais significativa destes autores é justamente o entendimento da conflitualidade territorial que marca o embate entre camponeses e agricultura capitalista, cuja superação está na natureza agroecológica do camponato.

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês. (SEVILLA-GUZMÁN, GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 73).

Próximo ao pensamento de Shanin (2018), Sevilla-Guzmán (1990) alerta sobre a irrelevância de um debate centrado na classe como

abstração, posto que a dimensão de classe do campesinato está implícita no processo histórico de sua resistência. Ou seja, a classe não é um *a priori* – antes de responder se os camponeses são uma classe, é preciso investigar como estão defendendo seus interesses (SHANIN, 2018). O fundamental para Sevilla-Guzmán parece ser a compreensão de que a lógica interna de recriação do campesinato é, diametralmente, oposta à lógica do capital, é nisso que reside sua condição conflituosa de classe e a relação campesinato e agroecologia. Desse modo, merece destaque a entrevista de Sevilla-Guzmán referente à questão do campesinato como classe: “Lo importante es introducir una dimensión conflictiva a cómo el poder oprime a aquellos elementos que se resisten a la imposición de aquello que va generando, cada vez más, estableciendo una diferenciación de clase”. (GALLAR-HERNÁNDEZ, ALMEIDA, 2015, p. 294).

Dinâmica da Agroecologia no Território Rural do Bolsão (MS)³⁸

Os aportes teóricos sobre Agroecologia e Campesinato, sobretudo aqueles que apontam para uma reflexão para além do campesinato como modo de vida, posto que dão relevância para sua dimensão de classe como centro da disputa territorial contra a lógica destrutiva da acumulação capitalista, dão base para estas considerações agroecológicas no Território Rural do Bolsão (MS).

Inicialmente, é preciso pontuar o entendimento de território, pois é a partir dele que tem sentido o debate acerca da disputa territo-

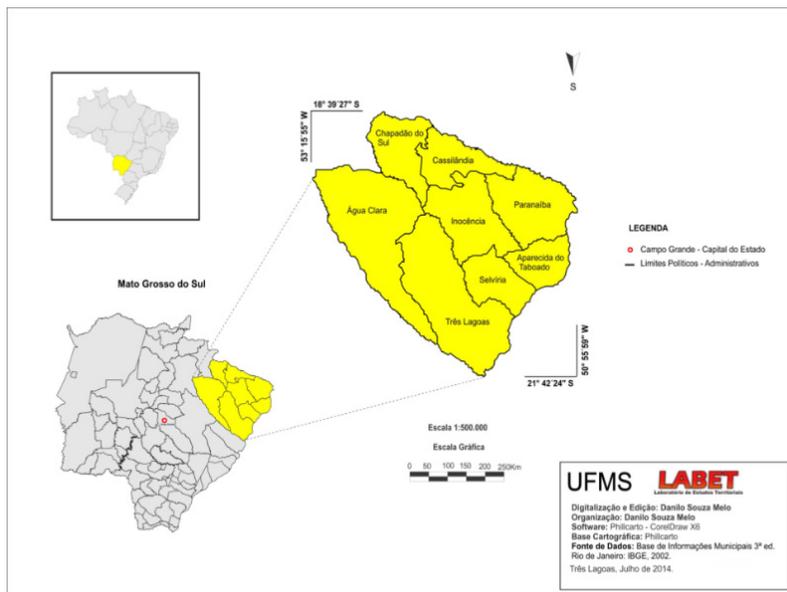
³⁸ Parte desta análise foi extraída do relatório final do projeto “IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS” - Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – CASA CIVIL/CNPq N° 21/2016. Coordenação: Rosemeire Aparecida de Almeida (2017-2020).

rial campesinato e agricultura capitalista, bem como a principal contribuição geográfica no tocante à dimensão territorial da Agroecologia. Nesse sentido, opta-se pelo conceito de território que o identifica a partir da sua conflitualidade, concebida tendo em vista a sua produção, o que retira, por sua vez, a rigidez do conceito – rompendo com proposições que entendem o território enquanto substrato, limitado e limitante. Nas palavras de Oliveira (1992), o território é

[...] produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] Logo o território não é um *prius* ou um *apriori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. (p. 2).

A fim de situar estas ações agroecológicas, utiliza-se do recorte espacial denominado Território Rural do Bolsão (MS), localizado em Mato Grosso do Sul, criado em novembro de 2013 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Com 45.929,9 Km², o Bolsão é composto por oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul, somando 233.297 habitantes (NARDOQUE, ALMEIDA, 2015). Atualmente, no Governo Federal, essa política de criação e consolidação dos territórios encontra-se paralisada.

Figura 1 – Território Rural do Bolsão – MS



Fonte: Almeida, 2017.

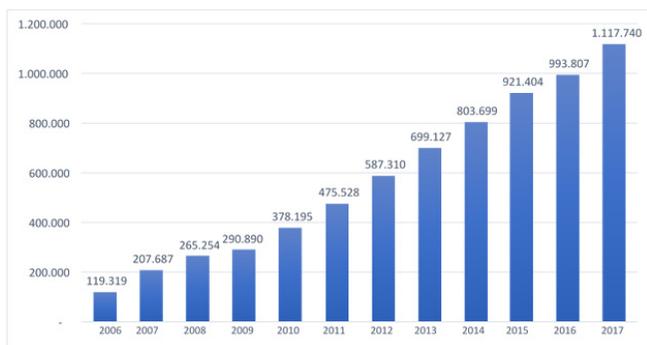
Esta região é marcada pelo domínio da grande propriedade voltada à pecuária extensiva e especulação fundiária e, mais recentemente, pela monocultura do eucalipto. É neste ambiente de hegemonia do capital que são situados os camponeses e a luta pela recriação do seu modo de vida no Território Rural do Bolsão, em Mato Grosso do Sul, uma vez que eles têm resistido em suas propriedades numa região de expansão acelerada do plantio de eucalipto visando a produção de pasta de celulose.

O projeto de plantar eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul vem desde 1970, mas a escalada territorial do eucalipto tem como marco o ano de 2007, quando foi lançado o plano de implantação da primeira fábrica de celulose e papel em Três Lagoas. Este processo atingiu seu ápice em 2009 com entrada em operação da fábrica Hori-

zonte 1, articulando plantio de eucalipto, processamento da celulose e produção do papel – comandada pela empresa Fibria³⁹ em parceria com International Paper/IP. Posteriormente, em 2010, surgiu a Eldorado Brasil – resultado da parceria JBS (Friboi) e a MCL Empreendimentos (Mario Celso Lincoln Lopes). Em 2012, entrou em operação a fábrica “Eldorado I” (com capacidade de produção de 1,5 milhão de tonelada/ano de celulose). Nota-se que os nomes das fábricas (Horizonte e Eldorado) fazem parte da ideologia do desenvolvimento com seu ideário de modernidade e riqueza para o Bolsão – possivelmente, em contraposição à ideia de Bolsão da pobreza, como era conhecido essa região de Mato Grosso do Sul.

O estado tem, atualmente, a segunda maior área plantada com eucalipto do país, mais de 1 milhão de hectares. Como demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – MS: área plantada com eucalipto – hectares – 2006-2017.

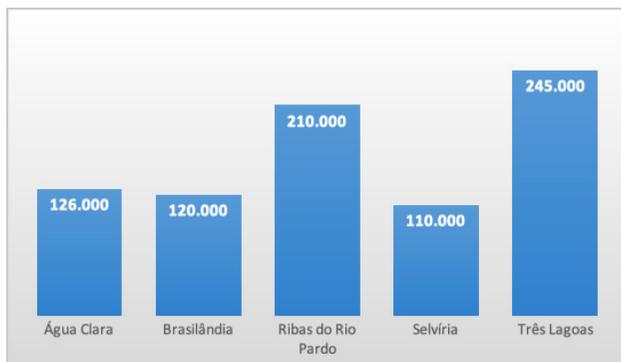


Fonte: Raoul, 2020.

³⁹ Em 2018 a Suzano Papel e Celulose comprou a Fibria criando uma gigante global que representa 16% da capacidade de produção mundial de celulose. Disponível em: <<https://braziljournal.com/suzano-compra-fibria-em-operacao-de-r-65-bi>>. Acesso em: 14 out. 2021.

Três Lagoas é o epicentro não apenas da produção de pasta de celulose, mas também do plantio –, pois é o município brasileiro com a maior área plantada com eucalipto⁴⁰.

Gráfico 2 – MS: municípios com maior área plantada (ha) de eucalipto – 2006-2017.



Fonte: Raoul, 2020.

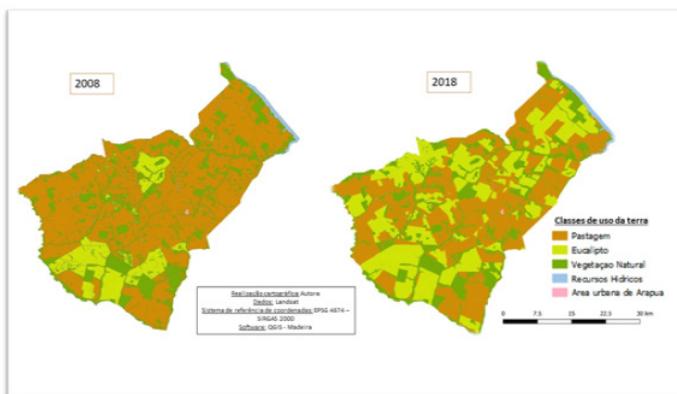
O resultado tem sido o território cercado pela agricultura capitalista como expressão da Revolução Verde: grande propriedade, monocultura, agrotóxicos e exportação. A existência camponesa se faz como “presença incômoda”, uma Geografia dos camponeses no Bolsão que é ambígua, invisibilizada. Porém, como resistem no território, a possibilidade de reprodução social não se esgotou historicamente, bem por isso abrem brechas no “deserto verde”.

O trabalho de pesquisa de Raoul (2020) mapeou o movimento expansivo do cultivo de eucalipto no distrito de Arapuá, em Três Lagoas, concluindo o quanto avassalador tem sido a expansão no perímetro

⁴⁰ Disponível em: <https://www.radiocacula.com.br/tres-lagoas-e-cidade-com-maior-area-plantada-de-eucaliptos-diz-ibge/>. Acesso em: 14 out. 2021.

deste distrito. A figura 2 demonstra o avanço do monocultivo entre 2008 e 2018.

Figura 2 – Distrito de Arapuá/Três Lagoas (MS): evolução do uso da terra – 2008 e 2018

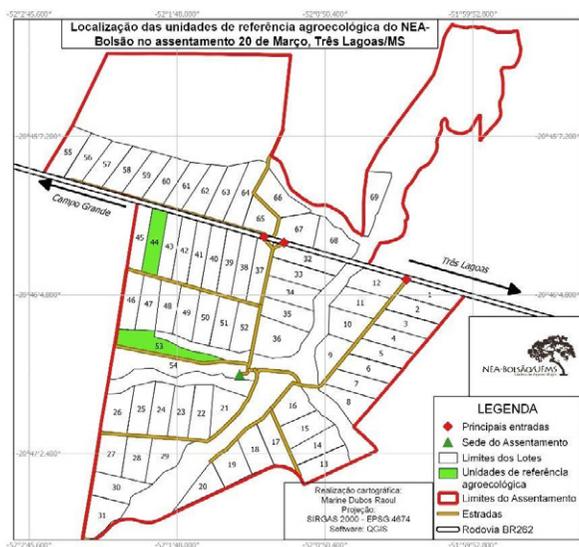


Fonte: Raoul, Almeida, 2019.

Todavia, embora os resultados da pesquisa Raoul (2020) confirmem a dinâmica expansiva do eucalipto, revelam também que esta expansão não avança na região central do distrito de Arapuá. A razão desta contradição pode ser explicada pelo fato desta região ser constituída por número considerável de sítios e um assentamento de reforma agrária, o “20 de Março” – lugar onde localizam-se as unidades de referência em agroecologia do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão⁴¹) – figura 3.

⁴¹ Contando com financiamento via edital do CNPq, em 2017 foi criado o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) no Território Rural do Bolsão-MS, sob coordenação da autora deste texto. O NEA-Bolsão é resultado da articulação iniciada em 2013, entre o Laboratório de Geografia Agrária da UFMS-Campus de Três Lagoas, o Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos (ISEC), da Universidade de Córdoba-Espanha e um grupo de famílias em transição agroecológica vinculadas à Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas.

Figura 3 – PA 20 de Marçó/Três Lagoas (MS): unidades de referência em Agroecologia do NEA-Bolsão



Fonte: Raoul, 2020.

Sem dúvida, dar visibilidade no território do Bolsão à existência de uma outra lógica de uso do solo e de reprodução social significa apontar uma contradição capaz de questionar a sobreposição do uso capitalista da terra em relação à terra de vida e trabalho camponês. É, portanto, o modo de vida camponês que se ergue como barreira viva ao capital celulósico.

A existência desta contradição tem produzido um movimento de cooptação da Agroecologia pelo capital celulósico no território do Bolsão, nos termos indicados por Giraldo, Rosset (2016). A cooptação está presente via projetos de desenvolvimento territorial das papeleiras implantados nas áreas de assentamentos rurais, especialmente no município de Três Lagoas – o epicentro da produção de celulose de empresas como Suzano e Eldorado Brasil. Trata-se de um engodo, uma vez que essas empresas e seus projetos de sustentabilidade colocam a

Agroecologia não como um projeto de futuro da vida humana e da preservação da Terra. Ao contrário, querem ser sustentáveis sem mudar a natureza de suas práticas de acumulação e degradação da natureza.

Embora os camponeses participem também destes projetos de Agroecologia do “capitalismo verde”, feitos para eles e não com eles, a ação do capital no território do Bolsão dá sinais inequívocos de insustentabilidade e são os camponeses, os vizinhos de cerca, que denunciam o paradoxo dessa lógica destrutiva da natureza refletida na mortandade das abelhas, desaparecimento de nascentes, desequilíbrio da fauna e flora local. (SILVA, 2020). Na realidade, são os camponeses que vivem e trabalham na terra os responsáveis pelos serviços ecossistêmicos no Bolsão – de recuperação de nascentes e replantio de mudas nativas, por exemplo.

Portanto, a aparente harmonia territorial no Território do Bolsão deixa entrever a inerente contradição que subjaz à instalação do setor celulósico, expressa, sobretudo, pela apropriação de um discurso agroecológico incompatível com a prática do setor, fortemente marcada pelo uso de agrotóxicos, aliado à crescente (re)concentração da terra. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 03).

As experimentações do NEA-Bolsão são projetos em parceria com os camponeses, em que a sustentabilidade se articula com autonomia. Entre as ações, destacam-se os eventos realizados em parceria com o Comitê de Mulheres Camponesas do Bolsão (MS) que trataram de ativar a vida comunitária na região. Desde a aprovação do NEA, foram quatro eventos que articularam uma gama de instituições desde o âmbito local ao Federal, bem como grupos informais com temáticas definidas em diálogo com os camponeses, dentre elas destacam-se: violência contra a mulher, resgate de sementes crioulas, mercados institucionais, agroecologia e mulher, caldas defensivas, aposentadoria rural, manejo de áreas de preservação ambiental. Na totalidade, mais de 800

peessoas participaram dos eventos que ocorreram nos assentamentos 20 de Março e Pontal do Faia, em Três Lagoas; Serra, em Paranaíba; e Alecrim, em Selviria. Nas unidades de referência agroecológica no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas, foram implementados redesenho produtivo com vistas à maior sustentabilidade da horticultura, com destaque para a automação de Estufa e Irrigação, em parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, e a construção de Biodigestor para produção de biogás e biofertilizante, em parceria com o Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A automação da estufa para irrigação objetivou diminuição de gastos, inclusive com mão de obra, uma vez que se trata de tecnologia de baixo custo com acionamento automático. Já a instalação do biodigestor permitiu autonomia energética por conta da produção de biogás e otimização da agricultura com insumo endógeno a partir da produção de biofertilizante. Sendo assim

O biodigestor é mais uma conquista nossa com a universidade. O gás dele uso pra fazer queijo, requeijão, ferver água para preparar frango, coisas que vendo na feira. Uso também para fazer almoço e janta pra casa, graças a Deus deu certo. E a gente vai aprendendo com ele, esses dias a caixa subiu muito, tivemos que por mais peso na tampa. E vai aprendendo e ensinando para o pessoal. É muito bom a gente não ter que gastar dinheiro. Agora é esperar o próximo projeto bom, maravilhoso. Parabéns e obrigada, viu. (Lucimar Gonçalves da Silva, entrevista concedida a Rosemeire Aparecida de Almeida pela plataforma de *WhatsApp*, em dezembro de 2020).

Somadas a esta ação produtiva, os camponeses do Bolsão também buscam diálogo com a cidade por meio dos grupos de consumo e feiras agroecológicas. (ALMEIDA, PAULINO, PINTO, 2018).

Considerações finais

A construção deste texto visou articular o debate teórico geral da Agroecologia com o específico, representado pela dinâmica da Agroecologia no Território Rural do Bolsão. O conceito de classe camponesa foi acionado visando dar conta da unidade deste movimento.

Em síntese, a agroecologia no Bolsão tem suas raízes na resistência criativa dos camponeses que, bloqueados pela lógica rentista e absentéista hegemônica no Bolsão, buscaram se manter na terra acionando a diversidade cultural que dá sentido à sua existência numa relação de recriação em parcimônia com a natureza.

Descobrir as raízes da Agroecologia no Bolsão a partir do olhar da universidade e promover sua multiplicação têm sido a tarefa do NEA desde sua criação em 2017. A opção nasceu do entendimento de que o resgate dessa dinâmica territorial retira da invisibilidade o contraponto político que representa a luta pela recriação camponesa no Bolsão.

Numa espécie de Linha do Tempo (figura 4) é possível apreender o passo a passo da Agroecologia no Bolsão a partir da relação camponeses e universidade. Destaca-se na porção superior da linha ações de acordo com a legenda Prática/Movimento/Ciência (parte de baixo) organizadas por ano (2009-2020).

A organização da “Linha” de acordo com o tripé agroecológico objetivou evidenciar que, na escala local, a Agroecologia também se fundamenta no conhecimento experimental dos camponeses/sas (dimensão de prática), articulado com espaços de socialização e formação política (dimensão de movimento) e de ensino/pesquisa/extensão (dimensão ciência).

O esquema mostra que há continuidade temporal e diversificada nas ações no Bolsão inerentes a essa dinâmica agroecológica. Destaca-

Por fim, numa região como o Bolsão, ordenada territorialmente para ser lócus da acumulação do capital via reprimarização da economia (PETRAS, VELTMEYER, 2014), o papel da Universidade e, portanto, de uma ciência que toma posição ao lado dos camponeses, é decisivo para o movimento da transição agroecológica. Assim, não cabe no Bolsão o discurso dicotômico voltado a pensar qual das dimensões da Agroecologia é mais importante nesta dinâmica. No Bolsão, conhecimento experimental, movimento e ciência foram pensados e executados em parceria com o campesinato como forma de contornar o colossal bloqueio representado pela monocultura do eucalipto. Contra a ideologia do desenvolvimento do capital, e do caminho único que representa a eucaliptização, busca-se com o NEA a sociobiodiversidade agroecológica do campesinato envolvendo ações de prática, movimento e ciência.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS. **Relatório de Pesquisa**. Três Lagoas: PROPP-UFMS, 2020. 25p.

ALMEIDA, Rosemeire A. de, PAULINO, Eliane T., PINTO, Rosângela M. Produção Agroecológica para Construção de Autonomias no Campo e na Cidade: uma Experiência em Três Lagoas-MS e em Londrina-Paraná. **Cadernos de Agroecologia**. V. 13, N. 2, Dez. 2018.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Contradições da Reforma Agrária no Bolsão/MS em Tempos de Impérios de Papel. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo S. (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas**. Curitiba: CRV, 2017.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **(Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAPORAL, Francisco R., COSTABEBER, José A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./jun.2002.

CAPORAL, Francisco R., COSTABEBER, José A., PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia da Economia Política de Marx**. 2011. O Comuneiro. Revista Electrónica. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr16_02_johnbellamyfoster.html>. Acesso em: 7 out. 2021.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire A. de. Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária *práxis* do bem comum. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, n. 60, p. 01-06, fev. 2014. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2014.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

GALLAR-HERNÁNDEZ, David, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Revisitando la Agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Presidente Prudente: **Revista NERA**. Ano 18, nº. 27 – Jan-Jun./2015. p. 280-295. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3608>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GIRALDO, Omar F., ROSSET, Peter M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos Sociales. Guaju, Matinhos, v.2, n.1, p. 14-37, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/48521/29189>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología**: procesos ecologicos en agricultura sostenible. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Território Rural do Bólsão (MS): Realidade e Perspectivas. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, p. 02-10, jan. 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdata-luta/boletim_data-luta_1_2015.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura Brasileira**: desenvolvimento e contradições. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Mimeografado).

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETERSEN, Paulo, DAL SOGLIO, Fábio K., CAPORAL, Francisco R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/files/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2021.

PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. México. **Observatorio del Desarrollo**, vol. 3, n. 9, 2014.

RAOUL, Marine D. **A chegada do eucalipto no município de Três Lagoas (MS) na percepção dos moradores das comunidades rurais de Arapuá e Garcias**: entre a sujeição e a resistência territorial. 2020. Relatório de Pós-Doc. PPGGeo. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. 2020.

RAOUL, Marine D., ALMEIDA, Rosemeire A. de. Os impactos da expansão do eucalipto para a comunidade rural de Arapuá, Distrito do município de Três Lagoas-MS: o papel dos elementos culturais no processo de expulsão e resistência territorial. Encontro Nacional da Anpege - ENANPEGE, XVIII. 2019. São Paulo. **A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. Disponível em: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562638972_ARQUIVO_ArtigoCompletoMDR.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.

ROSSET, Peter M., MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. **Movimientos Sociales Rurales y Agroecología**: Contexto, Teoría y Proceso. [online] 2013. Disponível em: <<https://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/04/movimientosocialesagroecologia.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Redescubriendo a Chayanov: hacia um neopulismo ecológico. **Agricultura e Sociedade**. Madrid, n° 55, 1990.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo, GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (Editores). **Ecologia, Campesinato e História**. Madrid: Ediciones Endymión. 1991.

SCHMITT, Claudia J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Mariele de O. **A Transição Agroecológica como Possibilidade de Recriação Camponesa nos Assentamentos 20 de Março (MS) e Eli Vive (PR)**. 2020. 443f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TOLEDO, Victor M. Agroecología, Sustentabilidad y Reforma Agraria: la superioridad de la pequena producción familiar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, p.27-36, abr./junh. 2002. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n2/revista_agroecologia_ano3_num2_parte06_artigo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS-MS: O GRUPO DAS HORTAS EM QUESTÃO⁴³

Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira⁴⁴

Introdução

A questão agrária no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, é marcada pela conflitualidade, em que, a posse e a propriedade de terra são símbolos de barbárie e concentração fundiária, culminando na expulsão dos pobres do campo. Conseqüentemente, o estado de Mato Grosso do Sul, localizado no Centro-Oeste do país, também evidencia tal realidade. O município de Três Lagoas (recorte espacial desta pesquisa), situado no Território Rural do Bolsão, é marcado pela concentração de terra e poder, resultante do processo histórico da aliança dos capitalistas-latifundiários-Estado (ALMEIDA, 2012).

O Território Rural do Bolsão foi criado no ano de 2013 e implantado no ano de 2014, pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O Território Rural do Bolsão é uma política territorial de Estado, criado para estimular o desenvolvimento rural e para facilitar o acesso às políticas públicas destinadas para a agricultura familiar camponesa. O mesmo é composto por oito municípios, sendo

⁴³ Este texto é parte da Monografia intitulada “Os caminhos de sustentabilidade e transição agroecológica no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS: estudo do grupo das hortas”, desenvolvida junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, sob orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

⁴⁴ Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: jhi.braghin96@gmail.com

eles: Água Clara, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul, Cassilândia, Inocência, Selvíria e Três Lagoas.

A partir do ano de 2006 o Território Rural do Bolsão sofreu mudanças no uso e ocupação do solo, resultante da territorialização do capital (OLIVEIRA, 1999), via agronegócio. Atualmente, a territorialização do capital se dá via monocultura de eucalipto, que outrora, era marcado pela pecuária extensiva. A territorialização personificou-se na instalação de duas grandes cooperativas do setor de celulose e papel no município de Três Lagoas, sendo elas: antiga Fibria (atual Suzano) instalada em 2006 e, Eldorado Brasil inaugurada no ano de 2012.

Contudo, nessa mesma fração do território, encontram-se dois assentamentos de Reforma Agrária, a saber: Projeto de Assentamento 20 de Março e Projeto de Assentamento Pontal do Faia. Logo, nota-se que nem o capital nem os camponeses detém o poder completo sobre o espaço (FABRINI, 2011), tendo-se o território em disputa.

A pesquisa em questão foi realizada no Projeto de Assentamento 20 de Março, conquistado mediante ocupação das famílias, apoiado pelo sindicato. A conquista do pedaço de chão se deu no ano de 2009, todavia, o Estado assenta e abandona, ocorrendo o processo de contrarreforma agrária (OLIVEIRA, 2007), deixando os assentados à própria sorte. Com a ausência do Estado, os camponeses buscam alternativas para se manter na terra de vida e de trabalho. Podemos apontar a participação dos assentados nos projetos de responsabilidade social criados pelas papeleiras e dos projetos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

O assentamento em pesquisa possui 69 lotes e uma Associação dos Agricultores Familiares. O objetivo deste trabalho é compreender os caminhos agroecológicos e de sustentabilidade percorrido pelo Grupo das Hortas (contando com 20 associados), com foco nos dois lotes

que estão em transição agroecológica apoiados pelo Núcleo de Estudos Agroecológicos do Bolsão (NEA-Bolsão).

Esse artigo expressa, de modo sintetizado, resultados obtidos em uma pesquisa de monografia desenvolvida pela autora com o apoio do Núcleo de Estudos Agroecológicos do Bolsão (NEA/Bolsão). Nesse sentido, evidencia-se a importância das atividades realizadas no Laboratório de Geografia Agrária (GeoAgrária), como os debates do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT), que tanto contribuem para a formação teórica e conceitual.

Procedimentos metodológicos

Os caminhos metodológicos se direcionam em revisão bibliográfica e trabalho de campo. Para gerar dados mediante trabalho de campo, evidenciou-se a aplicação de questionários e entrevistas. Assim, o questionário foi semiestruturado contemplando perguntas referentes ao perfil socioeconômico e das práticas agroecológicas para todos os agricultores familiares camponeses integrantes do Grupo das Hortas, no total, 20 famílias faziam parte deste grupo. A saída de campo foi realizada em dois dias, sendo visitados 20 lotes, contudo, apenas 18 questionários foram aplicados, pois, algumas famílias estavam ausentes.

O questionário foi estruturado em três etapas, no primeiro momento as perguntas foram direcionadas ao entrevistado (a) (figura 1-A), referente ao processo de luta e conquista da terra e, quais os caminhos percorridos para se manter na terra de morada e de trabalho. No segundo momento as perguntas estão voltadas para a situação dos familiares e por fim, as questões referem-se às práticas agroecológicas utilizadas no lote (figura 1-B).

Figura 1 A/B: Questionário aplicado junto às famílias do Grupo das Hortas

Entrevistado		A
Nome:	Teve algum familiar que morava no lote, foi embora e depois retornou? Por que?	
Lote:	Quem cuida da horta?	
Idade:	No início qual era o maior obstáculo para o cultivo da horta?	
Sexo:	E qual o obstáculo para escoar essa produção?	
Escolaridade:	Pontos positivos da horta (retorno da família, aumento da renda, contratação de mão de obra)	
Foi acampada?	Já tiveram perda na produção?	
Quanto tempo você ficou no acampamento?	Qual a importância da parceria do grupo da horta com a universidade?	
Como se deu o processo de ocupação?	Situação da DAP	
Data na entrada no assentamento:	Faz parte do PNAE e/ou PAA	
Como foi permanecer 6 anos sem energia elétrica?	Os produtos produzidos no lote são consumidos pelos moradores?	
Qual o seu sentimento em relação à demora para a conquista da terra?	Você se lembra de como começou o grupo da horta? Quantas famílias faziam parte desse grupo? Porque começaram a produzir de forma agroecológica? quando começou a transição agroecológica?	
Condições do entrevistado: Beneficiário Original; Comprador; Agregado da família; Parente		
Associado		
Sindicalizado		

Dos familiares								B
Nome	Idade	Grau de parentesco	Escolaridade	Onde estuda	Trabalha fora do lote	Onde?	Aposentado	

Práticas agroecológicas utilizadas no lote

1- Q ue conhece sobre práticas agroecológicas (ou seja, de preservação sem uso de químicos):

1 – Conservação do Solo: a- adubação verde b- compostagem c- esterco em geral

2- Para retenção de água e manutenção de umidade no solo: a- Atterramento para retenção de água (açude)
b- cobertura da superfície com matéria orgânica

3- Para aumento da agrobiodiversidade e conservação do solo:

a- cercas vivas

b- barreiras quebra vento

c- plantio de árvores para retenção do solo

d- cultivos associados (consórcio de cultivos). Quais?

e- quintal com horta e pomar

f- uso de defensivos naturais

g) rotação de culturas. Quais?

Elaboração: ALMEIDA, R.A.; FERREIRA, J.E.B, 2018.

As entrevistas foram direcionadas exclusivamente para os lotes/unidades demonstrativos em transição agroecológica apoiados pelo NEA/Bolsão. Para entrevista as perguntas permeavam sobre a vivência dentro do lote, os desafios da transição agroecológica e as experiências da parceria com o NEA-Bolsão.

No que tange a revisão bibliográfica, a discussão embasou-se em Almeida (2012); Kudlavicz; Almeida (2014); Borzone (2018); Mercadante (2018); Oliveira (1999); Fabrini (2011); Altieri (2004); Costabeber; Caporal; Wizniewsky (2013), entre outros.

A luta pela (re)criação camponesa no Território Rural do Bolsão: a conquista do PA de Marçõ e a formação do Grupo das Hortas

A propriedade privada da terra no Brasil foi estabelecida a partir da Lei de Terra de 1850 (Lei nº 6012, 18/09/1850) que, dava status de mercadoria à terra, contribuindo para a concentração fundiária e, para expulsão dos pobres do campo. Deste modo, só tinha acesso à terra quem detinha poder de compra, gerando o princípio de desigualdade no acesso à terra. Os sem terra de hoje são processo histórico de exclusão e barbárie.

Entretanto, a propriedade privada da terra não é uma barreira para o desenvolvimento do capitalismo. A aliança terra-capital é nítido no território sul-mato-grosso, materializado no agronegócio. Assim, aliança capitalistas-proprietários-Estado contribuiu para a concentração fundiária (tabela 1) no estado de Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2012), ao mesmo tempo que criam bloqueio da Reforma Agrária (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014

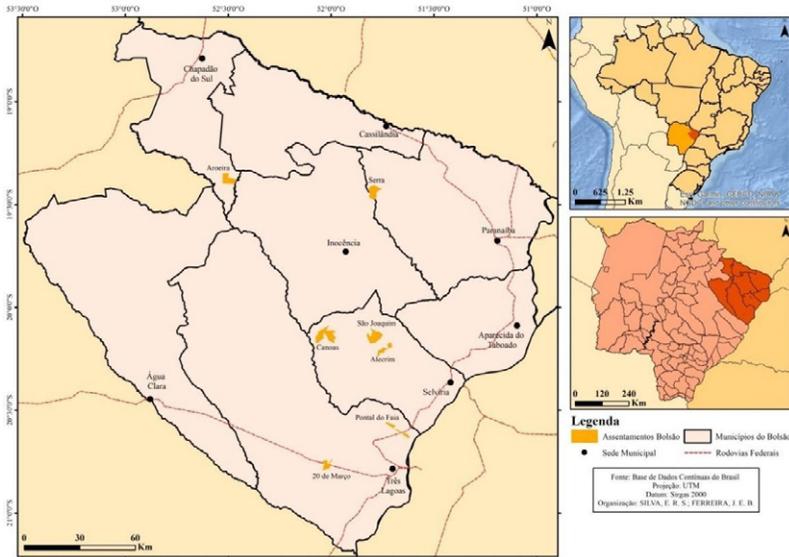
Classe área total (há)	Nº imóveis	%	Área total (há)	%
0 a menos 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR – 2014. Publicado em Nardoque 2017.

Os dados da tabela 1 revelam a concentração fundiária do estado, assim, 69,92% dos imóveis de 0 a menos de 200 hectares (as pequenas propriedades) ocupam apenas 7,18% da área total. Em contraponto, as grandes propriedades, acima de 1.000 hectares, totalizam 9,37 % dos imóveis, ocupando uma área de 69,58 %. Desta área ocupada pelas pequenas propriedades, 2,01% são ocupadas por assentamentos de Reforma Agrária. Segundo Borzone (2018, p. 80) “No total, existem no Mato Grosso do Sul 204 assentamentos da Reforma Agrária, com uma área de 716.212,19 hectares, que corresponde a 2,01% da área total do estado”. Portanto, a concentração fundiária apresenta-se como um obstáculo para a (re)produção camponesa.

No entanto, o Território Rural do Bolsão possui sete Assentamento de Reforma Agrária, a saber: PA 20 de Março e PA Pontal do Faia no município de Três Lagoas; PA São Joaquim, PA Alecrim e PA Canoas em Selvíria; PA Serra em Paranaíba e PA Aroeira no Chapadão do Sul, conforme demonstra a figura 2.

Figura 2: Território Rural do Bolsão (MS): Assentamentos de Reforma Agrária



Fonte: Silva, Ferreira 2019.

No Bolsão a economia que outrora era marcada pela pecuária extensiva, agora, é marcado pela territorialização do monopólio, monopólio do eucalipto. Essa mudança ocorreu devido a instalação de duas cooperativas ligadas ao setor de celulose e papel no município de Três Lagoas, sendo elas: a Fibria (atual Suzano) instalada no ano de 2006 e, Eldorado Brasil que inaugurou suas instalações no ano de 2012. Silva e Almeida (2017, p.79) argumentam sobre a expansão do plantio de eucalipto no ano de 2016 “[...] as empresas Fibria e Eldorado Brasil possuem área correspondente a 800 mil ha de eucalipto na região leste do MS”.

A implantação das empresas de celulose e papel marcou a intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado – uma tríplice aliança materializada nos municípios por meio da expansão da agricultura

empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território que perpassa a articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto (ALMEIDA e SILVA, 2017, p. 80 apud KUDLAVICZ, 2010).

Os conflitos pelo território entre os camponeses e o monopólio de eucalipto são velados, isso porque, as empresas criam projetos de “responsabilidade social” para “colaborar” com os assentamentos, mas, na verdade, necessitam de alcançar certificações internacionais para assegurar as exportações dos seus produtos.

Os assentados se agarram aos projetos das empresas por não ter outras alternativas. Essa situação é derivada da contrarreforma agrária (OLIVEIRA, 2007) estabelecida no Bolsão, visto que, o Estado assenta e abandona. A contrarreforma agrária pode ser assistida durante saídas de campo pelos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão.

Durante saída de campo ao PA São Joaquim (localizado no município de Selvíria/MS) é notório a ausência do Estado, ficando explícito a falta de políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa. Neste caso, o agricultor familiar camponês perdeu toda a produção de banana, pois, não conseguiu escoar a produção (figura 3).

Figura 3: PA 20 São Joaquim, em Selvíria (MS): bananal



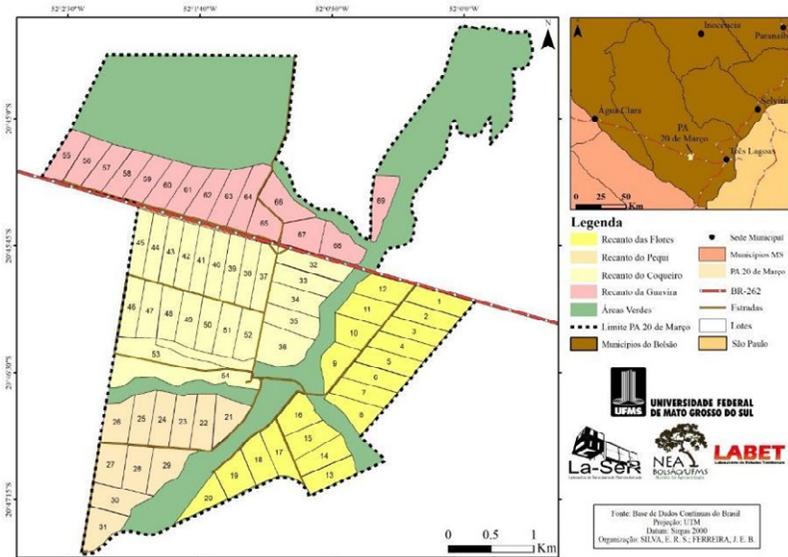
Foto: FERREIRA, J. E. B. 11 de fev. 2019.

Contudo, mesmo que o encontro do camponês com a terra seja tardio e, com a ausência do Estado burguês, os camponeses buscam alternativas para permanecerem na terra com dignidade.

A luta pela terra que resultou na criação do assentamento 20 de Março iniciou-se no ano de 2003, no acampamento no Córrego da Moeda, localizado no município de Três Lagoas. Assim, após 6 anos acampados às margens das rodovias, os camponeses tiveram acesso à terra, no dia 20 de Março de 2009. Desta luta, 69 famílias foram contempladas.

O assentamento possui organização interna, essa divisão foi criada pelos próprios camponeses para facilitar a organização interna, a divisão ficou estabelecida da seguinte forma: Recanto do Pequi, Recanto das Flores, Recanto da Guavira e Recanto do Coqueiro (figura 4).

Figura 4: PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): localização das famílias por recantos



Fonte: Silva, Ferreira 2019.

No entanto, a conquista do “pedaço de chão” é o ponto de partida para o camponês se reproduzir enquanto classe. Contudo, é essencial a criação de políticas públicas para que os camponeses permaneçam na terra de morada e trabalho. A contrarreforma agrária também é visível neste assentamento. Veja:

A apresentação deste ambiente favorável, com raríssimos percalços econômicos e/ou sociais ao avanço rápido e massivo das atividades das empresas do ramo celulósico, chama atenção, sobretudo, quando comparada à situação em que os assentamentos de reforma agrária se encontravam: o PA 20 de Março permaneceu seis anos sem energia elétrica, mesmo estando ao lado de uma empresa de celulose autos-

suficiente em energia, além de estarem próximos a uma rodovia com estrutura para que o poder público fizesse as ligações necessárias. Nota-se no Território o excesso de privilégios às empresas e a total ausência de assistência básica aos assentados de reforma agrária (MERCADANTE, 2018, p. 55).

Em razão da ausência do Estado, o assentamento 20 de Março, buscou alternativa nos projetos de “responsabilidade social” das empresas de celulose e papel. Dentre os projetos podemos destacar a criação do viveiro dentro do assentamento e a doação de mudas e sementes para cultivos sem o uso de insumos químicos e agrotóxicos.

Entre esses projetos de parceria, estão o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) e o Projeto de Produção Agroecológica Sustentável (PAIS), desenvolvidos como contrapartida das empresas aos impactos sociais e ambientais e para alcançarem as certificações internacionais, garantidoras da exportação de seus produtos para a União Europeia e os países da Ásia (MERCADANTE, 2018, p. 57).

Entretanto, para participar dos projetos da antiga Fibria (atual Suzano), o assentamento necessitava criar uma associação, deste modo, a associação foi criada 24 de outubro de 2010, denominada de Associação dos Agricultores Familiares organizada em grupos de trabalho: Horta, Artesanato, Indústria Doméstica (café da manhã), COOPER20 (viveiro de mudas nativas), COOPERMS (apicultores), COOPERA-PUA (leite).

O Grupo das hortas foi o segundo projeto criado pela antiga Fibria, criado no ano de 2011, contando, inicialmente com participação de 35 famílias, denominado Produção Integrada Madeira e Alimento (PIMA), que integrava a produção de madeira e alimento. O projeto era executado dentro de um arrendamento de plantio de eucalipto. Para tanto, foram disponibilizados para os agricultores camponeses

participantes do projeto, um kit para produzir em 600m². O kit era composto por sementes, tela, mangueira para irrigação, madeira para cercas, calcário, mudas, adubo e assistência. O agricultor familiar camponês relata como foi a trajetória do projeto, em suas palavras:

Nessa época a Fibria investiu aqui nas fazendas aqui ao redor aqui, deu um pedaço de terra pra todo mundo planta porque a a, como aqui ainda não tinha estrutura nenhuma, a associação ainda não tava bem formada né, então eles fizeram todo trabalho de solo e cederam essas áreas pra gente cultiva lá, né, a princípio era só pra uso nosso mesmo, só pra consumo, a produção foi muito boa, foi grande, né, e então surgiu a ideia de trazer, né, é, esse modelo pra dentro do assentamento, né investi, porque era muito complicado as pessoas saírem daqui pra ir numa outra fazenda, planta, cuida, né, então ai a gente entrou com uma proposta de traze em vez da gente saí daqui í lá planta lá na outra fazenda, traze, esse projeto pra dentro do assentamento, né. (Entrevista concedida à autora em 24 out. de 2019).

Com o projeto introduzido dentro do assentamento e, mediante doações de mudas e sementes, os agricultores iniciaram um processo de transição, migrando da agricultura convencional para agricultura alternativa, assim “O termo transição, em sua acepção mais corriqueira, designa simplesmente a ação e o efeito de passar de um modo de ser ou estar a outro distinto” (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, pg. 150). Romper de vez com a agricultura, no caso convencional, pressupõe a perda da renda, por isso, foi adotada a transição dentro dos lotes.

Contudo, todas as práticas e caminhos adotados apontaram para a sustentabilidade e para produção agroecológica, aderindo então a transição agroecológica.

O processo de Transição Agroecológica, também referido por alguns autores como transição agroambiental, diferentemente do que muitos otimistas supõem, é demasiadamente complexo e não ocorrerá na velocidade necessária e nos níveis requeridos sem um substancial avanço na base de conhecimentos científicos e tecnológicos. Isso é, se o problema que dá origem ao enfoque agroecológico é econômico, social e ambiental, então, não se trata simplesmente de uma questão ambiental, de manejo correto de recursos naturais e de gestão biofísica, mas um desafio socioambiental derivado de uma intrincada e conflituosa relação entre sociedade e natureza, da qual o homem representa apenas uma parte. (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 166).

Deste modo, a transição agroecológica dentro das bases da agroecologia, busca o redesenho do lote, o resgate das sementes crioulas, eliminação do uso de agroquímicos, rotação de culturas, a produção de várias culturas (diversidades), o uso de caldas defensivas (em muitos casos os ingredientes podem ser encontrados dentro do lote), entre outras práticas agroecológicas de uso e manejo do solo. As práticas agrônomas com base no princípio agroecológico além de ser sustentável, garante autonomia para o camponês diminuindo a dependência do mercado externo. Além disso, garante alimentos saudáveis, renda e soberania alimentar. Para Feiden (2015 p. 153), “nos sistemas com base agroecológica, também o objetivo deixa de ser a obtenção de produtividade máxima de uma cultura por si só, mas se procura obter uma produtividade ótima e constante do sistema como um todo ao longo do tempo”.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios

agronômicos, ecológicos e socioeconômico à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 2004, p. 23).

Com o excedente na produção mediante o projeto PIMA e, sem ter onde escoar a produção, os agricultores familiares camponeses buscaram alternativas para comercializar a produção. Esse projeto criado pela Fibria, embora tenha apresentado grande importância dentro do assentamento, não proporcionou autonomia e independência para os agricultores familiares camponeses.

Deste modo, uma parcela dessa produção era destinada para o autoconsumo e, a outra parcela era descartada ou destinada para alimentação animal. Assim, o primeiro mercado institucional conquistado para comercialização foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e posteriormente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Depois, começaram a entregar em cozinhas industriais e restaurantes.

Contudo, mesmo com essas alternativas para escoar a produção, necessitava da criação de canais curtos de comercialização (CCC) para o escoamento dos produtos, pois, nem todos os agricultores familiares camponeses do Grupo das Hortas conseguiam entregar os produtos para os programas governamentais. Além da venda dos produtos, os canais curtos de comercialização, proporcionam proximidade entre o camponês e consumidor.

Visto a necessidade de escoar a produção, os primeiros projetos aprovados na UFMS estavam voltados para a comercialização. No ano de 2015, na UFMS/CPTL, foi aprovado o primeiro projeto denominado: “Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2015). (MERCADANTE, 2018). No primeiro momento, esse projeto criou um grupo intitulado “Grupo

de Sacolas Agroecológicas”. Já no ano de 2016 deu início a Feira Agroecológica (“Feira de Produtos de Transição Agroecológica da Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2016). Desse modo, segundo Mercadante (2018), os projetos “[...] podem devolver autonomia aos camponeses ao mesmo tempo em que criam práticas de desobediência aos impérios agroalimentares que controlam a garganta da circulação”. (ALMEIDA, 2014 apud MEDEIROS, 2018, p. 04).

Os canais curtos de comercialização (CCC), proporcionam autonomia camponesa, interação entre consumidor e agricultor camponês-feirante, consumo crítico e, melhora na qualidade de vida, pois, os CCC inviabilizam a ação dos atravessadores e permitem que os agricultores familiares camponeses permaneçam com a renda.

A importância para a permanência na terra de morada e de trabalho, de forma sustentável, é relatado pelo agricultor familiar camponês, quando questionado sobre a importância de participar dos projetos de comercialização vinculados à UFMS/CPTL, em suas palavras:

[...] o aumento da renda né, a melhora na autoestima, porque se você tá vendendo tá produzindo, a pessoa fica, né... O melhor de tudo isso ai é o assentamento, é você fica na terra, é a permanência na terra porque com os seus próprios esforços, né[...]. (Entrevista concedida à autora em 15 de jan. de 2019).

A parceria entre a UFMS/CPTL e os agricultores familiares camponeses integrantes do Grupo das Hortas, proporcionou visibilidade para com os esses assentados, reforçando a identidade dos agricultores familiares feirantes e, a conquista de novos espaços, expandindo a feira agroecológica. Assim, antes do período da pandemia, esses agricultores familiares camponeses realizavam 8 (oito) feiras semanais, além, da entrega para os projetos governamentais e demais cozinhas industriais (figura 5).

Figura 5: UFMS/Campus de Três Lagoas: Feira Agroecológica do PA 20 de Março



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2019.

Contudo, assim como as questões ambientais dentro da Agroecologia são importantes, as relações sociais também têm relevância. No Território Rural do Bolsão podemos destacar as movimentações sociais dentro dos assentamentos de Reforma Agrária em torno dos direitos camponeses, camponês em movimento. Podemos destacar o Encontro das Mulheres Camponesas no Território Rural do Bolsão. Esses encontros corroboram para sustentabilidade e permanência na terra, destacamos o 7º Encontro das Mulheres Camponesas, ocorrido no PA Alecrim (Selvíria/MS) onde ocorreu a primeira troca de sementes crioulas do Território Rural do Bolsão, conforme mostra a figura 6.

Figura 6: PA Alecrim, Selvíria (MS): Troca de sementes crioulas durante o Encontro das Mulheres Camponesas



Fonte: Acervo NEA-Bolsão, 2019

Durante o 8º Encontro das Mulheres Camponesas, realizado no PA Pontal do Faia (Três Lagoas/MS), ocorreu a primeira roda de conversa sobre sementes crioulas, mediada pelo Coletivo Triunfo do estado do Paraná. Podemos destacar também a troca de experiências entre os camponeses e camponesas (figura 7), durante o mesmo evento, o agricultor camponês Júlio Cezar Saito, transmitiu o conhecimento adquirido durante o 6º Encontro das Mulheres Camponesas no PA 20 de Março (Três Lagoas/MS), ministrando o minicurso de caldas defensivas e biofertilizantes. As caldas além de combater os inimigos naturais, também proporcionam autonomia para o agricultor camponês, pois são produzidas dentro do lote por baixo custo.

Figura 7: PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): Minicurso de calda bordalesa durante o 8º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão-MS



Fonte: MACEDO, F. R., 2019.

Em suma, as demandas partem das necessidades dos agricultores familiares camponeses e, a partir de uma relação horizontal, são criados projetos em parceria da UFMS/CPTL com os participantes do Grupo das Hortas, assim, em sua primeira etapa, os projetos foram voltados para o escoamento de produtos e, posteriormente, para a produção.

Deste modo, podemos destacar que os integrantes do Grupo das Hortas vêm trilhando caminho para a sustentabilidade. Neste trabalho, a sustentabilidade está alicerçada no respeito ao meio ambiente, geração de renda e reconhecimento social do agricultor familiar camponês.

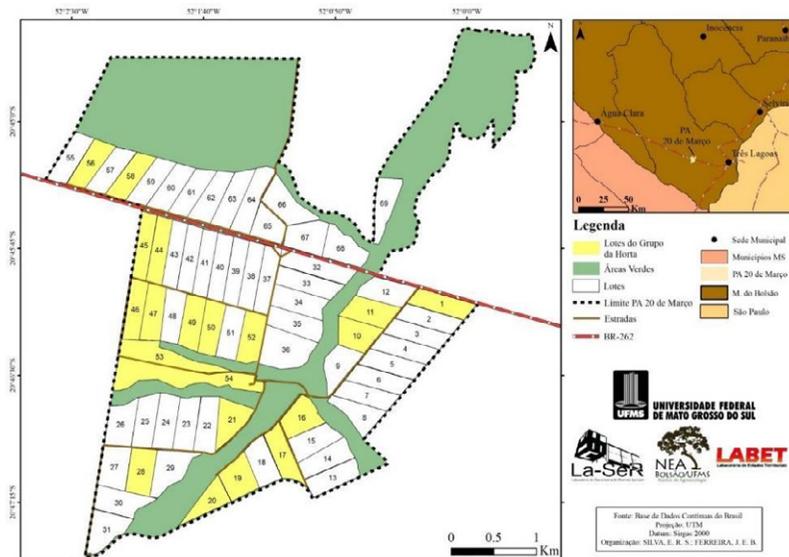
Perfil geral do Grupo das Hortas do PA 20 de Março, em Três Lagoas-MS

Para compreender o processo de transição agroecológica dentro do PA 20 de Março, faz-se necessário conhecer quem são os agri-

cultores familiares camponeses, para tanto, foi aplicado questionários semiestruturados para as famílias integrantes do Grupo das Hortas no intuito de realizar um levantamento do perfil geral. Também foi empregado roteiro de entrevista em dois lotes específicos (44 e 53), esses lotes são unidades demonstrativas apoiadas pelo NEA-Bolsão.

Durante a saída de campo foram visitados 20 lotes, destes, foram aplicadas entrevistas em 18 lotes. O Mapa 3 mostra a espacialização dos lotes cuja famílias fazem parte do Grupo das Hortas. Conforme demonstra a legenda, os lotes estão em amarelo – figura 8.

Figura 8: PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): localização dos lotes



Fonte: Silva, Ferreira 2019.

Contudo, para representação dos dados referente ao perfil geral do Grupo das Hortas, foram elaborados gráficos de pizza. Pela limitação do número de páginas, apenas um gráfico foi selecionado e

analisado neste trabalho. O gráfico em questão refere-se a situação da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

A pesquisa de campo indicou que os agricultores familiares camponeses estão acima de 40 anos. O encontro tardio do agricultor camponês com a terra é um impasse para permanecer na terra, pois, o trabalho na terra se torna mais árduo, sobretudo, quando a atividade praticada pelo camponês é a horta, que exige flexibilidade. Mediante trabalho de campo os assentados apontaram que a demora no acesso à terra é uma problemática, pois, quando eles conseguem acessar, já se encontram com problemas de saúde, o que dificulta o trabalho na horta.

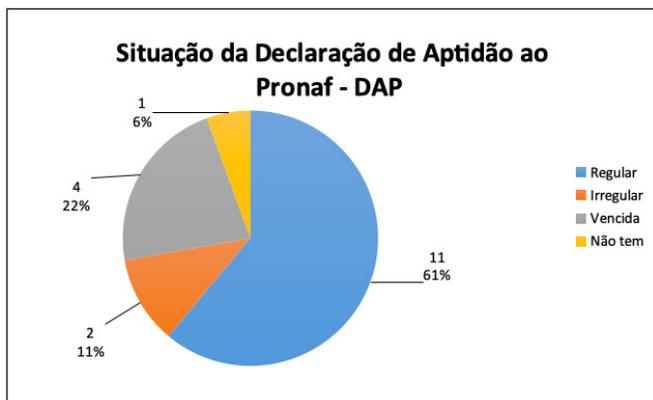
Soma-se o fato de que 47% é do sexo feminino e, 53% são do sexo masculino. Mediante informação, é possível notar o protagonismo das mulheres camponesas dentro do campo, pois, 20 % desse total trabalha fora do lote, deste, 10 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Ainda, destaca-se dois pontos importantes, o primeiro, é que o número de pessoas que buscam renda fora do lote é relativamente pequeno, isso mostra que, a renda obtida por meio da horta contribui para que as pessoas permaneçam trabalhando dentro do lote. O segundo ponto, está relacionado ao protagonismo das mulheres no campo, pois, quando os membros da família buscam o trabalho fora do lote, as mulheres são as responsáveis pelo trabalho com a horta, além do trabalho doméstico e dos outros grupos de produção da associação, caso a família faça parte. Para Borzone (2018), o trabalho fora do lote é estratégia de reprodução social do camponês para se manter na terra de trabalho e de vida.

Outro fator relevante, dentro do assentamento, é a situação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), como demonstrado no gráfico 1. A maior porcentagem refere-se às DAPs que estão regulares, contudo, durante as saídas de campo, fomos informadas que mesmo estando regular estavam próximas de vencer. Ocorre também, que algumas DAPs estão

irregulares, vencida e possui até agricultor familiar camponês que nunca teve acesso à DAP. Esse documento reconhece o agricultor familiar camponês, possibilitando que o agricultor familiar camponês tenha acessos às políticas públicas e programas do Governo Federal, podemos citar como exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Neste assentamento, mediante aplicação de questionário, 15 famílias entregam no PAA, os alimentos são entregues para programas socioassistenciais destinados para pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade. Em relação ao PNEA, nove famílias fazem parte deste programa, contudo, nem todos realizam a entrega devido a problemas relacionados à DAP. A compra desses produtos é entregue para as redes públicas de ensino.

Gráfico 1 – PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): Situação da DAP



Fonte: Trabalho de campo.

Segundo os agricultores familiares camponeses, outro impedimento para acessar as políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, além da DAP, é a burocracia. Deste modo, sabemos a ne-

cessidade e a importância dessas políticas, entretanto, para esses assentados, os canais curtos de comercialização vem sendo a alternativa para permanecer na terra.

Núcleo de Estudo em Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão) e as unidades demonstrativas em transição agroecológica no PA 20 de Março: caminhos agroecológicos de sustentabilidade

O Núcleo de Estudo em Agroecologia do Bolsão é um projeto de pesquisa e extensão, originado no ano de 2017. O projeto tem como objetivo apoiar a transição agroecológica no PA de Março, contribuir no resgate das sementes crioulas no Território Rural do Bolsão, corroborar na organização de eventos voltados para a mobilização camponesa e agroecologia, proporcionar canais curtos de comercialização (CCC), dentro outros.

O NEA-Bolsão apoia duas unidades demonstrativas dentro do PA 20 de Março, sendo eles: os lotes 44 e 53. Um dos objetivos desse projeto é que ocorra a expansão das experiências obtidas nessas unidades demonstrativas para outros lotes e assentamentos. Deste modo, neste subtítulo serão relatadas as experiências de práticas agroecológicas vividas dentro desses lotes.

Para que possa dar início à agricultura com os princípios fundados na agroecologia, pressupõe uma série de mudanças, adotando um novo estilo de vida, que perpassa a educação ambiental até o sistema econômico socialmente justo. A preservação da natureza, e o respeito ao seu tempo é um dos princípios, diferentemente, da agricultura convencional que se utiliza dos pacotes tecnológicos imposto pela Revolução Verde, que causam desequilíbrio ecológico, além de outros malefícios como a contaminação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, tornando-se altamente insustentável.

Deste modo, as práticas agroecológicas propõem uma nova relação com a terra, sendo geradora de vida e não de riqueza. “É necessário que o produtor valorize a terra e a propriedade, em especial o solo, considerado por alguns ramos da agroecologia como o maior organismo vivo do planeta, e por outros, como o próprio gerador de vida [...]” (NEMA, 2008, p. 9).

Diversas práticas e estratégias agroecológicas podem ser notadas dentro do assentamento, sobretudo, nas unidades demonstrativas. Assim, um dos princípios da agroecologia está relacionada à diversidade de culturas, rotação de cultura, proteção do solo, respeito ao saber camponês, respeito do tempo da natureza. Segundo Feiden (2015 p. 153), “nos sistemas com base agroecológica, também o objetivo deixa de ser a obtenção de produtividade máxima de uma cultura por si só, mas se procura obter uma produtividade ótima e constante do sistema como um todo ao longo do tempo”.

Outra forma de bom uso da terra é promover a alternâncias de cultivos da estação, plantando vegetais que possuem características distintas, de acordo com as necessidades de melhoria do solo: plantas de raízes, como a cenoura, a beterraba e outras melhoram e “amaciam” a estrutura da terra, permitindo a infiltração da água e oxigênio e criando um ambiente propício para a vida do solo. Da mesma forma, outras plantas, especialmente as leguminosas, como ervilha e feijão, são importantes porque fixam a o nitrogênio no solo, pela associação simbiótica com bactérias (NEMA, 2008, p. 15).

Registra-se (*in lócus*) essa transição dentro dos lotes no PA 20 de Março, saindo do modo convencional de produção e caminhando nos princípios agroecológicos. Assim, no lote 44 pode ser assistida essa transição. Em saída de campo foi possível registrar as hortaliças em sistema de rodízio, rotação de cultura, barreira quebra vento de

bananeiras, diversidade nas culturas e o uso de compostagem (figura 9-A/B). Na compostagem nesse lote é utilizado os restos dos alimentos orgânicos da limpeza dos canteiros e os descartes da seleção dos produtos para comercialização.

Quando indagado sobre qual cultura ele utilizava para adubação verde, o agricultor familiar camponês relatou que depende da “época” citando algumas culturas, a saber: mucuna, milho e crotalária. É possível observar a presença de barreira quebra vento, utilizando naphi. “O quebra-vento é uma barreira vegetal usada para proteger as plantas contra a ação de ventos fortes, além de proporcionar um ambiente favorável à produtividade das lavouras e dos animais. O objetivo principal do quebra-vento é reduzir a velocidade do vento”.

Outra forma de bom uso da terra é promover a alternâncias de cultivos da estação, plantando vegetais que possuem características distintas, de acordo com as necessidades de melhoria do solo: plantas de raízes, como a cenoura, a beterraba e outras melhoram e “amaciam” a estrutura da terra, permitindo a infiltração da água e oxigênio e criando um ambiente propício para a vida do solo. Da mesma forma, outras plantas, especialmente as leguminosas, como ervilha e feijão, são importantes porque fixam o nitrogênio no solo, pela associação simbiótica com bactérias (NEMA, 2008, p. 15).

Figura 9 A/B: PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): Práticas agroecológicas no lote 44



Fonte: Trabalho de campo. Foto: FERREIRA, J. E. B. 24 de out. 2019.

Durante saída de campo foi possível fazer o levantamento da produção do lote 44 (tabela 2), o responsável pelo lote é integrante do NEA-Bolsão e coordenador do Grupo das Hortas.

Tabela 2 - PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): diversidade de culturas no lote 44

Produto	Tipo	Observação
Alface	Crespa	Plantio ano todo
Alface	Americana	Plantio ano todo
Alface	Lisa	Plantio ano todo
Alface	Roxa	Plantio ano todo
Alface	Mímosa	Plantio ano todo
Almeirão	Pão de açúcar	Plantio ano todo
Acelga	-	Plantio ano todo
Abóbora	Paulista	Plantio ano todo
Berinjela	-	Plantio ano todo
Beterraba	-	Plantio ano todo
Brócolis	Ramoso Ranapon	Plantio de Inverno
Couve	Manteiga	Plantio ano todo
Chicória	-	Plantio ano todo
Cebolinha	-	Plantio ano todo
Cebola	-	Plantio de Inverno
Cenoura	-	Plantio ano todo
Coentro	-	Plantio ano todo
Couve Flor	-	Plantio de Inverno
Espinafre	-	Plantio ano todo
Jiló	-	Plantio ano todo
Maxixe	-	Plantio ano todo
Milho	-	Plantio ano todo
Rabanete	-	Plantio ano todo
Repolho	-	Plantio ano todo
Rúcula	-	Plantio ano todo
Tomate	Cereja Carolina	Plantio ano todo
Tomate	Rasteiro AP	Plantio ano todo
Salsa	-	Plantio ano todo

Fonte: FERREIRA, J. E. B., 2018.

O outro lote apoiado pelo NEA-Bolsão é o lote 53, onde ocorre também as práticas amigáveis agroecológicas (figura 10). Assim, para melhoramento do solo, o agricultor familiar camponês realizou adubação verde com milheto em alguns momentos, em outros, utilizou-se da cultura do milho.

Figura 10: PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): adubação verde com milho no lote 53



Fonte: Trabalho de campo. Foto: FERREIRA, J. E. B. 24 de out. 2019.

O agricultor camponês relata como ocorre o processo de adubação verde no seu lote, explicitando as práticas agroecológicas e a busca pela sustentabilidade.

É, aqui na minha propriedade, né, a gente começou adubação verde com, com milho, uma planta de ciclo rápida, de boa, de bom volume, então plantamos o milho, fizemos é... a derrubada deles aí introduzimos essa matéria na terra, pra pode recuperar o solo que estava bem fraco, um solo bem degradado, é, e devido a essa, essa uma das espécies de adubação verde que foi essa, né, ajudou bastante a terra e a prova disso é a nossa produção hoje. E outra técnica que a gente tá utilizando hoje né, na adubação verde é fazer o rodizio de cultura, né, assim como foi o milho, a gente tá introduzindo milho também, né, a gente tá fazendo esse rodizio, pra melhorar a matéria

orgânica da terra, né, e por sua vez assim, melhorar o ambiente. É, Temos intenção nos próximos plantio é... de introduzir também o feijão, né, ou mesmo a mucuna, são excelentes fixador de nitrogênio, né, e... dão uma boa massa de que ajuda bastante. (Entrevista concedida à autora em 15 de set. de 2019).

A parceria dos agricultores familiares camponeses com o NEA-Bolsão, tem colaborado com as unidades demonstrativas além do previsto. Durante trabalho de campo o camponês relatou que as folhas utilizadas para cobertura do solo (figura 11) dentro do seu lado são recolhidas na UFMS/CPTL.

Figura 11: PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): Cobertura do solo – folhas recolhidas na UFMS/CPTL



Fonte: Trabalho de campo. Foto: FERREIRA, J. E. B. 24 de out. 2019.

Diferente dos projetos desenvolvidos pelas empresas privadas, os projetos do NEA-Bolsão visam a autonomia do camponês, que, mesmo com o fim dos projetos, os agricultores familiares camponeses conseguem dar continuidade na transição agroecológica já assistida. Os

projetos também cooperam na construção de uma nova relação campo-cidade, em que as pessoas possam ter acesso à alimentos de qualidade e saudáveis e, possibilitando, o reconhecimento social dessa classe.

Considerações finais

A situação da reforma agrária em Três Lagoas é emblemática da resistência camponesa, pois, o município de Três Lagoas possui uma estrutura fundiária extremamente concentrada com predomínio da monocultura de eucalipto, que traz em seu âmbito o pacote tecnológico proposto pela Revolução Verde. Soma-se a esta luta pela terra, outra, que é produzir de forma agroecológica. Portanto, as práticas agroecológicas neste município, além de ser resistência, é também enfrentamento ao modelo convencional agroquímico de produção.

Deste modo, como alternativa frente ao modelo hegemônico, os agricultores familiares camponeses do Grupo das Hortas do PA 20 de Março, buscam na agroecologia caminhos para a produção sustentável, aquela que proporciona autonomia ao camponês, preservação da vida e dos recursos naturais renováveis e não renováveis, reprodução social e soberania alimentar.

Por fim, importante destacar que mesmo esta transição agroecológica no PA 20 de Março sendo resultado de ações que, inicialmente, foram promovidas pela empresa Fibria (atual Suzano) e pela UFMS, hoje os agricultores familiares camponeses conseguem dar continuidade ao processo de transição agroecológica e aos projetos de comercialização direta, em especial as feiras, sinalizando que a recriação camponesa é realidade como sinônimo de melhoria da renda, mas, sobretudo, como autonomia em contraponto à recriação camponesa subordinada ao capital.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. Uberlândia. **ANAIS XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BORZONE, Clariana Vilela. **Mulheres Camponesas No Território Rural Do Bolsão/MS: Protagonismo, Resistências E Contradições, Três Lagoas (MS)**. 2018. 168 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. 2018.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto; WIZNIEWSKY, José Geraldo. O conceito de Transição Agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. In: **Agroecologia Princípios e reflexões conceituais**. – Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 145-180.

FABRINI, João Eduardo. Território, Classe e Movimentos Sociais. [S.L]. Revista da Anpege, v.7, n.7, p. 97-112, Jan./Jul. 2011.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia e Sustentabilidade In: **A práxis agroambiental no chão do assentamento**. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org). Campo Grande: Editora UFMS, 2015. p. 139-157.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A reforma agrária cercada. **Anais: 5º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul**. Dourados (MS), nov. 2014.

MEDEIROS, Gabriela Nogueira de; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PINHA, Glaucimar, Alves. **As Estratégias de Comercialização da Associação dos Produtores do Campo (Asprocampo): Estudo da Contribuição das Feiras no CPTL/Unidade I e no Condomínio Alto dos Ipês para a Recriação Camponesa em Três Lagoas/MS**. Rio de Janeiro. Cadernos Agroecológicos, v. 13, p. 01-10, 2018.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos. **Soberania Alimentar e Transição Agroecológica no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)**. 2018. 118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. 2018.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. COELHO, F.; CAMACHO, RS **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e Reforma Agrária)**. Curitiba: CRV, 2017.

Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA. Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida / Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – **NEMA**. Rio Grande: NEMA, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. p.184

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-137.

SILVA, Mariele De Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Território Rural Do Bolsão/MS: A Mobilidade Do Complexo Eucalipto/Celulose E Seus Impactos Em Comunidades Camponesas. Marechal Cândido Rondon. **Geografia em Questão (Online)**, v. 10, p. 77-94, 2017.

GEOGRAFIAS CAMPONESAS NO PA 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS (MS): CAMINHOS AGROECOLÓGICOS⁴⁵

Francielle Rodrigues de Macedo⁴⁶

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados de parte da dissertação defendida em 2020, e, reflexões feitas após a defesa. Alinhou-se a discussão teórica, principalmente em Bourdieu e sua teoria sobre os capitais, e os estudos de campo feitos para a pesquisa. Os capitais tratados aqui e encontrados em formas de caminhos agroecológicos, são inerentes ao modo de vida camponês, manifestados em suas diversas formas no chão do assentamento estudado.

Para contemplar o objetivo geral do texto – entender como a agroecologia contribui para a recriação camponesa no PA 20 de Março, Três Lagoas – MS, realizou-se trabalho de campo nos anos de 2019 e 2020. Outras vezes, esteve-se no assentamento para atividades do Laboratório de Geografia Agrária (GeoAgrária) e demais saídas a campo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS de Três Lagoas. Em todas as oportunidades, a tentativa sempre foi de apreender as informações, caminhando para treinar os sentidos, com o objetivo de alinhar teoria e prática na pesquisa.

⁴⁵ Este texto é parte da Dissertação, intitulada “Dinâmicas agroecológicas de recriação da vida camponesa no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, sob orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

⁴⁶ Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: francielle.r.macedo@gmail.com

Assim, como parte do desenvolvimento, apresenta-se a agroecologia como alternativa aos problemas agroambientais e como elemento estrutural da produção camponesa, e, identificou-se a atuação dos capitais de Bourdieu no modo de vida camponês, para isso, tratou-se sobre os princípios agroecológicos, elementos do modo de vida e economia camponesa e a importância da utilização das fontes orais para as pesquisas científicas. O aporte científico se sustenta em Bourdieu para o entendimento de *habitus* camponês como elemento de recriação do modo de vida e da agricultura agroecológica camponesa. Em todo momento, buscou-se dar voz às histórias e aos desejos do roçado, bem como, encontrar elementos da agroecologia, por meio do *habitus* camponês, nas histórias e na *práxis*. Destaco que os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes de árvores do Cerrado, preservando suas identidades.

Agroecologia e Desenvolvimento Endógeno: a importância do local

O endógeno é um conceito importante para a agroecologia. Este é entendido como movimento possuidor de uma dinâmica própria e local que assimila e incorpora elementos externos, os dissolvendo nas práticas internas, desde que, sejam necessários e que respeitem os princípios e dinâmicas dos processos internos. (GUZMÁN, 2001).

O fortalecimento das práticas endógenas no local não exclui as tecnologias e a construção do conhecimento científico, apenas modifica o pilar central para a aplicabilidade da ciência. As práticas, projetos e técnicas que eram usados de forma a alimentar o lucro capitalista, no enfoque agroecológico são usadas para servir e resolver demandas e questões locais, dentro dos princípios norteadores da agroecologia.

Parafrazeando Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia, como perspectiva de futuro sustentável, é a soma de conhecimentos e práticas diversas, que, adotando o agroecossistema como unidade de análise, objetiva a transição (considerando aspectos socioeconômicos), com o auxílio científico de vários campos do saber. Nesse sentido, a dimensão do local é indispensável, uma vez que a agroecologia tem uma base física, ou seja, é alimentada por modos de vida, no caso camponeses, com saberes construídos no chão, na terra de trabalho.

Segundo Guzmán e Molina (1995), é possível repensar o conceito de desenvolvimento de uma forma diferente do proposto pelo modo de produção capitalista: um desenvolvimento rural mais harmonioso via transição agroecológica.

Para pensar na transição, os autores fizeram breve interpretação sobre os estudos de Marx, o qual a associa a transição à dinâmica econômica, assim, explicam as diferentes linhas de estudos sobre o desaparecimento dos camponeses. Nesse sentido, nas análises de Marx e marxistas (marxismo ortodoxo), os camponeses tenderiam ao desaparecimento, uma vez que se tornariam pequenos burgueses ou proletariados e, dessa forma, não seriam considerados entraves à revolução. (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

Dentro do marxismo ortodoxo, o conceito de transição está ligado à dinâmica econômica do desenvolvimento das forças produtivas, nesse sentido, seria necessário passar pelo feudalismo para se chegar ao socialismo e, assim, ao comunismo. (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

A resposta para uma ressignificação do conceito de transição em Marx, ficaria a cargo do “neomarxismo”:

En efecto, aunque fueron ambos quienes sentaron las bases teóricas del Marxismo Ortodoxo en la Cuestión Agraria (hasta aquí caracterizado a través

de una lectura, por parte de sus seguidores, de sus obras en el 'contexto teórico distorsionado' de El Capital) también han sido ellos quienes, en el seno de los Estudios Campesinos y de la Sociología de la Agricultura han contribuido a la renovación teórica del neomarxismo que desembocaría en la Agroecología. (GUZMÁN e MOLINA, 1995, p. 08).

O desenvolvimento do capitalismo não é homogêneo, ou seja, não se desenvolve da mesma forma em todas as frações do território, embora ele seja hegemônico até mesmo onde está pouco desenvolvido.

No marxismo ortodoxo, a transição ocorre centro-periferia: sendo o centro, aquele cujo o capitalismo se desenvolveu mais (tendo menos relações sociais e econômicas heterogêneas) e periferia (tendo mais relações sociais econômicas heterogêneas). Essa corrente teórica, apresenta um desenvolvimento unilateral: as relações socioeconômicas heterogêneas se renderiam ao desenvolvimento capitalista. (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

Ao considerar as especificidades dos camponeses enquanto classe, as correntes teóricas neomarxistas alimentam a ideia de que esse processo não ocorre de forma unilateral (centro para periferia).

Para Guzmán e Molina (1995), o conceito de transição dentro do desenvolvimento socioeconômico, é multidimensional, pois as diversas culturas heterogêneas possuirão maior ou menor relevância para outros grupos, segundo a sua flexibilidade.

Importante pensar, que para o fortalecimento da ressignificação do conceito de transição, a dimensão local/comunidade e a construção do real coletivo, são indispensáveis, pois, essa proposta precisa desenvolver-se da melhor forma possível na escala local, levando em consideração os princípios agroecológicos.

A Agroecologia dos camponeses: geografias no chão da terra

Tendo em vista que a agroecologia camponesa conta com o princípio educacional do saber/fazer camponês (capital cultural) que mantém vivos os conhecimentos ancestrais. É nesta direção que faz sentido os relatos dos entrevistados quando revelam que o modo de vida que recriam no assentamento é herança, seja na forma material ou simbólica.

As escolhas dos camponeses para essa pesquisa, não foram feitas para se extrair números e tampouco se importou aqui em deixar as falas limpas dos erros gramaticais e jargões. As histórias foram contadas porque construiu-se um vínculo durante anos de confiança entre os integrantes do Laboratório GeoAgrária e os camponeses. “Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal”. (BOSI, 1987, p. 01). O capital cultural representa caminhos certos por onde trilhar e se orientar no mundo, em uma realidade mutável e dialética. Nesse sentido:

A agroecologia é parte da soberania alimentar porque está baseada no conhecimento camponês diverso, permite autonomia porque defende a produção de insumos da própria realidade, reproduz e partilha as sementes e convive com a contradição da própria natureza para dela extrair vida. (ZANOTTO, 2017, p. 80).

Não podemos pensar a recriação camponesa apenas como herança, ou seja, resgate de práticas, é preciso também discutir o capital cultural objetivado que existe sobre a forma de objetos materiais, a exemplo do biodigestor (figura 1) instalado no Assentamento 20 de Março pelo NEA-Bolsão. Assim, a apropriação deste capital, exigiu investimento na formação dos sujeitos, para que fossem capazes de fazer funcionar o biodigestor sem dependência externa. É deste processo de

troca cultural que advém a ideia de tecnologia social que significa o controle dos instrumentos e códigos, capazes de decifrar o funcionamento dos bens culturais. Neste sentido, o capital objetivado é apropriado pelos agentes, podendo servir como armas nas lutas culturais e sociais. (BOURDIEU, 1986).

Figura 1 – PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): Biodigestor de tecnologia social



Fonte: trabalho de campo. Foto: MACEDO, F. R. 08 de dez. 2020.

Dentro do capital cultural objetivado, tem-se as técnicas, no qual o biodigestor construído pelo NEA, no PA 20 de março, exemplifica materialidade da teoria de Bourdieu e, se coloca como um dos exemplos símbolos da potencialidade dos caminhos agroecológicos para a autonomia econômica familiar camponesa.

Para produção de biogás, utilizado na indústria doméstica e para preparo das refeições da família no lote, o biodigestor é alimentado com esterco, proveniente também da criação de vacas pela família camponesa – portanto, um processo altamente endógeno. Jatobá exprime em desabafo à Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida⁴⁷

⁴⁷ Coordenadora do Projeto NEA – Bolsão.

a importância que teve o biodigestor, para a produção e economia do lote, no final de ano de 2020:

[...] Quando aparece uma coisa dessa, dá uma alegria na gente, um ânimo... eu acabo até criando coragem de continuar lutando. Parar de lamentar um pouco e ver que as coisas dão certo. Dá trabalho mas dá certo. [...] isso aqui é uma coisa que, além de valer pra vida inteira, vai ser uma história que a gente não esquece nunca, né? Porque é possível. Ontem eu tava até falando aqui, fazendo o almoço e falando: ‘– Quem dera eu pensar que um dia, eu tá cozinhando com gás de esterco. Nunca pensei isso na minha vida, nem depois de meus 30 anos de idade, eu acha isso impossível pra mim. Eu sei que existia há muito tempo, mas era uma coisa que... eu pensava que nunca ia chegar ao meu uso, cê entendeu? Que eu não ia ter condições de fazer um negócio desses e hoje eu sou uma das primeiras, né? Aqui de dentro (assentamento), beneficiada com esse gás. Muito bom! Nossa, é um prazer gigantesco [...] E aí agora, final de ano, né? Com as vendas fracas, muita coisa pra pagar... parece que falou assim: ‘– Eu vou fazer esse gás, esse biodigestor bombar, pra essa mulher animar e voltar a ter coragem de produzir’ [...] É um milagre, é um esforço de todos, desde o início [...] com uma carriola por dia (abastecimento de esterco), ele (biodigestor) não para mais. Ele fica borbulhando o dia inteiro. Meu marido coloca todo dia uma carriola que é do gado nosso já. [...] então a gente vai pegando a força que vocês deu e criando forças pra fazer outras coisas, né? Senão, eu não tava até hoje juntando esterco das minhas vacas, tava jogado lá no pasto.

Como visto no relato de Jatobá, o biodigestor (tecnologia social apropriada), se converte em capital econômico e proporciona ganhos monetários. O capital cultural objetivado proporciona o capital econômico ao evitar a compra de gás, dando um destino para os estercos das

criações, podendo, futuramente, gerar também biofertilizante para as hortas agroecológicas. Converte-se também em capital político, pois, ao fortalecer a economia do núcleo familiar camponês, a tecnologia social gera autonomia uma vez que, o lote provê o que é necessário para sua funcionalidade, e os camponeses, organizadores do próprio tempo de produção, podem alcançar emancipação que é ter tempo livre, seja para ajudar outras famílias ou até mesmo aprofundar sua formação. O capital político para Bourdieu compõe um microcosmo, uma parte do campo político dotado de interesses particulares:

Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação. (BOURDIEU, 2011, p. 196).

A agricultura agroecológica camponesa, portanto, colabora para a realização do capital político, pois, seus princípios explanam sobre o fortalecimento endógeno, proporcionando a autonomia na produção, logo, influi na gestão do tempo de plantar e tempo de colher. Podendo gerar tempo livre. A camponesa relata sobre seu tempo livre:

Essa parte é boa, você não ter que trabalhar pra ninguém. Você trabalha mais, assim, na questão de horas trabalhadas, né? Não é como na empresa que você chega lá, bate o cartão pra entrar e bate o cartão pra sair, né? Mas só de você saber que, você não precisa cumprir horário, que é pra você, já te dá ânimo pra você trabalhar até mais tarde, levantar mais cedo, sem problema nenhum. Desde que você faça o que você gosta, tá tudo certo, né? E a gente gosta. (Entrevista concedida em: 6 dez. 2020).

Uma das manifestações das formas do capital descritas por Bourdieu pode ser apreendida no Encontro de Mulheres Camponesas do Bolsão. Neste espaço o capital político está presente nas formas educacionais via palestras, minicursos e rodas de conversas ministradas por representantes governamentais, professores da faculdade e lideranças dos assentamentos.

Elementos do capital cultural que fortalecem a agroecologia dentro do PA 20 de Março foram fomentados nestes eventos em palestras e cursos sobre manejo da terra e agricultura agroecológica, ministrados pelos camponeses para os camponeses, como relembra Pitanga:

Aqui, nós já fizemos aqui, debaixo na nossa área, curso pro pessoal aqui também. Já tivemos curso nos outros lotes dos vizinhos, sabe? Então esse curso, ele já foi feito em vários lotes, cê entendeu? Aí, por exemplo, vem 10...12 aqui, aí na outra semana ia lá no outro. Todo mundo aqui, quiseram. Então aqui cê pode ficar despreocupada. Esse pé de limão aí, ele ficou cheio de coisinha branca, sabe o que eu joguei? Calda de pó de café. Sarou o bicho, ficou com uns limão bonito. (Entrevista concedida em: 5 dez. de 2020).

Por vezes, nas entrevistas, o capital cultural se manifestou em forma de ajuda para comercialização e de organização para efetivação de projetos, realizando-se em forma de vida comunitária e colaborando para a realização do capital econômico. O relato de Taruma exemplifica a materialização do capital cultural:

Olha, no começo, teve muita dificuldade de comercialização. Mas daí, depois que veio pra cá, ele gosta muito dessas coisas, ele que corre atrás, ele é o coordenador daqui, né? Então ele que corre atrás, faz projeto, essas coisas, pra gente. Aí, depois que ele entrou, nós não teve mais dificuldade, não. Ficou mais fácil pra gente. Só não pega quem não quer.

Porque, oportunidades tem pra todos aí. [...] Depois que ele entrou aqui, não tive dificuldade mais não. (Entrevista concedida em: 5 dez. 2020).

O capital social é ligado às redes reais e suas trocas (conhecimentos, reconhecimentos, trocas materiais e/ou simbólicas), mais ou menos institucionalizada, entre agentes membros de um grupo. É um capital construído na coletividade, no qual, seu volume individual, vai depender das redes de conexões feitas. (BOURDIEU, 1986).

Pitanga relata que tudo o que ela aprendeu, no que tange à indústria doméstica, foi em contato com o saber/fazer da sua mãe. Aqui, o capital social é exemplificado com os ensinamentos herdados:

Olha, amor, eu vou te falar uma coisa: tudo o que eu aprendi, foi com a minha mãe [...] só de ver ela fazer. Farinha, requeijão, doce de leite, queijo e as outras coisas, assim, que nem geleia minha mãe não fazia, mas eu aprendi de ver falar, né? Assim, de ver os outros fazer. (Entrevista concedida em: 5 dez. 2020).

Na realização do NEA Bolsão, a recuperação de saberes e sabores é exemplificada na produção da série “Saberes e Sabores” (iniciada em 2020), transmitida pelo canal da UFMS no *Youtube*. Nessa série produzida pela equipe NEA – Bolsão, busca-se realimentar memórias e aprendizados da indústria doméstica, e as filmagens são sobre receitas de bolos, doces, compotas, tortas e outras, são passadas de mães para as filhas. A ideia inicial desta série era ter ingredientes produzidos no lote no sentido de reforçar a autonomia camponesa pela via agroecológica, porém, nem sempre foi possível garantir receitas endógenas, pois, porque o caminho agroecológico é construção – que foi interrompida pela pandemia de Covid19.

O *habitus*, manifestado na forma de manejo na terra de trabalho, também é lembrado. A memória viva sobre práticas agroecológicas

aprendidas com os pais e avós, exemplifica outros componentes do capital social. Jenipapo dá vida à teoria do *habitus* ao relatar sobre a calda de pimenta malagueta:

Essa produção agroecológica, eu creio que assim, quem nasceu no campo, já nasce com ela, porque a gente não tinha o hábito, antigamente, de usar veneno. Lá no sítio do meu vô, ele nunca foi de usar [...] a gente sempre usou, por exemplo assim, pra matar os bichinhos do jiló, da pimenta... comia tudo as folha, então, fazia calda de pimenta malagueta. Pegava pimenta malagueta, amassava bastante, colocava na água morna, ele pegava e pulverizava nas planta, pra matar os bichinhos, entendeu? E aí, quando a gente veio pra cá, aí o pessoal da Fibria veio com aqueles técnico aí, eles andou ensinando aí, uma calda bordalesa, algumas coisas que a gente já sabia, a gente já fazia e não sabia que estava fazendo! Entendeu? E ficou mais claro assim, porque a gente começou a conversar, explicaram: ‘—Olha, isso aí é uma técnica de agricultura familiar, antiga, da agroecologia’. Né? E tá, a gente continua nesse ritmo. Deu nome pra prática de quem já vivia no campo, né? Porque, tem bastante gente aqui, que veio da cidade, né? Então, essas pessoas, na verdade, não sabia, né? Agora, a gente, já fazia. (Entrevista concedida em: 6 dez. 2020).

O capital social aparece nas entrevistas ligado ao capital simbólico, materializado em prestígio, autoestima e identidade. Isso porque, segundo Bourdieu (1986), o capital social rende lucros simbólicos e materiais (capital econômico), assim, as conexões são feitas a partir de estratégias conscientes ou não, para relações sociais úteis a curto ou longo prazo. Sobre agricultura agroecológica e os ganhos, Jenipapo relata:

Aumento de renda e também benefício pessoal, você sabe o que você tá comendo, né? E quando você sabe o que você está comendo, é... te dá assim uma sensação melhor de saber que aquilo tá te engordando,

mas não tá fazendo mal pra saúde [risos]. Até pra você entregar pra um cliente seu, que fica satisfeito, você fica satisfeita em tá atendendo a pessoa com um produto bom. Eu falo assim, que a gente entrega, aquilo que a gente tem certeza que a gente consegue comer, né? [...] Hoje, se eu disser assim, que eu chego na cidade, por exemplo, lá no camelô, né? Chego lá, né? Aí me falam: ‘—Cê é a mulher do queijo?’ Eu não me importo que me chamem assim, entendeu? Porque ninguém vai recordar o nome dos outros, entendeu? Agora com essa bendita dessa máscara, entendeu? Fica mais difícil o reconhecimento da pessoa. Aí, eu passo, as vez: ‘—Cê não é a mulher do queijo?’ Sabe? Eu entrego queijo lá. [...]. Então, assim, eu não me importo com isso, até acho bom, ser reconhecida por uma coisa que eu faço, né? (Entrevista concedida em: 6 dez. 2020).

Segundo Bourdieu (1986), o capital econômico é a raiz de todos os outros capitais, mas, a ciência que estuda a economia, ignora as potencialidades das outras formas do capital.

Quando seu cavalo morreu, Bálamo vivenciou outras trocas para além dos contornos do capital econômico. Impossibilitado de fazer o trajeto para levar a agricultura agroecológica de sua família para o ponto de recolhimento do PAA, viu na ajuda mútua camponesa o capital necessário para a continuidade da atividade.

Primeiro eu tive meu carrinho, carregava no meu carrinho, aí depois, meu cavalinho morreu e eu fiquei de pé. Só que aí, tinha o M⁴⁸. Ali, ele levava minhas coisas. Aí, depois o M. pegou e falou: ‘—Eu não vou entrar no PAA, não, por causa que eu tenho que trabalhar (ele trabalha pra fora), como é que eu vou entregar verdura?’ Aí eu conversei com o J.,

⁴⁸ As identidades, das pessoas mencionadas, foram protegidas. Por isso, consta nesse relato, apenas as iniciais.

falei: ‘—J, eu vim aqui, perguntar pra você, se você pega as minhas verduras, do PAA, se você não pegar, eu vou parar. Porque eu não tenho condições de levar, eu não tenho cavalo, eu não tenho condições de levar. Então eu vou parar... do PNAE cê pega aqui, mas do PAA tem que entregar lá embaixo então eu vou parar’. Ele falou: ‘—Não seu M. Vai parar não! Eu tenho que entregar a minha também, então é a mesma coisa. Eu pego a minha, passo aqui, pego a do senhor e levo lá embaixo’. Então, tudo bem. Igual hoje, deu crep lá no carro, quebrou, o outro carro tá pra fora buscando coisa, mas já tem o menino lá, que vai receber as verduras que vai levar pra nós. Então, quer dizer, que eu não posso reclamar, pra mim, tá tudo beleza. (Entrevista concedida em: 7 dez. 2020).

A falta de troca de outros capitais para além do econômico, possui resultados severos, como a invisibilidade da agricultura familiar camponesa, fomentando violência contra os camponeses e legitimando a concentração fundiária. Para Jenipapo, essas barreiras só serão minimizadas por meio da educação (capital cultural):

Olha, até hoje, quando você fala que você mora no assentamento, as pessoas te olham torto, como se você fosse invasor, sabe? O olhar de muita gente ainda é crítico, onde eu acho que a educação tem que se começar na escola, é lá, na base! Lá mesmo, no prézinho, ensinando as crianças, a valorização da agricultura familiar, porque tem muito aluno aí, da oitava série, que acha que o milho nasce dentro da latinha, aqui em Três Lagoas. Tô falando porque eu fiz curso técnico em Meio Ambiente e a gente foi dar palestras nas escolas e o pessoal falou isso, entendeu? (Entrevista concedida em: 6 dez. 2020).

A produção para o PAA, apesar do enfraquecimento das políticas públicas populares, é um exemplo de resistência do campesinato no PA 20 de Março, e, apresenta-se como mais um dos símbolos concretos

de potencialidade da agricultura agroecológica camponesa. A produção em transição agroecológica das verduras, mesmo fora da época ideal para plantio e colheita, evidencia o sucesso da Reforma Agrária e caminhos alternativos, dentro da soberania alimentar, para a erradicação da fome.

Foram entregues e pesados para o PAA, no dia 07 de dezembro de 2020⁴⁹, exatos 401 quilos de alimentos (figura 2) diversificados entre frutas, verduras e legumes (cebolinha, berinjela, couve, abóboras, maxixe, jiló, mandioca, manga, tomate, chicória, salsa, rúcula, alface e almeirão). Segundo a camponesa responsável pelo recebimento, organização e pesagem dos alimentos, o assentamento já entregou 600 quilos, quando a sazonalidade permite e colabora para tanto.

Figura 2 - PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): legumes e frutas pesados e organizados para o PAA



Fonte: Trabalho de campo. Foto: MACEDO, F. R. 07 de dez. 2020.

⁴⁹ Os lotes são identificados pelos nomes das camponesas. Nesse referido dia, participaram da pesagem oito famílias.

Em todo o processo de entrega, organização para a pesagem no entreposto dos alimentos entregues para o PAA, estão presentes as formas de capital analisadas por Bourdieu (1986). Trocas de capital que se realizam para a recriação camponesa dentro da diversidade e autonomia da produção familiar agroecológica camponesa, seja no controle do processo de produção e comercialização (capital político), na ajuda mútua entre vizinhos para levar a produção de quem não possui veículo até o ponto de recolhimento (capital social), no retorno econômico que essa política pública possibilita às famílias (capital econômico), na recuperação da autoestima de terem o trabalho reconhecido (capital simbólico), por alimentarem outras pessoas com diversidade e qualidade (capital simbólico). As várias formas de capital se realizam na agricultura agroecológica camponesa porque o *habitus* camponês possibilita todas essas manifestações, é ele a matriz do modo de vida camponês.

Para Bourdieu (1989), o *habitus* está contido no indivíduo sem que o mesmo se dê conta. Mesmo não racionalizado por aquele que possui, o *habitus* o orienta de maneira racional no espaço, a exemplo dos relatos sobre os elementos motivacionais da luta pela terra. Esse desejo do roçado, evidente nas memórias, é o *habitus* à procura do campo para realizar-se plenamente.

O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o 'primado da razão prática' [...]. (BOURDIEU, 1989, p. 61. Grifos do autor).

A entrevista de Jatobá exemplifica o *habitus* camponês, evidenciado pela herança de um modo de vida dos pais e, quando adulta, o retorno ao lote, depois de ter passado meses na cidade a pedido do marido. O *habitus* como disposição adquirida, além de permanecer incor-

porado, se manifesta como busca da terra de trabalho, latência, desejo que o marido volte a morar no lote.

Minha mãe, meu pai, tudo... sempre teve terra, né? Minha mãe tem um lote [...] 42 hectares. Eu vivi com eles aqui, na terra que a gente tinha um sítio aqui, vendemos aqui fui pra lá com a intenção de aumentar. Aumentou mas não resolveu muito, porque também não mexe, né? Eu não queria uma terra pra isso, eu queria uma terra pra mim viver dela! A terra da minha mãe, ela vive da terra, porque ela alugou o sítio e eu não quero. Eu quero viver aqui dentro e o que produzir, é meu, né? [...] A gente alugou uma casa lá [na cidade], porque aqui ele tinha... no começo do ano passado ele conseguiu fazer minha cabeça: ‘É porque tem que ir embora, isso aqui não vira nada e eu só vou arrumar serviço na cidade, se você for’ [...] o meu menino mais velho falou: ‘- Mãe, faz o seguinte ele quer ir, vai, chega lá, com uns dois meses, oh... a senhora chispa pra trás, deixa ele’. Assim eu fiz, só que eu fiquei mais tempo, eu fiquei quase sete meses lá. Mas aí, teve um pessoal falando que ia invadir os lotes, eu vim pra cá numa noite, acho que dia 20 de outubro... eu vim embora pra cá sem nem olhar pra trás, catei um pouco de coisa e vim. Dormi aqui sozinha [...] Nunca tive medo de ficar aqui, não. Lá na cidade é mais perigoso, né? Aqui eu já tô acostumada, durmo até com a porta aberta. Aí eu fui lá e busquei meu mais novo [filho], falei: ‘- Já que é assim, então vamo dividir’, dois pra lá e dois pra cá, né? Ai tamo aqui... Agora tô tentando, vê se eu consigo um serviço aqui pra ele, pra ele ficar aqui comigo, pelo menos o marido, né? Sábado, igual, ele termina lá o dia de sábado seis horas e chega em casa, né? Até arrumar tudo, pegar o carro e vim embora, e outra, de lá pra cá, todo sábado é essa despesa. Ele estando aqui, ele não tem que vim, né? Já amanhece no domingo aqui. (Entrevista concedida em: 25 mai. 2016).

Para Almeida (2003), o *habitus* não se resume em práticas familiares herdadas, ele é dinâmico, sendo estruturado (herdado) e estruturante (o que se faz perante a realidade, e, adaptação daquilo que é herdado às opções do presente), isso faz com a prática, por vezes, seja improvisada. A reprodução do *habitus* está em constante conflito no campo em que condições objetivas não lhe permitem a realização. Segundo Almeida (2003):

Como o *habitus* contém a história individual, mas também a coletiva, ele faz com que os agentes (operadores práticos) tenham um ‘sentido de jogo’ (causalidade do provável), ou seja, uma forma de agir/pensar não necessariamente produzida por ele por meio de um cálculo racional/consciente. Podemos dizer que ‘o *habitus* define a percepção da situação que o determina’, é uma espécie de *modus operandi*. (ALMEIDA, 2003, p. 202).

Sobre o *habitus* camponês manifestado no desejo do acesso à terra de trabalho, Bálamo conta sobre a experiência em ter sido funcionário nas fazendas, mantendo seu modo de vida vivo, nos contornos dos alambrados. O *habitus* camponês a seguir relatado, permite visualizar os bloqueios à realização do modo de vida do camponês.

Trabaiei muito em fazenda, sofri muito [...] tive patrão bom, mas já tive patrão que fui judiado muito. Então eu falei: ‘– Quero meu pedaço de terra, pra trabalhar e plantar minhas coisas’ [...] eu sempre gostei de chegar num lugar e plantar minhas coisas, ai tinha um alambrado dele [o patrão] lá, ai eu peguei e plantei uns mamão ao redor [...] ai um dia ele chegou lá e falou pra mim: ‘– Eu vou falar pra rancar aqueles pé de mamão lá da beira do alambrado que vai rachar tudo o meu alambrado.’ [...] Onde eu trabaiei, sempre eu tive patrão, eu trabaiei, sempre eu pedi um pedacinho de terra pra mim plantar uma mandioca [...] dava pra mim plantar minhas coisinhas. ‘–Agora

o senhor com tanta terra aqui, não dá pra plantar um pé de mamão?’ [...] ali eu já fiquei sentido, ali não era mais bom, mais... porque, não ter nada pra você plantar, nada pra você cuidar... aí eu fiquei naquela, eu falei: ‘– Um dia eu vou pegar um pedaço de terra pra mim, que eu vou plantar’. (Entrevista concedida em: 23 jan. 2019).

Para Ingá, o desejo pela terra vem do sentimento de enraizamento e, assim como as lembranças de Bálsamo, há uma busca em viver o próprio modo de vida, de uma classe cuja essência de ser, não encontra sentido em ser assalariado: “A gente foi criada no mato, eu falo pra você: se eu tivesse na cidade, acho que já tinha morrido”. (Entrevista concedida em 23 de jan. 2019).

Como já visto, dentro das relações sociais, as formas de capital e como estas são transmitidas durante o tempo na interação entre os grupos, cria o *habitus*-campo nas estruturas sociais. Para compreender os camponeses como classe social, é preciso “[...] entender y establecer su participación en las relaciones de producción e identificar las prácticas asociadas, que son más que rasgos complementarios o consecuencias secundarias de su ubicación en el proceso productivo”. (MARTÍNEZ, 2015, p. 488).

Sobre como se manifesta o capital econômico no campesinato, Martínez (2015, p. 490) interpreta:

Como pequeña empresa económica, la unidad económica familiar campesina da valor a la tierra como medio de producción y en este proceso genera las dinámicas internas y exclusivas de la clase social (dadas las relaciones económicas vinculadas a la actividad agropecuaria y el tipo de propiedad). El uso y tenencia de la tierra condiciona en primera instancia el capital económico, el resto de los bienes se adquieren a partir de la capacidad productiva que tienen los

campesinos, las formas de propiedad de los medios de producción y de distribución de la ganancia.

O capital econômico é representado pela própria Reforma Agrária e pela dinâmica interna da produção familiar camponesa. O camponês precisa da terra para recriar seu modo de vida – capital social –, não visando lucro, propõe soluções para a crise agroambiental por meio de práticas alternativas – capital cultural –, como a agroecologia.

A produção de excedentes retorna ao lote como forma de bem-feitórias para o núcleo familiar, quando inserida no mercado. A resistência em permanecer na terra, também é enxergada na busca do equilíbrio trabalho-consumo dentro do lote, para isso, quando o consumo excede ao trabalho, membros da família buscam complemento de renda fora do lote, quando o trabalho excede ao consumo, são épocas de bonança, aparecem outras relações de outras formas do capital. Assim, o capital econômico se manifesta na pequena produção familiar.

Sobre a busca do equilíbrio trabalho-consumo dentro do lote, a não efetivação das políticas públicas pós acesso à terra impôs a necessidade da venda da força de trabalho no 20 de Março, a negação da autonomia: ter que trabalhar para a empresa que representa monocultivo de eucalipto, a materialização da concentração fundiária, Jatobá exclama:

Vixe! [...] Eu nunca gostei de eucalipto, só que depois que a gente ficou aqui, dois anos sem renda, aí apertou as coisas. Meu marido falou: ‘ – Oh... nós vai ter que arrumar serviço fora’, né? E aí, é o eucalipto que tá sustentando a gente, então, eu tenho raiva do eucalipto, mas eu tenho que ficar quieta. Ele, o meu marido, trabalha na firma, né? Ele é tratorista. Mata a grama, pro pessoal vir plantando eucalipto atrás. [...] Se tivesse um recurso, meu marido não tava trabalhando pra lá, né? Tava aqui dentro, junto, ga-

nhando menos é verdade, mas pelo menos tava com a família, né? E já tinha melhorado mais o lugar que a gente mora [...] (Entrevista concedida em 2016).

Segundo Shanin (2008), várias discussões ocorreram sobre o futuro do campesinato durante o século XIX. Alguns pontos ainda são discutidos no século XXI, como os elementos da economia, criação e recreação camponesa. Um dos processos que envolvem os camponeses é a involução agrícola e econômica, essa situação ocorre, pois, a situação de pobreza não se resolve sozinha, então, expulsa os camponeses do campo, contribuindo assim, para uma diminuição no percentual do campesinato na sociedade.

Na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, a política que vigora privilegia o latifúndio, a situação agrava-se pelas denúncias de corrupção envolvendo membros dos movimentos sociais e o INCRA/MS (no ano de 2010). Os créditos públicos pós terra repartida – que garantem os mínimos vitais –, com sua pouca eficácia, a Reforma Agrária embargada pela Justiça e a vida digna negada aos camponeses, são variáveis que indicam a contra Reforma Agrária. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

Ao deixar os assentados a própria sorte, o Estado propicia espaços para atuação das empresas do setor celulósico, em forma de ajuda aos camponeses, que viabiliza os selos e certificações ambientais para a venda da celulose, configurando assim, a privatização da Reforma Agrária sob uma cortina não conflituosa de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e economicamente viável. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014). A entrevista a seguir, exemplifica a situação:

Olha eu tô contente, viu? É porque a gente tá enrolado aqui, abandonado pelo INCRA, né? [...] E a FIBRIA acho que veio a calhar, em partes, porque a gente tem aquele medo, assim... a gente não entende muito das coisas, aí a gente ouve os outros falar as-

sim: 'A FIBRIA é uma empresa grande ela pode pagar qualquer tipo de coisa, ela pode colocar energia pra gente', né? Aí o que a gente tá pensando: será que ela também não pode pagar essa dívida do INCRA com o dono da fazenda e ficar com a fazenda? Ficar com a gente aqui, tipo assim: '– Os bichinho que ela vai criar, né? Cada um é obrigado a plantar eucalipto pra ela. Mas se isso acontecer (não sei se vai acontecer), também não é má ideia'. Pra mim é, eu vou ter que perder a minha água, aí sim, aí vai ser o fim, né? (Entrevista concedida em: 25 mai. 2016).

O viveiro de mudas Jairo Cesario Magalhães, fundado em 2017 no PA 20 de março, com parceria entre Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e ex-Fibria, produzia mais de 2.000 mudas ao ano, tendo como principal compradora a antiga empresa Fibria. O dinheiro levantado pelas vendas das mudas, possibilitava aos assentados a melhoria de infraestruturas necessárias à produção de alimentos, entretanto. Entretanto, em 2020, as compras das mudas foram interrompidas pela atual Suzano. O motivo para interromperem a compra de mudas para reflorestamento não foi a existência de estoque, como divulgado, mas a resistência dos assentados em plantar mudas de eucalipto no viveiro, como relata Pitanga. Assim, houve resistência dos camponeses em aceitar esse novo modelo de produção de mudas:

Então, o que que acontece, na verdade, é... a equipe que tava trabalhando lá, deixou a desejar. [...] Agora, a Fibria, ela fez a gente fazer isso aí... tá errado. Porque na época, sabe assim... é... que eu te falo pra você... eles falou que eles compraria as muda pra reflorestar e, aí, não comprou. Teve muda lá que ficou grande, não sei se vocês já viram as mudas. Aí, depois eles vieram pra plantar só colorau, depois, só maracujá... Não foi falado isso, no começo. Aí, depois, parece que eles queria que a gente plantasse, o pessoal é... muda de eucalipto. Aí, o pessoal não aceitou. (Entrevista concedida em: 5 dez. 2020).

Os assentados possuem percepção da situação de contradição, ou seja, a mesma mão estendida que ajuda na recriação, também pune.

Nesse sentido, atuações da UFMS, além de proporcionar um olhar crítico sobre as ações das empresas de celulose, auxilia os assentados e fortalece o modo de vida camponês com projetos comprometidos com a agroecologia, pois, entende-se que é por meio das práticas agroecológicas que o bem comum é contemplado, diferente dos preceitos das relações capitalistas voltadas a estimular o indivíduo. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

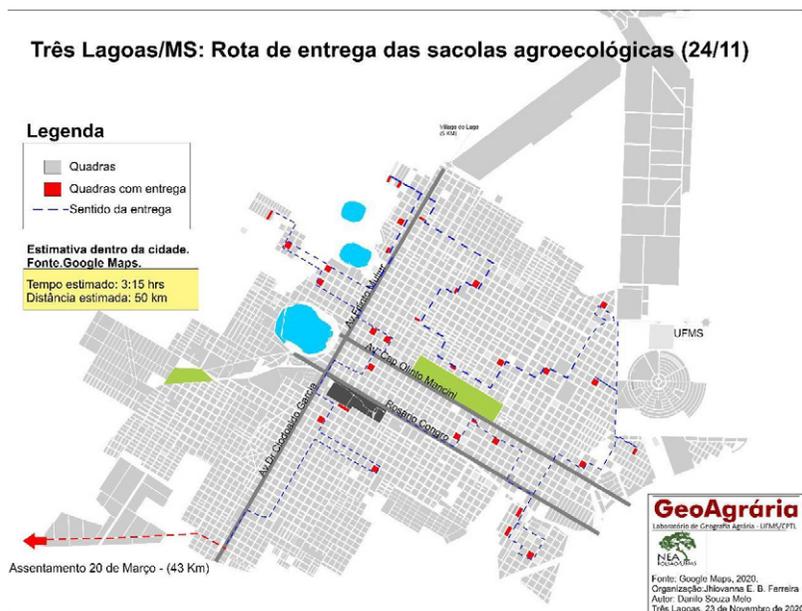
[...] a prática de pensar o 'bem comum' abre a possibilidade das famílias envolvidas entenderem que a agroecologia não é meramente a substituição de insumos (agroquímicos por fertilizantes orgânicos ou biopesticidas). É, fundamentalmente, uma mudança no modo de pensar a relação do homem com seu entorno a fim de aproximá-lo dos conhecimentos locais. Por exemplo, o controle das sementes rumo à superação da ruptura homem-natureza, que gerou a comercialização desta última como base de expansão e acumulação do sistema capitalista. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 04).

Em tempos de agravamento socioeconômico com a pandemia da Covid-19, os camponeses feirantes do projeto da UFMS/CPTL – Feira Agroecológica – mudaram sua maneira de comercializar seus produtos. Esse canal curto de comercialização passou a funcionar em forma de *delivery* de produtos agroecológicos da produção familiar camponesa. Auxiliados pela equipe do Laboratório GeoAgrária, mapas foram produzidos com pontos estratégicos para a distribuição da produção na cidade de Três Lagoas.

As encomendas são feitas pelos consumidores, segundo a disponibilidade e sazonalidade dos produtos, num grupo do aplicativo

Whatsapp. A equipe do Laboratório GeoAgrária faz o levantamento dos produtos em forma de tabela e passa para os camponeses, que se organizam para a entrega da produção em pontos estratégicos na cidade de Três Lagoas (mapa 1).

Mapa 1 – Três Lagoas (MS): Rota de entrega das sacolas agroecológicas



Fonte: Melo, Ferreira 2019.

A agricultura agroecológica camponesa, é uma economia viva e que funciona até mesmo em crises sanitárias como a de pandemia de Covid19, por isso, é capaz de erradicar a fome e diminuir a escassez dos recursos naturais, sendo o tempo da natureza fomentador da diversidade da produção. Respeitando o meio ambiente, alimentando em escalas locais por meio do agroecossistema, a agricultura agroecológica camponesa mostra o caminho da soberania alimentar, encon-

trando nos ensinamentos ancestrais, na força das técnicas sociais que potencializam a autonomia, um *habitus* camponês estabelecido nas várias trocas de capital.

Nossa situação pandêmica evidenciou quem é capaz de contornar essa situação, uma vez que, possuidores de uma economia endógena, os povos do campo podem dar exemplos de autonomia, autocuidado, autodefesa, autoabastecimento, autogestão e saúde coletiva. O mundo pandêmico possibilitou a discussão sobre a autonomia dos movimentos sociais em uma crise sanitária, econômica e alimentar. (ROSSET; BARBOSA, 2021).

O campesinato é um modo de vida. Parafraçando Shanin, a realidade é complexa e para conceituar o que é ou não classe, é necessário partir do abstrato para a realidade, nesse sentido, compreende-se uma classe a partir do que ela faz, logo, os camponeses constituem uma classe, porque possuem modo de vida próprio. Daí:

[...] o quanto este ‘modo de vida’ pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição. (SHANIN, 2008, p. 37).

Caminhando para o fim deste texto, consideramos que a agricultura agroecológica camponesa se reproduz intrínseca ao modo de vida camponês (evidenciado pelo *habitus*, composto pelas diversas formas do capital), portanto diferente do modo de produção capitalista que torna refém a terra e mata a fonte da vida, promovendo a escassez dos recursos da *pachamama*.

Considerações finais

Compreende-se que a agroecologia é potente para alimentar o mundo, entretanto, a agroecologia familiar camponesa, a qual essa pesquisa versa, é aquela que não mira o lucro e que se realiza no local, que se alimenta e vive do que lhe é endógeno, absorvendo, quando necessário, elementos externos enquadrando-os a sua própria dinâmica, a exemplo das tecnologias sociais.

Nesse sentido, entende-se as ações dos projetos desenvolvidos pelos integrantes do Laboratório GeoAgrária da UFMS/CPTL, como elementos externos, adaptados às realidades e demandas dos camponeses, e, como expressão científica que compõe a agroecologia numa aliança horizontal universidade-camponeses.

A luta pela Reforma Agrária no Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul é pouco expressiva, situação refletida na realidade de Três Lagoas, resultando numa concentração fundiária alicerçada no absentéismo rentista financiado pelo Estado, por meio da disponibilidade e acesso aos financiamentos e políticas públicas. As leis flexíveis também retroalimentam essa dinâmica predominante do não cumprimento da função social da terra, a exemplo do perdão de dívidas do agronegócio, promessa de campanha de Jair Messias Bolsonaro, cobrada pela bancada ruralista.

Compreende-se que o processo de tomada de consciência dos problemas da realidade está acontecendo no PA 20 de Março, em parte fruto da luta pela recriação com autonomia. As entrevistas realizadas demonstraram ao longo dessa pesquisa, princípios da agroecologia alinhados à aquisição de várias formas de capital na luta pela emancipação (componentes do modo de vida camponês). A agricultura agroecológica camponesa coloca-se como símbolo de resistência ao espraçamento da territorialização do monopólio

capitalista e, nesse sentido, representa a evolução da consciência humana frente a um pensamento único⁵⁰.

Os números sobre a produção agroecológica familiar camponesa do PA 20 de Março a seguir, evidenciam o sucesso da Reforma Agrária e a potencialidade da agricultura agroecológica camponesa em alimentar o local, sinalizando para uma construção maior de autonomia e soberania alimentar, exemplificando a dinâmica de segurança alimentar genuína.

Segundo a Associação dos Agricultores (as) Familiares do PA 20 de Março, no período de um ano (dezembro de 2019 a novembro de 2020), os camponeses conseguiram, por meio da comercialização R\$ 589.904,79. Nesses números, estão as produções destinadas às empresas, ao PAA e ao PNAE (tabela 1).

Tabela 1 – PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): faturamento (R\$) do período dez. 2019 a nov. 2020

Mês/ano	Faturamento (R\$)
Dezembro/2019	38.875,25
Janeiro/2020	9.927,42
Fevereiro/2020	22.262,11
Março/2020 ⁵¹	0,00
Abril/2020	9.269,05
Maió/2020	38.947,14
Junho/2020	17.763,59
Julho/2020	67.010,95
Agosto/2020	47.183,50
Setembro/2020	61.919,17
Outubro/2020	60.187,53
Novembro/2020	216.559,08
Total do período	589.904,79

Fonte: Associação dos Agricultores (as) Familiares do PA 20 de Março. Org. MACEDO, F. R.

⁵⁰ Pensamento único: termo utilizado por Santos (2001) para explicar a dinâmica globalizada, violenta e tirana do dinheiro.

⁵¹ Março e abril, os camponeses não tiveram movimentação do PNAE e PAA. O faturamento da produção para as empresas, foi contabilizado em fevereiro e abril.

Os números da tabela 1 não contemplam o que é vendido nas feiras. As feiras geram em média R\$ 4.300,00 semanais. Em um dos lotes experimentais das ações do NEA, o faturamento mensurado por Araticum é de, aproximadamente, R\$ 40.000,00, entre PNAE municipal e estadual anuais, R\$ 8.000,00, PAA anual; R\$ 6.500,00 das produções entregues às empresas e R\$ 2.400,00 de feira semanal.

Estes números relacionados ao faturamento da agricultura agroecológica camponesa além de vincular a teoria à prática, como propõem os princípios da agroecologia, demonstram a potencialidade da Reforma Agrária e se põem como prova irrefutável que a produção embasada nos conhecimentos tradicionais e ressignificados do modo de vida do camponês, são alternativa local para o humano e não humano, no presente e no futuro, na contramão do caminho aberto pelo capitalismo que aponta para a autodestruição.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização**: O processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/ Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: história de velhos. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press. 1986.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Jul 2011, no.5, p.193-216.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. MOLINA, Manuel González de. EL CONCEPTO DE TRANSICION EN EL PENSAMIENTO MARXISTA: REFLEXIONES DESDE LA AGROECOLOGÍA. In: **Curso de Posgrado de Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible, Sesión IV**: Transición Agroecológica. Córdoba, junio de 1995. p. 1-33.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. p. 35-45.

KUDLAVICZ, Mieceslau. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Em tempos de “privatização” da Reforma Agrária, a necessária práxis do bem comum. In: **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente, 2014.

MARTÍNEZ, Yisel Herrera. Consideraciones para la Comprensión de la Reproducción Social del Campesino Cubano: acercamiento desde la producción científica rural. In: **RESR**, Piracicaba, vol. 53, n. 03. 2015. p. 477-496.

ROSSET, Peter M. BARBOSA, Lia Pinheiro. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: un debate urgente. In: **Aposta revista de ciencias sociales**. 2021, n. 89, p. 08 – 31.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRI-
NI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo:
Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina**: experiências no Brasil e na Bolívia. 2017. 185 f. (Dissertação) – Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo. 2017.

PANORAMA DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO DO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO (MS)

Rodrigo Ferreira Costa⁵²

Introdução

O presente artigo discute, parcialmente, os resultados da pesquisa de mestrado intitulada: “Território Rural do Bolsão: análise das escolas no campo e da produção acadêmica sobre Educação do Campo” financiada pela CAPES por meio da concessão de bolsa e orientada pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Almeida. Ressaltamos que as discussões promovidas no âmbito do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), junto ao Grupo de Estudos Terra-Território (GETT), foram fundamentais para o amadurecimento de alguns conceitos basilares da Geografia. Esse texto tem como escopo averiguar se o contexto escolar das escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão (MS) se aproxima ou não da concepção de Educação do Campo. Para tanto, adotamos como procedimentos metodológicos a aplicação de questionários, registro fotográfico e outros. A coleta dos dados se deu mediante trabalhos de campo realizados nos anos de 2018 e 2019. O instrumental do tipo questionário contemplou questões quanto ao perfil dos professores(as), regime de trabalho, cursos de formação, bem como, aspectos a respeito do material didático, material de leitura, material utilizado na elaboração do plano de aula. O referencial teórico basilar tem como autores, Caldart, 2007, 2010; Almeida, 2013; Munarim, 2010; Nardoque, 2016; Souza, 2016 e outros. Na primeira parte desse texto fazemos considerações sucintas em relação ao Território Rural do Bolsão (MS), pois no debate sobre Educação do Campo,

⁵² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três lagoas. E-mail: costa.rf.23@gmail.com

o campo precede os demais. Como bem coloca Caldart (2007, p. 3), “o que nos parece fundamental entender para não nos desviarmos da discussão de origem é que a especificidade de que trata a Educação do Campo é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos”. Na segunda parte, com base nos dados coletados por meio dos questionários, traçamos um panorama das escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão (MS). Por fim, na terceira parte do artigo, “para não concluir...” pontuamos algumas questões em relação aos resultados obtidos.

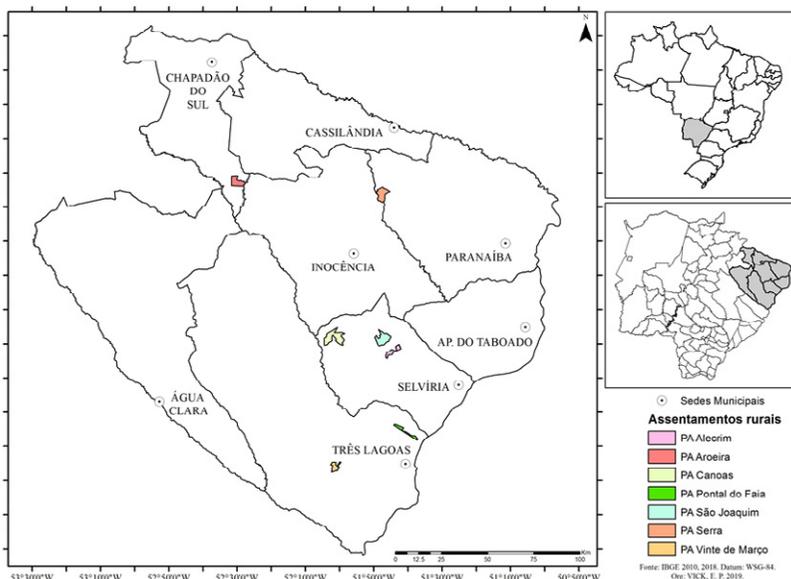
Breves considerações sobre o Território Rural do Bolsão (MS)

no meio desse mato
de eucalipto
que nem mato é,
só de poesia
eu posso
encontrar um gosto
de araticum.

(Raquel Medina - poema: Gosto de infância)

A criação do Território Rural do Bolsão (MS) se deu recentemente, no ano de 2013 e a sua implantação no ano seguinte. Ressaltamos que foram as políticas de desenvolvimento da base territorial que deram origem a este Território. O recorte espacial referido, localiza-se na região Centro-Oeste, na porção Leste do estado de Mato Grosso do Sul, e é composto por oito municípios e sete assentamentos de Reforma Agrária, a saber: Água Clara, Chapadão do Sul (PA Aroeira), Cassilândia, Selvíria (PA Alecrim, PA Canoas, PA São Joaquim), Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba (PA Serra) e Três Lagoas (PA Pontal do Faia, PA 20 de Março). Ver figura 1.

Figura 1 – Território Rural do Bolsão (MS): Localização das sedes municipais e PAs de Reforma Agrária



Fonte: organizado pelo autor.

Esse, encontra-se estrategicamente e geograficamente bem localizado, o que permite ter forte conexão com o estado de São Paulo por meio das rodovias (SP-300 e SP-320, BR-262 e BR-153) e de ferrovias (Ferro Norte e Novoeste) que são “[...] importantes corredores de escoamento da produção para grandes mercados consumidores e para o exterior, possibilitando a exportação de celulose para outros países” (NARDOQUE, 2016, p.5). Todavia, se pensarmos as distâncias territoriais e a dinâmica territorial interna, o Território do Rural Bolsão (MS) apresenta grandes obstáculos para o fomento efetivo das políticas públicas.

A área total corresponde a 42.079,298 km², a população total é de 236.297 mil habitantes, já a população urbana e rural corresponde,

respectivamente, a 210.945 e 25.352 mil habitantes. Destacamos que apenas 10,72% da população total reside no campo. Nardoque (2016) aponta que com a territorialização do capital derivado do agronegócio eucalipto-celulose-papel, contribuíram significativamente com a aceleração e redução da população do campo, sobretudo em Três Lagoas. Apesar desta peculiaridade, isto é, da forte concentração da população nas sedes municipais, a atividade predominante está assentada no setor primário, tendo a economia pautada nas atividades agropecuária. Na tabela 1, observamos a distribuição da população.

Tabela 1 - Território Rural do Bolsão (MS): população

Municípios	Urbana	Rural	estimada em 2018
Água Clara	9.598	4.826	15.257
Aparecida do Taboado	20.096	2.224	25.431
Cassilândia	19.008	1.958	21.876
Chapadão do Sul	16.777	2.871	24.559
Inocência	4.871	2.798	7.625
Paranaíba	35.754	4.438	42.010
Selvíria	4.772	1.515	6.515
Três Lagoas	97.069	4.722	119.465
Total	210.945	25.352	262.738

Fonte: IBGE, censo demográfico 2010. Org.: pelo autor

De acordo com o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), notamos que os imóveis pertencentes ao grupo de área ‘menos de 100’ hectares, correspondem a 40,90% do total de imóveis. Porém, ocupam apenas 3,48% da área total. Enquanto o grupo de área ‘500 a menos de 1000’ e ‘acima de 1000’ hectares, juntos somam 22,1% do total de imóveis. No entanto, ocupam 76,08% da área total. Percebemos também que, se dividirmos o número de imóveis pela área ocupada, do grupo ‘menos de 100’ hectares, chegamos ao resultado de: 1 imóvel

corresponde a 37 hectares. Entretanto, se fizermos o mesmo com o grupo de área ‘acima de 1000’, temos o seguinte resultado: 1 imóvel é igual a 2.406 hectares, ou seja, 65 vezes maior. Revelando que há forte concentração fundiária. Ver tabela 2.

Tabela 2 - Território Rural do Bolsão (MS): estrutura Fundiária – 2014

Grupos de área total (ha)	Nº de imóveis	Imóveis %	Área (ha)	Área (ha)%
menos de 100	4.864	40,90	181.847	3,48
100 a menos de 500	4.401	37	1.070.720	20,44
500 a menos de 1000	1.374	11,56	967.105	18,47
Acima de 1000	1.254	10,54	3.017.406	57,61
Total	11.893	100	5.237.075	100

Fonte: Dataluta, 2017. Organizado pelo autor.

Em contrapartida, a agricultura familiar camponesa está presente nessa fração do território, resistindo e reforçando a lógica contraditória do capital. Porém, os dados da tabela 3 Revelam que a distribuição de terras via Reforma Agrária é vergonhosa, pois a área destinada a esse fim, em Chapadão do Sul é de 0,81%; em Selvíria, 3%; em Três Lagoas é de 0,29%; e em Paranaíba é de 0,55%. Somando as áreas de Reforma Agrária dos municípios em questão, alcançamos a ínfima porcentagem de 4,66%.

Tabela 3 - Território Rural do Bolsão (MS): Área de reforma agrária

Municípios	Área do Município (ha)	Área de Reforma Agrária (ha)	%
Chapadão do Sul	324.812	2.649	0,81
Paranaíba	540.265	2.986	0,55
Selvíria	325.832	9.818	3,01
Três Lagoas	1.020.694	2.965	0,29
Total	4.210.116	16.715	4,66

Fonte: INCRA, 2017; IBGE, 2018. Organizado pelo autor

Entendemos que a propriedade capitalista da terra é uma contradição no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por isso, precisamos entendê-la como uma relação social (OLIVEIRA, 2007). É por esse viés que a propriedade e a concentração da terra transformam-se em mecanismos de produção do capital. Segundo o autor, “[...] essa irracionalidade que a propriedade privada da terra (terra=mercadoria, terra=reserva de valor, terra reserva patrimonial) apresenta, permite desnudar outra questão sob o modo capitalista de produção que é a reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p.65). Ainda de acordo com esse estudioso, a Reforma Agrária não promove alterações na essência do modo de produzir, porém, procura-se com ela remover a contradição e o poder existente que a propriedade privada da terra exerce sobre a produção agrícola, impedindo-a, em certos momentos, até de produzir. (OLIVEIRA, 2007). No Território Rural do Bolsão (MS), temos exemplos de municípios como: Três Lagoas, Água Clara e Selvíria, que tiveram sua dinâmica territorial reconfigurada no que tange ao uso e ocupação do solo, mas também na posse e propriedade da terra após a chegada das indústrias de celulose-papel. Em consonância com as ideias do autor, “[...] toda a discussão referente à reforma agrária põe em questão a discussão sobre a propriedade privada da terra” (OLIVEIRA, 2007, p.65). Nesse sentido, fazer Reforma Agrária não é só distribuir terras, é preciso ir além da mera distribuição, são necessárias políticas efetivas de fortalecimento da agricultura familiar camponesa para que esses se mantenham na terra de trabalho e vida.

Educação do Campo: diagnóstico das escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão (MS)

A premissa teórica deste estudo parte da concepção originária de Educação do Campo como fruto da luta dos movimentos sociais camponeses em “estado de luta”, sobretudo, o Movimento dos Traba-

lhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como a articulação do movimento Por uma Educação do Campo (CALDART, 2010, p. 147). Diante disso, o que é Educação do Campo? A quem serve? Para que serve? Vemos que esse conceito “se trata de uma concepção de educação forjada a partir da luta pela terra e por políticas públicas empreendida pelos movimentos e organizações sociais do campo” (MUNARIM, 2010, p. 10). Aqui temos dois elementos centrais, isto é, a luta pela terra e a luta por políticas públicas. Entendemos que a luta pela terra é essencial nesse processo, pois só com a desconcentração de terras via Reforma Agrária e a existência da população do campo a Educação do Campo se justifica como projeto de um outro campo (antagônico ao modelo do agronegócio) e de outra sociedade (mais justa e igualitária).

Assim, a Educação do Campo visa as especificidades do campo e a “[...] construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui necessariamente um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 161). Contudo, é preciso esclarecermos que essa especificidade não se trata de isolamento do campo e dos sujeitos que nele habitam, tampouco de fechá-lo e transformá-lo em si e para si. Também não se trata de negar o outro (a cidade, o urbano), mas sim considerar as particularidades do campo, dos sujeitos, do modo de vida. Nesse sentido, como as escolas no campo do Território Rural do Bolão (MS) têm abordado o conceito de campo? Como essas escolas têm dialogado sobre as complexidades que permeiam o campo nessa fração do território? As escolas têm discutido que modelo de Educação estão ofertando? Como as escolas têm se articulado frente às contradições que permeiam seu entorno?

Caldart (2007) destaca que a pergunta, o que é Educação do Campo? Indica que já é possível pensar a questão no plano conceitual, pois há um acúmulo de práticas, relações e embates que nos permitem

fazer abstrações que venham a servir de categoria teórica para cada prática particular. Apesar de ser um conceito novo, já se encontra em disputa, pois a realidade que a Educação do Campo busca expressar é historicamente marcada por contradições sociais muito fortes (CALDART, 2007). Dessa maneira, há uma Educação do Campo no Território Rural do Bolsão? Se há, ela está ancorada na concepção originária? O contexto escolar das escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão, aproxima-se da concepção de uma Educação Rural ou de uma Educação do Campo?

As escolas públicas são em grande parte municipais, no atendimento aos camponeses. Nos municípios estão os problemas de natureza estrutural mais expressivos da nossa sociedade, como concentração da terra e produção de monocultura vinculada ao agronegócio. (SOUZA, 2016, p. 135)

A citação anterior expressa bem o que estamos tratando, pois, a maioria das escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão (MS) são municipais. Outro ponto que coaduna com o nosso trabalho são os problemas quanto à concentração da terra (como evidenciamos anteriormente) e a monocultura vinculada ao agronegócio mediante o plantio de eucalipto, soja, cana-de-açúcar.

Antes de prosseguirmos, é preciso definir qual é a identidade das escolas do campo para anteciparmos que por mais que algumas escolas tragam a nomenclatura de “escolas do campo”, verificamos que elas estão distantes de apresentar as características propostas em documentos elaborados especificamente com objetivo de implementar uma Educação e uma escola do Campo de fato. Diante disso, segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo

[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios

dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 202)

Em Água Clara, temos a extensão da Escola Isolino Candido Dias, sendo: Sala José Belchior, Sala Ipanema e Sala Dr. Francisco Vilela. Apontamos que não foi possível visitar as extensões Sala José Belchior, Sala Ipanema e Sala Dr. Francisco Vilela, localizadas no município de Água Clara, devido às distâncias, às condições precárias das estradas e a falta de transporte. Nesse município, foi possível visitar a Secretaria de Educação e conversar com o diretor geral dessas unidades. Ver figura 2, 3 e 4.

Figura 2 – Água Clara (MS): fachada da Escola José Belchior



Fonte: Coordenador Rodrigo, 2019.

Figura 3 – Água Clara (MS): Escola Dr. Francisco Vilela



Fonte: Coordenador Ronaldo, 2019.

Figura 4 – Água Clara (MS): Fachada e pátio da Escola Fazenda Ipanema



Fonte: Coordenador Fernando, 2019.

Em Chapadão do Sul, visitamos as escolas E.M. Pedra Branca, E.M.R. Aroeira e E.M. Ribeirão. Ver figuras 5, 6 e 7.

Figura 5 – Chapadão do Sul (MS): fachada e jardim da Escola Pedra Branca



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Figura 6 – Chapadão do Sul (MS): fachada e quintal da EMR Aroeira



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Figura 7 – Chapadão do Sul (MS): fachada da EMEI Ribeirão



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Nessas escolas, identificamos que 70,58% (12) dos docentes que participaram da pesquisa são do sexo feminino. Dos 17 docentes, 6 residiam no campo e 11 na cidade. Sobre o tempo de deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa, verificamos que, 3 levam menos de uma hora, 3 de uma a menos de duas horas e 4 de duas a três horas. Quanto a formação acadêmica, todos possuíam Graduação e 15 deles Pós-Graduação. Contudo, a predominância da área de especialização assentava-se na Educação Infantil, aparecendo 6 vezes entre as respostas. Mencionamos que apenas 2 deles possuíam Pós-Graduação em Educação do Campo e um tinha mestrado em Agronomia.

Entre os docentes, 13 (76,47%) são contratados e 4 (23,52%) concursados. Quanto ao tempo de trabalho, verificamos que 23,52% estão a menos de um ano atuando nessas escolas e 35,29% há dois anos. Identificamos também que, 6 deles trabalham em duas escolas. Observamos que o material para leitura que os docentes mais têm acesso é o livro didático, sendo citado 9 vezes. Conforme averiguado, o livro didático tem sido a principal fonte de leitura do docente, revelando que esta prática “[...] parece estar enraizada a cultura de que o professor é aquele que lê manuais didático [...]” (SEGANFREDO et al., 2016, p. 215). Todavia, destacamos que em muitas escolas o livro didático acaba

constituindo-se no único recurso disponível aos professores. Sobre o material utilizado na elaboração do plano de aula, novamente o livro didático é o mais citado (11 vezes), seguido da internet (10 vezes).

No que se refere a escolha do livro didático, verificamos que 41,17% dos docentes não participaram desse processo. Quanto à adequação do livro didático à realidade do campo, 52,94% dos entrevistados disseram que o livro não está de acordo com a realidade do campo. Contudo, como constatado, o livro didático ainda é o mais utilizado nas aulas. Diante disso, identificamos uma das contradições existentes no espaço escolar, pois pouco mais da metade dos entrevistados avaliaram o livro didático inadequado à realidade do campo, porém, este ainda é o mais utilizado pelos docentes e ainda se configura em muitas escolas como o principal recurso. Por fim, 16 dos 17 docentes demonstraram interesse em participar de cursos de formação em Educação do Campo.

Em Inocência, temos as escolas E.M. Cirilo Anoena da Costa e E.E. João Ponce de Arruda. Ver figura 8 e 9.

Figura 8 – Inocência (MS): fachada da Escola João Ponce de Arruda



Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 9 – Inocência (MS): fachada da Escola Cirilo Anoena da Costa



Fonte: trabalho de campo, 2019.

Nessas escolas, 14 docentes participaram da pesquisa, no qual 71,42% (10) deles eram do sexo feminino. Quanto ao local de moradia verificamos que, apenas 21,42% (3), residem no campo. A baixa quantidade de professores oriundos do campo reflete a disparidade entre a população do campo e a população da cidade no Território Rural do Bolsão (MS), pois como apontamos no início deste texto, apenas 10,72% da população total desse território residem no campo. Outro ponto recai sobre a ausência de Reforma Agrária. Em relação ao tempo gasto entre ida e volta do local de trabalho, foi constatado que 5 deles gastavam de 30min a uma hora e 5 levavam mais de uma a 2 horas. No que se refere à formação acadêmica, todos possuem Graduação e 13 deles Pós-Graduação, nível especialização. As áreas mais citadas foram: Educação Especial e Matemática. Destacamos que 85,71% dos professores são contratados. Verificamos que 2 deles estão a menos de um ano nessas escolas e 6 deles trabalham em 2 escolas.

No que concerne a identidade dos sujeitos do campo como tema trabalhado na disciplina em que o docente atua, 42,86% responderam não trabalhar tal temática, 35,71% disseram que sim, 7,14% às vezes e 14,29% não respondeu. Este é um ponto delicado, pois tratar da cultura, identidade e saberes do campo é fundamental para mudança. Com

base nos compromissos e desafios firmados na primeira I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, “a Educação do Campo deve prestar especial atenção às raízes da mulher e do homem do campo, que se expressam em culturas distintas [...]” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p.162). Assim, “a escola é um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural onde ela está inserida”. Aqui temos outro ponto de contradição, pois, como verificamos, poucos docentes são oriundos do espaço rural, a prática, a vivência e a formação desses são urbanocêntricas, além de, como constatado através dos questionários, 42,86% não trabalham tal temática.

Diante disso, os cursos de formação continuada deveriam estar assentados nas especificidades e necessidades da população do campo, sobretudo no que tange a cultura, a valorização, os saberes, o modo de trabalhar a terra, objetivando suprir essas carências. Por conseguinte, o artigo 110 da Resolução/SED nº 2.501 de 20 de dezembro de 2011⁵³ traz que

Deverão ser adotados, nas escolas do campo, procedimentos para garantir a formação continuada dos profissionais em exercício, especialmente os professores, considerando, sobretudo, as referências culturais, a predominância da economia de cada região camponesa, os projetos agrários de cada localidade e, ainda, os anseios da comunidade. (MATO GROSSO DO SUL, 2011)

Em contrapartida, conforme constatado nos questionários, os cursos de formação continuada não se adequam à realidade do campo nem às necessidades dos docentes. A respeito desses cursos, os professores(as) responderam: “sim, ao meu ver a formação continuada tem

⁵³ Dispõe sobre a organização da Educação Básica do Campo na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Destacamos que algumas das escolas investigadas são estaduais.

que fazer parte da vida do professor” (questionário); “pouco válido porque não é ministrado por pessoas da área do estudo/conteúdo (questionário)”; “sim, participamos do curso de empreendedorismo no campo, foi um grande aprendizado (questionário)”; “sim. Porém, um pouco distante da nossa realidade (rural) (questionário)”; “gostaria que esses cursos de formação fossem mais direcionados por área de conhecimento (questionário)”; “sim, bom, mas poderia melhorar (questionário)”. “Sim. Depende do curso e em que está direcionado. Todos são muito bons na questão de adquirir aprendizado, mas alguns não demonstram ser totalmente direcionado ao ensino no campo” (questionário); “não condiz com a realidade, sempre mostra um conto de fadas. Não é. (questionário)”. Diante das falas dos professores(as), há um misto de prós e contras em relação à qualidade dos cursos de formação. Identificamos ainda que, 10 dos 14 docentes tinham interesse em participar de curso de formação em Educação do Campo.

No município de Paranaíba encontramos três escolas no campo, sendo elas: E.M. Capitão Altino Lopes, E.M. João Chaves dos Santos e E.M. Dona Maria Paula de Oliveira. Ver figuras 10, 11 e 12.

Figura 10 – Paranaíba (MS): fachada e parquinho da escola Capitão Altino Lopes



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Figura 11 – Paranaíba (MS): fachada da Escola João Chaves dos Santos



Fonte: trabalho de campo, 2019.

Figura 12 – Paranaíba (MS): fachada e quintal da Escola Maria Paula de Oliveira



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Nessas escolas foram aplicados 24 questionários. Iniciamos a abordagem dos resultados destacando a predominância do sexo feminino quanto à docência, nessas escolas 18 (75%) dos 24 questionários foram respondidos por pessoas do sexo feminino e 6 (25%) masculino. Quanto ao local de moradia, ressaltamos que apenas 1, dos 24 professores que participaram da pesquisa, mora no campo. Vemos se repetir a predominância de professores oriundos das cidades. Sobre o tempo de deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa, verificamos que: 4 docentes gastavam menos de 2 horas; 7 gastavam de 2 a 3 horas; e

12 deles gastavam 4 horas. Todos os docentes possuem Graduação e 17 deles possuem Pós-Graduação lato sensu. Entre as especialidades, as que mais apareceram foram: Educação do Campo (salientamos que a UFMS, campus de Paranaíba, ofertou curso de Pós-Graduação em Educação do Campo), Educação Infantil, Psicopedagogia e Alfabetização e Linguagem. Quanto ao regime de trabalho, observamos que 18 (75%) docentes são contratados e 6 (25%) concursados. A respeito do tempo de trabalho, apontamos que 13 (58%) do total de 24 docentes trabalhavam a menos de um ano nas escolas investigadas. Diante desses números, é possível inferir que há uma rotatividade de professores entre um ano e outro. Lembramos que 7 (29%) dos docentes trabalham em mais de uma escola.

Constatamos que o livro didático é o material mais acessível nessas escolas, sendo citado 15 vezes, seguido de livros diversos (conto, poesia, crônicas e outros). Quanto ao material utilizado pelos professores(as) na elaboração do plano de aula, verificamos que a internet é a mais citada (18 vezes), seguida do livro didático (17) e do referencial curricular (7). Observamos que são dados preocupantes, pois “[...] o livro didático é distante da vida do aluno, ou seja, não respeita e não condiz com a cultura e identidade dos povos do campo [...]” (SEGANFREDO, et al., 2016, p. 232). No que concerne à participação dos docentes na escolha do livro didático, constatamos que 19 (79%) não participaram da escolha do mesmo. Aqui, identificamos outra contradição, pois quase 80% dos docentes não participaram da escolha do livro didático que usam.

Diante disso, quem escolheu por eles? Quem escolheu os livros teve tempo hábil para analisar o material? Houve discussão sobre tal material? Porém, na avaliação dos professores(as), 16 (66%) deles disseram que o livro didático não se adequa à realidade do campo. A respeito de trabalharem ou não temas ligados a identidade dos sujeitos do

campo em suas disciplinas, 14 responderam que não, e 10 disseram que sim. Ressaltamos que “a escola deve ser espaço de ressonância das demandas e dos sonhos, contribuindo na formação de sujeitos coerentes e comprometidos com o novo projeto” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 163). 2011, p. 163). No entanto, não é o que se observa. No que tange ao interesse em participarem de cursos de formação em Educação do Campo, 17 responderam sim e 7 disseram não.

No município de Selvíria temos a EMR São Joaquim. Ver figura 13

Figura 13 – Selvíria (MS): fachada e pátio da EMR São Joaquim



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Nessa escola foram aplicados 15 questionários com os docentes. Notamos mais uma vez a predominância do sexo feminino, pois, como observado, 11 (73%) dos docentes que participaram da pesquisa eram do sexo feminino. Desses, 6 (40%) residiam no campo e 9 (60%) na cidade. Destacamos a importância da Reforma Agrária na construção da Educação do Campo e na escola do campo, pois onde há escolas dentro dos assentamentos, o número de professores que residem no campo é maior, como constatado em Chapadão do Sul e Selvíria. Quanto ao deslocamento de ida e volta, 3 gastavam de uma a menos de

duas horas, 4 gastavam duas horas e 3 dentre eles utilizavam três horas. Sobre a formação acadêmica, todos possuíam Graduação e 13 dentre eles responderam ter concluído Pós-Graduação. Porém, apenas 2 deles possuem Pós-Graduação em Educação do Campo. No que concerne ao regime de trabalho, 93% (14) dos que participaram da pesquisa são contratados. Contudo, apenas dois deles estavam a menos de um ano na escola.

Quanto a terem participado de cursos de formação continuada nos últimos dois anos, 13 responderam que participaram. No que se refere ao material de leitura que esses têm acesso na escola, o livro didático foi o mais citado, aparecendo 10 vezes. Sobre o material utilizado na elaboração do plano de aula, novamente o livro didático aparece entre os mais citados (7 vezes), seguido de apostila (7 vezes) e internet (5 vezes). Quanto à escolha do livro didático, 47% (7) disseram ter participado, 47% responderam que não participaram e 1 não respondeu. No que tange a adequação do livro didático à realidade do campo, obtivemos o seguinte resultado: 8 disseram que não se adequa, 5 responderam que sim, 1 disse que parcialmente e 1 não respondeu. Por esse motivo, salientamos que “o livro didático é um instrumento contraditório, que não problematiza às questões inerentes da realidade, segue uma lógica inversa à concepção da Educação do Campo, pois a um distanciamento do contexto social” (SEGANFREDO et al., 2016, p. 217-218). Ainda conforme a autora e na qual concordamos, “é necessário que professores e gestores analisem criteriosamente o livro didático, quanto ao conteúdo proposto, as imagens, a cultura “forçada”, que se diz respeitar a diversidade e que, no entanto, é contraditório” (SEGANFREDO et al., 2016, p. 218). Destacamos que, o que foi apontado pelos autores, tornam-se mais relevante quando as escolas se encontram localizadas dentro de assentamentos rurais, pois, os livros didáticos, os apostilados, os projetos e parcerias com empresas do agronegócio “orienta uma prática pautada na lógica do modo de produção capitalista, que valoriza

o consumo e a reprodução de conhecimentos que refletem os interesses de uma classe dominante” (SEGANFREDO et al., 2016, p. 2018). Ressaltamos que 14 dos 15 docentes que participaram da pesquisa responderam que têm interesse em participar de cursos de formação em Educação do Campo.

No município de Três Lagoas temos as escolas E.E. Afonso Francisco Xavier Trannin e E.M Antonio Camargo Garcia. Ver figuras 14 e 15.

Figura 14 – Três Lagoas (MS): Escola Afonso Francisco Xavier Trannin



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Figura 15 – Três Lagoas (MS): fachada da Escola Antonio Camargo Garcia



Fonte: trabalho de campo, 2019.

Nessas escolas aplicamos 13 questionários. Verificamos que 9 dos 13 docentes entrevistados são do sexo feminino e 4 masculino. Quanto ao local de residência, 11 (84%) residem na cidade e apenas 2 (16%) no campo. O tempo de deslocamento entre casa-trabalho e trabalho-casa varia entre menos de uma hora (1), de 1h a 1h30 (9) e 2h (1). Sobre a formação dos entrevistados, constatamos que todos possuem Graduação e 8 (61%) Pós-Graduação, lato sensu, sendo Educação Especial a área mais citada. Destacamos o número de professores(as) contratados, ou seja, 12 (92%). Identificamos também que, 7 dentre eles trabalham em 2 escolas e 1 trabalha em 3.

Com relação ao material que os docentes têm acesso na escola e que utilizam para elaboração do plano de aula, verificamos que o livro didático e internet são os mais citados, 16 e 12, respectivamente. Quanto à adequação do livro didático à realidade do campo, 6 disseram que não são adequados, 3 responderam que sim, 3 afirmaram que parcialmente e 1 não respondeu. No que se refere a identidade dos sujeitos do campo, 5 disseram que não abordam o tema na sua disciplina, 7 responderam que sim e 1 disse que às vezes. Sobre as dificuldades encontradas no local de trabalho, 9 responderam que encontram e 1 disse que às vezes, os demais disseram não encontrar. Salientamos que a Educação do Campo, busca o resgate ao direito dos povos do campo à Educação Básica, pública, ampla e de qualidade. Nesse sentido, “a escola é o espaço onde a comunidade deve exigir, lutar e fiscalizar as políticas educacionais” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 162). Portanto, torna-se essencial a presença e a participação da comunidade na vida escolar, para isso, “a escola precisa estar presente na vida da comunidade e assumir as grandes questões e causas dos povos do campo” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 164).

Conforme analisado, ambos os municípios apresentam características similares. Diante disso, cabe pontuarmos alguns aspectos que se

repetem, sendo eles: I – professores contratados: Verificamos que 75% a 93% dos docentes estão sob regime de contrato temporário. Quanto a isso, observamos a necessidade de concurso público, o que melhoraria as condições de trabalho e a estabilidade do docente, bem como a continuidade da prática pedagógica. Nesse sentido, o movimento Por Uma Educação do Campo, apontou como propostas de ação para o Governo “implementar políticas públicas de valorização profissional das educadoras e educadores do campo; realizar concursos públicos para a seleção de professores do campo” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 211, p. 213), porém, como visto nas respostas dos docentes, isso não tem se materializado;

II – local de residência: Identificamos que de 60% a 95% dos professores residem na cidade. Mencionamos também, as condições de deslocamento, a precariedade das estradas, a baixa ajuda de custo e outros. Evidenciamos tais dificuldades nas falas dos docentes quando afirmam que “a dificuldade é o trajeto da cidade até aqui, por condição precária de estradas (questionário)”; “sim, em decorrência das chuvas, o transporte escolar pode ter problemas” (questionário); “descolamento com baixa ajuda de custo [...]” (questionário);

III – material de leitura: Observamos que o livro didático é o material de leitura mais acessível nas escolas investigadas. Diante disso, apontamos com base na análise do material didático que encontramos nessas escolas (nesse texto não tratamos especificamente), que esses livros não contemplam a realidade dos sujeitos do campo. Outra ação proposta pelo mesmo movimento citado anteriormente assenta-se na produção de materiais didáticos. Na proposta foi apontado “produzir e editar materiais didático-pedagógicos específicos para as escolas do campo, desde o olhar das diferentes identidades que existem no campo” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 211, p. 213). Contudo, mesmos os livros referentes ao PNLD Campo, que em tese seria específico para

essa realidade, trazem uma carga ideológica grande, que não condizem e nem valorizam a identidade nem a cultura da vida no campo. Todavia, é preciso ressaltar que os docentes necessitam de tempo adequado para analisar, problematizar e questionar tal material, porém, nem sempre dispõem desse tempo;

IV – tema relacionado a identidade do sujeito do campo: Lembremos que as EMR São Joaquim, Selvíria/MS e E.M.R. Aroeira, Chapadão do Sul/MS, por estarem localizadas dentro de assentamentos rurais poderiam ter um pouco mais de cuidado com a Educação que está sendo promovida dentro do espaço escolar. Destacamos que a EMR São Joaquim foi a única escola dentre aquelas que visitamos que não adota ou adotou o programa Agrinho⁵⁴. Porém, a utilização do apostilado do sistema Maxi de ensino e projetos em parceria com a Fibria (atual Suzano) caminha em direção oposta às características da Educação do Campo. A diversidade dos sujeitos do campo, isto é, sendo eles filhos de trabalhadores rurais, assentados, e outros, apresentando também contraste socioeconômico, além do antagonismo entre pequena agricultura com base nos princípios da agroecologia (caso do assentamento 20 de Março), e as atividades do agronegócio (eucalipto-celulose-papel), com base no arrendamento e assalariamento rural, como maneiras de obtenção de renda da terra e do trabalho, são aspectos que necessitam de discussão dentro do espaço escolar;

⁵⁴ O Agrinho-MS é um programa importado do estado do Paraná. Esse, se trata de um programa social do Sistema FAEP, resultante da parceria entre o SENAR-PR, FAEP, o governo do estado do Paraná [...] diversas empresas e instituições públicas e privadas. No Paraná, esse programa completa 23 anos de existência envolvendo 1,5 milhão de crianças e aproximadamente 80 mil professores (SENAR-PR, 2018). Em Mato Grosso do Sul, esse programa teve início em 2014, contando com a parceria do SENAR-MS, FAMASUL. O programa é desenvolvido no ensino fundamental das escolas públicas em parceria com as secretarias de educação estadual e municipal, em 2017, o programa atingiu cerca 184 alunos e capacitou 8 mil professores no estado (SENAR-MS, 2018).

V – curso de formação: Constatamos que 70% a 94% dos professores têm interesse em participar de curso de formação em Educação do Campo. Entendemos que os docentes têm o interesse de melhorar sua prática por meio de cursos específicos em Educação do Campo, seja para adquirirem conhecimento pessoal, seja para compreenderem a realidade em que atuam e, principalmente, para melhor atender aos educandos/educandas. Isso fica evidente nas respostas encontradas nos questionários, vejamos: “sim, já tenho uma especialização na área, mas o conhecimento é uma busca constante para professores e agregar conhecimento com o que estamos vivendo no trabalho, na nossa prática, melhora e amplia o olhar do professor” (questionário); “sim, porque com esses cursos os professores do campo teriam mais capacitação (questionário)”; “sim, haja vista que moro no campo, é minha realidade e gostaria que minha filha tivesse permanência no campo” (questionário).

Diante do exposto, sinalizamos dois pontos importantes quanto aos municípios onde estão situadas as escolas supracitadas: I – não se tem uma atuação acentuada e organizada politicamente de movimentos sociais do campo; e II – as escolas localizadas no campo do Território Rural do Bolsão (MS) ainda apresentam características da Educação Rural, sendo elas: a centralização dos conteúdos no livro didático (como demonstrado através dos questionários), a adoção do programa Agrinho, que representa a ideologia da Educação Rural, calcado em práticas educativas que destoam daquelas propostas pela concepção de Educação do Campo, mas que tem sido adotado por grande parte dos municípios, sendo introduzido nas escolas como projeto de “educação do campo”, apropriando-se e distorcendo a concepção originária.

Logo, essas práticas distanciam as escolas no campo da concepção de Educação do Campo, pois não tem vinculado “[...] as práticas de Educação Básica do Campo com o processo de construção de um projeto po-

pular de desenvolvimento nacional” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 161), como proposto nos compromissos e desafios firmados na I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. A concepção de Educação do Campo visa “um compromisso com a vida, com a luta e com o movimento social que está buscando construir um espaço onde possamos viver com dignidade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 161). Isto posto, a escola deve/tem papel de centralidade, pois “[...] ao assumir a caminhada do povo do campo, ajuda a interpretar os processos educativos que acontece fora dela e contribuir para inserção de educadoras/educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 161). Contudo, conforme exposto anteriormente, não é o que se observa até então.

Para não concluir...

Nessa perspectiva, trabalhamos com a hipótese de que não só os aspectos destacados são comuns às escolas no campo do Território Rural do Bolsão (MS), mas que essas são similitudes referentes às escolas no/do campo a nível de Brasil. Portanto, ao trazermos uma síntese dos resultados, tivemos como propósito também, demonstrar as semelhanças existentes entre as escolas em questão. Lembramos que essas escolas estão localizadas em municípios diferentes, com dinâmicas agrário-agrícola distintas, isto é, Três Lagoas, Água Clara, Selvíria (eucalipto), Chapadão do Sul (soja, cana-de-açúcar, milho), Paranaíba (pecuária), temos também duas escolas localizadas dentro de assentamentos rurais, caso da EMR São Joaquim e EMR Aroeira. Contudo, verificamos certas características que perpassam por todas as escolas investigadas. Um dos caminhos que explicaria esses pontos em comum seria as “amarras institucionais”, isto é, as rotinas, os prazos, tempos fechados, fragmentação dos conteúdos, os cursos de formação, as avaliações, clientelismo. (SOUZA, 2016)

Para pensar algumas questões relacionadas à prática docente, partimos da premissa de uma hierarquização vertical dentro dos espaços interno e externo à escola. O que queremos dizer é que há uma relação de cima para baixo dentro da escola, que se constitui da seguinte forma: direção-coordenação-professor-aluno, mas também externa, Ministério da Educação-Secretaria Estadual de Educação-Secretaria Municipal de Educação-escola, há também em alguns casos relações clientelistas, por mais que se diga o contrário, essas relações permeiam o ambiente escolar.

Tomamos como exemplo, o caso das escolas de Chapadão do Sul, onde a dinâmica agrário-agrícola assenta-se na produção de soja, milho, cana-de-açúcar (etanol), dentre outros gêneros agrícolas. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico “a grande maioria dos alunos são filhos de funcionários das fazendas que, geralmente, cultivam milho, soja, sorgo, cana de açúcar e também de fazendas que focam apenas na pecuária” (CHAPADÃO DO SUL, 2018). E que a escola atende também “crianças de proprietários e funcionários de sítios e fazendas vizinhas” (CHAPADÃO DO SUL, 2018b). Outro ponto está na parceria entre Secretaria Municipal de Educação e proprietário de fazendas, como aparece em um dos trechos do PPP, “a Secretaria Municipal de Educação, sempre se preocupou em oferecer uma educação de qualidade e, de excelência, sempre em parceria com os proprietários de fazendas da região [...]” (CHAPADÃO DO SUL, 2018).

Desse modo, como o professor problematiza no caso da soja, as implicações no uso intensivo de agrotóxico, a utilização de sementes transgênica, a pulverização aérea, a mecanização do campo? Outrosim, no caso da cana-de-açúcar, a exploração da mão de obra, os casos de trabalho análogo a escravidão, questões relativas à poluição, mas também, a expropriação e expulsão dos sujeitos do campo, sendo que, uma das escolas encontra-se na Fazenda Iaco onde está situada também a indústria Iaco agrícola.

Outro exemplo é o da escola São Joaquim em Selvíria. Como os professores problematizam as implicações da expansão do eucalipto, quando a escola em que os alunos estudam foi construída e ampliada por uma empresa do agronegócio? Quando o raio de atuação dessas empresas se estende às famílias assentadas como alternativa de melhoria e permanência no lote? Sendo o campo elemento central no debate da Educação do Campo, como essas escolas têm trabalhado o conceito de campo com esses sujeitos? É diante dessas poucas indagações e contradições que pensamos a necessidade de transformação das escolas no campo do Território Rural do Bolsão (MS) em escolas do campo, de fato. Ademais, não estamos querendo com isso imputar os docentes, pois esses estão inseridos no processo, assim como o alunado, se tornam vítimas da forma e contexto escolar hegemônico e das contradições inerentes ao campo. Porém, é necessário que os secretários, gestores, professores e demais funcionários tenham clareza de que a escola é um espaço construído historicamente com práticas e culturas tradicionais enraizadas.

Diante disso, pensamos que seja necessário desconstruir esse modelo de escola, para se construir uma escola com potencial de problematizar, entender e revelar as contradições existentes no campo. Outrossim, cabem a essas escolas reconhecerem que práticas vinculadas ao agronegócio, como, o programa Agrinho, os projetos desenvolvidos pela Fibria, remetem a formas de exploração do campo, da terra e dos sujeitos que não condizem a concepção originária de Educação do Campo. Assim, a escola precisa deixar de ser o espaço de reprodução das relações sociais capitalistas, para ser o espaço da vivência, das relações humanas cultivadas pela cooperação, solidariedade, sentido de justiça e zelo pela natureza, da mística da terra e dos saberes populares.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Campesinato e Educação: um campo em movimento. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.) **Educação do Campo**: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos, módulo III. Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2013. P. 101-109

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (org.). I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo: CNBB - MST- Unesco - UNB Luziânia/GO, 27 a 31 de julho de 1998 documentos finais - Anexo I. In. **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011. P. 160-214.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. 2007, P. 1-9. Mesa sobre Educação do Campo [online]. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/405410/mod_resource/content/1/0%20que%20C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20caldart.pdf Acesso em: set. 2022.

CALDART, Roseli Salete. A Educação do Campo e perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, Antônio et al. (Org.) **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis, SC: Insular, 2010. P. 145-187.

CHAPADÃO DO SUL (município). Proposta Pedagógica da escola Ribeirão. Chapadão do Sul/MS: Secretaria Municipal de Educação, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Proposta Pedagógica da escola Pedra Branca. Chapadão do Sul/MS: Secretaria Municipal de Educação, 2018b.

DATALUTA, 2017. **Relatório Nacional 2016**. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php> acesso em: mar. 2018

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2010. Brasília. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=50> Acesso em: fev. 2018

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2010. Brasília. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms> Acesso em: fev. 2018.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos assentamentos**, 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: mar. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. MS: Resolução/SED nº2.501 de 20 de dezembro de 2011.

MUNARIM, Antônio. Educação do Campo: desafios teóricos e práticos. In: MUNARIM, Antônio et al. (Org.) **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis, SC: Insular, 2010. P. 9-18.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: **Anais**. XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Aracajú, nov. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

SEGANFREDO, Katia Aparecida; et al. Prática pedagógica nas escolas localizadas no campo na região metropolitana de Curitiba. In: SOUZA, M. A. (org) **Escolas públicas no/do campo**: letramento, formação de professores e prática pedagógica. Curitiba: Editora UTP, 2016. P. 181-240.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. O golpe a cassação do direito fundamental dos camponeses à educação do campo. In: Geografia em debate [online]. **Revista Okara**. V.12, n.2, 2018. P. 322-433.

SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo: desafios para as escolas públicas. In: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves (org.). **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 111-136.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES: A CONQUISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PRONERA E PRONACAMPO⁵⁵

William James Vendramini⁵⁶

Rodrigo Simão Camacho⁵⁷

Introdução

A pesquisa visa relacionar as disputas territoriais e os conflitos do campo, com as conquistas, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de políticas públicas protagonizadas pela ação dos movimentos socioterritoriais camponeses voltadas à Educação do Campo.

Nos últimos anos, os governos estão minando a Educação do Campo a partir de redução de verbas, diminuindo e/ou interrompendo a continuidade de projetos que incentivem as práticas de atividades no campo que representam pequena ou pouca expressividade no mercado internacional financeiro e que não se apresenta de forma significativa na exportação da produção agrícola, fazendo uma pressão sobre os pequenos proprietários rurais, que são desestimulados a manter o modo

⁵⁵ Resulta de reflexões a partir de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, Campus de Três Lagoas, desenvolvido pelo primeiro autor e orientado pelo segundo.

⁵⁶ Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: william.j@ufms.br

⁵⁷ Doutor em Geografia. Docente na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: rogeo@ymail.com

de vida e produção que apresenta, normalmente, características de agricultura camponesa, sendo forçados a migrar para centros urbanos.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo tende a ser desconfigurada, sendo forçada a utilizar em seus currículos, conteúdos que atendam bases nacionais, que possuem em seu cerne, ideologias neoliberais, dificultando que as questões relacionadas ao modo de vida e as territorialidades das populações do campo, águas e florestas, possam ser tratadas de forma adequada, que culmine com a valorização da resistência do campesinato e, assim, no ceio da escola possa-se conhecer e compreender, “as diferentes formas de reprodução dos sujeitos do campo e a multidimensionalidade de seus territórios (política, econômica, cultural, ambiental), seus diálogos e conflitos” (CAMACHO, 2019).

O debate dessas questões é fundamental para o fortalecimento das escolas e da Educação do Campo, possibilitando a promoção, criação, implantação e manutenção de políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades das populações do campo em sua multidimensionalidade. Concordando com Arroyo (2007), as políticas públicas devem, a partir do campesinato, enquanto classe socioterritorial e modo de vida, envolver como elementos fundantes as questões da cultura, identidade, território, gênero e étnico-racial, conflitos etc., ou seja, isto significa pensar em políticas focadas nessas especificidades.

Uma das condições iniciais para que este objetivo se efetive na prática é compreender as ações dos movimentos socioterritoriais camponeses, que na história do Brasil, apresentam resultados importantes de conquistas de direitos, mas que, paulatinamente, devido a implantação de política neoliberais, advindas de um governo que tem como concepção ideológica, o “ultraliberalismo”, estão perdendo o poder de impacto da força de suas ações (SANTOS, 2021).

Este estudo tem o objetivo de analisar a relação entre a Questão Agrária e a Educação do Campo no Brasil, apontando os pontos geradores de conflitos e disputas territoriais no campo e elencando os avanços e retrocessos das políticas públicas do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) que surgiram em consequência da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses.

A metodologia empregada no desenvolvimento desta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica e exploratória. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, baseados em critérios técnicos, sendo qualitativa e quantitativa.

Dentro das perspectivas de obter dados satisfatórios, a pesquisa baseou-se na exploração e levantamento de dados existentes de forma bibliográfica, de textos publicados (artigos, livros, dissertações, teses) e o Dicionário da Educação do Campo. Destaca-se no debate dos temas: Questão Agrária, Disputas/Conflitos Territoriais, Educação do Campo e Políticas Públicas, autores como Camacho (2014, 2019, 2020), Fernandes (2005, 2008, 2009), Santos (2002, 2008), Saquet (2007, 2009), Caldart (2010, 2012), Nardoque (2016), Arroyo (2007), Almeida e Paulino (2010), Molina (2010), Martins (1981), entre outros autores, que revelam com discussão teórica e empírica, os problemas enfrentados pelos camponeses na resistência pela permanência na terra com a garantia de direitos basilares, como a Educação do Campo, desenvolvida de forma adequada às características socioterritoriais do campesinato.

Na fase analítica documental das políticas públicas de Educação do Campo, entre os anos de 1996 e 2020, embasamos na discussão baseada em leis, normativas, portarias que analisam a temática, entre elas, destaca-se, a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Manual de Operações do

PRONERA; Portal do MEC; Portal PRONACAMPO; Diretrizes Curriculares Nacionais.

Do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), que é um projeto de extensão e pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apurou-se e apresentou-se resultados de pesquisas que tratam da Questão Agrária e dos conflitos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais camponeses em ação

Buscamos realizar uma reflexão sobre disputas territoriais entrelaçadas com as ações dos movimentos socioterritoriais. Pretendemos, assim, fazer uma reflexão teórica acerca da importância de se entender o que é o campo para a Educação do Campo.

[...] sendo que para isto o debate sobre territórios/territorialidades camponesas é primordial. Estamos defendendo a perspectiva de que a Educação do Campo é produto, mas dialeticamente, é também, instrumento das lutas dos movimentos socioterritoriais camponeses pela conquista e resistência em seus territórios. Sendo, portanto, produto/produtora da multidimensionalidade dos/das territórios/territorialidades camponesas. (CAMACHO, 2020, p. 1).

As relações socioespaciais são formadas pelos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos (2002), “são contraditórios e solidários”. “As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos” (FERNANDES, 2005).

As relações contraditórias e conflitivas, possibilitam que o campo seja um espaço social construído permanentemente por constantes mudanças significativas. Neste caso, a Educação do Campo ganha mais força a partir da criação de uma política pública específica, resultado de lutas e reivindicações dos movimentos socioterritoriais.

Os movimentos sociais são formados a partir de ações sociopolíticas construídas por sujeitos sociais coletivos pertencentes a diferentes classes articuladas a determinada conjuntura socioeconômica e política de um país (GOHN, 1997). Estamos vivendo um período histórico de mobilizações, onde múltiplos povos se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas, quilombolas etc. que lutam para conquistar e/ou resistir em seus territórios (CAMACHO, 2021).

Os movimentos sociais que constroem/reconstroem territórios são denominados por Fernandes (2005) de movimentos socioterritoriais. Os movimentos socioterritoriais “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).

Scherer-Warren (1999) indica que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos. A autora afirma ainda que um mesmo movimento social pode apresentar a dimensão contestadora, solidária e propositiva. Manifestam-se na forma de denúncia e protesto, cooperação e parceria para solução de problemas sociais e construção de projetos alternativos e de mudanças. Em outras palavras: “Os movimentos sociais são formados a partir de ações sociopolíticas construídas por sujeitos sociais coletivos pertencentes a diferentes classes articuladas a determinada conjuntura socioeconômica e política de um país” (GOHN, p.25, 1997).

[...] Existem 05 categorias principais de movimentos sociais: 1ª – Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que a apoia ou abriga seus mandatários; 2ª – Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª – Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); 5ª – Movimentos sociais construídos a partir de ideologias. (GOHN, p. 26 1997).

De acordo com Fernandes (2005), os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. Assim, a construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (FERNANDES, 2005, p. 8).

Os sujeitos dos movimentos socioterritoriais, ou as classes territoriais, têm a necessidade de lutarem pela conquista e o controle territorial para continuarem existindo. Se formos pensar nesses movimentos sociais “no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais

são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 22, grifo nosso).

A possibilidade de pensarmos o território como um trunfo vem das interpretações sobre o território de Claude Raffestin (1993). O trunfo pode ser entendido, segundo Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário de Língua Portuguesa, como sendo a “vantagem que permite e/ou propicia a vitória em luta, discussão, negócio, etc.”. Por esta definição vemos a importância do território para as disputas que ocorrem no campo. Assim, não obstante todos os movimentos sociais necessitam do espaço para se reproduzir, apenas para alguns o território é um trunfo. Esta é a diferença entre os movimentos que são apenas sociais ou socioespaciais e os movimentos que são socioterritoriais (FERNANDES, 2005; CAMACHO, 2019, 2020).

Apresenta-se entre os principais movimentos socioterritoriais do campo, MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Movimento de Libertação dos Sem Terras, Movimentos Indígenas e Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA). (DALPERIO, 2015).

No período de 2000 a 2018 foram registrados, no relatório DATALUTA (2019), 119 movimentos socioterritoriais, que atuaram em ocupações de terras no Brasil. Essas ações têm como consequência a modificação da estrutura fundiária, as pressões exercidas nos governos, a desterritorialização do agronegócio, (re) territorialização dos movimentos, dentre outros desdobramentos.

Em relação às áreas de maior atuação dos movimentos socioterritoriais temos as regiões Centro-Oeste e Nordeste. O enfrentamento nessas duas macrorregiões ocorre devido à territorialização do agronegócio (soja, cana-de-açúcar, frutas e gado). Nessas regiões destacamos o estado da Bahia com 67 ocupações e 2.142 famílias participantes e do

MS com a mobilização de 5.935 famílias em 63 ocupações, principalmente no sul do referido estado (DATA LUTA, 2019).

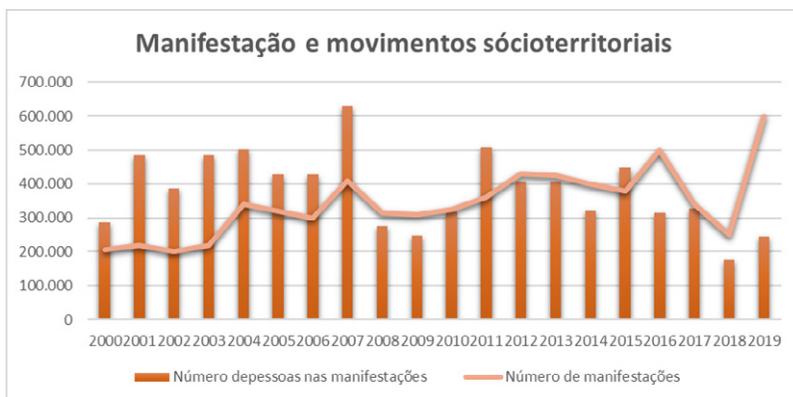
As manifestações são carregadas de emoções, sentimentos e ímpeto sobre um determinado aspecto que viola um direito coletivo ou que está sendo deteriorado, sendo um instrumento de resistência frente a um problema social, este permite que um determinado grupo, como os camponeses por exemplo, apresentem suas angústias, visando a permanência e conquista do território que o representa, pois é participante, integrante de uma determinada classe social ligada ao trabalho, tendo a Educação do Campo como direito e necessidade para a permanência no seu local de origem. Necessitando que a luta por um direito seja instaurada por meio da resistência, do conflito socioterritorial, e uma das formas para que isso ocorra é a manifestação, que é uma maneira de demonstrar a insatisfação e apresentar para as autoridades e para a sociedade geral que algo está errado e precisa ser corrigido por ferir o direito ou a dignidade material, moral ou intelectual de um grupo.

Ao se analisar um período temporal das manifestações no Brasil, na figura 1, percebe-se o grande número de participantes, ou seja, muitas frentes de luta, que os movimentos socioterritoriais projetam, no interior de uma sociedade conflituosa, a partir da necessidade de busca por direitos, como por exemplo, o de uma Educação do Campo com qualidade, equidade e respeito a cultura, o trabalho e os saberes.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O mo-

vimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais. (FERNANDES, 2008, p.4).

Figura 1 - Brasil: manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo 2000 – 2019 - relação do número de manifestações e pessoas envolvidas



Fonte: CPT. Org – Rede DATALUTA, 2020.

Esses enfrentamentos possuem várias linhas de reivindicações, como a reforma agrária e a distribuição de territórios que atendam às necessidades dos camponeses, quilombolas e indígenas, bem como a Educação do Campo, que é uma demanda, pois a conquista da terra não basta, é necessário garantir todos os aspectos de direitos constitucionais por meio de políticas públicas. Essas políticas têm que chegar ao campo. Existe um grande número de residentes na área rural do Brasil, que conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2015),

gerenciada pelo IBGE, 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, o que significa cerca de 33 milhões de pessoas. Esse número expressivo, ressalta a necessidade de existirem e se ampliarem escolas do campo, exigindo o planejamento, implantação e gerenciamento de políticas públicas para a Educação do Campo, respeitando suas características.

Concordando com Fabrini (2011), é através dos manifestos e organizações socioterritoriais, que os problemas mais agudos das questões agrárias são expostos para toda a sociedade civil e gestores públicos, sendo essa uma ação necessária para se amplificar as vozes e lutas em todas as modalidades que envolvem as questões dos mais oprimidos no campo, no caso, a classe camponesa. Com os movimentos sociais estas manifestações ganham corpo, força e legitimidade.

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições salariais e de trabalho luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária etc. (FABRINI, 2011, p. 08).

Caldart (2000) ao versar sobre a Pedagogia do Movimento, refere-se ao camponês⁵⁸ Sem Terra que se educa no processo de luta, como um

⁵⁸ Para Martins (1990), os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, os quais transferem renda da terra para os setores capitalistas e não, necessariamente, mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

“novo” sujeito, que ao se transformar neste processo, supera a condição de opressão. Assim, “como olhar para os Sem Terra, de modo a compreender o sentido de sua *ocupação e preocupação* específica com a questão da educação e da escola?” (CALDART, 2000, p. 19, grifo da autora). Para chegar a uma resposta, ela nos mostra que, em primeiro lugar, é necessário compreender a experiência mais ampla de formação humana que se dá no MST, e entender que a escola é apenas uma parte desta experiência.

As políticas públicas de Educação do Campo: Pronera e Prona-campo

Comprendemos que apesar de ser responsabilidade do Estado criar condições para que haja a garantia de direitos fundamentais aos educandos e educadores, por meio da implementação de políticas públicas, para que os resultados sejam expressivos e reais no cotidiano escolar, essas políticas nunca foram concedidas, mas conquistadas pelos sujeitos sociais do campo organizados em movimentos socioterritoriais. Essas conquistas podem ser analisadas historicamente.

Para Aguilar (2009) a situação da educação do meio rural brasileiro é consequência de um processo de exclusão econômico social e cultural e das políticas públicas educacionais. A mesma autora ressalta que o descaso histórico com o sistema educacional no meio rural levou a inexistência de diretrizes políticas e pedagógicas específicas, e de dotação financeira a institucionalização e manutenção de uma escola de qualidade em todos os níveis.

O campo nunca foi visto como um espaço prioritário para a ação institucionalizada do Estado através de diferentes políticas públicas e sociais. Pelo contrário, sempre foi tratado pelo poder público com políticas compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade, com

ações justapostas e concepções de educação até mesmo contraditórias. (AGUILAR, 2009, p. 38).

A partir da década de 90, com a pressão dos movimentos socio-territoriais do campo, algumas iniciativas voltadas para a educação do meio rural que apontam para a construção de políticas públicas começaram a surgir, dentre eles a criação do PRONERA.

No território das políticas públicas de Educação do Campo, temos o PRONERA. De acordo com o Manual de Operações do PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (CAMACHO, 2019b, p.6).

Falando em Educação do Campo, temos, historicamente, conquistado algumas leis, decretos e normativas que orientam sobre a garantia e execução de ações. A criação de políticas públicas adequadas às especificidades, torna-se importante para que as classes que resistem aos conflitos agrários e defendem o seu território, mesmo diante de uma grande contradição impetrada pelas relações econômicas do sistema capitalista. É com o surgimento dessas políticas educacionais para o campo que as conquistas se iniciam.

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formaram a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. (CAMACHO, 2014, p.187).

A educação do meio rural no Brasil sempre teve papel marginal nas políticas de educação, tendo a população do campo um acesso restrito, até mesmo ao nível básico de ensino. Segundo o Manual de Operações do PRONERA (2004), se no quadro geral a educação no país ainda apresenta grandes problemas, no campo esses problemas são ainda maiores.

Em 2000, 28,3% das pessoas com 15 anos ou mais residentes no meio rural não eram alfabetizadas, assim três em cada grupo de dez jovens ou adultos do meio rural se encontravam numa situação de analfabetismo absoluto, em uma população em que a escolaridade média não alcançava sequer quatro anos de estudo. (Manual do PRONERA, 2004, p.81).

A busca por direitos constitucionais é um objetivo dos movimentos. Esse fato leva a um conflito entre movimentos e Estado, sobretudo, quando é governado por gestores guiados pela ideologia neoliberal, que visam uma normatização universal da educação, desconsiderando as necessidades e especificidades dos sujeitos do campo e de sua condição de classe, impondo uma base curricular para todos. Nesse sentido Munarim (2006) aponta alguns embates.

Em outros termos, esses sujeitos sociais vivem uma espécie de dilema. Isto é, buscar o patamar da política pública, que quer dizer universal, é definido como estratégia básica, maior e mais nobre de suas ações. De outro lado, porém, isso implica para cada um desses sujeitos sociais, renunciar, pelo menos em parte, as condições de formação de sua identidade na medida que transfere ao Estado a tarefa da formação. É compreensível, pois, que, nas lutas de hegemonia entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com o Estado, eles reivindicam a ação do Estado como educador, mas procurem, ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público. Mas, essa última estra-

tégia apontada não é a única expressão do dilema; talvez, até melhor seria dizer que essa é uma forma de resolver o dilema de maneira republicana, eis que estão, num só tempo, cada qual ampliando seu campo de construção de identidade e contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública escolar – em que pese o desespero e reação de alguns gestores públicos que rejeitam a pedagogia dos Movimentos Sociais no interior de “suas” escolas. Já a expressão maior do que eu chamaria de resquício corporativista emerge menos nos discursos públicos – estes, bem calibrados por princípios teóricos republicanos – e mais nas relações diretas de pressão de cada sujeito social em particular sobre o aparato governamental nas demandas por recursos públicos às suas ações e mesmo por normatizações específicas. Em síntese, como tarefa da Secad/Coordenação-Geral⁵⁹ de Educação do Campo, no âmbito do MEC, nesse momento histórico, consta mediar um processo de construção de uma política pública de Educação do Campo, levando em conta contradições de, pelo menos, três ordens: as lutas de hegemonia inerentes às organizações populares e suas manifestações corporativistas; as barreiras internas e arraigadas na estrutura do MEC e, de resto, na estrutura de todo o aparato governamental e estatal; e, por fim, as reações de fundo mais classista, cuja manifestação, ainda que muito dissimulada, ao olhar crítico é percebida nos próprios paradigmas da educação nacional vigente, e contra o que, por excelência, a ideia de Educação do Campo se insurge. (MUNARIN, 2006, p. 17).

⁵⁹ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), é um órgão componente da estrutura administrativa do Ministério da Educação (MEC) e foi criada no ano de 2004, durante a gestão do ministro Tarso Genro, implantou o Procampo, o Pronacampo, o Protec e outras políticas, portarias, resoluções, decretos e normativas para a Educação do Campo e existiu até o ano de 2016, quando foi desfeita a partir da gestão do persistente Michel Temer.

De acordo com Molina (2010), existem muitos sentidos com relação à Educação do Campo e os sujeitos sociais que a implementam, tanto no âmbito político das lutas sociais quanto o da produção do conhecimento. A autora compreende que a Educação do Campo objetiva entender a complexidade da luta em função da emancipação humana e da transformação das relações sociais constitutivas do capitalismo. Nesse viés, necessita-se ter como princípio a emancipação da classe trabalhadora e camponesa e a atuação no sentido de oposição aos avanços do capital, formando sujeitos críticos da sociedade capitalista.

A Educação do Campo é compreendida como particularidade de um movimento histórico que é universal. Ela é a expressão particular do conhecimento da educação e da escola universais. Portanto, não pode reforçar a dualidade entre campo e cidade e entre Educação do Campo e Educação da cidade, que devem ser compreendidos no plano das diferenças. Um dos referenciais para a Educação do Campo é a teoria dialógica de Freire: unir para libertar, fazer a síntese para libertar, construir para compreender, com a intencionalidade de possibilitar aos sujeitos a leitura do mundo numa perspectiva transformadora. (MOLINA, 2010, p. 40).

A Educação do Campo, - que é formada pelos trabalhadores subsumidos pela lógica do capital (ribeirinhos, quilombolas, Sem Terra, indígenas, camponeses etc.), sujeitos políticos coletivos, sujeitos históricos, organizados na perspectiva da luta de classes, - permite que possam se reconhecer enquanto pessoas que têm direitos, que devem se engajar, se unir e, através da militância, conquistar esses direitos no qual foram historicamente excluídos (MOLINA, 2010, p.40).

No curso do debate, em relação aos aspectos sobre a constituição da Educação do Campo, entendemos que ela nasce e se fortalece como um paradigma construído pelos sujeitos coletivos, organizados nos

Movimentos Socioterritoriais do campo, tendo à frente, inicialmente, o MST. No processo histórico da emergência da Educação do Campo, temos como referência o I ENERA, as Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo I e II, que culminaram no surgimento de políticas públicas educacionais como o PRONERA e o PRONACAMPO.

Fruto da conquista da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, temos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No Manual de Operações do PRONERA, refere-se ao PRONERA como uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas rurais, ou que atendam estudantes que residem no campo. Seu objetivo é “fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa originou-se em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses” (BRASIL, 2011, p.37).

Na atualidade, mais do que nunca, ressalta-se a importância de se pensar sobre as dimensões epistemológicas da Educação do Campo, mas também sobre o complexo de relações econômicas, sociais e políticas que ela implica.

A conquista do Pronera, que possibilitou práticas e acúmulos que levaram à conquista do Pronacampo, são experiências concretas de uma ocupação que se pretende consolidar como conquista efetiva enquanto política pública. Sendo assim, a história de sua criação e de suas práticas só pode ser interpretada a partir das tensões que envolvem a relação dos movimentos sociais do campo, com o Estado: da disputa de concepções e de projeto societário por dentro do próprio Estado. Nesse sentido, andar no fio da navalha da contradição, coloca-nos o desafio de compreender não o fato em si, como algo isolado, mas o movimento de sua construção, imerso nas tensões e contradições que o envolvem, no momento histórico de sua concepção, conquista e criação. (MOLINA, 2014, p.228).

A Escola da Terra é ação constante do Eixo nº 1 do PRONACAMPO e busca promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombola em suas comunidades em como objetivo.

I - Promover a formação continuada específica de professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas; II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas. (BRASIL, 2013, p. 03).

O PRONACAMPO, vinculado a SECADI, tornou-se uma política pública direcionado a Educação do Campo, estabelecendo diretrizes nas esferas municipais, estaduais e federal, com o intuito de realizar a formação de professores para atuarem em escolas do campo, preparando-os conforme a realidade e especificidades estrutural, política e socioterritorial. Essa política surge com o avanço e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais, a partir da década de 1990.

Por isso, a necessidade de se compreender as configurações dos Movimentos Sociais a partir de suas manifestações e conflitos e suas relações com o Estado, tendo em vista a necessidade de avançar os projetos emancipatórios. Desta forma, uma das estratégias para o enfrentamento político-ideológico, consiste em identificar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos em relação ao Estado e à consolidação do atendimento de suas demandas pelos governos municipais, estaduais e federal, para que com argumentos e propriedade de causa, os debates e embates com as esferas do Estado, possam ter maior possibilidade de êxito.

Cabe, também, aos Movimentos Sociais conhecer, desvelar e rechaçar os mecanismos de cooptação presentes nas ações do Estado e do jogo político dos governos, a fim de superar as dificuldades e evitar a

cooperação. O conhecimento dessa realidade possibilita o fortalecimento do movimento e das conquistas de Políticas Públicas por ele demandadas e assumidas pelo Estado. (MOLINA, 2010, p. 39).

De acordo com Camacho (2019, p. 19), as experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas, a partir do PRONERA, bom como do PRONACAMPO, permite que visualizemos três características principais:

A primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova forma de desenvolvimento para o campo com sustentabilidade social e ambiental; a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses estabelecendo o diálogo de saberes populares com os conhecimentos técnico – científicos da universidade; e o terceiro é a Educação do Campo como instrumento de resistência política e cultural camponesa.

Tivemos nos últimos 20 anos muitas pessoas alfabetizadas, capacitadas e formadas pelo PRONERA e PRONACAMPO, que utiliza uma metodologia adequada à realidade sociocultural do campo, respeitando as especificidades socioterritoriais de cada localidade, aplicando, com base freiriana, uma Pedagogia da Alternância⁶⁰, dando protagonismo ao educando camponês.

⁶⁰ Pedagogia da Alternância é um método de ensino, que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar. Sendo este um modelo de educação que nasceu entre as duas guerras mundiais do século 20, por volta de 1935, na França. Naquele momento, a agricultura francesa sofria forte transformação e aumento do êxodo rural. Para enfrentar o problema, agricultores do país preocupados com a formação de seus filhos se organizaram em associações e criaram a Escola Família Agrícola (EFA). A experiência, segundo Jean Rubyo, foi bem-sucedida, expandiu-se na Europa e depois para outros continentes, chegou à América e ao Brasil, sendo amplamente fortalecido pela educação popular. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

Entretanto, com o golpe político-ideológico da classe dominante de 2016, estes programas foram sendo fragilizados, minados, com diminuição de verbas, redução de projetos com múltiplas instituições de ensino, corte de gastos e pessoal, dentre outras ações contra estes programas voltados para a Educação do Campo. A desvalorização dos direitos dos sujeitos do campo, (por serem uma classe social subalterna ao sistema capitalista), e o agravamento desse quadro pelas políticas neoliberais, deliberam para um desmonte das políticas da Educação do Campo, havendo redução orçamentária, corte de investimentos, redução da estrutura física com o fechamento de escolas e salas de aula.

As gestões federais sucessoras do ano de 2016, não atuam em benefício da Educação Básica e Superior públicas, cortando investimentos, cancelando projetos, reduzindo bolsas de estudos. Nessa toada, a Educação do Campo, vem sofrendo de forma abrupta a perda de direitos conquistados com muita luta dos movimentos socioterritoriais, tendo que engolir a nomeação de gestores não educadores e, sim, administradores que analisam a educação de forma mecânica e mercadológica, desconsiderando os processos pedagógicos da Escola do Campo.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se manter e fortalecer os movimentos socioterritoriais, para que conquistas não sejam sucumbidas, e outras demandas e necessidades sejam atendidas, pois o PRONERA e o PRONACAMPO vêm se enfraquecendo paulatinamente.

Entendemos que as relações que envolvem as conquistas das políticas públicas de Educação do Campo, como o PRONERA e o PRONACAMPO, sempre foram ligadas aos conflitos/disputas envolvendo a luta pela/na terra protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Nesse contexto, tivemos alguns avanços na conquista de políticas públicas com a finalidade de atender às especificidades educacionais dos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, mas,

que, concomitantemente, evidencia-se um enfraquecimento com a desterritorialização dessas classes socioterritoriais do campo devido ao avanço do capital no campo e a tomada do poder político do Estado por um governo ultraliberal que vem mercantilizando a educação pública, destruindo as políticas sociais e impondo sua ideologia nos currículos nacionais. Desta forma, considera-se que é de fundamental importância o engajamento e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais no embate com o capital e o Estado, a fim de reivindicar a criação e a manutenção de políticas públicas que promovam uma Educação do Campo que valorize a identidade territorial camponesa.

Considerações finais

Os resultados apontam que, partindo-se dos princípios teórico-metodológicos das relações que envolvem a Questão Agrária e a Educação do Campo, conforme a história nos mostra, o conflito entre classes sociais, e destes com o Estado, sempre esteve presente, pois mesmo com alguns avanços de políticas públicas com a finalidade de atender às especificidades educacionais das populações do campo, evidencia-se uma tentativa de seu enfraquecimento, por meio de políticas neoliberais, causando perda de territórios camponeses, bloqueio do acesso à terra, fechamento de escolas do campo, destruição de políticas públicas emancipatórias e a intervenção do Estado no currículo das escolas do campo, levando ao enfraquecimento da formação de uma identidade da classe socioterritorial camponesa.

Desta forma, considera-se que o engajamento e o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais, para que possam reivindicar a criação e a manutenção de políticas públicas que promovam uma Educação do Campo que valorize a identidade da classe socioterritorial camponesa, é fundamental para que se permita a formação de cidadãos

críticos que entendam a importância da militância dos movimentos socioterritoriais e permitam que o diálogo entre conhecimento teórico e prático (práxis) possam se efetivar em ações de atuação nas suas comunidades, pensando em seu desenvolvimento socioterritorial e na elaboração de políticas públicas adequadas a sua realidade.

Continuar na luta por direitos é uma necessidade de resistência, onde a Educação do Campo contribui para a compreensão do contexto atual da luta de classes no campo, em consequência do tensionamento provocado pelo avanço do agronegócio e do trabalho assalariado na área rural.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010** – Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

BRASIL. **Manual de Gestão do PRONACAMPO**. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SE-CADI). Brasília/DF. 2013.

BRASIL. INCRA. **Manual de Operações do PRONERA**. Brasília/DF. 2014.

BRASIL. **II PNERA: Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília: MDA, 2015.

BRASIL. INCRA. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária – II PNERA**. [online]. Disponível em <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/6592>. Acesso em: 04 out. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Paradigmas em Disputa na Educação do Campo. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Educação do campo e territórios/territorialidades camponesas: terra, família e trabalho. In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Orgs.). **Formação de formadores**: reflexões sobre as experiências da licenciatura em educação do campo no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019a. (Coleção Caminhos da educação do campo, v. 9).

CAMACHO, Rodrigo Simão. As políticas públicas de formação docente em nível superior do PRONERA e PROCAMPO: CEGEO e LEDUC. In: ENANPEGE, 13, 2019b, São Paulo. **Anais**, São Paulo: ENANPEGE, 2019. v.1. p.1 – 13.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. **Revista NERA**, vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6364>>. Acesso em: 20 out. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Educação do Campo no Ensino Superior e os Territórios/Territorialidades Camponesas: o Currículo da LEDUC e o PPGET. In: MARSCHNER, Walter Roberto; KNAPP, Cássio. **Educação e territorialidade**. Dourados: UEMS, 2020, v.1, p. 195-224. Disponível em: <http://www.uems.br/assets/uploads/editora/arquivos/1_2021-04-23_09-14-39.pdf>. Acesso em 23 abr. 2021.

CPT - **Comissão Pastoral da Terra**. 2018. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

DALPERIO, L. C. Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil – 2000-2012. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 126-148, set. 2015.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. 2013. Disponível em: <<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

DATALUTA. **Relatório Dataluta Brasil**. Coordenação Sobreiro Filho, J. Girardi, E. P. - no. 21 (2020). – Presidente Prudente: NERA, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DA-DATALUTA_BRASIL_-_2020>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FABRINI, João. E. Território, classe e movimentos sociais. **Revista da ANPEGE [online]**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6542>> Acesso em: 30 de julho de 2021.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 10 out. 2021.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campepinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view>>. Acesso em 10 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARTINS, J.S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, Vozes. 1990.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOLINA, Monica C. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Savério; *et al.* **A diversidade da geografia brasileira**: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PRONERA. **Manual de Operações- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** (PRONERA). Brasília, abril de 2004

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território-Territórios**. Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universitária de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 07).

SANTOS, L. M. dos. **Ultraliberalismo” no Brasil atual**. Comunicação [online]. 2021. Disponível em <<https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/4385-ultraliberalismo-no-brasil-atual-leonardo-santos>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Ex pressão Popular, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3039>> Acesso em: 30 de julho de 2021.

SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

A FORMAÇÃO DE UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO: A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA EM CHAPADÃO DO SUL (MS)⁶¹

Amanda Júlia de Freitas Mariano⁶²

Jodenir Calixto Teixeira⁶³

Introdução

Localizado geograficamente a Nordeste de Mato Grosso do Sul e politicamente na Região do Bolsão⁶⁴, o município de Chapadão do Sul compreende uma área territorial de 3.249,542 km² e registrou no último censo, em 2010, população de 19.648 pessoas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) estima que a população atual seja de pelo menos 25.218 pessoas. As coordenadas geográficas do município indicam Latitude 18° 46' 44" e Longitude 52° 36' 59", fazendo limites direto com os municípios de: Cassilândia, Paraíso das Águas, Costa Rica, Chapadão do Céu e Água Clara, conforme demonstrado na figura 1.

⁶¹ Este capítulo é resultado parcial da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, Campus de Três Lagoas, intitulada A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS, defendida em 2021, pela primeira autora e orientada pelo segundo.

⁶² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: amandajuliamariano@gmail.com

⁶³ Doutor em Geografia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: jodenir.teixeira@ufms.br

⁶⁴ A Região do Bolsão é uma regionalização de planejamento própria do estado de Mato Grosso do Sul, ela é constituída por dez municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

Com formação recente, o seu povoamento se intensificou na década de 1970, com intensa migração dos gaúchos e em 23 de outubro de 1987 foi desmembrado de Cassilândia, se tornando município pela Lei nº 768/87. A figura a seguir evidencia a localização geográfica do município.

Figura 1- Chapadão do Sul (MS)



Organização: Hermiliano Felipe Decco, 2019.

A ocupação intensa em Chapadão do Sul se iniciou na década de 1970, quando ainda não era município e a área respectiva pertencia aos municípios de Cassilândia e Paranaíba, conhecido pelos extensos fundos territoriais, servindo de estrada para os viajantes-vaqueiros. O Comendador Júlio Alves Martins, em 1979, comprou uma área do Sr. Edwino e fez o loteamento Julimar, iniciando as primeiras casas. Além dele, havia inúmeros migrantes vindos de vários lugares do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul.

É nesse contexto que se desenvolveu esse texto, resultado da pesquisa de mestrado intitulada: A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Três Lagoas, em 2021. Aqui objetivamos contar a história da formação do município desde quando a área do atual Chapadão do Sul pertencia ao município de Cassilândia, revelando a intenção dos

migrantes para com aquelas terras e todo o interesse em inserir a agricultura do município nos moldes capitalistas, vigente em grande parte do território brasileiro.

A migração nas terras de Chapadão do Sul

Os migrantes que chegaram nas terras chapadenses eram conhecidos popularmente como desbravadores, pois na época a região era caracterizada por um grande “vazio” demográfico. Porém, “havia na região indígenas, denominados de bugres” (ROCHA, 2005, p. 59).

O grande “vazio” demográfico do atual município era notado pelos viajantes que percorriam a estrada de Cassilândia, com destino ao Bolsão Mato-grossense; Rondonópolis ou Cuiabá. A área onde hoje se encontra Chapadão do Sul era descrita como “uma grande mesa, muito plana e coberta de mata rasteira, sem uma curva, uma baixada, uma lavoura ou uma casa, numa monotonia enervante” (CONFORTE, 2006, p. 62-63).

Inicialmente, quando Chapadão do Sul ainda não era município, mas sim conhecida pelo “vazio” demográfico⁶⁵, havia o transporte de boiadas, um trabalho manual e exaustivo, já que não havia caminhos para o transporte do gado e, sequer boas estradas.

Essa atividade bovina movimentava altas quantias em dinheiro e os trabalhadores do transporte bovino pouco a pouco foram se fixando no atual Chapadão do Sul, alguns cansados da viagem, pernoitavam nas terras. Devido ao relevo de Chapadão e a noite fria, os trabalhadores apelidaram a área de “Chapadão do Pouso Frio”, cuja denominação permaneceu por vários anos, mas em 1972, com a chegada dos sulistas, especialmente

⁶⁵ Como em quase todas as áreas tidas como “vazias” no atual Mato Grosso do Sul, nesta área havia inúmeros índios, chamados de bugres e insistentemente apagados da história de Mato Grosso do Sul.

os advindos do Rio Grande do Sul, o então “Chapadão do Pouso Frio” passou a ser conhecido por “Chapadão dos Gaúchos” (ROCHA, 2005).

O comendador e fundador do município Júlio Alves Martins, que também era aviador e comerciante de terras no estado, sobrevoou as terras, onde hoje é Chapadão do Sul, idealizando um espaço empresarial, com o cultivo de soja, de fato no que se transformaria o campo chapadense: um lugar para negócio (CONFORTE, 2006)

A visão empresarial do comendador Júlio foi também a de muitas famílias que vieram especialmente da região Sul e se instalaram no atual município, atraídos pelas terras de baixo preço e com o intuito de tornar produtivo o campo. Apesar de o solo chapadense ser de baixa fertilidade, o relevo com poucas ondulações chamou atenção dos primeiros migrantes vindos do Sul.

As famílias chegadas à Chapadão do Sul são conhecidas até hoje por contribuírem significativamente para a consolidação do município, conforme cita Alvarenga (1986): a família Krug, sendo uma das pioneiras no município e tendo extrema relevância em Chapadão do Sul até os dias atuais. Os pioneiros da família que vieram para Chapadão foi o casal Christovam Carlos Krug e Gessy Neckel Krug, junto aos filhos João Carlos Krug, José Cláudio Krug e Júlio César Krug, chegando em 26 de agosto de 1969, advindos da cidade de Erebangó no Rio Grande do Sul, quando Chapadão do Sul ainda se chamava “Chapadão do Pouso Frio”.

Rocha (2005, p. 62) cita (metaforicamente) que a família Krug trocou “153 hectares de terras no Rio Grande do Sul, por uma área de 17.540 hectares em Chapadão do Sul”, haja vista que as terras no Sul tinham valor bem mais elevado.

Ao chegar ao Chapadão do Pouso Frio, a família Krug plantou pequenas lavouras de mandioca e arroz, sendo uma das primeiras a

iniciar o uso de fertilizantes na agricultura das terras do Chapadão do Pouso Frio (LORENZON, 2003).

[...] Foi feito tratamento de sementes e usado adubo químico, coisa que os vizinhos não conheciam. O Sr. João Rocha, morador das furnas do Pouso Frio, lugar de terras férteis, dizia que não acreditava que nas terras de Chapadão se produzisse qualquer coisa. Quando viu o resultado, perguntou qual era o milagre, o Christovam disse que era um adubo, então ele pediu para comprar semente deste adubo, tanta era a falta de informação na região (LORENZON, 2003, p. 9).

A persistência da família Krug e de outras advindas do Rio Grande do Sul, em transformar o solo chapadense em estabelecimentos rurais ligados à agricultura capitalista foi a grande referência para muitos dos migrantes gaúchos que resolveram ir para Chapadão do Sul, investir na área. Inclusive, quando a agricultura no município começou, muitos agricultores do Rio Grande do Sul iam para Chapadão do Sul com a intenção de comprar terras.

Em 1974, a produção de arroz despontou e, no ano seguinte, o então Chapadão dos Gaúchos foi considerado a capital do arroz. Christovam Krug, com sua visão empresarial, vendeu 1.000 hectares de terras para o Roque Prates e, com o dinheiro, comprou um trator C.B.T. 1105 e uma caminhonete F-1000, com o objetivo de usar os veículos na agricultura, intensificando a produtividade. Contudo, a alta produtividade de arroz não durou muito tempo e, em 1977, Christovam plantou 30 hectares de soja, buscando algum cultivo que se adaptasse àquelas terras. Apesar das dificuldades iniciais, em 1979 a soja era o destaque no Chapadão dos Gaúchos (LORENZON, 2003).

Os fatos citados demonstram situações que ocorrem com muita frequência em municípios de interior do país, normalmente, municípios comandados por oligarquias⁶⁶. Inclusive, pela constituição do país,

onde se consagrou as oligarquias agrárias. Afinal, num país alicerçado na terra de/para negócio, não há como descolar “o Estado da parcela da sociedade que lhe dava suporte (a aristocracia agrária), pois todo seu aparelho humano e físico fora organizado em torno das bases patrimoniais dos senhores de terra” (ROSA, 2007, p. 113).

Rosa (2007) desnuda que ao longo da consolidação das estruturas administrativas, o poder privado passou a depender dos órgãos estatais, pois o aparato do Estado era maior que o privado. Dessa forma, as oligarquias agrárias se utilizam do aparato estatal para obter privilégios. E no Mato Grosso do Sul isso ocorre com mais frequência, pois o estado teve sua constituição alicerçada na terra. E num estado governado por coronéis e latifundiários, não seria de se estranhar que tratassem da gestão municipal como tratam suas terras, fazendo valer seus gostos e vontades, “passando por cima” da lei.

Por ser uma das pioneiras no município de Chapadão do Sul, contribuindo inclusive para a constituição oficial do município, a família Krug se constituiu como uma oligarquia da terra atuando, inclusive, na política municipal.

Outra família que se constituiu como relevante no município foi à família Martins, com destaque para Júlio Alves Martins, que também era da região Sul do país e se estabeleceu nas terras do Chapadão do Sul por acaso⁶⁷, diferentemente dos outros migrantes que iam ao então

⁶⁶ Na ciência política é a forma de governo em que o poder político está concentrado num pequeno número pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político ou grupo econômico ou corporação.

⁶⁷ É importante salientar que grande parte dos imigrantes chegados em Chapadão do Sul tinham de forma direta ou indireta, intenções nas terras do atual município. Mas com Júlio Martins Alves ocorre diferente, ele foi por diversas vezes ao Chapadão, servindo de transporte (ele tinha um avião) para as pessoas que iam ao município com interesse escancarado nas terras, tanto que ele adquiriu terras no município, após diversas idas e vindas levando essas pessoas.

Chapadão do Sul interessados nas terras. Júlio Martins tinha um avião e transportava pessoas do Sul do Brasil até o Chapadão do Sul e ganhava comissões quando a venda das terras se efetivava. Após algumas comissões, Júlio comprou uma área no município e se estabeleceu no então Chapadão do Sul.

Além de comerciante de terras, Júlio Alves Martins ganhou notoriedade e respeito, pois fez um loteamento, dotando-o de infraestrutura e forneceu água e luz de maneira gratuita aos moradores. A partir dessas ações, Júlio e outros moradores iniciaram o movimento de criação de município independente, pois, antes o atual Chapadão do Sul era pertencente ao município de Cassilândia (LORENZON, 2003).

Júlio Martins⁶⁸ se tornou cidadão importante e respeitado em Chapadão do Sul, considerado o fundador do município, recebendo homenagens do Sindicato Rural, sendo reconhecido como grande colaborador para tornar o município um lugar de referência para se investir e morar.

Outra família relevante no município são os Vicente Silva, que foi para o atual Chapadão do Sul no avião de Júlio Alves Martins, inicialmente, adquirindo 25.000 hectares de terra. “Para pagar toda a área adquirida eles traziam outras pessoas e vendiam parte das terras” (LORENZON, 2003, p. 22).

Uma semelhança entre as famílias citadas, é que quase todas tinham experiência com agricultura e possuíam propriedades rurais, além de alguns membros da família ser engenheiros agrônomos.

⁶⁸ O comendador Júlio Alves Martins, figura importante no município de Chapadão do Sul, morreu no decorrer de nossa pesquisa, aos 91 anos, no dia 13 de Junho de 2020, vítima de um infarto.

O Cenário Capitalista da terra: escala regional e local

“Sob a égide da revolução tecnológica, dá-se a inserção do Brasil na lógica da globalização econômica” (ELIAS, 2013, p.13) na década de 1960, se efetivando na região Centro-Oeste, em 1970, concomitante à chegada dos primeiros migrantes no atual Chapadão do Sul, ou seja, os migrantes chegaram ao município, num período em que o contexto agrário brasileiro estava propício para grandes produtores e/ou para produtores que objetivassem tornar os cerrados⁶⁹ produtivos, especialmente, na região Centro-Oeste.

Chapadão do Sul teve o seu processo de ocupação semelhante à ocupação da região Centro-Oeste, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, onde a agricultura capitalista territorializou-se com apoio do Governo Federal, e os empresários trataram a terra como negócio. Em Chapadão do Sul não foi diferente, os migrantes que eram os grandes produtores, foram contemplados pelos créditos ofertados pelo Estado, enquanto os pequenos produtores não tinham acesso a eles e ao mínimo de políticas públicas. (MARIANO e TEIXEIRA, 2020, p. 436).

O discurso dos migrantes que vieram para Chapadão do Sul era de que faziam aquelas terras prosperarem. Contudo, eles chegaram ao atual município, num período de incentivos governamentais e terras a preços extremamente baixos, o que compensava a “troca” de alguns hectares em sua região de origem, por extensas terras no atual Chapadão do Sul, além de um relevo de chapadas e chapadões (que facilitavam a mecanização da agricultura). Esses fatores foram determinantes para as famílias insistirem em

⁶⁹ Ao abordar o termo “cerrado produtivo”, aborda-se sob o ponto de vista da agricultura capitalista, e do Governo Federal, que ao disponibilizar créditos, isenções fiscais no período da modernização (conservadora) da agricultura, deixou evidente que o Cerrado da forma original não era produtivo, era preciso usá-lo na perspectiva do agronegócio, ou seja, torná-lo rentável através dos monocultivos.

se estabelecer no município, apesar da pouca infraestrutura da região.

Chapadão do Sul teve o processo de constituição/formação semelhante a diversos municípios brasileiros, excepcionalmente nas regiões de fronteira, no interior do Brasil. Em todo o território brasileiro a terra sempre foi um trunfo, justamente pela colonização do país, mas nas áreas de fronteiras as relações com a terra são ainda mais intensas (e violentas).

Para confirmar a lógica agrária brasileira presente em grande parte dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente, em Chapadão do Sul, apresentaremos os dados da estrutura fundiária do Brasil, de Mato Grosso do Sul e do município de Chapadão do Sul nas tabelas 1, 2 e 3, respectivamente.

Tabela 1 – Brasil: estrutura Fundiária do Brasil - 2018

Estratos (ha)	Nº de imóveis	Área Total
0 a menos de 200	4.453,78914	564.730,75045
500 a menos de 1.000	93.658	65.276.368,53
Acima de 1.000	1.559,564	428.688.384,33
TOTAL	6.140.118	740.401.645,78

Fonte: INCRA 2018. Organização: os autores.

Tabela 2 – Mato Grosso do Sul: estrutura Fundiária – 2018

Estratos (ha)	Nº de imóveis	Área Total
0 a menos de 200	65.494	2.783.542,71
200 a menos de 500	12.215	3.942.123,13
500 a menos de 1.000	7.182	5.070.926,01
Acima de 1.000	8.777	26.983.441,78
TOTAL	93.668	38.780.033,63

Fonte: INCRA 2018. Organização: os autores.

Tabela 3 – Chapadão do Sul: estrutura Fundiária – 2018

Estratos (ha)	Nº de imóveis	Área Total
0 a menos de 200	510	1.072,88604
200 a menos de 500	82	29.496,9991
500 a menos de 1.000	94	67.629,3577
Acima de 1.000	113	306.768,631
TOTAL	799	444.639,7018

Fonte: INCRA 2018. Organização: os autores.

As três tabelas 1, 2 e 3 evidenciam a tamanha concentração fundiária presente no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Chapadão do Sul. Estado e município reafirmam a constituição do território nacional, onde o território a princípio não tinha nada a oferecer, e, posteriormente, os conquistadores/colonizadores (migrantes sulistas) enxergavam a terra como um atrativo.

A tabela 1 expõe dados do Brasil de terras concentradas, pois 428.688.384 de hectares estão concentrados em 1.559 imóveis, no estrato superior a 1.000 hectares. Enquanto 4.453 imóveis ocupam 564.730 hectares, sendo esses imóveis na categoria de 0 a 200 hectares. Assim, a maior parte das terras brasileiras está concentrada em poucos imóveis (nas mãos de poucos proprietários).

Fernandes *et al.* (2012, p.11) discutem sobre o paradoxo de um país de dimensões continentais, e ainda sim com altos índices de concentração fundiária; o Brasil:

O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário. Possui 8.514.876,599 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e mantém desigualdades tão grandes quanto seu território. Estas desigualdades mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0.854, sendo que a

maior parte das terras está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais.

Seguindo a lógica capitalista da terra de negócio, temos a ascendente concentração fundiária de Mato Grosso do Sul. No estado há apenas dois imóveis com mais de 100.000 hectares, que utilizam uma área total de 251.226,4998 ha, quase a mesma área em que 16.988 imóveis ocupam (16.988 ocupam uma área de 282.123,8761 ha, sendo imóveis de 10 a 25 hectares). Essa lógica se explica, pois, o estado é uma das vedetes da agricultura capitalista no país. E neste modelo de produção são necessárias extensas terras.

Fernandes *et al.* (2012, p.27) elucidam sobre a territorialização do agronegócio nos estados da região Centro-Oeste:

A região Centro – Oeste é marcada pelo agronegócio que fundou cidades onde a cultura mercantil é predominante. Sua contribuição na geração do Valor Bruto da Produção nacional é de 14%. Nesta região, os camponeses perdem cada vez mais seu poder de participação. Os assentamentos de reforma agrária, por exemplo, são representativos no que se refere ao número de estabelecimentos, mas sua contribuição é muito baixa, somente 2,9% do produto regional. Este é um exemplo forte que a expansão do modelo do agronegócio expropria o campesinato da terra e da participação da produção. A denominada modernização da agricultura em vigência tem como princípios a eliminação pela competitividade, de modo que um setor estratégico do desenvolvimento como o campesinato pode ser eliminado por políticas que valorizam o monocultivo de commodities para exportação e controla regiões importantes do Brasil.

E é nesse contexto nacional e estadual que Chapadão do Sul tomou a relevância que tem no Brasil dos agronegócios, a sua formação se deu a partir da visão capitalista sobre a terra aliado a um cenário de

índices altíssimos de concentração fundiária. Houve todo um contexto construído e propício para Chapadão do Sul se transformar no que de fato é: um pupilo do agronegócio no estado.

Chapadão do Sul foi formado para o agronegócio. Para Martins (1980) esse regime é de propriedade capitalista, onde a terra é tratada como um negócio:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem (MARTINS, 1980, p. 60).

É comum, nesses municípios, a concentração fundiária, e nesse quesito Chapadão do Sul não foge à lógica. O município reúne elevados números de terra concentrada. A tabela 3 mostra que um imóvel equivale a uma área total de 31.197,0292 hectares, tendo o imóvel entre 20.000 a 50.000 hectares. Outros três imóveis ocupam uma área total equivalente a 40.257,8676 hectares, dessa vez imóveis de 10.000 a 20.000 hectares. Os números se tornam mais expressivos se levarmos em consideração a área total do município 444.639,7018 hectares, e dessa área total os 11 maiores imóveis ocupam 124.457,898 hectares, enquanto os outros 782 imóveis ocupam o restante da área total.

E é nesse cenário, de concentração fundiária que ocorre a territorialização do agronegócio. De fato, no que foi idealizado para Chapadão do Sul, um município voltado para a produção de commodities. Emancipado e formado a partir de uma visão capitalista da terra, nesse

sentido, constituiu extensas propriedades justamente para a produção em larga escala. Além disso, há no município a burguesia agrária, presente desde a constituição de Chapadão, proprietários de terras, pessoas respeitadas no município, atuando na política, como é o caso de membros da família Krug. Apesar de todo o discurso de agricultura moderna, vemos penetrados na constituição de Chapadão do Sul, velhas práticas de uma estrutura secular tão comum no país.

Para fazer perpetuar estruturas arcaicas do Brasil agrário, as oligarquias se apropriam de cargos públicos e a agricultura capitalista conta com o amplo apoio das mídias, um exemplo são as propagandas da televisão aberta (rede Globo), referente ao agronegócio, com o slogan “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo”. Essas propagandas são quase sempre veiculadas em horários nobres, quando a audiência está alta, induzindo a população a acreditar que de fato o Agronegócio produz tudo, como a própria propaganda (enganosa) vende.

Acerca da atuação das mídias em favor do agronegócio, Santos *et al* (2020, p. 345-346) trazem uma análise sobre as “estruturas ideológicas”, que nada mais é que a “organização material”, “capaz de influir na opinião pública – como recursos heurísticos balizares para esta agenda, reconhecendo a relação objetividade-subjetividade para o estudo da concepção, produção e ordenamento do espaço”.

Contudo, é preciso seriedade e criticidade para se analisar esse modelo de agricultura capitalista que, via de regra no Brasil, caminha junto com a concentração fundiária, expropriação dos trabalhadores do campo e das comunidades locais, promovendo trabalho análogo ao escravo e prejuízos ao meio ambiente.

O grande equívoco (vendido de forma intencional, e talvez a maior propaganda desse modelo de agricultura) é o de que o agronegócio produz alimentos e seu objetivo é o combate à fome, quando na

verdade quem produz alimento para abastecimento da população é a agricultura familiar e em suma, o agronegócio produz commodities.

Assim, ocorre o que Almeida (2011) chama de aliança terra-capital, que é o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, através da relação entre indústria e agricultura. E claro, essa aliança ocorre numa estrutura onde a terra é e sempre foi tratada como negócio. Martins (1980) define a terra de negócio, sendo aquela que o capital se apropria e a transforma em terra de exploração, onde o único objetivo é o lucro extraído dela.

A formação territorial de Chapadão do Sul se dá nesse contexto de aliança terra-capital, denotando todo o plano traçado para que o município tivesse a relevância no Brasil dos agronegócios que tem hoje. A visão capitalista sobre a terra estava intrínseca desde a chegada dos primeiros migrantes. O relevo de chapadas e chapadões é favorável para a agricultura mecanizada, o ideal para que o capital se apropriasse da terra, transformando-a em terra de negócio, onde o capitalista tem “o intuito do lucro, direto ou indireto (MARTINS, 1980, p. 60).

A própria colonização brasileira deu à terra um sentido de negócio, lucro, riqueza, e literalmente a terra de negócio. Essa formação territorial, constituída sob o viés capitalista da terra, fez com que o município “nascesse” com altíssimos graus de concentração fundiária; o espaço Chapadense foi criado para gerar lucro. Daí a intensa territorialização do agronegócio.

Chapadão do Sul teve o seu processo de ocupação semelhante à ocupação da região Centro-Oeste, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, onde a agricultura capitalista territorializou-se com apoio do Governo Federal e os empresários trataram a terra como negócio (MARIANO e TEIXEIRA, 2020).

A ideologia geográfica para formação de Chapadão do Sul

Os relatos dos migrantes de Chapadão do Sul dão a entender que aquelas terras eram vocacionadas para atividades ligadas à agricultura capitalista, devido ao relevo que favorece a mecanização da agricultura – símbolo do agronegócio. Ou seja, o município tinha “vocação” para empresas rurais, com produção em larga escala e/ou para exportação. Contudo, a única vocação daquelas terras era para o Cerrado, bioma original dessa região. Moraes (1991, p.173) conceitua isso como “ideologias geográficas”. O autor ressalta que “a eficácia das ideologias deriva em muito de sua não-transparência. A plena retificação é o total encobrimento dos processos, seu não questionamento”.

Ocorreu em Chapadão do Sul a supervalorização dos aspectos econômicos, travestido do discurso de potencial daquelas terras para a agricultura capitalista, aniquilando o cerrado para dar espaço ao plantio das commodities, ocorrendo a territorialização da agricultura. Desse modo, “tematiza-se a “ideologia” [...] sem questionar a produção em si das representações espaciais, e os interesses específicos que lhes deram origem (MORAES, 1991, p.41-42). O discurso de progresso e modernidade legitimou a destruição do cerrado. “A ideologia passa a ser vista como força histórica, uma “dimensão política”... recupera-se a unidade entre pensamento e ação, onde as ideias cumprem um papel de convencimento e legitimação (MORAES, 1991, p. 40)”.

Foi visto que a produção do espaço se faz calcada sobre pré-ideações, e que a própria representação do espaço é um constructo cultural. Foi posto também que o conhecimento explicitamente definido como Geografia, não recobre a integralidade deste campo. Um saber geográfico afloraria em vários discursos. Entre estes alguns poderiam ser credenciados como ideologia. Eis onde estávamos. (MORAES, 1991, p. 40-41).

Esse discurso legitimou os processos que ocorreram em Chapadão do Sul, dentre eles a concentração fundiária, elemento essencial para as produções do agronegócio. A tabela 4 evidencia em números a alta concentração de terras no município do agronegócio, mantida ao longo de décadas.

Tabela 4 – Chapadão do Sul (MS): área ocupada pelos estabelecimentos - 2017

Ano	Grupo (ha)	-50	50-100	100-200	200-500	500-1.000	Mais de 1.000	Total
1995/96	Nº	1.767	3.994	6.093	25.128	44.688	289.547	371.217
	%	0,48%	1,08%	1,64%	6,77%	12,04%	78,00%	
2005/06	Nº	3.790	2.961	4.764	15.854	41.066	304.313	372.761
	%	1,02%	0,79%	1,28%	4,25%	11,02%	81,64%	
2017	Nº	1.891	777	2.304	10.306	35.072	231.371	281.739
	%	0,67	0,28	0,82%	3,66%	12,45%	82,12%	

Fonte: IBGE, 2017. Organização: Sedeval Nardoque e Joser Neves.

Os dados da tabela 4 evidenciam o caráter concentrador de Chapadão do Sul. No censo de 1995/96 os números referentes aos estabelecimentos rurais com mais de 1000 hectares de área, somavam 289.547, e uma porcentagem de 78%, enquanto as áreas com estabelecimentos rurais menores de 50 hectares, de 50 a 100 hectares, com 100 a 200 hectares, 200 a 500 hectares e 500 a 100 hectares, juntos somavam 22,01%, um “número insignificante frente à quantidade de estabelecimentos com mais de 1000 hectares” (MARIANO e TEIXEIRA, 2020, p. 433).

Em 2005/06 as áreas com mais de 1000 hectares aumentaram de 289.547 para 304.313, representando 81,64% da área total do município. A área rural de Chapadão do Sul segue servindo ao agronegócio, como objetivado desde a constituição do município. Porém, o censo desse ano (1995/96) mostra que as áreas menores que 50 hectares dobram de 0,48% para 1,02%, contudo, esse percentual ainda é inexpressivo frente à vastidão das áreas com mais de 1000 hectares.

Os dados do IBGE de 2017 mostram que as áreas com mais de 1000 hectares ainda são predominantes em Chapadão, caracterizando 82,12% da área total do município. A porcentagem dos latifúndios chapadenses ainda permanece inalterada, seguindo a mesma estrutura desde o início da formação territorial do município, com variações insignificantes, evidenciando que a concentração fundiária está intrínseca à Chapadão do Sul, estando presente desde o início da formação do município.

Era estranho o interesse dos primeiros migrantes nas terras de Chapadão do Sul, pois, *a priori* aquele lugar não oferecia o básico para se viver (infraestrutura de saúde, educação etc), e esse interesse se torna ainda mais incomum quando os próprios relatam as dificuldades enfrentadas nas terras do antigo Mato Grosso, tendo em vista que nas suas regiões de origem (predominantemente da região Sul do Brasil), tinham seus negócios estáveis. Mas os dados da tabela 6 nos mostram que eles chegaram ao atual Chapadão bem orientados do que queriam naquelas terras. Traçando o perfil dos censos de 1995/96, 2005/06 e 2017, exposto na tabela 4, fica claro o interesse de tornar Chapadão do Sul uma sede para o agronegócio. Rocha (2005, p.105) confirma, os migrantes chegaram no atual Chapadão do Sul orientados do que queriam ali:

Esses novos ‘ocupantes’ do município chegavam dotados de uma visão empresarial e, sem dúvida, buscavam acesso e recebiam benefícios das políticas públicas implantadas. Apresentavam disposição para a agricultura capitalista e, em muitos casos, dispunham de experiências com a atividade agrícola, principalmente com o cultivo de soja, objetivada pelos incentivos governamentais, diferentes dos produtores locais, que de certa forma, ofereciam resistência ao novo modelo em expansão devido a falta de capital, dificuldades ao crédito, a cultura arraigada

de produção para subsistência e pecuária extensiva. (ROCHA, 2005, p.105).

Os dados da concentração fundiária é um dos exemplos presentes em Chapadão do Sul, da territorialização do agronegócio, o que Oliveira (2004), chama de territorialização do capital, quando ele se desenvolve plenamente, e “o capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola” (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

A territorialização da agricultura capitalista no município de Chapadão do Sul

A territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul ocorreu simultaneamente ao objetivo dos proprietários de terra de extraírem renda com as atividades agrícolas. Almeida (2011, p. 105) define a renda extraída das atividades agrícolas como renda absoluta, aquela que “advém da existência do monopólio da terra. Seria uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá sentido capitalista da terra”. Assim, se torna um “casamento” perfeito, entre concentração fundiária e agronegócio.

Santos et al (2020, p. 357) explícita sobre a lógica capitalista, travestida de roupagem moderna que une agronegócio e concentração fundiária fazendo perpetuar “o conteúdo de um capitalismo dependente da renda da terra, estruturado na concentração fundiária e na economia primarizada”. Embora, os autores tenham tratado sobre o contexto de industrialização do município de Três Lagoas, onde se funde estruturas arcaicas com as técnicas modernas do agronegócio, tal lógica também está presente em Chapadão do Sul. Uma lógica global, onde a concentração fundiária é extremamente importante e necessária para a reprodução do agronegócio.

Oliveira (2005, p.121-122) alerta sobre a lógica global do agronegócio:

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações. Mas, quis a ironia que em 2.003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além, evidentemente, do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país. (OLIVEIRA, 2005, p.121-122).

Para compreender esse processo, a tabela 5 evidencia as principais produções de lavouras em Chapadão do Sul:

Tabela 5 – Chapadão do Sul (MS): as principais produções de lavouras (T)

Ano	Cana-de-açúcar	Milho em grãos	Soja em grãos
2017	1.771.289	250.976	261.426

Fonte: IBGE (2017). Organização: os autores.

Inicialmente, é compreensível que as principais produções em Chapadão do Sul sejam cana-de-açúcar, milho em grãos e soja em grãos, com destaque para a produção de cana-de-açúcar com uma pro-

dução expressiva de 1.771.289 toneladas. Ambas os cultivos estão entre “a menina dos olhos” do agronegócio, pois são produções extremamente lucrativas, sendo a cana-de-açúcar uma produção presente no território nacional desde o Brasil-colônia.

Tais cultivos se tornam lucrativos quando produzidos em grande escala, para tanto são necessárias extensas terras, ou seja, terras concentradas. Dessa forma, Chapadão do Sul se torna importante para determinadas produções, afinal, o município conta com altíssimos níveis de concentração fundiária, além de relevo ideal para a utilização de maquinários, que contribuem de forma significativa para a produção.

A lógica global imposta à Chapadão do Sul

A partir dos dados expostos é possível compreender um pouco da lógica global presente em Chapadão do Sul. O município é dotado de fragmentos, instrumentos e serviços de escalas globais, justamente por estar inserido em uma lógica global, por meio da globalização da agricultura. A globalização da produção agrícola chapadense é resultante “quase exclusivamente das ações do capital e de sua internacionalização crescente”. Assim, segundo essa interpretação, é o tempo-espaço e o dinheiro que fazem o mundo girar – e nós giramos (ou não) em torno do mundo (MASSEY, 2004, p.178).

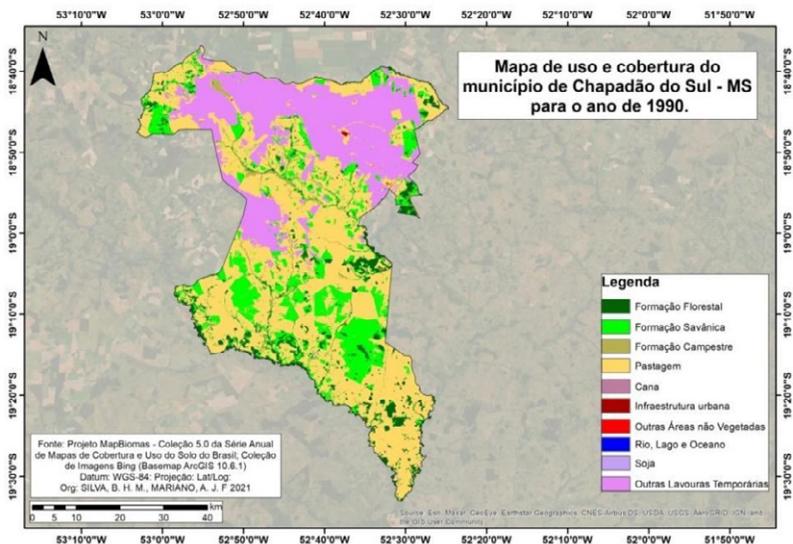
Para Massey (2004) o “lugar” é um processo, principalmente, devido às relações e interações sociais. A autora afirma que a particularidade da ligação entre o lugar com o seu exterior é o que constitui propriamente o lugar. Assim, é Chapadão do Sul um lugar constituído não apenas pelo que ocorre dentro de suas fronteiras demarcadas, mas também pela ligação do município com o exterior.

Vemos a forte relação de Chapadão do Sul com o seu exterior por meio de vários aspectos, sendo o primeiro deles a forte presença de empresas nacionais e internacionais atuando no município⁷. Sendo elas: Mosena, Produtiva, Agromano, e a empresa Dalbosco.

Chapadão do Sul é um município reconhecido internacionalmente justamente pela sua alta produtividade e toda a tecnologia disposta nessa produção, como apontam os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2019. Indicando que dos 100 maiores municípios do agronegócio no Brasil, Chapadão do Sul ocupa a 77ª posição.

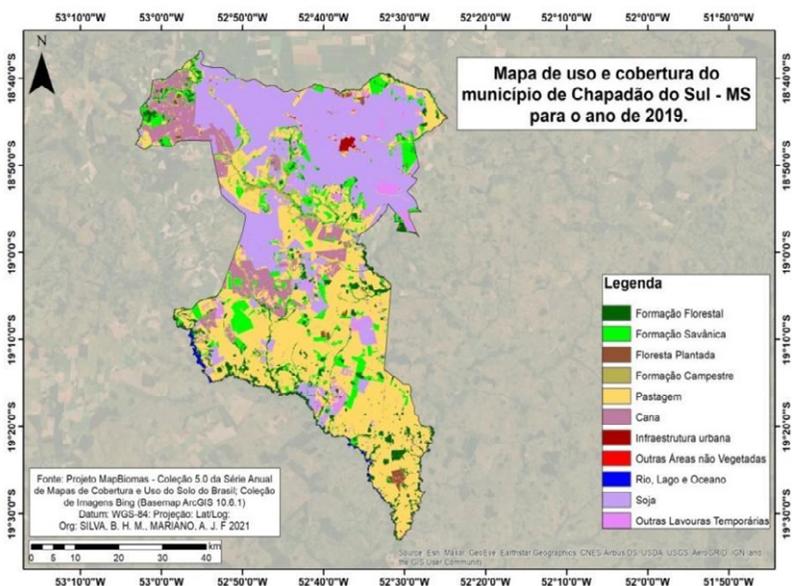
Para contextualizar o ideário pensado para o campo chapadense, abordamos uma série histórica com mapas de uso e cobertura do município, evidenciando quais os principais usos da área rural de Chapadão no decorrer das três últimas décadas, e não por acaso a idade do município, institucionalizado formalmente em 27 de Outubro de 1987. Justamente, para expor a lógica do agronegócio imposto sobre o território de Chapadão do Sul desde a sua formação oficial. A seguir os mapas 2 e 3 de uso e cobertura do solo Chapadense, nos anos de 1990 e 2019, demonstram as transformações ocorridas, sobretudo em função da expansão dos cultivos de grãos e cana-de-açúcar sobre áreas de vegetação nativa e de pastagens.

Figura 2 – Chapadão do Sul (MS): uso e cobertura do solo no município – 1990



Fonte: Projeto MapBiomias. Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

Figura 3 – Chapadão do Sul (MS): uso e cobertura do solo – 2019



Fonte: Projeto MapBiomias. Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

A figura 2 nos mostra que em 1990 o núcleo urbano era quase inexistente, afinal o município tinha recentes três anos de institucionalização. E sua área rural era tomada por pastagem, formação savânica e lavouras temporárias. Importante ressaltar que dentro dessas outras lavouras já poderia existir os primeiros traços e tentativas de plantio de monocultivos. Relembrando a história de ocupação do município, em 1977 a família Krug deu início ao plantio de soja, sendo anteriormente, o plantio de arroz o principal cultivo, inseridos na tipografia de outras lavouras temporárias.

O mapa de uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul, de 2019 (figura 3) revela a maior mudança no perfil produtivo agrário. O mapa do respectivo ano denota o avanço da territorialização do agronegócio monocultor em Chapadão.

Embora, o município tenha sido institucionalizado com base na terra para negócio, reafirmando a lógica imposta em todo o território brasileiro, e tenha tido a produção de grãos presente desde a migração dos sulistas, é no ano de 2019 que visualizamos o maior avanço da soja e da cana-de-açúcar em quase todo o município, antes concentrados apenas na região Norte. Sendo a soja uma permanência no município, presentes desde 1977, como denota a história municipal.

A partir do levantamento bibliográfico e da análise dos mapas anteriores é gritante a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul. A visão capitalista sob a terra, desde a chegada dos primeiros migrantes denota o plano traçado para tornar Chapadão do Sul alto produtor de *commodities*. Atrelado ao contexto de incentivos do Governo Federal para a ocupação da região Centro-Oeste. Todo este cenário fortaleceu o processo de territorialização do agronegócio em Chapadão.

Considerações finais

No contexto de formação do município de Chapadão do Sul, reafirmou-se o caráter capitalista a dado à terra desde os primórdios do Brasil. Embora seja um município de recente formação, pouco mais de 32 anos, Chapadão do Sul é a materialização do agronegócio, onde a concentração fundiária “reina” e a maior parte da produção agrícola é para atender ao mercado de *commodities*, sendo o núcleo urbano regulador das demandas exigidas no campo.

O discurso do “agro é pop, o agro é tudo” está impregnado de forma intensa no imaginário de toda a população, mesmo daqueles que não se beneficiam do lucro extraído da terra, tal é a forma com que o agronegócio se infiltra nas mídias, nos veículos de comunicação, vendendo o discurso de que até mesmo a comida que chega à mesa dos

brasileiros é produzida por ele (agronegócio). Em Chapadão do Sul a população “compra” esse discurso, mesmo que o forte da agricultura capitalista não seja a produção de alimentos, mas sim, de *commodities*.

É difícil imaginar outra realidade para o município de Chapadão do Sul que não seja a territorialização do agronegócio intensa e latente em todos os segmentos, pois, o município foi pensado sob a ótica capitalista da terra.

Portanto, concluímos que o município foi formalizado sob a ótica do capitalismo agrário e as atividades no campo se desdobram na cidade, sendo o núcleo urbano regulador das demandas advindas do campo. Contudo, a questão mais gritante são as desigualdades socioespaciais na cidade, embora, o campo esteja rodeado de tecnologias para otimizar a produção e aumentar o lucro e renda, concentrados quanto às terras do município.

Referências

ALMEIDA, R. A. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. **territorialidades em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 103-134, 2011.

ALVARENGA, C. R. **A verdadeira história de Cassilândia**. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1986

BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **Estrutura Fundiária**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br>; Acesso em 20 ago. 2020.

CONFORTE, A. C.. **Arranjo Produtivo Local da Soja em Chapadão do Sul**. 2006, 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). UCDB. Campo Grande, 2006.

ELIAS, D.; PEQUENO, R.. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, Fortaleza, 2007, p. 25-39.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, n. 1, Roraima, 2013, p. 13-32.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C.. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. **Governança da terra no século XXI: Sessões Framing the Debate**, FAO, Framing the Debate Séries, n. 2. ILC, Roma, 2012.

LORENZON, A. M. L. **Chapadão do Sul: os pioneiros**. Chapadão do Sul: Gráfica e Editora Art Graf, 2003.

MARIANO, A. J. de F.; TEIXEIRA, J. C.. A Territorialização do Agronegócio no Município de Chapadão do Sul-MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, 2020, p. 421-440.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MASSEY, D. **Um sentido global do lugar**. O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2004.

MORAES, A. C. R.. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 166-176

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Maria (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, São Paulo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 4.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, 2019.

ROSA, M.. Oligarquias agrárias, o Estado e o espírito do neoliberalismo no Brasil. **Cultura y neoliberalismo**. Buenos Aires: Clacso, 2007.

ROCHA, J. R. da. **Chapadão do Sul (MS): um espaço construído no contexto da soja**. Ano de depósito. ?f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SANTOS, T. A.; NEVES, J. C.; MELO, A. Notas para uma crítica geográfica das ideologias: A modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS. **Revista NERA (UNESP)**, v.23, Presidente Prudente, 2020.

“VOCÊ MORA LÁ NOS PREDINHOS? MAS É MUITO PERIGOSO”. VIDA COTIDIANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TRÊS LAGOAS-MS

Patrícia Helena Milani⁷¹

A proximidade ajuda a revelar as microtexturas em vez das grandes pinceladas (Harvey, 2004).

Introdução

A cidade vivencia um processo de expansão territorial e a formação de periferias pobres concomitantemente à instauração de espaços residenciais fechados de médio e alto padrão de consumo. Essas são algumas das tendências, sobretudo do ponto de vista da moradia, que têm marcado o processo de urbanização brasileira desde as últimas décadas do século XX. Há inclusive a possibilidade de que se altere a relação “centro-periferia”, que orientou a lógica de produção do espaço urbano e as práticas espaciais dos sujeitos sociais durante muito tempo (SPOSITO, 2006). A dicotomia centro-periferia remete a um mundo organizado diferentemente pelo capitalismo, em que o centro e a periferia são dois componentes de uma ordem social sustentada em uma evidente desigualdade econômica, social, política e territorial (HIERNAUX E LINDÓN, 2004).

Dada a consolidação de conjuntos habitacionais no contexto brasileiro, sobretudo aqueles ligados ao Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, reconhecemos a necessidade de compreender como esses espaços de moradia são vivenciados pelos moradores e geram o

⁷¹ Doutora em Geografia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: patriciah.milani@gmail.com

processo de segregação socioespacial⁷², levando em conta as dimensões objetiva e subjetiva do processo, já que são imbricadas. Uma é suporte para a outra em uma relação mais ou menos recíproca e de retroalimentação. Apreendemos, para o desenvolvimento deste texto, o ponto de vista de sujeitos sociais que protagonizam esse processo: moradoras dos conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho, na cidade de Três Lagoas (MS).

A escolha pela escala do cotidiano se deve à necessidade de compreensão de um espaço subjetivo, crítico e autônomo em relação à discursividade oficial do estado. O enfoque no micronível nos ajuda a deslocar narrativas hegemônicas sobre o que são as periferias, que, neste caso, se conformam com a constituição dos conjuntos habitacionais. O foco na subjetividade periférica ajuda a observar as dinâmicas sociais que podem ser menos explícitas ou autoevidentes quando a escala de análise é mais ampla e a análise do processo de segregação se dá apenas pela identificação de certa homogeneidade social entre os moradores.

Do ponto de vista metodológico, pautamo-nos na metodologia qualitativa, sobretudo na realização de entrevistas com roteiros semiestruturados com moradoras dos conjuntos habitacionais pesquisados para apreender suas práticas espaciais cotidianas. Os roteiros foram organizados por assuntos. Para o tratamento das informações geradas por meio das entrevistas, utilizamos o método da decodificação – um processo deliberado e reflexivo de categorização dos conteúdos – para estabelecermos temas a serem analisados em diálogo com o aporte teórico (GIBBS, 2009).

⁷² A segregação socioespacial é um processo de separação que envolve de maneira inerente a dimensão espacial, implicando o rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando, dessa forma, as relações e articulações que movem a vida urbana.

Lembramos que as entrevistas não têm como finalidade um levantamento “censitário” de informações e dados, ou seja, não pretende produzir amostras estatísticas. Nosso envolvimento não é na coleta, mas na produção das informações, como é próprio da pesquisa qualitativa, cujo foco são as interações humanas, com todos os seus humores, temores – enfim, toda intromissão da subjetividade de sujeitos em interação. A relação pesquisador/pesquisado não é sem importância para os resultados que a pesquisa pode produzir (TURRA NETO, 2012). A plausibilidade das hipóteses está relacionada à sua potência explicativa, e não à confirmação por um certo número de entrevistas (KAPP, 2020). Esta é uma característica importante da metodologia qualitativa e norteadora desta pesquisa. Para este texto, utilizamos as entrevistas realizadas com as seguintes moradoras dos conjuntos habitacionais:

Quadro 1: Informações sobre as moradoras entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Conjunto Habitacional	Ocupação
Carmen ⁷³	37 anos	Novo Oeste	Trabalha em serviços gerais em uma escola privada
Fabiana	21 anos	Novo Oeste	Estudante da UFMS. No momento da entrevista disse que estava à procura de emprego
Karen	24 anos	Orestinho	Estudante da UFMS ⁷⁴ (pós-graduação)
Maria	28 anos	Novo Oeste	Agente comunitária de saúde
Mirian	28 anos	Novo Oeste	Estudante da AEMS ⁷⁵ e faz estágio na área de Psicologia
Sonia	22 anos	Orestinho	Secretária

Organização: Patrícia H. Milani, 2021.

Elegemos as experiências periféricas para entender a relação das moradoras com a cidade e com o próprio espaço de moradia. A pesquisa qualitativa, crítica, consegue trabalhar com os jogos que produzem o

⁷³ Todos os nomes são fictícios. Os nomes verdadeiros foram alterados para a preservação das identidades.

⁷⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

⁷⁵ Faculdade privada.

espaço e que podem encobrir vozes subalternas e situações espacializadas muitas vezes pouco evidentes nas pesquisas urbanas.

As entrevistas foram agendadas com cada entrevistada, gravadas com autorização e posteriormente transcritas. A metodologia qualitativa e, neste caso, mais especificamente as entrevistas, nos possibilitou apreender os significados do espaço que não se apresentam por si mesmos, já que são produzidos nas práticas espaciais dos sujeitos, ao mesmo tempo em que as práticas são por eles influenciadas. As informações que geramos⁷⁶ por meio das entrevistas nem sempre correspondem às práticas tais como ocorreram, mas sim a uma reconstrução do vivido frente ao pesquisador, em uma situação de entrevista. O que registramos é resultado da observação efetuada pelo sujeito sobre suas próprias ações, e não as ações, práticas enquanto tais (BOURDIEU, 2007).

Do ponto de vista quantitativo, utilizamos dados secundários obtidos por meio de órgãos oficiais⁷⁷, o que nos auxiliou a compreender a conformação desses espaços de moradia e suas dimensões físicas.

Foi com base na apreensão e na compreensão das múltiplas relações que as entrevistadas travam em relação à cidade, oriundas de seus espaços de moradia na periferia urbana, que procuramos desenvolver o texto, tendo a pretensão de construir um marco interpretativo que permita relacionar as práticas espaciais ao espaço urbano.

⁷⁶ As distintas abordagens qualitativas têm como importante assertiva em comum que suas informações não têm uma materialidade imanente; ao contrário, só existem porque são construídas, são coproduzidas nas singulares interações entre o sujeito pesquisado e o pesquisador (DESLANDES e COUTINHO, 2020).

⁷⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Secretaria de Habitação Municipal de Três Lagoas (SHM), Ministério do Trabalho (MTE) e Ministério das Cidades (MCidades).

Conformação de uma periferia? Os conjuntos habitacionais verticais em Três Lagoas

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional no Brasil é de 7 milhões de famílias. Sem possuir casa própria, elas vivem de aluguel e/ou em locais impróprios, em situação de risco. Os programas sociais de habitação dos governos federal e estadual visam reduzir esse número ao fornecer moradias a famílias de baixa renda.

Inúmeras ações constituem programas de governos em diferentes períodos, como no caso do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 e fundamental para aquecer a economia⁷⁸ em crise naquele período, nas palavras de Maricato (2002). O PMCMV foi criado no ano de 2009 e está disposto na Lei nº 11.977/2009, sendo alterado em 2011 com a Lei nº 12.424. Teve como objetivo central reduzir o déficit habitacional no país, mas também criar um contexto econômico que estimulasse o crescimento do mercado formal de habitação e crédito e gerar empregos, sobretudo no setor da construção civil.

Porém, compreendemos, assim como Abreu e Stoian (2019), o PMCMV como parte de um processo de disputa pelo direito à cidade, que toma as particularidades de seu momento histórico e faz emergir alguns questionamentos associados à superação da contradição entre o avanço das condições para o acesso à moradia de um lado e, de outro, a manutenção de uma estrutura espacial que mantém um quadro de precarização das condições espaciais da moradia nas cidades brasileiras.

⁷⁸ Conforme entrevista de Ermínia Maricato, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), que estuda o programa desde sua criação, cedida ao UOL em dezembro de 2018. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/edicao/casa-cidade/>>. Acesso em: 15 out. 2021>.

Ainda assim, nem todos os programas habitacionais trouxeram e trazem o retorno desejado, o que é uma contrapartida ligada principalmente ao objetivo de diminuir o déficit habitacional no país. Da criação da Fundação da Casa Popular até o Banco Nacional de Habitação, foram diversos os programas que tiveram este objetivo, mas sempre houve contradições internas.

O processo de criação e desenvolvimento do PMCMV no Brasil tem reunido uma crescente bibliografia que versa sobre os resultados no processo de produção do espaço urbano decorrentes do programa no amparo de um movimento de ampliação do mercado privado da habitação, assim como verificado por Abreu e Stoian (2019).

Parte significativa das pesquisas e análises nesse âmbito se direciona às estratégias econômicas voltadas à produção de habitações, às estratégias imobiliárias e ao consumo dessas moradias. Neste texto privilegiamos a dimensão dos sujeitos sociais – sem desconsiderar o âmbito econômico – de forma a dar visibilidade às diversas experiências daqueles que vivenciam socioespacialmente a atuação e a aplicação do PMCMV, bem como seus desdobramentos no espaço urbano, sobretudo no plano do cotidiano vivido e originado na periferia da cidade.

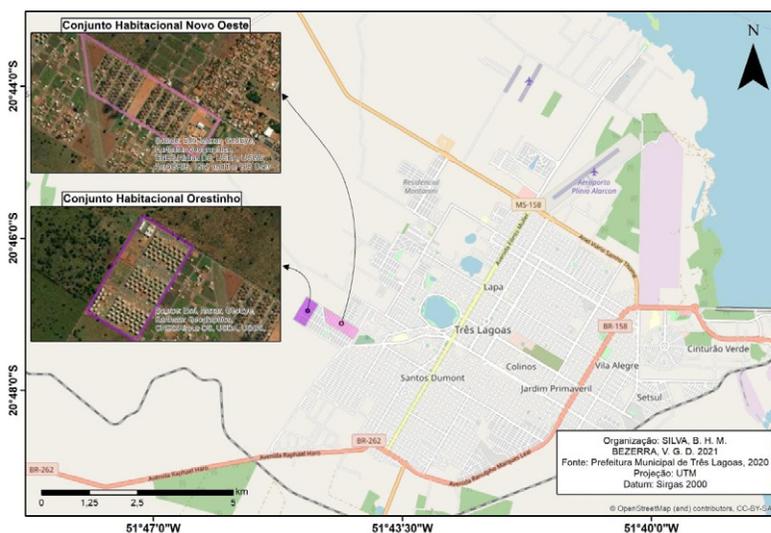
Na cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul – nosso recorte empírico –, de acordo com o IBGE, 32% dos habitantes possuem residência própria. O total é de 125.137 habitantes (estimativa 2021). Desse percentual de residências, 3% são ocupadas por mais de três pessoas, ou seja, uma parcela significativa dos moradores de Três Lagoas não possui residência própria, como demonstrou a pesquisa de Almeida (2021).

Os governos municipais de Três Lagoas em períodos e gestões diferentes aderiram a programas sociais de habitação para cidadãos que não possuem condições financeiras para adquirir sua casa própria.

Atualmente são 3.574 famílias atendidas pelo programa de habitação social da Prefeitura de Três Lagoas em parceria com os governos estadual e federal (MILANI e ALMEIDA, 2021).

Até 2011, ano em que tiveram início as obras do primeiro conjunto habitacional vertical da cidade de Três Lagoas (Novo Oeste), os conjuntos habitacionais eram horizontais. Em 2013, 1.224 apartamentos foram entregues pertencentes ao Conjunto Habitacional Novo Oeste, e mais 1.432 pertencentes ao Conjunto Habitacional Orestinho foram entregues em três etapas, a última concluída em outubro de 2016⁷⁹. O mapa da figura 1 mostra a localização dos conjuntos habitacionais estudados e a localização de alguns espaços da cidade que serão, ao longo do texto, relacionadas aos conjuntos.

Figura 1 – Três Lagoas (MS): croqui com localização dos espaços pesquisados que conformam parte da periferia da cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2020

As moradias dos conjuntos habitacionais horizontais de Três Lagoas, lançados anteriormente aos verticais, pertencem ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e se destinam a pessoas com renda de zero a três salários mínimos (ALMEIDA, 2021). Os conjuntos habitacionais verticais pertencem ao Programa de Subsídio Habitacional (PSH) para pessoas com renda entre zero e um salário mínimo. Todos são construídos em parte com recursos do PMCMV.

O Conjunto Habitacional Novo Oeste é dividido em oito condomínios. Cada bloco equivale a um condomínio. Cada condomínio é composto por blocos de dois pisos – térreo e um andar – e cada bloco possui 4 apartamentos. Os blocos são cercados por alambrados, e o limite de um para o outro é uma rua. Cada condomínio possui uma portaria, que funciona ou não: isso depende se os moradores pagam as taxas de condomínio⁸⁰. Cada apartamento dispõe de 42 m² de área construída divididos em cozinha/lavanderia, sala de estar, 2 quartos e 1 banheiro. Por sua vez, as 1.432 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Orestinho, são distribuídas em três condomínios, cujos apartamentos possuem características semelhantes aos do Novo Oeste.

Falamos aqui da conformação de uma periferia⁸¹ com certas particularidades em relação à periferia descrita por Martins (2001) dos anos de 1990 da cidade de São Paulo. Para ele, a periferia, conformada após a consolidação dos subúrbios, era constituída pela precariedade das construções e dos modos de vida, ruas e calçadas estreitas, “falta de

⁸⁰ Esta é uma das contradições, uma vez que as taxas de condomínio muitas vezes ultrapassam os limites do que os moradores podem pagar. Esta questão foi verificada nas pesquisas de Almeida (2021) e Bezerra (2021).

⁸¹ Na América Latina, primeiro usou-se o termo “arrabalde” (até final do século XIX), com forte herança europeia. Logo em meados do século XX, começou a se utilizar a palavra “subúrbio”, com notável influência norte-americana. Desde a década de 1970, o mais usual tem sido falar em periferia, expressão com sentido e cunho latino-americano (HIERNAUX E LINDÓN, 2004).

plantas, muita sujeira e fedor” (MARTINS, 2001, p. 78), constituída na informalidade.

Aqui falamos de uma periferia conformada com a consolidação de conjuntos habitacionais, uma área dotada de certa infraestrutura (pavimentação, coleta de lixo, iluminação...) ⁸², cujo principal agente produtor é o Estado, já que é responsável pela articulação com outros agentes, como promotores imobiliários e donos de terras, para a construção dos conjuntos ⁸³.

Isso não significa que não existam problemas urbanos nas áreas dos conjuntos, mas a visão defendida por meio deste trabalho não é a de um modelo reducionista de cidade e de periferia, que compreendemos como espaço polarizado em que o centro é bem servido por equipamentos e infraestruturas urbanas e habitado pela população de alta renda e a periferia é desprovida, habitada pelos mais pobres. Isso descartaria as formas de se “fazer cidade” (AGIER, 2015), de olhar para as diversas vivências e estratégias de vida dos moradores das periferias, assim como os comércios e serviços que se estruturam nessas áreas. A situação com a qual que lidamos é mais complexa, e vemos mais do que pobreza e ausências na periferia: vemos solidariedades, potenciais (D’ANDREA, 2020) ⁸⁴ e formas de se viver.

⁸² “Tem água encanada, luz, não tem oscilação, alguma coisa que às vezes no Interlagos, quando eu morava lá, tinha, tipo oscilação de energia, que às vezes caía, aqui não cai. Não sei se é porque é novo o bairro, né?! Mas a infraestrutura da fiação é melhor. A infraestrutura do condomínio é muito boa” (Fabiana, 21 anos, moradora do Novo Oeste).

⁸³ Para avançar neste debate, ver o livro: Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros.

⁸⁴ O autor faz importantes contribuições em como a arte, sobretudo o movimento rap, ajudou na construção do conceito de periferia para os sujeitos e sujeitas periféricos de São Paulo: aos poucos, o significado de periferia passava a englobar também cultura e potência: “os sentidos do conceito se alargavam, incluindo ainda atributos positivados”. (D’ANDREA, 2020, p. 25).

A maioria das análises tende a homogeneizar esses espaços de reprodução da vida, o que tencionamos neste texto é a possibilidade de compreender, no plano do cotidiano, a heterogeneidade que caracteriza a vida das moradoras e constitui parte dos conteúdos que conformam a periferia, a pluralidade que integra os dois conjuntos habitacionais, e como isso é visto pelos não moradores dessa área e compreendido pelas residentes, que vivenciam no âmbito da cidade a dimensão subjetiva da segregação socioespacial.

“As pessoas têm uma visão de que só tem marginal aqui e, se você for reparar, criminalidade tem em todo canto [...]”

De forma conjunta à produção social do espaço urbano em uma sociedade capitalista, está a distribuição desigual da riqueza nos distintos territórios, assim relacionada ao processo de segregação socioespacial e à conformação de áreas periféricas. A existência da periferia é um dado e uma condição objetiva (D’ANDREA, 2020), mas é também um espaço que designa de certo modo uma posicionalidade dos sujeitos sociais da cidade, com base no lugar em que moram.

No caso da cidade de São Paulo, “intelectuais passaram a denominar periferia um território geográfico cujas principais características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro” (D’ANDREA, 2020, p. 20), o que gerou o “periferismo” (MARTINS, 2001), praticamente uma doutrina pobre da pobreza, como mencionamos na seção anterior. Segundo Martins (2001, p. 80), a maioria dos autores que tratam do tema “periferia” considera que a realidade social do trabalhador se limita à fábrica, ao trabalho e à dura realidade da extração da mais-valia. O trabalhador é um condenado ao nada, nos termos do autor. E, por conseguinte, “a periferia é sinônimo de degradação, exclusão, pobreza e problemas” (MARTINS, 2001, p. 83), algo que ela é em partes ou nem sempre é.

Alinhadas à crítica de Martins (2001), pesquisas antropológicas lançaram novos olhares para a periferia para incluir os modos de vida e o imaginário das pessoas, de modo a oferecer vozes aos moradores dessas áreas e escrever a história “ao contrário”, ou seja, do ponto de vista da periferia, com base no que vivem, social e espacialmente, seus moradores. D’Andrea (2020, p. 29) propõe uma “epistemologia periférica”, em que um elemento importante é a passagem de sujeitos sociais moradores da periferia de objeto de estudo a sujeito do conhecimento: “o acesso à universidade possibilitou que a população periférica questionasse o papel de objeto de estudo a ela antes relegado, passando a produzir conhecimento”.

A periferia de que tratamos neste texto é uma área em conformação, ou seja, a implementação dos conjuntos habitacionais criou uma série de comércios e serviços no entorno. Conforme surgiu em algumas narrativas desta pesquisa e foi verificado na investigação de Bezerra (2021)⁸⁵, parte significativa das necessidades da vida cotidiana das moradoras é resolvida no próprio entorno dos conjuntos, sobretudo práticas espaciais ligadas ao consumo mais imediato. Há a conformação de uma economia popular periférica e, sobretudo, estratégias residenciais e familiares associadas a essa economia (HIERNAUX E LINDÓN, 2004). Alguns apartamentos foram refuncionalizados para atividades ligadas ao comércio.

Tem gente que abre na frente é... por exemplo, tem gente que aumentou a garagem e vende, faz tipo uma mini conveniência, então vende bebida, doce, salgado, vende lanche, tem uns *trailers* que ficam nas esquinas. Aqui mesmo no meu, tinha um *trailer* bem

⁸⁵ A pesquisa revelou a existência de inúmeros comércios e serviços tanto no entorno dos conjuntos como nas vias internas dos condomínios/blocos. São pequenos comércios instalados pelos próprios moradores – espetinhos, lanches, venda de bolo no pote, caldo de cana, costureira, crocheteira, etc.

grande que o rapaz vendia lanche e era muito, muito bom inclusive saudades [*risos*], mas ele foi embora, agora tem uma moça que vende... pastel e caldo de cana e ela fica o dia todo trabalhando ali (Mirian, 28 anos, moradora do Novo Oeste).

Por isso tencionamos a ideia de que a periferia seja um bairro dormitório, monofuncional, desprovido de tudo, já que isso não se sustenta na prática cotidiana e embaralha visões dicotômicas de cidade (RIZEK *et al*, 2015).

A tradicional polarização entre zonas centrais bem providas e periferias carentes tornou-se ainda mais complexa também em cidades não metropolitanas, como Três Lagoas. Isso não quer dizer que territórios da cidade deixaram de espalhar a pontiaguda e segregativa hierarquia socioeconômica e urbana imperante na sociedade brasileira (RIZEK *et al*, 2015, p. 309), que se revela de diversas e complexas formas. Há um descompasso entre a vida cotidiana das periferias e as representações sociais de não moradores em relação a ela. Iniciamos este debate com as falas de Mirian⁸⁶ e Fabiana, moradoras do Novo Oeste, que vivenciam diariamente as representações sociais homogeneizantes construídas em relação aos conjuntos habitacionais e, por conseguinte, aos seus moradores:

[Como é o seu conjunto?]

Eu ouvia muitas coisas negativas daqui⁸⁷, principalmente quando eu comentava nas escolas que eu estagiava, que eu morava aqui e as pessoas comentavam

⁸⁶ Mirian se mudou para o Novo Oeste há dois anos; mora com o namorado. Morava na cidade de Andradina, a aproximadamente 42 quilômetros de Três Lagoas. Segundo ela, viajava todos os dias para estudar e fazer o estágio. Em suas palavras: “[...] sai mais em conta morar em Três Lagoas”.

⁸⁷ A entrevista foi realizada de modo online devido à pandemia de covid-19. Mirian deu a entrevista do apartamento em que mora. Utilizamos a plataforma digital *Google Meet*.

“nossa é muito perigoso, você mora lá nos predi-nhos?” E eu tinha uma percepção assim, que não era desse jeito. Quando eu passei a morar aqui de fato, eu comecei a ver que sim tem um problema de criminalidade, de você ter que se atentar a coisas básicas, por exemplo, porque as casas são bem mais próximas, não tem muro, apesar do apartamento que eu moro ter grade, então eu e o vizinho deixa fechado. É toda uma questão de cuidado que você tem que ter diário com essa questão de assalto. Mas a mobilidade de ir e voltar a noite, de madrugada, não tem risco aqui, acho que é uma impressão muito forte que as pessoas têm, mas nunca presenciei nada, nunca me aconteceu nada, diferente de Andradina, que é onde eu morava. Em Andradina eu fui assaltada, já entraram na minha casa três vezes. Então eu não sei se é porque eu já morava em Cohab, eu já sei, eu já morei em São Paulo, então essa questão de cuidado é uma questão que eu já trago comigo há bastante tempo. Aqui não me parece um lugar ruim, né?! E ouço ainda, as pessoas têm uma visão de que só tem marginal e se você for reparar, criminalidade tem em todo canto. Então vou colocar, seria 80, 90% pessoas que trabalham, não ficam em casa, você quase não vê... a minoria aqui é de gente trabalhadora (Mirian, 28 anos, moradora do Novo Oeste).

Ah, querendo ou não, tem muito preconceito. Acredito que a violência é muito grande aqui, todo mundo conversa, tipo assim: - Ah, onde você mora? - Eu moro no Novo Oeste. - Ah, mas lá é perigoso, né?! Tem a questão da criminalidade. Só que na verdade, não é assim. Realmente, todo lugar vai haver violência, vai haver criminalidade, mas aqui não é tão evidente assim, as pessoas acham que vão descer na rua e vão levar um tiro, essa é a verdade, mas não é assim (Fabiana, 21 anos, moradora do Novo Oeste).

As duas narrativas evidenciam, por um lado, as representações sociais de não moradores em relação aos conjuntos habitacionais, muito relacionadas à violência e, por outro, a vivência das moradoras, que afirmam o contrário, mas de todo modo lidam com algumas situações diárias em que necessitam explicar que não se trata de um espaço violento e perigoso. A dimensão subjetiva da segregação faz referência a um processo de construção social de certos sentidos quanto aos espaços de moradia gerada em primeiro plano pela dimensão objetiva da segregação. Por exemplo, as áreas com alta concentração de moradores pobres sempre são associadas a uma série de estigmas (SARAVÍ, 2008); há um binômio entre pobreza e violência.

Os recortes analíticos da pesquisa surgem de duas dimensões: das as práticas espaciais narradas e do diálogo com a teoria (RIZEK, 2015). Assim compreendemos pontos em comum nas falas: a) a presença dos estigmas territoriais (GOFFMAN, 2008) em relação aos “predinhos”, ou seja, em relação às moradoras dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho e b) a vivência diária que evidencia outros elementos que não sustentam as representações negativas em relação aos conjuntos, não são condizentes com elas.

Nesta pesquisa assumimos a expressão “predinhos”⁸⁸ para designar não apenas os conjuntos habitacionais, mas toda a área em que eles se localizam e os diferentes sentidos que a expressão carrega quando é pronunciada por moradores e não moradores. São os últimos que geralmente produzem e reproduzem estigmas territoriais em relação aos moradores dos conjuntos, uma visão homogeneizante e empobrecedora do espaço, como ficou evidente na narrativa de Mirian e das outras entrevistadas.

⁸⁸ Assumimos as expressões que moradores e não moradores fazem em relação aos conjuntos habitacionais, e isso envolve a utilização de “termos nativos”, como proposto por Souza (2015), que sempre vêm carregados de sentidos e significados próprios.

Eu acho que eles têm preconceito, porque tudo que acontece é lá. Realmente, em todo lugar tem os bons e tem os ruins, como lá não é diferente também. Então eu acho assim, como tudo acontece ‘Ah, tá lá, tá lá nos predinhos’. Então as pessoas têm um preconceito muito grande com lá⁸⁹, e com certeza eles acham que lá é dessa forma, bagunçado, que todo mundo rouba todo mundo, que não sei o que, mas acho que é um preconceito que eles não conhecem, quem conhece sabe que lá é muito bom de se morar, muito bom de viver. (Carmen, 37 anos, moradora do Novo Oeste).

[Um tempo depois na entrevista, Carmen volta ao assunto:]

Se eu te falar a verdade, a verdade, a verdade, eu tenho vergonha às vezes de falar que eu moro lá. ‘Onde você mora?’ Eu falo: ‘Jardim Paraná’, que é o nome do bairro. Lá tem muito porcaria sim, mas tem muita gente que trabalha, que corre atrás, que é pai de família que trabalha, entendeu?! Então assim, as vezes eu tenho vergonha, mas já me acostumei. (Carmen, 37 anos, moradora do Novo Oeste).

Combinadas às narrativas de Mirian e Fabiana, o que nos narrou Carmen abre a possibilidade de análise de uma implicação do processo de segregação socioespacial: a conformação de estigmas territoriais com rebatimentos na sociabilidade urbana¹⁹ das moradoras, também ligada à dimensão simbólica do processo. Ou seja, o processo de segregação inclui uma condição relacional entre aqueles que o vivenciam. Não se trata de uma relação entre iguais, mas uma relação entre “nós” e os “outros”: outros diferentes, outros com mais ou menos oportunidades, outros integrados ou excluídos (SARAVÍ, 2008), inclusive outros perigosos.

⁸⁹ A entrevista foi realizada presencialmente no local de trabalho de Carmen, uma escola privada.

⁹⁰ Relação e interação social em diversos espaços na cidade, além do conjunto habitacional.

La estructura espacial, la división social del espacio urbano, refleja, condensa, y retroalimenta una estructura social compleja en la que coexisten y se combinan procesos de diferenciación, desigualdad, y exclusión. Pero más aún, cómo la organización del espacio urbano, la distribución en él de sujetos socialmente posicionados, condiciona y es condicionada, refleja y responde, a los desafíos que plantea esta nueva sociabilidad urbana, a la construcción e interacción, al encuentro y la evitación con el 'outro'. (SARAVÍ, 2008, p. 97).

A dimensão simbólica constitui uma força ativa da segregação socioespacial e ao mesmo tempo condiciona os encontros e os desencontros com os outros. Os estigmas criam, de certa forma, uma desigualdade naturalizada. Além disso, pela narrativa de Mirian e Carmen, apreendemos que o reconhecimento recíproco dos estigmas está presente e condiciona os encontros e as interações (SARAVÍ, 2008). Em muitas situações Carmen diz o nome do bairro em vez de usar a expressão “predinhos”. Vemos que o termo carrega os sentidos estigmatizados do espaço de moradia associado à violência e à criminalidade. No âmbito de algumas práticas diárias, Mirian falou sobre suas idas a uma academia que se localiza nas proximidades dos predinhos e afirma se sentir mais “à vontade” por uma questão de identificação.

Tem uma academia do lado do Thomé [um supermercado próximo]. A academia já tá no segundo dono, eu acho, e ele... assim, ele é uma pessoa bem carismática, ele conseguiu pegar muita gente aqui dos... dos predinhos, porque tinha gente que ou não fazia atividade física, porque tem muita senhora, muita dona de casa que tá indo pra lá, não se sentiam bem em ir em outra.

Assim, é uma coisa que... e eu tenho uma amiga que fazia estúdio comigo que trabalha lá agora né [na academia], ela fazia educação física e a gente estava co-

mentando é... como é bom ter academias assim nos lugares, porque você vê que as vezes a pessoa não vai porque ela não tem meio de locomoção ou é muito caro ou elas se sentem assim... 'ah, eu vou naquele lugar mas vai ter, sei lá, só vai ter jovem, não em sintoto bem'. Você vê assim, a faixa etária varia muito, a recepção que tem pra... população mesmo, combinar mesmo. Também é bem tranquila, acho que o fato de... do lugar não ser, aí como posso explicar? Tem academia que você vê que tem uma fachada, um tipo de recepção diferente... aqui não, aqui é... bem acolhedor, sabe? Tudo simples.

Se colocasse alguma coisa muito "ah que chique", não sei se as pessoas aqui iriam...Se sentiriam à vontade de ir, acho que não. (Mirian, 28 anos, moradora do Novo Oeste).

Para algumas práticas, como o uso diário da academia, Mirian prefere ficar nas proximidades dos predinhos. O estabelecimento tem êxito, pois atende as necessidades dos moradores dos predinhos, o que significa que há uma identificação entre eles e o espaço de atividade física por "ser mais simples" em relação a outras academias na cidade.

Mas, para outros afazeres diários, sobretudo aqueles ligados ao trabalho e lazer, Mirian não se restringe às proximidades dos predinhos. É aí que vemos uma complexificação das vivências espaciais dos sujeitos sociais, uma vez que não são estáticas. A cidade também é feita de movimento, o que nos faz contestar pensamentos normativos que, por sua vez, tendem a congelar as dinâmicas sociais (AGIER, 2015). Compartilhamos da crítica de Jirón *et al* (2010) de que em muitas análises os fenômenos urbanos são considerados estáticos, buscam compreender como a vida das pessoas se desenvolvem em localidades fixas e ignoram o movimento das pessoas para o trabalho, família, ócio e lazer e como elas se adaptam ou são adaptadas, restringem ou são restringidas.

Devido aos estigmas territoriais que as moradoras carregam, mesmo quando saem de seus espaços de moradias, elas necessitam se adaptar (“mas já me acostumei”, segundo Carmen) e tecer estratégias para driblar ou evitar alguns constrangimentos, sobretudo quando ocorrem os encontros com pessoas de outras classes sociais.

Carmen trabalha em uma escola privada de Três Lagoas no período da tarde e afirma “encontrar diariamente muitas pessoas com dinheiro da cidade”. Nesses encontros ela afirmou quase sempre dizer o nome do bairro em que mora para evitar dizer que mora “nos predinhos”. Não negamos que há uma relação hierárquica – empregada e patrão – nesses momentos, mas os encontros acontecem. Isso dá complexidade à vida urbana, pois os espaços de vivências das pessoas vão além dos espaços de moradias: envolvem os jogos necessários para driblar situações que podem ser constrangedoras, neste caso pelo espaço de origem de moradia de Carmen.

Isso confirma que residir em áreas homogeneamente pobres não necessariamente descarta a possibilidade de encontros com membros de classes privilegiadas em certas circunstâncias (SARAVÍ, 2008). Nesse caso, mesmo Carmen não estando em seu espaço de moradia, ao dizer onde mora, ela explicita os estigmas; por isso opta por não dizer, para não ser vista como perigosa, confirmando as representações sociais negativas em relação aos predinhos. Esta é uma dimensão profunda da segregação socioespacial que os sujeitos sociais que a vivenciam carregam em suas corporeidades. Os estigmas associados aos espaços em que as pessoas residem estabelecem e afirmam que não somos todos iguais: “los estigmas territoriales crean la ilusión de estar escindidos de la estructura social, y con ello plantean una desigualdad naturalizada” (SARAVÍ, 2008, p. 104).

Não é apenas a possibilidade de encontro que importa, mas também a densidade e a qualidade. A qualidade do encontro permite

distinguir, por exemplo, o encontro de um médico em sua camionete com um trabalhador da construção civil que espera um ônibus, de um médico e um trabalhador da construção civil dividindo o transporte público que ambos usam habitualmente, ainda que em nenhum dos casos haja conversa entre eles (SARAVÍ 2008).

No âmbito das entrevistadas, o primeiro sentido de encontro exemplificado ficou evidente nas falas de Mirian e Carmen, que, no trabalho, encontram e convivem com pessoas de outras classes sociais, mas sempre em posições de hierarquia, o que de certo modo não permite espontaneidade nas relações. As outras possibilidades de encontro, sem relação hierárquica, são cada vez mais restritas na cidade.

Outra questão relevante que se coloca acerca dos estigmas territoriais construídos em relação aos predinhos são os prestadores de serviços como entrega de comida via aplicativo ou de transporte, como Uber, que muitas vezes recusam os pedidos.

Geralmente esses aplicativos eles não gostam muito de vir aqui nos predinhos. Porque eu ficava no grupo do condomínio, então assim, eram pessoas específicas que iam lá buscar. A mesma coisa delivery, muitas vezes eu... eu tenho até um print porque eu achei um absurdo, eu pedi um lanche era meia noite... eu sempre peço lanche no mesmo lugar porque eu conheço o dono, eles aceitaram o pedido e aí quando eles viram o endereço e o horário, por ser mais de meia noite, eles falaram que por motivos maiores eles não poderiam fazer a entrega nos predinhos. Então assim, e muitas vezes tinham pessoas que, vamos supor, aconteceu algum fato de roubar alguma coisa no condomínio daí eles entravam numa pauta assim 'é por isso que as pessoas não querem vir entregar lanche, é por isso que você pede alguma coisa no aplicativo é recusado ou se você pede Uber eles não vêm' por conta dessa fama que já tem. Então

muitas vezes dependendo do horário já não conseguia pedir mais nada, porque eles não iam e já foi umas duas vezes que isso aconteceu. (Karen, 24 anos, moradora do Orestinho).

Além da narrativa de Karen, as demais entrevistadas citaram alguns ocorridos em que não foram atendidas por alguns serviços de entrega e de transporte sem nenhuma explicação, mas segundo elas, “já se sabem os motivos”. Conformam-se espaços restringidos, de certa forma “proibidos” para outro setor da população. Embora não haja barreiras físicas, há “muralhas simbólicas”, nos termos de Saraví (2008).

A distância dos predinhos em relação à área central da cidade é de aproximadamente cinco quilômetros, menor, por exemplo, que em relação ao condomínio Village do Lago, no extremo norte da cidade, a oito quilômetros, próximo ao shopping center e do aeroporto. Lá as entregas são feitas sem restrições, como verificamos em outro momento da pesquisa, quando incluímos nas análises os espaços residenciais fechados de médio e alto padrões. Ou seja, o que caracteriza a relação é mais uma “distância social, simbólica” (SPOSITO e GÓES, 2013) do que territorial.

Outro ponto importante que pudemos analisar com base em algumas narrativas, e na própria situação de entrevista com Sonia, moradora do Novo Oeste, foi que uma das primeiras perguntas do roteiro de entrevista é: “O que você acha sobre seu bairro, do conjunto habitacional?”. E mais adiante pedimos uma descrição. No primeiro momento, Sonia já disse: “lá não é violento como todo mundo fala”. Isso fez com que mudássemos o roteiro de entrevista e já começássemos com as questões relacionadas a isso.

Essa resposta inicial de Sonia foi bastante significativa no contexto da pesquisa, uma vez que em uma situação de entrevista existem os níveis de interação (LINDÓN, 2006) entre pesquisadores e pesquisados.

Um deles se refere à imagem que cada um deseja passar para o outro ao longo da entrevista. No caso de Sonia, ficou evidente que ela gostaria de desfazer, ainda que por meio de nós, que estávamos entrevistando, a imagem de lugar perigoso atribuído aos predinhos. Combinado a isso, a presença dos estigmas foi uma afirmativa que permeou toda a entrevista, ainda que em muitas questões, de forma indireta. “La impresión es que las diversas estigmatizaciones están distribuidas en concordancia con la segregación del espacio urbano, y por lo tanto que los sujetos depositarios de estos estigmas no son conscientes de ellos, sino que sólo son parte del inconsciente colectivo de nosotros”. (SARAVÍ, 2008, p. 104).

Nas entrevistas que realizamos há uma tendência de traçar uma linha entre nós e os outros moradores, entre elas e os outros, sobretudo moradores de blocos mais distantes em relação àqueles em que elas moram. Como evidenciado nas narrativas de Mirian, Carmen e Sonia, a primeira descrição que fazem de seus espaços de moradia nega os estigmas territoriais. Isso mostra uma consciência da existência deste elemento pelas entrevistadas. Valorizaram nas falas a tranquilidade e pacíficas relações de vizinhança e, por conseguinte, uma relativização dos atributos negativos dos predinhos. Elas reconhecem que é um espaço tranquilo para elas, mas não para todos os moradores. Em outros condomínios há muitos problemas, como conflitos de vizinhança, ocupações irregulares dos apartamentos⁹¹, comercialização de drogas, etc.

Então, no particular eu não tenho nada do que reclamar, porque a gente já viu várias coisas em outros [blocos], mas no meu, assim, é tão sossegado que a gente vê que nem aparece nas mídias. Eu descreveria que eu estou muito feliz, satisfeita em morar lá, e que eu adoro estar lá. (Carmen, 37 anos, moradora do Novo Oeste).

⁹¹ A pesquisa de Almeida (2021) revelou um processo de saída de alguns apartamentos pelas famílias contempladas. Isso se deve, de modo geral, às dificuldades que enfrentam no espaço de moradia, sobretudo pelo seu modelo vertical e condominial.

Mesmo dentro dos espaços representados como homogêneos, as periferias, tidas por não moradores como perigosas, áreas “proibidas”, o que verificamos com o desenvolvimento da pesquisa foi uma complexa rede de relações, representações e práticas espaciais que dizem o contrário conforme aqueles que vivem aquele espaço e o produzem diariamente. Tanto os predinhos quanto os entornos são cotidianamente modificados por novas construções, refuncionalizações, abertura de comércios e serviços informais, que tecem tramas sociais e constituem o espaço urbano denso e complexo que dificilmente será explicado por teses polarizadoras e dicotômicas, mas que nos exige olhares sensíveis para compreender as relações políticas e sociais que os constroem e constituem.

Ainda que a produção das representações sociais seja ativa quanto aos predinhos, as barreiras físicas e simbólicas da segregação socioespacial não são impermeáveis: suas fissuras evidenciam a fragilidade da coesão social e as tensões desencadeadas por uma sociedade socioespacialmente desigual. Desconsiderar os estigmas que as corporeidades carregam ao sair de seus espaços de moradia é simplificar um processo urbano composto por camadas de complexidades que não se explicam pela objetividade do processo de segregação socioespacial.

Para arrematar...

O que se coloca são duas situações: de um lado, a periferia viva, dinâmica, com problemas sociais, mas também com potencialidades na vida cotidiana; de outro, os estigmas territoriais e representações sociais homogeneizantes em relação aos espaços periféricos – neste caso, em relação aos “predinhos”. Não pretendemos, com o uso do termo, reforçar os estigmas existentes, mas, ao dar voz às moradoras que vivem o espaço e narram as dinâmicas da vida cotidiana, ele se car-

rega de sentidos que são próprios para elas, sentidos que, sim, incluem os estigmas dos outros, mas também as próprias vivências e representações delas.

Por meio da pesquisa, vemos o quão difícil é alcançar uma visão totalizante e generalizadora que permita construir modelos, teorias e leis gerais em relação à cidade. A ideia central é valorizar a diversidade de experiências espaciais que acontecem na vida cotidiana dos sujeitos sociais. Assim se justifica nossa escolha metodológica, que tiveram as entrevistas como principal instrumento de geração de informações – estas que não são, por si mesmas, respostas às perguntas da pesquisa (KAPP, 2020), mas tomam sentido quando são interpretadas e analisadas em conjunto com outros dados e aportes teóricos.

Buscamos tratar da dimensão subjetiva da segregação socioespacial, em que os dados e índices quantitativos não geram repertórios suficientes para nossas análises, uma vez que não se trata apenas do local da cidade em que os conjuntos habitacionais foram instalados, mas das experiências espaciais das entrevistadas tanto nos próprios espaços de moradias quanto fora deles, em outros lugares da cidade. Isso quase sempre exige estratégias sociais para “driblar” os estigmas territoriais que carregam por serem moradoras dos predinhos. É isso que a abordagem da dimensão subjetiva do processo nos permite reconhecer: os múltiplos espaços e representações sociais que compõem a cidade e os cidadãos e como isso influencia as formas de vivências e experiências espaciais de cada sujeito social, os jogos cotidianos necessários.

O “olhar de perto e de dentro”, ou seja, as análises das experiências urbanas feitas com base nos arranjos dos próprios sujeitos sociais, seus trânsitos, formas de sociabilidade, deslocamentos, apropriações, encontros e trocas no espaço urbano é capaz de revelar padrões de comportamentos não de indivíduos atomizados, “destinados ao nada”, nos termos de Martins (2001), mas dos múltiplos, dos variados (MAG-

NANI, 2002). A abordagem dos ritmos e camadas de complexidades da segregação socioespacial depende da escala de análise que se considere. Nesta pesquisa, que optou pela escala do cotidiano, foi possível apreender e analisar os aspectos subjetivos e, por conseguinte, o quanto isso é construído no dia a dia e interfere nas vivências das moradoras entrevistadas.

O desafio que se coloca nos estudos acerca da segregação socioespacial e das periferias é a necessidade de incorporar a complexidade do processo. Possivelmente o ponto de partida seja questionarmos as dimensões redutoras que se têm dado a ela como se fosse um fenômeno congelado em que os sujeitos sociais não vivessem também em movimento na cidade ao mesmo tempo em que vivem e fazem a periferia (HIERNAUX E LINDÓN, 2004) em sua pluralidade. Os estigmas territoriais não são somente fontes de desvantagens, mas são ao mesmo tempo instrumentos de diferenciação social e, sobretudo, expressão de uma violência simbólica que reproduz e consolida as relações de poder espacializadas e as desigualdades da estrutura social que em muitas circunstâncias são naturalizadas na cidade.

Referências

ABREU, Marlon Altavini de; STOIAN, Victor Chirillo de Oliveira. Produção habitacional e o novo mapa das desigualdades socioespaciais em cidades médias a partir do programa MCMV: Londrina e Ribeirão Preto. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, v. 4, p. 60-84, 2019.

ALMEIDA, Rubenita Martins de. **A segregação socioespacial em Três Lagoas/MS: uma análise a partir dos conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho**. 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. In: **Mana**. 2015, vol.21, n.3, p.483-498.

BEZERRA, Victor Gabriel Domingues. **Vozes da cidade: análises da vida cotidiana de moradoras dos conjuntos habitacionais verticais em Três Lagoas – MS**. 2021. 112 f. Trabalho de conclusão de curso (Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, 39, 2020.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teóricas-metodológicas. IN: **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.11, p. 1-11, 2020.

GIBBS, Braham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. La periferia: voz y sentido en los estudios urbanos. In: **Papeles de Población**. Cidade do México, 2004, año 10, n. 42, p. 101-123.

JIRÓN, Paola; LANGE, Carlos; BERTRAND, María. Exclusión y desigualdad espacial: retrato desde la movilidad cotidiana. In: **Revista Invi**. v. 25 n. 68, 2010.

KAPP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

LINDÓN, Alicia. Geografías de la vida cotidiana. In: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel; BERTRAND, Georges (Orgs.). Tratado de geografía humana. Barcelona: Anthropolos, 2006.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 49, p.11-29, junho 2002.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. In: **Revista Espaço e Debates: Periferia revisitada**. V. 17, n. 42, 2001.

MILANI, Patrícia Helena; ALMEIDA, Rubenita Martins de. Segregação socioespacial na vida cotidiana de moradores de conjuntos habitacionais em Três Lagoas-MS. In: CALIXTO, M. J. M. S.; BERNADELLI, M. L. F. H.; SILVA, P. F. J. (Orgs.). **Da produção da cidade à produção da habitação**: abordagens a partir do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Life Editora, 2021. p. 19-47.

SARAVI, Gonzalo A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdade en la ciudad de Mexico. **Revista Eure**, vol. XXXIV, n. 103, p. 93-110, dezembro de 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2012.

Sites

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa do Mercado Imobiliário. SECOVI/SP; São Paulo, jan. 2019. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/downloads/pesquisas-e-indices/pmi/2019/arquivos/201901-pmi.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010. <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2019.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

IBGE. <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar.2019.

IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t17_mt.pdf>. Acesso em: 30 mar.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/prefeitura-reforca-criterios-para-cadastro-de-candidatos-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E A POLÍTICA FUNDIÁRIA ORIENTADA PELO BANCO MUNDIAL: O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO⁹²

Luana Fernanda Luiz⁹³

Introdução

Este capítulo resulta das leituras e reflexões realizadas durante o desenvolvimento de pesquisa, em nível de mestrado, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), no Programa de Pós-Graduação em Geografia, sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário nos municípios que compõem a Microrregião de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, e das reflexões e dos debates realizados no âmbito do Laboratório de Geografia Agrária (UFMS/CPTL), a respeito da Questão Agrária brasileira e sul-mato-grossense. Ao longo do texto tenta-se analisar como o processo de financeirização do capital atinge a política de Reforma Agrária, a partir da criação do programa de financiamento para compra de imóveis rurais destinado aos camponeses sem terra ou com pouca terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

A histórica concentração fundiária existente no país tem expulso indígenas e posseiros de suas terras, e tem cerceado o acesso de famílias camponesas à terra de vida e de trabalho. Essa realidade tem

⁹² Resultado de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, Campus de Três Lagoas, orientado pelo Prof. Dr. Sedeval Nardone.

⁹³ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: luana_fernanda@hotmail.com

provocado problemas em diferentes dimensões: política, econômica e social, perpetuando a pobreza e o desemprego no campo em prol da acumulação e do rentismo de capitalistas e proprietários de terra. É neste contexto que o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi implementado pelo Estado como suposta alternativa a eliminação da pobreza rural que inseriu famílias camponesas sem terra, e tem considerado como uma forma de substituição da política de Reforma Agrária realizada pelo Estado em terras devolutas/griladas e improdutivas.

Para compreender o contexto político e econômico em que a política de Crédito Fundiário foi implementada no Brasil, é necessário discutir a respeito da relação existente entre o capital e o Estado, sob o contexto de financeirização da economia. Para tanto, essa discussão é subsidiada pelas pesquisas desenvolvidas por Paulani (2012), Chesnais (1996; 2005), Harvey (2005a, 2005b, 2011) e Montañó e Durigetto (2011).

Em seguida, com o objetivo de compreender como a expansão geográfica do capital, originada a partir da relação existente entre capital e Estado, propiciou as contrarreformas operadas pelos Estados nacionais nos países latino-americanos sob orientação do Banco Mundial, e promoveu a reconfiguração das políticas sociais, nos pautamos em Souza (2009, 2012), Behring (2008; 2012) e Pereira (2018).

A partir deste referencial teórico tenta-se compreender como as políticas sociais integraram-se ao processo de contrarreforma agrária no Brasil, analisada neste capítulo, por meio da implementação da política de Crédito Fundiário no país. Resultante das contrarreformas empreendidas pelo Estado brasileiro, sob orientação neoliberal, a política de Crédito Fundiário, criada na década de 1990, pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, constituiu-se em resposta do Estado brasileiro às orientações das instituições multilaterais que apregoavam a possibilidade de reduzir a pobreza rural no Brasil a partir da criação

de um programa de acesso à terra por meio de mercado, combinando uma política social ao movimento de acumulação de capital (PEREIRA, 2018), promovendo a reprodução dos proprietários de terras por propiciar a realização da renda capitalizada da terra para os proprietários rentistas.

Por fim, se esclarece que a política de Crédito Fundiário integra um processo amplo de contrarreforma do Estado brasileiro (BEHRING, 2008), a qual junto à crise fiscal do Estado e ao endividamento público tem minado sua soberania e, no campo, tem cerceado as condições de permanência e reprodução social do campesinato, aproximando-os do endividamento (SAUER, 2010).

O Estado e o Capital: a expansão geográfica do capital

A economia brasileira tornou-se o destino do deslocamento espacial do capital do centro do capitalismo, a partir da década de 1970, decorrente da crise de superacumulação que se alastrava pelo mundo desde a década de 1930. O deslocamento espacial do capital do centro do sistema capitalista não foi o suficiente para conter a crise de superacumulação, gerando uma série de transformações e alterando significativamente a forma e conteúdo de acumulação de capital no Brasil e no mundo, dando início à financeirização do capital (PAULANI, 2012).

Para Chesnais (1996), a financeirização se desenvolveu no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980, quando o capital produtivo, segundo o autor, passou a ser comandado por aquele portador de juros, instituindo a abertura de nova fase do imperialismo, a “mundialização do capital”.

A forma de acumulação da fase de financeirização do capitalismo vem das novas formas de centralização dos capitais financeiros, os

quais, buscam “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, principalmente “[...] sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida.” (CHESNAIS, 2005, p. 36).

O autor considera o terreno de ação do capital portador de juros sendo: “[...] os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e dívidas, especialmente, entre bancos” (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Neste contexto, os bancos operam a redefinição de suas atividades e passam a agir como intermediários, subordinando as relações de crédito à finança do mercado financeiro. Esta etapa do capitalismo contemporâneo torna o próprio dinheiro em mercadoria. Mas o dinheiro é uma mercadoria diferente, pois não pode ser comprada nem vendida, assim como as outras mercadorias (SOUZA, 2012). Então, sua forma de aquisição acontece por meio de empréstimo. Desta forma, o sistema de crédito se expande em ampla escala. Marx denomina essa mercadoria, em forma de empréstimo, em valor monetário, de capital portador de juros, aparentemente autônomo e valoriza-se sozinho na esfera financeira.

A tese desenvolvida por Chesnais (2005), sobre a financeirização do capital, salienta a exterioridade à produção, tratando-se de uma questão de distância entre a finança e a atividade produtiva. Considerando-se que esta relação está oculta no processo de reprodução do capital portador de juros, este assume-se na forma fetichista do capital, pois não mostra as mediações entre a produção e a circulação, ocultando o lastro, ou seja, a base material deste capital aparentemente autônomo, presente na produção de mercadorias e no trabalho vivo, ou na propriedade capitalista da terra.

Segundo Chesnais (2005), o capitalismo em nível global passa a ser marcado pela hegemonia econômica e social do capital portador de juros. As contradições clássicas inerentes ao sistema capitalista fundadas sobre a propriedade privada resultaram do dinamismo da acumulação, seja na forma da queda das taxas de lucro em fase de superacumulação ou de superprodução. Para Harvey (2011), as crises inerentes ao modo de produção capitalista são, por conseguinte, as crises de realização, que acontecem em virtude da superprodução de capital. Segundo Chesnais (2005), para os capitalistas, esses problemas, inerentes ao sistema capitalista, podem ser atenuados por meio de estratégias oligopolistas preocupadas em não criar capacidade produtiva muito elevada, bem como com a criação de políticas anticíclicas, como as massivas políticas de crédito, constituindo-se em espaço de valorização do capital.

Diferente de Chesnais (2005), ao analisar as transformações no âmbito do capitalismo contemporâneo, Harvey (2005a) defende a tese de o sistema capitalista engendrar, desde os anos de 1970, alterações significantes nas práticas culturais e político-econômicas por meio de nova forma de acumulação de capital, implicando alterações na ordenação espaço-temporal para enfrentar as crises de sobreacumulação do capital. Essa dinâmica pode ser caracterizada pelo deslocamento temporal por meio de investimentos a longo prazo, ou espacial, permitindo a abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas em diversos lugares (HARVEY, 2005a, p. 93-94), a partir da expansão geográfica do capital.

A inserção do Brasil, assim como outros países latino-americanos, nesse novo regime de acumulação constituído pela hegemonia neoliberal, iniciada na década de 1970 e presente até os dias de hoje, cumpriu papel importante na economia mundial, tendo em vista que apresentavam a demanda necessária por empréstimos para o capital financeiro do centro resolver seu problema de superacumulação. A começar pela dívida pública de países da periferia do capitalismo.

Conforme aponta Chesnais (2005), a dívida pública foi o mecanismo de transferência de recursos que apresentou a capacidade de reproduzir-se no tempo sem cessar. Assim, segundo Paulani (2012, p. 92), entre 1970 e 1990, o Brasil pagou aos credores externos cerca de “[...] US\$ 140 bilhões a título de juros, mais US\$ 180 bilhões em amortizações”. Para a autora, neste período “[...] o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial” (PAULANI, 2012, p. 92).

Desta forma, a crise financeira assumida pelos Estados dos países membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio da dívida pública, foi usada para reordenar as relações sociais e produtivas entre o centro e a periferia do mundo do capital, de modo a favorecer a penetração dos capitais externos em países periféricos. Segundo Chesnais (2005), a “ditadura dos credores” ou “tirania dos mercados”, sobre os países chamados “em desenvolvimento”, permitiu a imposição de políticas de “ajuste estrutural”, direcionados politicamente pelo Consenso de Washington e promovidos pelas instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) levando à forte dominação dos países centrais sobre os países da periferia do capitalismo, sobretudo nos países da América Latina.

Para Harvey (2005a), a ofensiva dos capitalistas, promovida a partir da expansão geográfica do capital, principalmente sobre os países latino-americanos, se deu com o apoio dos Estados nacionais, provocando a refuncionalização do papel do Estado, atuando por meio de políticas neoliberais de desregulamentação ou liberalização financeira, políticas de privatização, garantindo infraestrutura, incentivos fiscais, “flexibilidade” e precarização do trabalho, com o objetivo de eliminar barreiras impeditivas da livre circulação do capital.

Harvey (2005b), explica que a expansão geográfica do capital para novas regiões promoveu a reorganização espacial e temporal bus-

cando a anulação do espaço pelo tempo para promover uma “saída” rápida para crise de sobreacumulação do capital. Estes movimentos do capital envolvem investimentos em infraestruturas físicas e sociais (redes de transporte e comunicações, pesquisas, etc), que deveriam ser realizadas pelo capital, mas são mais efetivos para este se apropriar de arranjos institucionais garantidos pelo poder estatal. Assim, o Estado utiliza de seus poderes para direcionar a dinâmica de acumulação, seja por meio do aparato com infraestrutura ou por meio de implementação de leis e sua autoridade ao as impor.

Desta forma, o Estado brasileiro, por meio de sua autoridade em criar e impor leis, somados às pressões políticas exercidas pelos Estados Unidos e pelas agências multilaterais, como Banco Mundial e FMI, facilitou a liberalização do sistema financeiro para o capital se mover com rapidez e sob taxas elevadas, promovendo a desregulação da economia, e o desenvolvimento de condições para propiciar a acumulação de capital, tais como o aumento de juros e a diminuição do custo da força trabalho, assumindo a dívida externa e reduzindo os gastos, sobretudo, sociais (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011), além de promover o processo de contrarreforma do Estado brasileiro (BEHRING, 2008).

Os efeitos da crise econômica mundial sobre os países localizados na periferia do capitalismo desdobraram-se em oscilações cambiais e aumento das taxas de juros, gerando no Brasil, a denominada “década perdida” oriunda da crise da dívida na década de 1980. Pitta e Mendonça (2014), com base nos dados disponibilizados por Oliveira (1998), apontam que no ano de 1986 o serviço da dívida correspondeu a aproximadamente 96% das receitas brasileiras de exportações. Segundo os autores, neste período, o Estado priorizou a agricultura extensiva e mecanizada a qual foi justificada como imprescindível para saldar a dívida externa de modo a garantir o “equilíbrio” na balança comercial, gerando uma política de crédito governamental e de comércio exte-

rior incluindo incentivos fiscais e financiamentos para infraestrutura, como a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Conforme aponta Nardoque et al. (2018), sob o contexto de crise do capitalismo, como no ano de 2008, os capitalistas passaram a exportar seus capitais para lugares em que a reprodução ampliada e a acumulação de capital foram facilitadas, alternando seus investimentos no mercado de capitais e também na concretude de sua (re)produção lastreados na renda da terra. Desta forma, os investimentos internacionais a partir da extração da renda da terra, por meio dos recursos minerais e da agropecuária, apresentaram-se atrativos para os capitalistas (NARDOQUE et al., 2018), segundo os quais alinhados à grande propriedade extraem lucro e renda da terra sob o apoio do Estado.

Segundo Pitta e Mendonça (2014), a especulação com terras agrícolas representa um espaço de valorização dos capitais ociosos em busca de rendimentos após o ciclo de alta das *commodities* entre os anos de 2003 e 2008, segundo a qual elevou enormemente o preço das terras agricultáveis no Brasil. A respeito deste assunto Pitta e Mendonça consideram:

O negócio consiste em extrair renda da comercialização de terras com base em sua precificação. Os grandes montantes investidos retroalimentam o aumento do preço das terras e sua remuneração é gerada a partir deste movimento de capital fictício. [...] A SLC, maior produtora de grãos do Brasil, administra a SLC Land com fundos internacionais para compra, venda e arrendamento de terras. Oliveira (2010) demonstra que o objetivo destas empresas não é o controle direto sobre a terra, mas a renda do negócio (PITTA; MENDONÇA, 2014, p. 54).

Desta forma, a partir da acumulação por espoliação, o desenvolvimento do capital financeiro no campo tem promovido uma forma

de “terceirização” dos negócios com terras. Assim, os fundos internacionais não se responsabilizam pelos impactos econômicos, sociais e ambientais causados a partir da especulação no campo brasileiro, pois estes não são proprietários diretos das terras. A expansão territorial dos setores do agronegócio ocorre, sobretudo, sob regiões abundantes em fontes de água, biodiversidade, infraestrutura (PITTA; MENDONÇA, 2014) e sob forte exploração do trabalho.

Em meio a esse contexto, segundo Nardoque et al. (2018), com base em Oliveira (2017), no Governo FHC os lucros das empresas mundiais chegaram a US\$ 24,1 bilhões (Vinte quatro bilhões e cem milhões de dólares), passando para US\$ 153,9 bilhões (Cento e cinquenta e três bilhões e novecentos milhões de dólares) no Governo Lula, propiciados a partir dos desdobramentos desencadeados pela crise de 2008 e do movimento do capital facilitado pelo Estado brasileiro.

Sob a perspectiva da agricultura capitalista, a terra é considerada como base produtiva constituindo-se elemento limitante para a circulação do capital. Neste sentido, o mercado de terras aparece qualificado a operar transações financeiras com base em títulos de propriedade, assumindo a função de financiador de aplicações fixas de capital (PITTA; MENDONÇA, 2014). A partir das considerações de Delgado (1985), Pitta e Mendonça salientam que a propriedade da terra sob os moldes capitalistas é concebida como bem natural não reproduzível, constituindo-se títulos patrimoniais monopolizáveis como as ações, as obrigações e os títulos da dívida pública e, também, o dinheiro. Desta forma, a relação entre o mercado de terras e o mercado financeiro se intrinca no movimento de crise e acumulação de capital (PITTA; MENDONÇA, 2014).

Segundo Pitta e Mendonça (2014), a variação entre movimentos de circulação expressos por meio do mercado de dinheiro, e de imobilidade do capital, segundo o qual aparece expresso por meio de ativos

financeiros das empresas, tais como terra e capital constante, objetiva impulsionar esses ativos como garantias para acesso a crédito, estimulando a acumulação de capital por meio de dívidas.

Desta forma, a especulação com o preço da terra tem facilitado a reprodução do capital tanto em sua forma financeira quanto em sua forma fictícia. Neste contexto, a expansão do mercado de terras compatibiliza a atuação de seguradoras, empresas bancárias, imobiliárias e industriais (PITTA; MENDONÇA, 2014). E o Estado, por meio do fundo público e da implementação de legislações, age cumprindo papel central nesse cenário, atuando como agente de financiamento e de concessão de terras públicas para o setor privado.

Neste sentido, no capitalismo contemporâneo, marcado pelo neoliberalismo e a financeirização do capital, o Estado, por meio do orçamento público que compõe o fundo público, ocupa lugar estrutural ao promover a sustentação do modo de produção capitalista no processo de valorização do capital, sob o contexto de crise do capital, ajustes estruturais e contrarreformas (BEHRING, 2010).

Atuação do Banco Mundial na Promoção da Contrarreforma do Estado Brasileiro

Para Behring (2008), a reestruturação produtiva e a mundialização do capital configuram, em linhas gerais, uma verdadeira *contrarreforma*, pois as políticas econômicas e sociais apresentam fortemente o pensamento neoliberal com aparência regressiva. Segundo a autora, dependendo das escolhas políticas dos governos com relação às diferentes formações sociais em cada país, esta contrarreforma pode aparecer com maior ou menor intensidade caracterizando-se pela perda de soberania do Estado por meio do aprofundamento de sua vulne-

rabilidade externa que, por conseguinte, o impede de criar uma política econômica centrada na retomada do emprego e do crescimento. O desmonte do Estado brasileiro, ocorrido a partir da expansão geográfica do capital, em busca dos superlucros, e da adaptação do Estado à dinâmica do capitalismo contemporâneo, mostrou, principalmente a partir do Governo FHC, sua natureza regressiva, antinacional e antidemocrática.

Sob o contexto de contrarreforma, para Behring (2008), as políticas sociais são apresentadas em meio ao discurso ideológico como geradoras de desequilíbrio e devendo ser acessadas pelo mercado (BEHRING, 2008, p. 64). O Estado passa a não se responsabilizar pela proteção social e em meio aos conflitos sociais inerentes a este processo político assume mínimas funções para a classe trabalhadora e máximas para o capital.

A reforma do sistema previdenciário brasileiro, em 2019, é um exemplo claro desse movimento. Nos últimos anos, sob intensos discursos a respeito da necessidade de realização da (Contra)Reforma da Previdência, de que trata a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, no dia 26 de janeiro de 2017, o até então secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda, em 2018, anunciou a existência de déficit na previdência segundo o qual teria atingido no ano de 2016 o valor de R\$ 149,7 bilhões. A atual gestão do Governo Federal (2019-2022), tem endossado a contrarreforma dos banqueiros.

Segundo entrevista concedida ao Jornal Diário Centro do Mundo (DCM), Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, expõe a intenção do plano de Paulo Guedes, o atual Ministro da Economia do Brasil, com a implementação desta contrarreforma. Segundo Fattorelli, a implementação desta contrarreforma não seria conter um suposto déficit da Previdência, como

anunciado, mas, implantar a transição do atual regime de previdência solidário, por repartição, para o regime de capitalização em que só o trabalhador contribua para uma conta individual e que não exija a participação das empresas no processo, findando com a seguridade social e entregando a previdência social para os banqueiros e os fundos de pensão. Segundo Maria Lúcia Fattorelli, a história de déficit apresenta erros, tais como:

[...] O primeiro, abusivo, é quando se pega somente a contribuição da classe trabalhadora e da folha paga pelo empregador e esse total contribui com toda a despesa da previdência. Que conta é essa? Essa conta não tem amparo na CF [Constituição Federal]. O segundo erro é afirmar que existe déficit na seguridade, ignorando que a CF prevê a participação do orçamento público. (Maria Lúcia Fattorelli, entrevista concedida ao Jornal DCM, na data 8 de junho de 2019).

A Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, ainda esclarece que os recursos provenientes do orçamento público são desviados por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para cumprir a meta de superávit primário com a finalidade de pagar os juros da dívida pública, segundo a qual nunca passou por uma auditoria integral. Segundo Fattorelli: “Esse é o rombo que amarra o Brasil. Durante 20 anos, de 1995 a 2015, produzimos mais de R\$ 1 trilhão de superávit primário. E nesse mesmo período a dívida interna saltou de R\$ 86 bi para R\$ 4 tri.” (Maria Lúcia Fattorelli, entrevista concedida ao Jornal DCM, na data 8 de junho de 2019).

Sob o contexto, de contrarreforma (BEHRING, 2008), em que as políticas sociais aparecem como paternalistas devendo ser acessadas por meio do mercado, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) pode ser compreendido como resultante da mercantilização das políticas públicas e da capitalização de uma política social, um novo espaço em

que o capital encontra para valorizar-se, inclusive pautado no sistema de crédito. Uma vez que o Estado captura uma demanda social, neste caso a demanda por terras, e a possibilita por meio da inserção da população no mercado, mostra-se seu caráter regressivo, sobretudo, por propiciar a punção da renda da terra, de parte do trabalho necessário e da mais valia socialmente produzida pelo capital financeiro.

Desta forma, o PNCF expressa o processo mais amplo de supercapitalização (MANDEL, 1982), caracterizada pela inclusão de todas as esferas da vida social nas relações capitalistas, como, por exemplo, as políticas públicas sociais que deixam de ser função majoritária do Estado e passam a se tornar espaços de valorização do capital, especificamente do capital portador de juros. Assim, o Estado neoliberal, pragmaticamente, viabiliza a realização dos superlucros e da acumulação de capital (BEHRING, 2008), no sentido de facilitar o fluxo global e adaptar o Estado brasileiro às novas características e condições da economia global.

Este é justamente o caráter dos “ajustes estruturais” sugeridos pelo Banco Mundial aos países da América Latina. Sob o contexto de elevado endividamento externo pelas economias latino-americanas e de ascensão de uma perspectiva política econômica liberal-conservadora dos Estados Unidos e da Inglaterra, para estes, a saída para o crescimento econômico estava na liberalização das economias nacionais. Tal liberalização consistiu em estabelecer o “ajuste estrutural”, constituindo-se em empréstimos concedidos pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), iniciado na década de 1980 aos países da América Latina, de forma rápida e com o objetivo de implementar políticas nos países acometidos pela dívida externa. (PEREIRA, 2017; 2018). Segundo Pereira (2017, p. 396), “[...] A gestão da dívida rapidamente converteu-se em mecanismo para disciplinar *em série* as políticas econômicas dos países devedores, conforme o credo neoliberal emergente.”

Os contratos dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial apresentaram algumas exigências para os governos dos Estados, clientes do banco, em relação às políticas econômicas e políticas públicas sociais dos respectivos países (PEREIRA, 2018).

A inserção da contrarreforma neoliberal ocorreu de forma desigual entre esses países e sofreu adaptações no decorrer da década de 1990. Segundo Pereira (2018), a primeira adaptação realizada pelo Banco Mundial diz respeito à internalização do combate à pobreza na agenda dominante. A proposta do Banco Mundial foi criar programas de compensação focalizados no curto prazo, somente concretizados mediante a efetivação de políticas neoliberais. Neste cenário, os conflitos sociais em torno da apropriação e distribuição da riqueza foram desconsiderados pelo Banco Mundial, permitindo, desta forma, que o alívio da pobreza dependeria da distribuição de partes do crescimento econômico. Assim, o discurso de combate à pobreza ajustou-se à liberalização econômica. (PEREIRA, 2018).

A segunda adaptação promovida pela contrarreforma, denominada “ajuste estrutural”, segundo Pereira (2018), consistiu em promover a revisão sobre o papel do Estado na economia. As relações entre Estado e mercado o colocava como um agente econômico que prescrevia algumas funções, tais como: garantir a estabilidade macroeconômica, manter a ordem pública, fornecer infraestrutura produtiva, gerir a previdência social, entre outras. Para cumprir tais funções, o Estado manteria o ajuste fiscal e direcionaria parte do orçamento do gasto público para áreas prioritárias, privatizaria empresas públicas, terceirizaria serviços etc. Como aponta Pereira (2018): “[...] A dicotomia Estado versus mercado, típica do enfoque hipermercadista dos anos 1980, cedia lugar a uma visão mais complementar.” (PEREIRA, 2018, p. 2192).

A América Latina, sob contexto de baixo crescimento econômico, aumento da pobreza e aumento dos conflitos sociais, a partir da

década de 1990, o Banco Mundial, na figura do BIRD, implementou a segunda fase de contrarreformas estruturais centradas no Estado. A expressão desta agenda aparece no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), de 1997. (PEREIRA, 2017; 2018).

Nesta fase de contrarreformas implementadas pelo Banco, repetiram-se as alterações pautadas na privatização e na liberalização das economias dos Estados. Simultaneamente a esse processo, o Estado apareceu como complementador do mercado, facilitador do crescimento econômico, a ser conduzido pelo setor privado.

A agenda de boa “governança” tornou-se possível por meio do acesso aos empréstimos do Banco Mundial e as condições impostas para implementação de contrarreformas nas políticas dos Estados, seus clientes. Segundo Pereira (2018), a boa governança empreendida pelo BIRD e os Estados nacionais corresponde à promoção de “democracias de mercado”. Esta categoria se tornou parâmetro de avaliação da qualidade do regime político e institucional dos países denominados “em desenvolvimento”.

É importante salientar que as contrarreformas neoliberais não requeriam a minimização do Estado, mas sim a reorientação de suas ações em favor dos interesses de agentes financeiros em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas da população (PEREIRA, 2018). Essa reorientação dos Estados nacionais provocou a reconfiguração de suas políticas públicas sociais no sentido facilitar os fluxos do capital no contexto de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (BEHRING, 2008).

Os Estados latino-americanos, subordinados ao ajuste macroeconômico, promoveram a reconfiguração nas políticas públicas sociais por meio de três mudanças, elencadas por Pereira (2018): 1) a política social, pensada como insumo necessário ao investimento privado,

tornou-se gasto, dando lugar à concepção de compensação social; 2) a política social direcionada à população pauperizada no sentido de promover aumento de emprego e renda, assumiu o perfil assistencialista; 3) a política social assumiu o caráter transitório e foi orientada para aliviar os problemas sociais decorrentes das contrarreformas empreendidas pelo ajuste econômico.

Neste período, a agenda de combate à pobreza do Banco Mundial, nos países da América Latina, concentrou-se na implementação de programas considerados mecanismos auxiliares do mercado, combinando as políticas sociais ao movimento de acumulação de capital. (PEREIRA, 2018). Estas políticas assumiram caráter paliativo e focalizado da pobreza, sobretudo, em locais em que os conflitos sociais se apresentavam em ascensão, sem ao menos promover a alteração na estrutura da sociedade.

A implementação de políticas sociais destinadas à reprodução da população pauperizada por meio do mercado, fomentou a apropriação de parte do fundo público pelos donos do capital portador de juros. Tal apropriação pode ser auferida pela transferência de recursos sociais para o mercado financeiro, seja por meio das contrarreformas das políticas sociais, pelo repasse de recursos do fundo público para o pagamento da dívida ou pelos programas de transferência de renda (SOUZA, 2012), e, também, por meio de financiamentos concedidos à população pelo Estado, os quais alimentaram o capital portador de juros, reiterando a focalização das políticas sociais em detrimento de conquistas com caráter universal, como por exemplo, a Reforma Agrária, duramente conquistada por meio da luta pela terra.

Sob esse contexto de endividamento estatal, de implementação de políticas sociais destinadas à redução da pobreza rural, por meio do mercado, surge no Brasil, na década de 1990, a política de Crédito Fundiário.

Atuação da Política de Crédito Fundiário no Brasil

No âmbito estatal brasileiro, os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC, em dois mandatos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002) e Governo Lula (2003 a 2006 e 2007 a 2010) desempenharam políticas macroeconômicas de pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos em políticas sociais no país (SOUZA, 2009). A partir da adesão dos programas propostos pelas agências multilaterais de financiamento, o Estado brasileiro, substituiu as políticas sociais por políticas de combate à pobreza e, desta forma, também as políticas de cunho universal por políticas focalizadas (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011; PEREIRA, 2018), sem qualquer efeito estrutural ou sequer distributivo.

A política de Crédito Fundiário, criada no ano de 1996, pelo Governo FHC, é resultante das contrarreformas empreendidas pelo Estado brasileiro, sob orientação neoliberal, e constitui-se em resposta do Estado brasileiro às orientações das instituições multilaterais que apregoavam a possibilidade de reduzir a pobreza rural no Brasil a partir da criação de um programa de acesso à terra por meio de mercado, alegando a garantia de melhores condições de vida no campo.

Neste contexto, a contrarreforma agrária, empreendida pelo Estado brasileiro, com o apoio do Banco Mundial, possibilitou a abertura de novo espaço de valorização do capital garantindo a lógica de reprodução do capital por meio da captação da renda da terra e da mais valia social, que, por conseguinte, alimentam o capital portador de juros; e promovem o desmantelamento da luta pela Reforma Agrária na década de 1990.

O Crédito Fundiário foi implementado como um mecanismo apaziguador de conflitos e assassinatos no campo, sobretudo os massacres de Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996. Esta

contrarreforma aconteceu, principalmente, em detrimento da efetivação da política de Reforma Agrária, presente no texto da Constituição de 1988, a qual, neste contexto, foi relegada, dado o seu caráter desapropriatório e redistributivo da propriedade da terra.

A política denominada “Novo Mundo Rural”, o primeiro programa de acesso à terra, com base no mercado criado pelo governo FHC, o projeto Piloto Cédula da Terra, foi implantado em 1997, consistindo-se em financiamento de compra de terras. Segundo Sauer (2010), esse programa desdobrou consequências desastrosas para o campesinato provocando um número elevado de endividados no campo. No ano de 1998, sem que houvesse a análise apurada da operacionalização do programa piloto Cédula da Terra, o governo FHC criou o programa Banco da Terra – Fundo de Terras com a finalidade de financiar a aquisição de terras para camponeses empobrecidos. O Banco da Terra imediatamente recebeu a intenção de apoio financeiro do Banco Mundial (BIRD). No entanto, os recursos da instituição direcionaram-se ao Programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, iniciado no final do ano 2000, com os recursos de R\$ 202 milhões (Duzentos e dois milhões de reais). (SAUER, 2010).

Durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, houve a continuidade do modelo econômico de seu antecessor FHC, assim como o prosseguimento com a política neoliberal subalterna às imposições dos países de capitalismo central.

A efetivação da política de Reforma Agrária almejada e reivindicada pelos movimentos sociais de luta pela terra, que por sua vez esperavam do governo Lula a promoção Reforma Agrária e a desconcentração fundiária no país, receberam, em contrapartida, a não realização da reforma agrária (OLIVEIRA, 2010, 2011) e a oferta da política de crédito fundiário, com reformulações, passou da condição de programa social para política pública incorporado ao Estado com operações

no Fundo de Terras e da Reforma Agrária, denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Este programa oferecia linhas de crédito para financiamentos de imóveis rurais cujo teto chegava até R\$ 80 mil (Oitenta mil reais), com prazo de 20 anos para pagamento, com carência de 3 anos para o vencimento da primeira parcela. No ano de 2018, o ilegítimo governo de Michel Temer, expandiu o PNCF, ampliando as condições de pagamento, as linhas de financiamento e o teto de financiamento, chegando até R\$ 140 mil (Cento e quarenta mil reais), com um prazo de pagamento de 25 anos, com 3 anos de carência para o pagamento da primeira parcela.

No ano de 2020, o Governo Bolsonaro alterou o nome do programa para “Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito” reformulou as linhas de financiamento e expandiu o teto de financiamento para até R\$ 158.358,54 (Cento e cinquenta e oito mil e trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). Os financiamentos dos imóveis rurais realizados por meio do PNCF devem ser integralizados dentro de 25 anos (com 36 meses de carência) após a contração da dívida junto ao Fundo de Terras. Ressalta-se que o imóvel financiado é considerado a garantia no negócio, caso a família não consiga quitar sua dívida, ela pode perder a sua terra.

A política de Crédito Fundiário impõe diversos entraves à reprodução e recriação do campesinato no campo brasileiro, por não oferecer condições básicas de permanência e reprodução das famílias na terra hipotecada e por possibilitar a aquisição de dívida junto ao banco. E o Estado, remunera as instituições financeiras, por meio desta política, possibilitando a continuidade da reprodução do capital portador de juros por meio do saque ao fundo público, especificamente ao Fundos de Terras e da Reforma Agrária, que se constitui em aporte a esta política.

A partir do PNCF o capital portador de juros só pode ser remunerado ao entrar em funcionamento, que acontece por meio do em-

préstimo, que, por sua vez, é o valor de uso deste capital. Desta forma, a família camponesa, com o objetivo de acessar à terra, adere ao empréstimo junto ao Estado, intermediado por uma agência bancária (geralmente Banco do Nordeste, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal). No ato do pagamento da parcela do financiamento, as famílias remuneram o capital portador de juros, que, por sua vez, se apropria da renda camponesa, do trabalho desempenhado na terra financiada, dada como garantia no negócio. Se não houver a expropriação da renda da terra, o capital portador de juros, não auferirá a sua remuneração por meio desta política.

Assim, compreende-se que o PNCF assume funcionalidade frente ao capital e ao Estado brasileiro, pois, além de ser operado por instituições bancárias, remuneradores do capital portador de juros, o programa tem sido uma política que contém, de certa forma, a luta pela transformação da estrutura fundiária, e propicia, contraditoriamente, mesmo de forma precária, a reprodução social dos camponeses empobrecidos com acesso ao crédito.

É importante salientar que o PNCF também atua como mecanismo para a realização da renda capitalizada da terra (MARTINS, 1981) para os proprietários fundiários, os quais, oferecem suas terras para os interessados no programa e recebem o pagamento à vista pela venda da terra, a preço de mercado. A política de Reforma Agrária, ocorre de forma diferente, pois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental responsável pela implementação desta política, tem arrecadado as terras dos proprietários fundiários, para realizar a Reforma Agrária, por meio de pagamento de títulos da dívida agrária (TDA) descontáveis em até 20 anos, como tem acontecido nos últimos anos, sobretudo durante o Governo Lula. Isto quer dizer que o Estado segue patrocinando os proprietários rentista por meio da política de Reforma Agrária e por meio da política

de Crédito Fundiário, ao invés de realizar ampla reforma agrária por meio da desapropriação como forma de penalizar os proprietários especuladores que contrariam o uso social da terra e a atribuem o caráter meramente rentista e especulativo.

A partir do exposto, infere-se que o Programa Nacional de Crédito Fundiário, enquanto política pública, proporciona a transferência de recursos do fundo público para o capital financeiro, apropriando-se da renda da terra. A contradição presente nesta política social, consiste na captura de uma reivindicação dos camponeses sem terra pela promoção da reforma agrária, em que é direcionada para a lógica do mercado transferindo a renda da terra para o capital portador de juros, que tão pouco contribui com a redução da pobreza rural e a desconcentração da estrutura fundiária no país.

Considerações finais

Infere-se que no capitalismo contemporâneo, marcado pelo neoliberalismo e a financeirização do capital, o Estado, por meio do orçamento público, promove a sustentação do modo de produção capitalista no processo de valorização do capital, sob o contexto de crise do capital e “ajustes estruturais”. A inserção do Brasil, assim como outros países latino-americanos, nesse regime de acumulação, constituído pela hegemonia neoliberal, iniciada na década de 1970, foi possibilitada pela expansão geográfica do capital, que operou a abertura de novos mercados em diversos lugares.

A implementação de políticas públicas destinadas à reprodução da população pauperizada por meio do mercado, proporcionou aos donos do capital portador de juros a apropriação de parte do fundo público. Esta apropriação pode ser verificada por meio da transferência de recur-

tos sociais para o mercado financeiro, seja por meio das contrarreformas das políticas públicas sociais, a partir do repasse de recursos do fundo público para o pagamento da dívida, por exemplo, e, também, por meio de financiamentos concedidos à população pelo Estado, reiterando a focalização das políticas sociais em detrimento de conquistas com caráter universal, como por exemplo, a Reforma Agrária.

A partir de constatações durante trabalhos de campo realizados nos municípios de Três Lagoas, Brasilândia e Ribas do Rio Pardo, localizados na microrregião de Três Lagoas (MS), e a partir de revisão bibliográfica, afirma-se que o PNCF possui desdobramentos limitados e que não resolve, somente pela promoção do acesso à terra, os problemas relacionados à pobreza rural. Pelo contrário, a política expande os problemas relacionados à pobreza no campo, pois além de não suprir diversas carências das famílias ingressantes ainda as submetem ao endividamento junto ao banco e promove a reprodução dos proprietários rentistas. Portanto, por não se constituir política redistributiva que promova a democratização do acesso à terra, o PNCF não garante mudanças estruturais e uma das condições de sua implementação se dá justamente pelo fato de não promover fortes impactos na sociedade.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. (Org.) O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo. 2005. p. 35-68.

Delgado, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Editora da UNICAMP/Ícone Editora, 1985.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

JORNAL DCM. **“Se fizer a reforma o país quebra”, diz Maria Lucia Fattorelli sobre a PEC da Previdência**. Disponível em:

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/se-fizer-a-reforma-o-pais-quebra-diz-maria-lucia-fattorelli-sobre-a-pec-da-previdencia/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez. 2011.

OLIVEIRA, Alexandra Maria. **A Participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo**. 1ª ed. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2012, p. 59-116.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília, DF, v. 10, p. 89-102, 2012.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional** (Online). Rio de Janeiro, RJ, v. 5, p. 46-55, 2014.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, PB: DGEOC/CCEN/UFPB, v. 12, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A recriação camponesa em assentamentos rurais**. 1ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no Governo Lula. In: **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)**. Rio de Janeiro: Gramound, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA. In: XIII EGAL Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2011, San Jose. Estabelecendo puentes em la geografia de Latinoamerica. Anais [...] San Jose: EGAL, 2011. v. 1. p. 01-19.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Metamorfoses da política de ajuste estrutural do Banco Mundial (1980-2014). **SOCIOLOGIAS**. Porto Alegre, RS: UFRGS, v. 44, p. 390-422, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, RJ, v. 23, p. 2187-2196, 2018.

SAUER, Sérgio. – Reforma Agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 18, n.1. 2010, pp.98-126.

SOUZA, Giselle. Capital portador de juros e programas de transferência de renda: monetarização das políticas sociais e contra-reforma. **Revista de Políticas Públicas**. São Luis, MA (UFMA), v. 13, p. 173-181, 2009.

SOUZA, Giselle. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilasio. [et al.] (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

TERRITÓRIO, AGRICULTURA E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA MICRORREGIÃO DE JALES⁹⁴

Widson Tainan Ros Martins⁹⁵

Sedeval Nardoque⁹⁶

Compreender as transformações recentes no campo brasileiro, inerentes ao avanço das relações capitalistas de produção, não é tarefa simples. No âmbito da academia, tanto na área da Geografia quanto em outras áreas do conhecimento científico, muitas pesquisas norteadas por esta temática foram e vêm sendo desenvolvidas, envolvendo estudiosos das mais diversas concepções ideológicas e teórico-metodológicas.

É a luz de tais premissas que, no presente capítulo, pretendeu-se realizar os estudos, acrescentando-se a estas, a empiricidade obtida por meio dos dados coletados durante os trabalhos de campo na Microrregião Geográfica de Jales⁹⁷, que se trata de uma Microrregião com estru-

⁹⁴ Estas discussões foram realizadas em um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada “Monopolização do território pelo capital e resistência camponesa: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales”, defendida em abril de 2018 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas – UFMS/CPTL, e realizada com auxílio financeiro da bolsa de estudos concedida pela CAPES.

⁹⁵ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: martins_tainan10@hotmail.com

⁹⁶ Doutor em Geografia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: sedeval.nardoque@ufms.br

⁹⁷ O conceito aqui empregado de Microrregião Geográfica é o utilizado pelo IBGE para regionalizar o Brasil. A MRG de Jales abrange uma área de 3.927,6 Km², composta por 23 municípios, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

tura fundiária desconcentrada, com predomínio da agricultura familiar camponesa e diversificação na produção agrícola.

Além da contradição da propriedade da terra, na perspectiva do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, outra contradição presente no campo brasileiro é a existência de relações não capitalistas de produção, como as relações camponesas de produção. Entretanto, essas relações não escapam ao capital, pelos seus mecanismos de sujeitar a renda da terra ao seu domínio, combinando as relações capitalistas e não capitalistas de produção sob a lógica de reprodução ampliada do capital. Todavia, para compreender essa sujeição, fez-se necessário recorrer aos conceitos de monopolização do território pelo capital e territorialização dos monopólios ou do capital, amplamente utilizados por pesquisadores da vertente da Geografia Agrária a qual aporta-se este trabalho (OLIVEIRA, 1986; 1999; 2007; 2010).

Acrescenta-se a este trabalho, a espacialização e análise de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes os principais cultivos agrícolas existentes na Microrregião de Jales, bem como as implicações que se deram em sua dinâmica agrícola a partir da década de 1990, no contexto das transformações de cunho neoliberal, inerentes ao próprio processo de reprodução ampliada do modo de produção capitalista em escala mundial (OLIVEIRA, 2016).

O território e os mecanismos de apropriação da renda da terra

A compreensão teórica da existência do campesinato, como classe social⁹⁸, só é possível levando-se em consideração a coexistência

⁹⁸ O campesinato é aqui entendido como classe social, “e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida” (MARQUES, 2008, p.58).

simultânea de mecanismos antagônicos de extração da renda da terra. Isso porque o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro é, em sua essência, desigual e combinado, considerando que, para se reproduzir, o capitalismo cria, recria, e domina relações não capitalistas de produção, igualmente necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1986; 1999; 2007; 2010),

[...] ou seja, ao mesmo tempo em que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

No caso dos camponeses, diferente dos demais trabalhadores, não vendem sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário;

[...] o campesinato é uma classe *sui generis*, porque mesmo sobrevivendo do próprio trabalho, não o faz do mesmo modo que o operariado. O seu trabalho é um trabalho autônomo, porque realizado no interior do controle dos meios de produção, o que lhe permite escapar à alienação. (PAULINO, 2008, p. 217).

Contudo, isso não implica dizer que seu trabalho escapa aos mecanismos de sujeição ao capital. A contraditória reprodução social camponesa no Brasil se realiza justamente no interior dos mecanismos que o capital possui para sujeitá-los ao seu domínio. Essa sujeição não se dá por meio da apropriação formal do trabalho camponês, com a apropriação da mais-valia via trabalho assalariado, mas pela apropriação da renda da terra, realizada plenamente durante a comercialização da produção camponesa.

Para compreensão dos mecanismos de sujeição da renda da terra, nessa perspectiva, é imprescindível recorrer ao conceito de território, apreendido como produção a partir do espaço, cujo sistema territorial é, ao mesmo tempo, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, parte-se da concepção de Oliveira (1999) de território como totalidade concreta, síntese contraditória inerente do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. O território é, portanto, “[...] produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p. 74)⁹⁹.

Todavia, além do conceito de território, se faz igualmente necessária a compreensão de outros dois conceitos elementares, amplamente utilizados por pesquisadores da vertente da Geografia Agrária: o de territorialização do capital e o de monopolização do território pelo capital.

A territorialização do capital (ou dos monopólios, como escreve Oliveira (1999) ocorre quando o capital finca suas bases no lugar, se instalando no campo e passando, então, a controlar todas as etapas do processo produtivo, se apropriando da renda da terra na produção. Esse processo ocorre nos setores e atividades ligadas ao campo com possibilidades de extração mais elevada da renda da terra, e de uso intensivo das técnicas, possibilitando a menor adição de trabalho nos processos produtivos.

Contudo, é necessário considerar as atividades do capital no campo, também, se apropriando da mais-valia, mediante a adição do trabalho assalariado durante as etapas do processo produtivo. No caso

⁹⁹ Não é objetivo desse artigo aprofundar/pormenorizar as discussões acadêmicas acerca do conceito de território, haja vista que este trabalho tem sido objeto de estudo de outros pesquisadores. Sobre as diferentes concepções do conceito de território, ver HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007 e SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

brasileiro, esse processo ocorre nos setores de ação mais forte do Estado, principalmente no que diz respeito às políticas de crédito agrícola, por meio das quais o destina a maior parte dos seus recursos por meio de financiamentos.

No campo esse processo está igualmente marcado pela industrialização agrícola, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. (OLIVEIRA, 1999, p. 76).

Quanto à monopolização do território, este processo ocorre quando o capital detém o monopólio sobre a circulação das mercadorias provenientes do campo, podendo, em alguns casos, determinar o tipo de produção e como deve se realizar em determinada fração do território, principalmente a camponesa. Neste caso, o capital monopoliza a circulação de mercadorias as quais não é viável à sua territorialização, durante seu processo produtivo, seja por possibilitarem menor extração da renda da terra na produção, como, também, pela necessidade da adição de grande quantidade de trabalho durante o processo produtivo.

[...] Esse processo no campo também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa. (OLIVEIRA, 1999, p. 76).

No atual contexto do capitalismo globalizado, no campo, além da sujeição da renda da terra camponesa ao capital durante a circulação, outra forma de sujeição está no consumo, no que se denomina “an-

tes da porteira” (ARRUDA, 2007). Considerando todo o processo de produção, há demanda/consumo, e os processos produtivos agrícolas passaram, a partir da revolução verde, a consumir progressivamente o pacote tecnológico imposto pela “modernização da agricultura”, em escala que varia de acordo com a necessidade imposta para cada tipo de cultivo, podendo, então, ser maior ou menor em virtude daquilo que é cultivado e do tamanho da área cultivada em cada unidade de produção.

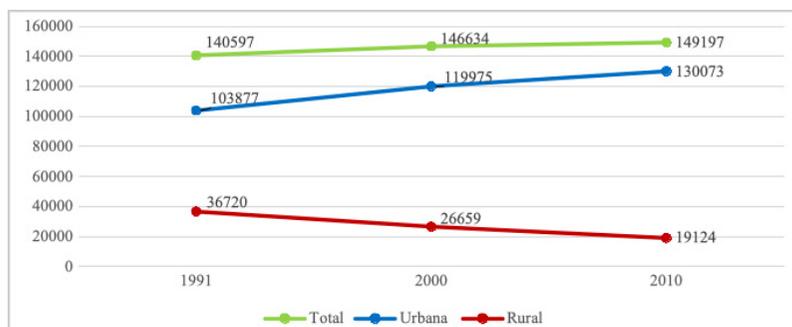
Segundo Nardoque (2016), a dependência da agricultura à indústria e do campo à cidade se ampliou com esse processo, “[...] pelo crescente consumo de máquinas, implementos, agrotóxicos, sementes melhoradas etc., promovendo a subordinação, principalmente ao capital internacional, representado pelas transnacionais [...]”. Nesse contexto, o autor acrescenta que o capital garante a sujeição da renda camponesa de diferentes formas. O capital financeiro por meio de empréstimos bancários, o capital industrial com a venda de insumos agrícolas, e o capital comercial com o monopólio sobre o controle dos mercados. Contudo, isso não significa que todos os camponeses estão expostos a esses mecanismos de sujeição de forma homogênea, ou mesmo que esses mecanismos de sujeição tenham sido suficientes para impedir a reprodução social dessa classe.

Ocupação da população e atividade agropecuária na MRG de Jales

Segundo os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população absoluta da Microrregião de Jales era de 149.197 habitantes (19.124 residentes no campo e 130.073 nas cidades); em 1991 eram 140.597 habitantes, verificando-se, então, crescimento populacional de 6,11% no período (gráfico 1). Observou-se, também, que esse aumento populacional se restringiu à população urbana, haja vista

a diminuição da população residente no campo, conforme registrado nos últimos recenseamentos.

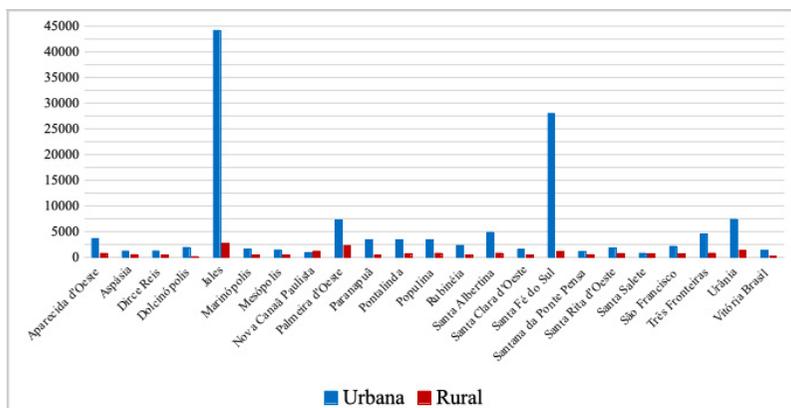
Gráfico 1 – Microrregião de Jales: população por situação de domicílio - 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censos demográfico de 1991, 2000 e 2010. Organizado pelo autor.

Analisando-se separadamente os dados referentes ao Censo Demográfico de 2010 (gráfico 2), para cada um dos municípios da Microrregião, constata-se que dois destacam-se em residente na cidade: Jales (44.239 habitantes) e Santa Fé do Sul (28.088 habitantes). Município-sede da Microrregião, Jales, além de ser o maior em termos de extensão territorial, é também o que abriga o maior contingente populacional (com 31,51% da população total), tanto residente no campo (14,50% da população rural da Microrregião está no município de Jales), bem como na cidade (34,01% da população urbana regional reside em Jales).

Gráfico 2 – Municípios da Microrregião de Jales: população por situação de domicílio - 2010.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico de 2010. Organizado pelo autor.

Santa Fé do Sul, por sua vez, era, em 2010, o segundo município mais populoso da Microrregião (com 19,59% da população total), com população urbana correspondente a 21,59% do total regional. Contudo, sua população rural era inferior à de alguns outros municípios, correspondendo a apenas 6,01% da população rural total da Microrregião¹⁰⁰. No contexto geral da região, a cidade de Jales exerce papel preponderante no que diz respeito à prestação de serviços, sejam relacionados às atividades urbanas bem como agrícolas, enquanto Santa Fé do Sul desempenha papel secundário, seguida de Urânia e Palmeira D'Oeste.

Chama atenção o fato de que, em 2010, apenas um município possuía população rural superior à urbana, no caso, Nova Canaã Paulista. Os demais, possuíam população urbana superior à população rural. De modo geral, os pequenos municípios da Microrregião de Jales possuem economia fortemente ligada ao setor agropecuário, e mesmo

¹⁰⁰ Neste município, tem se destacado as atividades de turismo, ligadas, sobretudo, às práticas de esporte e lazer propiciadas pela presença do rio Paraná.

que a maior parte da população resida na cidade, verificou-se que estas áreas urbanas acabam por ser local de moradia de uma parcela da população que trabalha no campo, a qual Locatel (2004) se refere como população agrícola, e observado no trabalho de campo, pois muitos sítiantes transferiram suas residências para as sedes dos municípios.

Analisando os dados relativos à distribuição do emprego formal por municípios, observou-se que, na maioria deles, o pessoal ocupado em serviços urbanos se restringe à administração pública, conforme elencou Locatel (2004). Em relação a geração formal de emprego pelo comércio, novamente as cidades de Jales e Santa fé do Sul se destacam, seguidos de Urânia e Palmeira D'Oeste, que apesar de possuírem população menor que os primeiros, também prestam serviços urbanos ao demais municípios localizados em suas proximidades, contudo, de menor complexidade.

A ampliação do fenômeno de urbanização na Microrregião Geográfica de Jales está ligada à expansão do consumo de produtos e serviços, conforme esclarece Nardoque (2007, p. 270). Esse autor chama atenção para as formas de consumo consumptivo e produtivo, ambas envolvidas neste processo, sendo o consumo final denominado de consumptivo, e o consumo destinado à produção de outros bens denominado de consumo produtivo.

Desse modo, mesmo a MRG de Jales não possuindo economia baseada na industrialização, pelo fato de a interiorização do processo de desconcentração industrial não ter chegado ao extremo Noroeste paulista, foi inserida na lógica do processo de industrialização e de urbanização do território brasileiro pelo consumo produtivo rural. Esse consumo produtivo rural alicerça-se na ciência (meio técnico científico-informacional) através das máquinas, dos implementos, dos insumos, das técnicas, das idéias, dentre outros, propiciando a inserção da região em

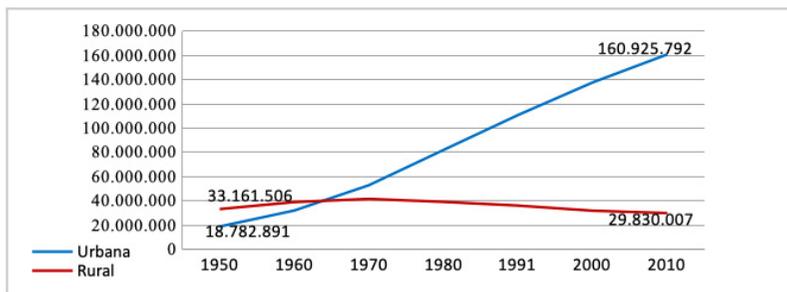
escalas superiores, e pautando a articulação das relações campo-cidade e entre cidades, tendo Jales como centro da rede urbana que se formou no extremo Noroeste paulista. Assim, o consumo produtivo rural é elemento chave para a compreensão das relações interurbanas na MRG de Jales, principalmente pela concentração do serviço e do comércio ligados a esse segmento da economia. (NARDOQUE, 2007, p. 271).

Quanto aos dados referentes ao pessoal ocupado formalmente no setor agropecuário, percebeu-se que, depois do setor de administração pública, é o mais significativo em grande parte das cidades da Microrregião de Jales. Essa realidade se inverte no município de Santa Albertina, onde a maior parte dos empregos formais pertence ao setor agropecuário, o que facilmente se explica pela presença de uma usina de fabricação de açúcar e álcool, responsável pela geração da maior parte dos empregos formais do município. Todavia, convém reforçar o fato de que os dados analisados dizem respeito ao emprego formal, e como mencionado, na maioria dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião há o predomínio do trabalho familiar, portanto, informal.

Comparando os indicadores demográficos da Microrregião de Jales com os do Brasil, é possível perceber claramente que ambos se comportaram de maneira semelhante: a população residente nas sedes dos municípios tem aumentado ano após ano, enquanto a população residente no campo tem se retraído sensivelmente¹⁰¹.

¹⁰¹ Segundo a metodologia utilizada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000, população urbana é aquela que reside na área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins da coleta censitária, cujos limites devem ser aprovados pelo prefeito local. A população rural é aquela que reside na área rural, ou seja, na área externa ao perímetro urbano.

Gráfico 3 – Brasil: população por situação de domicílio - 1950 - 2010.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Contudo, analisando os dados do Censo Demográfico (2010), verifica-se, aproximadamente, 16% da população brasileira vivendo no campo, correspondendo a cerca de 30 milhões de pessoas, sendo grande parte delas não proprietárias das terras onde vivem. Atualmente, os aproximados 30 milhões de habitantes do país residentes no campo correspondem a cerca de 90% da população rural da década de 1950, quando aproximadamente 63,84% da população vivia no campo. Esses dados evidenciam que o campo brasileiro não está se esvaziando, mas que a população residente nas cidades aumentou significativamente sem que a população residente no campo acompanhasse o mesmo ritmo de crescimento.

A dinâmica agrária da MRG de Jales

Dentre as principais características da atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a qual Oliveira (2016) se refere como sendo a do capitalismo monopolista neoliberal, pode-se destacar: o desemprego estrutural, lógica segundo a qual a exclusão do mercado de trabalho e de consumo se torna operante; o monetarismo e a financeirização no centro do capitalismo, atribuindo o aumento da dívida externa de diversos países como sendo fundamentalmente

necessária ao desenvolvimento econômico; a terceirização estrutural, superando o modelo fordista com a fragmentação e dispersão de todas as esferas da produção pela compra de serviços de diversas partes do mundo; a transformação da ciência e da tecnologia em força produtiva, deixando de ser suporte do capital para se converter em agente de sua acumulação; a privatização de estatais e serviços mantidos pelo Estado, o capitalismo passou a rejeitar a presença estatal não apenas na economia, mas também nas políticas sociais; etc. (OLIVEIRA, 2016).

Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das empresas mundiais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da empresa mundial não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. (OLIVEIRA, 2016, p. 89).

Neste contexto, o Estado, concebido como “a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua de sua propriedade e de seus interesses” (MARX; ENGELS, 2009, p. 111-112), sempre foi, segundo Harvey (2005, p. 79), agente central para o funcionamento da sociedade capitalista, sendo tão somente suas formas e modos de funcionamento modificados à medida em que o capitalismo amadurecia¹⁰².

¹⁰² A respeito da teoria marxista do Estado, ver HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 79-82.

No campo brasileiro, destacam-se as mudanças advindas do processo de internacionalização da economia, que juntamente com o aperfeiçoamento e com a introdução de técnicas para a modernização da agricultura, provocou reflexos sobre as formas em que se dão a produção, distribuição, troca e o consumo de mercadorias, tanto provenientes quanto destinadas a agricultura. Todas essas modificações estruturais, sobretudo àquelas que dizem respeito ao campo brasileiro, a partir da década de 1990, nada mais são que transformações de caráter neoliberal, inerentes ao próprio processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção em escala mundial.

Considerar o território como totalidade, conseqüentemente implica reconhecer que essas relações, desiguais, contraditórias e combinadas, que são as relações capitalistas de produção, estão presentes em todos os lugares. Com base nesses pressupostos, a partir da espacialização e da interpretação dos dados da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisou-se as implicações que se deram na dinâmica agrícola da Microrregião de Jales nas duas últimas décadas.

Logo de início, os dados evidenciam algo mencionado neste trabalho: a diversidade da produção agrícola da Microrregião. Também se observa significativas mudanças em relação à evolução da área plantada de diversos cultivos, principalmente quando se compara a área das lavouras permanentes e temporárias. Tais mudanças são inerentes ao contexto geral da lógica da agricultura brasileira, na qual o desenvolvimento das atividades agrícolas na região de Jales está inserido.

Em 1994, as lavouras permanentes ocupavam 33.621 hectares, enquanto a área de lavouras temporárias correspondia a 48.118 hectares. Em 2014, as lavouras permanentes ocupavam 18.140 hectares e as lavouras temporárias 62.455 hectares, conforme pode-se verificar na tabela 1. Já a área ocupada com lavouras temporárias aumentou na Mi-

corregião, verificando-se que, no período analisado, o aumento foi de, aproximadamente, 29,79%, enquanto a área das lavouras permanentes sofreu diminuição de 46,04%, de 1994 para 2014.

Tabela 1 – MRG Jales: evolução da área plantada com lavouras temporárias e permanentes em hectares- 1994 e 2014.

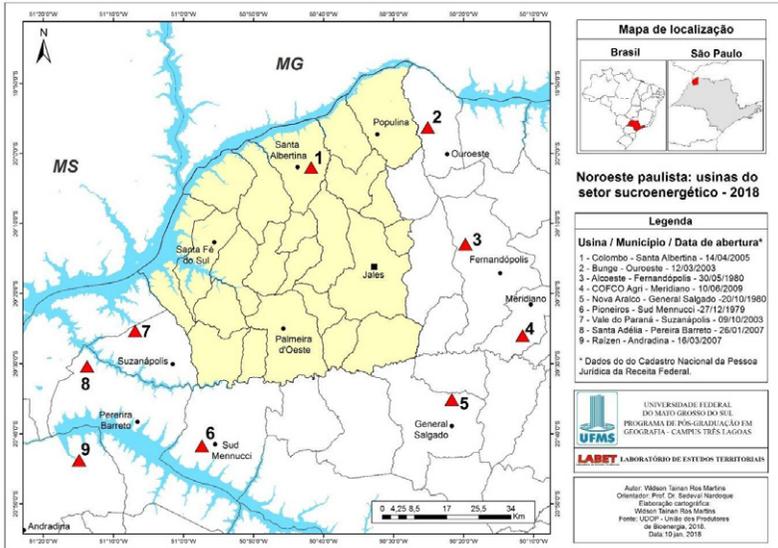
Municípios	Lavouras temporárias		Lavouras permanentes	
	1994	2014	1994	2014
Aparecida d'Oeste	2.250	1.637	1.742	1.553
Aspásia	1.607	497	832	1.216
Dirce Reis	730	2.115	381	71
Dolcinópolis	500	2.233	221	303
Jales	5.844	4.049	6.709	2.032
Marinópolis	650	425	637	653
Mesópolis	1.835	6.970	579	237
Nova Canaã Paulista	1.745	1.188	1.400	439
Palmeira d'Oeste	2.240	1.026	2.670	2.268
Paranapuã	1.355	3.621	248	577
Pontalinda	4.379	4.586	1.895	824
Populina	4.222	13.004	1.209	429
Rubinéia	1.046	2.569	209	274
Santa Albertina	3.488	5.309	511	290
Santa Clara d'Oeste	3.500	457	492	139
Santa Fé do Sul	1.546	502	1.316	957
Santana da Ponte Pensa	1.173	1.805	590	544
Santa Rita d'Oeste	2.775	3.480	1.401	861
Santa Salete	--	261	--	737
São Francisco	907	900	736	842
Três Fronteiras	950	1.720	692	883
Urânia	3.444	3.260	2.613	1.509
Vitória Brasil	--	841	--	502
Total	48.118	62.455	33.621	18.140

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Produção Agrícola Municipal – 1994 e 2014. (--) Dados inexistentes. Organizada pelo autor.

Ainda que não tenha se observado transformações significativas no que diz respeito à estrutura fundiária da Microrregião de Jales, não se pode dizer o mesmo sobre sua dinâmica agrícola. Enquanto os cultivos agrícolas tradicionalmente desenvolvidos tiveram a área plantada drasticamente reduzida ou mesmo desapareceram, tais como o arroz, feijão, café, algodão e milho, outros cultivos agrícolas, com maior dependência de técnicas de cultivo modernas, como é o caso da uva, da laranja e da banana, quando não tiveram sua área de cultivo ampliada, sofreram reduções menos significativas.

Outra mudança importante do setor agrícola da região foi a expansão da cultura da cana-de-açúcar, resultado da territorialização do capital no campo mediante a instalação de empresas do setor sucroenergético na região. A instalação da usina Colombo de processamento da cana-de-açúcar no município de Santa Albertina, em 2005, juntamente com a atuação de empresas do mesmo setor, instaladas em municípios de microrregiões vizinhas (figura 1), fez com que ocorresse o crescimento da área cultivada para atender à demanda do setor, formando um “cerco” às propriedades camponesas e aos camponeses da Microrregião. Primeiro, instalaram-se pelas bordas, posteriormente, houve a instalação de uma empresa no seu interior.

Figura 1 – Noroeste Paulista: usinas do setor sucroenergético – 2018.



Fonte: UDOP – União dos Produtores de Bioenergia, 2018.

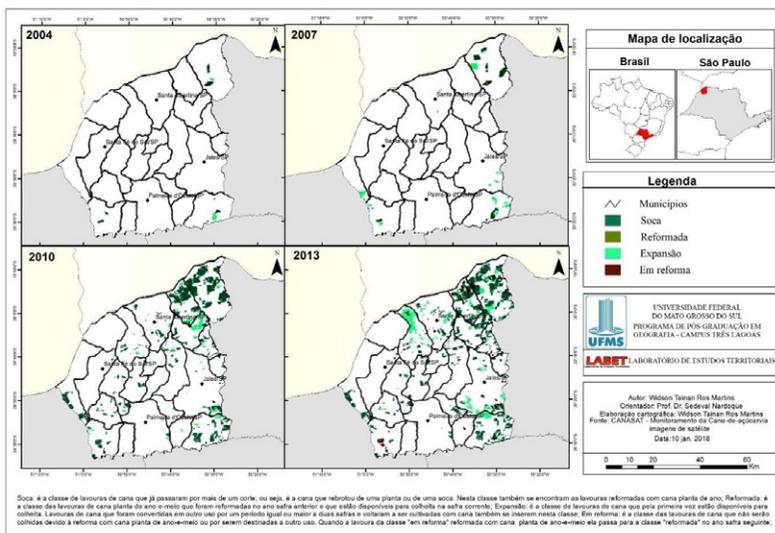
Antes disso, a produção de cana, da maior parte dos municípios da Microrregião de Jales, tinha como destino a alimentação do gado nos períodos de seca, quando as pastagens não eram suficientes para a alimentação dos animais. Sobre a expansão do setor sucroenergético nesta região, Saron (2014, p.146) acrescenta que se trata de um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, e abre possibilidades para profundas alterações em sua dinâmica agrária.

Na Microrregião de Jales, entre 1994 e 2014, houve impressionante aumento na área ocupada pela cultura da cana-de-açúcar, haja vista que, em termos absolutos, em 1999 na região havia apenas 753 hectares ocupados com esse cultivo e, em 2014, essa área aumentou para 55.958 hectares utilizados para essa produção, conforme os dados da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo IBGE.

Os dados analisados também evidenciam a forte atuação das usinas instaladas em municípios de microrregiões vizinhas no sentido de arrendarem terras para o plantio de cana-de-açúcar na Microrregião de Jales. Observa-se que, antes mesmo da criação da unidade da Usina Colombo em Santa Albertina, no ano de 2005, o cultivo da cana havia avançado significativamente nos municípios de Pontalinda e Populina (em 2002, esses municípios já contavam com 500 e 480 hectares plantados com cana-de-açúcar, respectivamente), justamente devido à proximidade dos mesmos em relação às usinas COFCO Agri (Meridiano) e Nova Aralco (General Salgado), no caso de Pontalinda, e da usina Bunge (Ouroeste), no caso de Populina, e também por possuírem a estrutura fundiária mais concentrada, favorecendo os arrendamentos capitalistas. Esse mesmo fenômeno pode ser observado nos municípios de Aparecida d'Oeste e Rubinéia, próximos à usina Vale do Paraná, instalada no município de Suzanópolis.

Nos últimos anos, devido às operações da Usina Colombo, observou-se maior alastramento da cana nos municípios próximos a Santa Albertina (ver figura 2), principalmente em Dolcinópolis, Jales, Mesópolis, Paranapuã e Urânia. Durante o trabalho de campo, constatou-se que as propriedades arrendadas para a atividade canavieira são aquelas maiores que 30 hectares, justamente pelo fato da renda paga pela usina para a exploração de áreas menores serem muito baixas, que torna tal prática inviável para pequenos camponeses sitiantes, e também pelo desinteresse da própria usina em arrendar propriedades pequenas, devido à dificuldade que as mesmas impõem ao trabalho com os implementos e máquinas agrícolas durante o cultivo e a colheita.

Figura 2 – MRG Jales: evolução da cana-de-açúcar por município - 2004, 2007, 2010 e 2013.



Fonte: CANASAT – Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite – 2004, 2007, 2010 e 2013. Organizado pelo autor.

O algodão, este foi, entre as principais lavouras temporárias, o único cultivo que deixou de existir na Microrregião de Jales. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo IBGE, em 1994, a área plantada com essa fibra era de 10.560 hectares, destacando-se como principais produtores os municípios de Pontalinda, Populina, Santa Albertina e Urânia.

Em 1998, a área plantada na Microrregião reduziu-se para 7.923 hectares, constatada em 18 dos 23 municípios, com exceção de São Francisco, que manteve a mesma área plantada de 1994; Dolcinópolis, Nova Canaã Paulista, Rubinéia e Santa Rita d'Oeste, que embora em pequena proporção, aumentaram a área plantada com algodão.

Em 2002, a área plantada com algodão na Microrregião continuou reduzindo-se, passando a 5.338 hectares cultivados. Ao contrário da maioria dos municípios, Santa Albertina, Santa Rita d'Oeste e Vitória Brasil foram os únicos que apresentaram aumento na área plantada com algodão em relação a 1998.

Ao contrário dos demais períodos, apesar de no contexto geral da Microrregião a área plantada com algodão tenha diminuído progressivamente, alguns municípios ampliaram sua área de cultivo. Em 2006 a área plantada com a fibra declinou para 4.810 hectares, e todos os municípios tiveram redução. A tendência a queda manteve-se constante, e em 2010 e 2014, essa atividade aparece como inexistente na Microrregião de Jales nos dados da Produção Agrícola Municipal.

A área ocupada pelo cultivo de arroz, na Microrregião de Jales, também apresentou redução acentuada durante o período compreendido entre 1994 e 2014. Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal, em 1994 a área plantada era de 3.336 hectares, sendo Jales, Santa Albertina e Urânia os principais municípios produtores. Em 1998, a área plantada foi reduzida para 1.007 hectares, em 2002 para 661 hectares, em 2006 para 92 hectares, em 2010 para 93 hectares, e por último, em 2014, apenas 15 hectares de arroz foram plantados na Microrregião, sendo 2 hectares em Jales, 5 hectares em Pontalinda, 3 hectares em Santa Albertina e 5 hectares em Urânia.

Em 2014, a área plantada com arroz equivalia a apenas 0,44% da área ocupada no início do período, em 1994. Esse fenômeno de redução da área plantada com arroz seguiu a tendência do próprio estado de São Paulo, com redução da área plantada de 142.240 hectares, em 1994, para apenas 13.734, em 2014, ou seja, redução de mais de 90% durante o período analisado. Por outro lado, no estado do Rio Grande do Sul, maior produtor de arroz do Brasil, houve 13,9% de aumento em sua área plantada no mesmo período.

O cultivo de feijão, por sua vez, embora teve drástica redução em sua área plantada, entre 1994 e 2014, apresentou sinais de recuperação. Em 1994, a área plantada na Microrregião de Jales era de 6.858 hectares, destacando-se como principais produtores os municípios de Aparecida d'Oeste, Jales, Pontalinda, Populina, Santa Clara d'Oeste e Santa Fé do Sul. Em 1998, a área plantada foi reduzida para 2.977 hectares, sendo expressiva apenas nos municípios de Pontalinda e Santa Albertina. Nos períodos seguintes, novamente ocorreu redução na área plantada, de 1.668 hectares, em 2002, para 912 hectares, em 2006, e 10 hectares em 2010.

Contudo, em 2014 a área plantada de feijão mostrou sinais de recuperação, aumentando para 459 hectares, destacando-se os municípios de Santa Clara d'Oeste e Populina entre os demais. Tanto a redução da área plantada durante as duas últimas décadas quanto esse aumento observado no último período pode ser relacionado à variação de preços do produto ao longo dos anos. Durante o trabalho de campo, em um sítio no município de Paranapuã, encontrou-se uma pequena área plantada com feijão que, segundo o agricultor, era para o consumo da própria família, pois no supermercado o preço do produto estava alto, então era mais viável plantar ao invés de comprá-lo.

O café foi outro cultivo tradicional da Microrregião de Jales, com forte redução na área plantada. Em 1994, o café ocupava 11.347 hectares na Microrregião, sendo o município de Jales com a maior área plantada: 2.154 hectares. Em 1998, a área plantada reduziu-se 62,2%, com 4.287 hectares, sendo Aparecida d'Oeste e Palmeira d'Oeste os municípios com maior área, de 538 hectares em cada, e Jales com 462 hectares. Em 2002, a atividade mostrou pequeno sinal de recuperação, haja vista que a área plantada na Microrregião aumentou para 4.644 hectares, ou seja, 8,3% em relação ao período anterior. Nos períodos seguintes, a área plantada novamente diminuiu, passando para 3.555 hectares, em 2006; 900 hectares, em 2010, e 135 hectares, em 2014.

Dentre os municípios da Microrregião com destaque em área plantada de café, estão Palmeira d'Oeste, com 72 hectares, e Santa Fé do Sul e São Francisco, com 20 hectares em cada. A redução da área plantada com essa rubiácea, também está associada às condições desfavoráveis de preço no mercado, e, devido aos baixos rendimentos, muitos cafeicultores, sobretudo camponeses, não conseguiram permanecer na atividade, dedicando-se a outras atividades agrícolas¹⁰³.

O cultivo de milho apresentou significativa diminuição na área plantada. Em 1994, era de 22.460 hectares, com destaque para os municípios de Jales, Populina, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Urânia, os principais produtores da Microrregião. Em 1998, a área plantada caiu para 13.748 hectares, o que representa 61,2% da área plantada no período anterior.

Em 2002, a área plantada com milho novamente registrou diminuição, passando para 11.720 hectares, sendo Populina o principal município. No período seguinte, ocorreu pequeno aumento na área plantada, para 12.067 hectares, ou seja, em 2006 a área plantada com milho aumentou 2,9% em relação a 2002. Em 2010 e 2014 a área plantada apresentou redução, passando para 6.002 hectares e 4.340 hectares respectivamente. Destaca-se, no último período, o município de Três Fronteiras, com 600 hectares plantados.

¹⁰³ É certo que a área plantada com café reduziu-se drasticamente desde os anos 1970 e 1980, por problemas de intempéries (como a grande geada de 1975), assim como pela redução da produtividade e quedas nos preços do produto. A esse respeito, Locatel (2004, p. 25) acrescenta: "A cafeicultura manteve-se como principal atividade econômica na região até meados da década de 1980. A partir daí, vários fatores contribuíram para a sua decadência, como a retração no consumo mundial, baixa qualidade do café brasileiro, grande quantidade do produto estocado, variações climáticas que afetaram sua produtividade. Esse conjunto de fatores implicaram em outros, como o processo de descapitalização dos agricultores e a conseqüente diminuição dos investimentos essenciais para a manutenção das lavouras, como adubação química e orgânica e tratamentos fitossanitários, que levaram à queda da produtividade [...]".

A laranja, por sua vez, é o cultivo que, apesar de ter registrado diminuição de 25,5% em sua área plantada, entre 1994 e 2014, ainda se constitui como importante atividade agrícola desenvolvida na Microrregião de Jales. Em 1994, a área plantada com laranja era de 12.827 hectares, sendo Jales o município destaque, seguido de Urânia, Pontalinda, Palmeira d'Oeste e Populina. Em 1998, a área plantada diminuiu 4,6% em relação ao ano anterior, passando a ocupar 12.228 hectares, tendo redução ocorrida com maior intensidade no município de Jales, de 4.154 hectares plantados com laranja, em 1994, passou a 1.923 hectares, em 1998, com redução de 53,7% de um período para o outro.

Em 2002, a atividade mostrou sinais de recuperação, com área plantada aumentada em 16,7% em relação a 1998, passando para 14.276 hectares, a maior do período analisado. Neste período ocorreu a ampliação da área plantada com laranja ocorreu em diversos municípios, dentre os quais destacam-se: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Pontalinda, Populina, Santa Albertina e Santa Salete.

Nos demais períodos, a área plantada com laranja, na Microrregião, diminuiu. Entre 2002 e 2006 a área plantada reduziu-se em 3,8%, enquanto entre 2006 e 2010 diminuiu 2,1%. No último período analisado, a área plantada caiu de 13.430 hectares, em 2010, para 9.547 hectares, em 2014, ou seja, 28,9%. Neste último período, os únicos municípios que não apresentaram redução da área plantada com laranja, em relação ao período anterior, foram Aspásia, Dolcinópolis, Mesópolis, Rubinéia, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa, e, os municípios com maior área plantada eram Jales, Urânia, Aspásia, Palmeira d'Oeste, Aparecida d'Oeste e Santa Fé do Sul, respectivamente.

A produção de manga tem menor expressividade econômica na Microrregião, em área plantada. Assim como outros cultivos, também houve redução de área plantada, de 78,4%, entre 1994 e 2014. Embora sua área plantada tenha aumentado 36,1%, entre 1994 e 1998, nos pe-

ríodos seguintes a atividade declinou, sofrendo redução de 3,3%, entre 1998 e 2002, de 62,3%, entre 2002 e 2006, de 29,6%, entre 2006 e 2010, e de 38,2%, entre 2010 e 2014, sendo mais expressiva nos municípios de Palmeira d'Oeste e Aparecida d'Oeste

O cultivo de banana, por sua vez, apresentou grande aumento em sua área na Microrregião, entre 1994 e 2010, passando de 37 hectares, no primeiro ano, para 3.506 hectares, no último. Sua área plantada aumentou para 816 hectares em 1998 e, em 2002, esse número subiu para 2.898 hectares. Porém, no período seguinte, a atividade mostrou sinal de declínio, com redução na área plantada de 69,4%, entre 2002 e 2006. Contudo, nos períodos seguintes, a atividade recuperou-se, com área plantada expandindo-se 188%, entre 2006 e 2010, e 37,7%, entre 2010 e 2014.

Neste último período, a produção de banana era mais expressiva nos municípios de Aparecida d'Oeste, Três Fronteiras, Palmeira d'Oeste e São Francisco. Conforme informações obtidas em campo, embora em alguns casos essa atividade tenha substituído áreas até então ocupadas com laranja, o cultivo de banana relaciona-se, principalmente, à renovação de pastagens, área sob a qual ela tem avançado nos últimos anos. Era a mesma função com o cultivo de algodão (além de outros) nos anos anteriores ao avanço da cana na Microrregião de Jales.

No caso da uva, o cultivo desta é relativamente recente na Microrregião de Jales, tendo em vista que passou a ser desenvolvida nas últimas três décadas. Embora não se destaque em termos de área ocupada, é uma atividade de muita importância para a economia regional, sendo a Microrregião de Jales a terceira maior produtora do estado de São Paulo, responsável pela produção de 24.486 toneladas da fruta em 2014, atrás apenas da Microrregião de Piedade (63.552 toneladas) e de Jundiaí (26.603 toneladas), conforme dados da Produção Agrícola Municipal.

Em 1994, a área plantada com uva, na Microrregião de Jales, era de 625 hectares, destacando-se os municípios de Palmeira d'Oeste, Jales e Urânia como os maiores produtores da fruta. Em 1998, essa área aumentou 99,3%, passando para 1.246 hectares cultivados. Contudo, no período de 2002 e 2006, houve redução, para 813 hectares, em 2002, com queda de 34,7% na área plantada em relação a 1998, e, em 2006, para 655 hectares, redução de 19,4% em relação a 2002.

Em 2010, a área plantada com a fruta novamente aumentou, passando a 1.002 hectares, aumento de 52,9% em relação a 2006. Em 2014, por sua vez, a área plantada diminuiu 9,8%, em relação a 2010, passando a 903 hectares cultivados com uva na Microrregião, destacando-se novamente os municípios de Palmeira d'Oeste, Jales e Urânia como os maiores produtores. Essas variações, além de possuírem relação direta com a oscilação nos preços pagos pela fruta ao longo dos anos, principalmente devido à concorrência com as uvas produzidas no nordeste brasileiro, também está associada aos calotes realizados por vários atravessadores que atuaram na região.

O rebanho de bovinos diminuiu 11,5% na Microrregião de Jales, entre 1994 e 2014. Em 1994, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, havia 414.274 cabeças de bovinos, sendo os municípios de Palmeira d'Oeste, Jales, Urânia, Populina e Santa Albertina aqueles com maiores rebanhos. Em 1998, esse número reduziu-se para 402.889 cabeças, voltando a aumentar em 2002, quando foram contabilizadas 436.957 cabeças.

O ritmo de crescimento se manteve em 2006, aumentando para 440.539 cabeças da Microrregião. No período em que o rebanho de bovinos aumentou 6,3%, entre 1994 e 2006, a área de pastagens também aumentou 1,9%, conforme se observa nos dados dos Censos Agropecuário de 1996 e 2006, expressos na tabela 2. Contudo, em 2010 a atividade novamente entrou em declínio, com redução de 6,7% no rebanho,

em relação a 2006. Em 2014, esse número havia reduzido para 366.229 cabeças, ou seja, menos 11,5% em relação a 1994. Os municípios com o maior número de bovinos, neste último período analisado, eram Palmeira d'Oeste, Jales, Santa Fé do Sul e Santa Albertina, com 33,6% do rebanho de bovinos da Microrregião.

Tabela 2 - MRG Jales: utilização das terras por grupo de atividade econômica – 1995 e 2006.

Grupo de atividade econômica	1995		2006	
	Área estab. (ha)	Área estab. (%)	Área estab. (ha)	Área estab. (%)
Lavouras permanentes	32.085	9,24	30.409	8,91
Lavouras temporárias	31.671	9,12	20.272	5,94
Pastagens	257.896	74,25	262.889	77,03
Matas e florestas naturais	12.044	3,47	13.259	3,89
Matas e florestas artificiais	1.348	0,39	344	0,1
Terras não utilizadas	12.260	3,53	1.846	0,54
Área Total dos estabelecimentos	347.308	100	341.266	100

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Agropecuário de 1996 e 2006. Organizada pelo autor.

Neste contexto, a produção de leite na Microrregião Jales também apresentou variações significativas. Entre 1994 e 2010, a produção aumentou 37,1%, sendo mais expressiva nos municípios de Palmeira d'Oeste, Jales, Santa Albertina, Urânia, e Pontalinda, respectivamente. Entretanto, de 2010 para 2014, a produção sofreu acentuada queda, de 29,5%, passando a ser 3,3% menor que em 1994, primeiro período analisado. O único município sem redução na produção de leite, entre 2010 e 2014, foi Santa Salete, com aumento de 4%.

Como se pode verificar, as lavouras tradicionalmente desenvolvidas na Microrregião de Jales, como o café, o algodão e o arroz perderam importância nas duas últimas décadas, sendo que, neste mesmo período, destacou-se a cana-de-açúcar, com aumento progressivo de sua área plantada. A fruticultura, por sua vez, apresentou importantes variações ao longo desse período, principalmente os cultivos de maior

exigência no uso de agroquímicos e mais tecnificados, como a uva e a laranja, com redução na área plantada, contudo, sem perderem importância socioeconômica na região.

Todas essas mudanças na dinâmica agrícola da Microrregião refletem na condição do produtor em relação à terra. Comparando os resultados do Censos Agropecuário de 1996 e 2006, verifica-se que, no primeiro, 87,2% dos estabelecimentos tinham como responsável o proprietário, 4,4% arrendatários, 5,3% parceiros e 2,9% ocupantes, enquanto no segundo representavam 91,3%, 8,1%, 1,6% e 1,4%, respectivamente.

O aumento da condição de arrendatário relaciona-se à expansão do setor sucroenergético na Microrregião, pois a prática de arrendamento é a forma de efetivar-se a posse sobre terras para o plantio de cana-de-açúcar, enquanto a diminuição da parceria relaciona-se a redução na área plantada com café e uva, haja vista que ser uma relação de trabalho muito utilizada nestas atividades.

Considerações finais

No geral, na Microrregião de Jales, ao longo das duas últimas décadas analisadas, constatou-se significativas transformações em sua dinâmica agrícola, principalmente no que diz respeito ao aumento da área de cultivos temporários e a diminuição dos cultivos permanentes. Neste contexto, cultivos agrícolas tradicionalmente desenvolvidos tiveram a área plantada drasticamente reduzida ou mesmo desapareceram, enquanto outros, cuja dependência de técnicas de cultivo modernas é maior, não apresentaram variações muito significativas.

Alguns indicativos, tais como a variação dos preços desses produtos ao longo dos anos, o aumento dos custos de produção, as osci-

lações na oferta e na procura dos mesmos e também o surgimento e a expansão do setor sucroenergético, podem ser considerados como fatores determinantes a essas modificações na dinâmica agrícola da Microrregião de Jales.

Como exemplo, pode-se citar os cultivos de algodão e milho, que eram, em grande parte, realizados em terras arrendadas pelos fazendeiros criadores de gado para renovação de suas pastagens, o que explica a localização das principais áreas desses cultivos nos municípios de maior concentração fundiária. Neste sentido, pode-se associar a redução da área plantada com algodão à expansão do setor sucroenergético na Microrregião, tendo em vista que nestes mesmos municípios, muitas das áreas que até então eram alternadas com o plantio de pastagens com esses cultivos temporários, foram arrendadas pelas usinas para o plantio de cana-de-açúcar.

Outro exemplo são os casos da laranja e da uva. Nestas duas atividades, a maior dependência de técnicas de cultivo modernas e o uso de grande quantidade de agrotóxicos fez com que aumentassem seus custos de produção. Este fator, associado a outros, como as variações e queda de preço e a concorrência com frutas de outras regiões, fez com que muitos camponeses sítiantes deixassem de cultivá-las e migrassem para outros cultivos e atividades agrícolas. No caso específico da laranja, outros fatores contribuíram para a diminuição de sua área plantada na Microrregião, tais como a proliferação de doenças e as normas fitossanitárias criadas pelo Estado para o seu controle, levando muitos a abandonarem essa atividade.

Referências

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro desse negócio?:** transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 279f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca=-catalogo?view-detalhes&id=25295>>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Séries Temporais**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade:** mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis-SP. 2004. 402f. Tese (Doutorado em Geografia) - FTC, UNESP, Presidente Prudente, 2004

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NARDOQUE, Sedeval. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Rio Claro (SP), 2007.

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPÓSITO, Eliseu Savério (et. al.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, ano 1, n.1, p. 26-38, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 5, n. 10, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. in. FABRINI, João Edimilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**. Santa Catarina, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SARON, Flávio de Arruda. **Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste Paulista: limites, desafios e perspectivas.** 2014. 292f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente (SP), 2014.

MINICURRÍCULO DOS AUTORES

Letícia Alves Leonardo

Doutoranda, Mestre e Graduada em Geografia pela UFMS/CPTL. Integrante do Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA) da UFMS/CPTL e do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT). Bolsista CAPES.

Marcelo Ribeiro de Mendonça

Mestre e Graduado em Geografia pela UFMS/CPTL. Professor de Geografia na Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, Três Lagoas/MS. Foi Agente de Pesquisa e mapeamento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Agência de Três Lagoas/MS.

Gabriela Nogueira de Medeiros

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL. Graduada em Direito pela UFMS/CPTL. Integrante do Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA) e do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT).

Marine Dubos-Raoul

Doutora em Geografia pela Universidade de Paris VIII. Mestre em Geografia (DISSER) pela Universidade Peris 8 - Vincennes e Saint Denis. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL. Desenvolve Pós-doutorado no Laboratório ESO na Universidade de Rennes II (França).

Amanda Emiliana Santos Baratelli

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), da UFMS/CPTL. Integrante do Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA) e Grupo de Estudos Terra-Território (GETT) vinculado à UFMS/CPTL. Diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local de Três Lagoas (2019-2021). Vice-presidenta da Diretoria Executiva Nacional (AGB) (2020-2022). Bolsista CAPES.

André Luis Amorim de Oliveira

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Marcelino de Andrade Gonçalves

Doutor, Mestre e Graduado em Geografia pela FCT/UNESP. Coordenador do Centro de Estudos Regionais e Socioambientais (CEReS). Professor Associado da UFMS/FAENG e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Câmpus de Três Lagoas.

Rosemeire Aparecida de Almeida

Doutora, Mestre e graduada em Geografia pela FCT/UNESP. Pós-doutorado na Universidade de Córdoba, Espanha. Professora Titular na UFMS, campus de Três Lagoas, nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Professora Colaboradora no Programa de Mestrado em Educação e Territorialidade da FAIND-UFGD. Tutora do Grupo PET-Geografia/CPTL (2016-2022). Editora da Revista Eletrônica de Educação Tutorial (REPET-TL) e líder do grupo Estudos Agrários/CNPq.

Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL. Graduada em Direito pela UFMS/CPTL. Integrante do Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA) e do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT).

Francielle Rodrigues de Macedo

Mestra e Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Integrante do Laboratório de Geografia Agrária (GeoAgrária) e do Grupo de Estudos Terra-Território. Professora de Geografia da Rede Estadual de São Paulo.

Rodrigo Ferreira Costa

Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Professor da Rede Municipal de Campo Grande/MS.

William James Vendramini

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – UFMS/CPTL. Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Professor de Geografia da Rede de Educação Básica do estado de Mato Grosso.

Rodrigo Simão Camacho

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP. Pós-Doutorado, Mestre e Graduado em Geografia pela UFMS/CPTL. Professor no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e nos Programas de Pós-Graduação em Geografia na UFGD e na UFMS/CPTL. Coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq: Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GeoEduQA) e membro da Rede DATALUTA.

Amanda Júlia de Freitas Mariano

Mestra e Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas – UFMS/CPTL. Integrante do Laboratório de Estudos Regionais (LABER). Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul.

Jodenir Calixto Teixeira

Doutor e Mestre em Geografia pela FCT/UNESP. Graduado em Geografia pela UFMS/CPTL. Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL. Membro dos grupos de pesquisa GERes e GEDRA. Coordena o Laboratório de Estudos Regionais (LABER).

Patrícia Helena Milani

Doutora em Geografia pela FCT/UNESP com Doutorado Sanduíche na Universidade de Lleida, Espanha. Mestre e Graduada em Geografia pela UFMS/CPTL. Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL. Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e do Território (LETUR/UFMS). Integra o Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR – FCT/UNESP).

Luana Fernanda Luiz

Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Bolsista CNPq. E-mail: luanafiuiz@usp.br. OrcID – <https://orcid.org/0000-0001-8972-1100>

Widson Tainan Ros Martins

Mestre em Geografia pela UFMS/CPTL. Graduado em História e Geografia pelo UNIJALES. Especialista em Tutoria em Educação à Distância pela Faculdade Futura. Professor nos cursos de licenciatura em História e Geografia do UNIJALES e de Geografia no Colégio XV de Abril - Sistema Anglo de Jales e na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Sedeval Nardoque

Doutor em Geografia pelo IGCE/UNEPS. Mestre em Geografia pela FCT/UNESP. Graduado em Geografia pelo UNIJALES. Especialista em Solos e Meio Ambiente pela UFLA. Professor Associado nos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/CPTL. Vice Coordenador do Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRARIA). Membro da Rede DATALUTA.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

ISBN 978-65-86943-85-6



9 786586 943856

 editora
UFMS